

# Crisis y Ruptura Peninsular



**Edición de**

Carmen M<sup>a</sup> Comino Fernández de Cañete, Maria da Conceição  
Vaz Serra Pontes Cabrita y Juan M. Carrasco González



# CRISIS Y RUPTURA PENINSULAR

III Congreso Internacional de la SEEPLU  
(Cáceres, 30 y 31 de octubre de 2013)



# CRISIS Y RUPTURA PENINSULAR

III Congreso Internacional de la SEEPLU  
(Cáceres, 30 y 31 de octubre de 2013)

Edición de

Carmen M<sup>a</sup> Comino Fernández de Cañete, Maria da  
Conceição Vaz Serra Pontes Cabrita y Juan M. Carrasco  
González



2014

Cáceres

# III CONGRESO INTERNACIONAL DE LA SEEPLU – CRISIS Y RUPTURA PENINSULAR

## COMITÉ ORGANIZADOR:

Presidenta - Carmen María Comino Fernández de Cañete  
Secretaria – Maria da Conceição Vaz Serra Pontes Cabrita  
Vocal – Juan M. Carrasco González



Centro de Estudos Galegos

EL CONGRESO CONTÓ CON EL APOYO DEL GOBIERNO DE EXTREMADURA Y LOS FONDOS FEDER DE LA UNIÓN EUROPEA.

**GOBIERNO DE EXTREMADURA**  
Consejería de Empleo, Empresa e Innovación



**UNIÓN EUROPEA**  
Fondo Europeo de Desarrollo Regional

Una manera de hacer Europa

© Los autores

© Universidad de Extremadura para esta 1ª edición

Edita:

Universidad de Extremadura. Servicio de Publicaciones  
C/ Caldereros, 2 - Planta 2ª. 10071 Cáceres (España).  
Tel. 927 257 041 ; Fax 927 257 046  
E-mail: [publicac@unex.es](mailto:publicac@unex.es)  
<http://www.unex.es/publicaciones>

Patrocina:

SEEPLU (Sociedad Extremeña de Estudios Portugueses y de la Lusofonía)

I.S.B.N.: 978-84-697-1337-2.

Depósito Legal: CC-276-2014.

## Índice

<b>Francisco Ivan da Silva</b> – Gregório de Matos e o século XVII	9-45
<b>Xosé Manuel Dasilva</b> – Los vaivenes cronológicos de las traducciones españolas de <i>Os Lusíadas</i>	47-63
<b>Hélio J. S. Alves</b> – Presença da poesia portuguesa no <i>Siglo de Oro</i>	65-80
<b>Manuel Ferro</b> – O bilinguismo na épica portuguesa do período filipino: entre a expressão autonómica, a afirmação identitária e a importância do contexto cultural espanhol envolvente	81-99
<b>Juan M. Carrasco González</b> – Recepción de la obra del padre António Vieira en España y en la América española (siglos XVII y XVIII)	101-118
<b>Carmen María Comino Fernández de Cañete</b> – Construção silogística em <i>Sonetos à Conceição da Virgem N. S.</i>	119-132
<b>Clara Anunciação, Carlos Severino</b> – <i>Os Lusíadas</i> – símbolo nacional de duas culturas	133-147
<b>Adriano Milho Cordeiro</b> – D. António de Ataíde, cerzindo ideias e políticas por terras de Portugal e de Espanha, no tempo dos Filipes	149-163
<b>Carlos Pazos Justo</b> – (Re)visões, ideias e funções acerca do bilinguismo português-castelhano nas primeiras décadas do século XX	165-178
<b>Milton Pedro Dias Pacheco</b> – “De vossa real presença desejada”: Uma apologia político-alegórica a D. Filipe II de Portugal	179-212
<b>Manuel Gama</b> – Pós 1640: Portugal, do “olvido” ao convívio com a Espanha	213-227

<b>Maria da Conceição Vaz Serra Pontes Cabrita</b> – A “questão ibérica” em António Sardinha	229-240
<b>Fernando Augusto Machado</b> – Portugal e Espanha na balança ibérica: Uma leitura fantasmagórica situada de Almeida Garrett	241-261
<b>Vanessa Riambau Pinheiro</b> – A universalidade e a desvinculação do passado mítico: Os novos rumos da literatura portuguesa contemporânea	263-275
<b>María Eugenia Pedrosa Casares</b> – La enemistad literaria entre españoles y portugueses en <i>As batalhas do Caia</i> de Mário Cláudio	277-287
<b>Marcos Antonio Rodríguez Piris</b> – <i>Trovas do Bandarra</i> : De Trancoso a Pernambuco	289-304
<b>Ana Alexandra Silva, Maria João Marçalo</b> – Das primeiras gramáticas de português língua estrangeira – Os séculos XVII e XVIII	305-318
<b>Anabela Matias, Paulo Osório, Maria da Graça Sardinha</b> – Níveis de literacia em adultos portugueses e respetiva proficiência linguística: um estudo de caso	319-329
<b>Xurxo Fernández Carballido</b> – A competência cultural no processo de ensino e aprendizagem de português língua estrangeira (PLE)	331-341
<b>José Ángel García López</b> – Versões ignoradas das peças <i>A nossa terra é nossa!</i> e <i>Um remédio malfadado</i> de Ricardo Flores Pérez	343-355



## GREGÓRIO DE MATOS E O SÉCULO XVII

Francisco Ivan da Silva  
Universidade Federal de Minas Gerais

### RESUMO

Este texto pretende mostrar Gregório de Matos no contexto do século XVII e como o poeta barroco mais importante na formação da literatura e da cultura brasileira. É na poesia e expressão de sua linguagem que o leitor descobre o espírito barroco de sua criação.

**PALABRAS-CHAVE:** poesia; barroco; tradição; linguagem.

### ABSTRACT

This text aims to show Gregório de Matos in the context of the XVII Century as a baroque poet of the great influence in the formation of the brazilian literature culture. It is in the poetry and expression of his language that the reader discovers the "spirit" baroque of his tradition.

**KEYWORDS:** poetry; baroque; tradition; language.

Sinto o barroco como um contemporâneo; o barroco não significa apenas um período histórico; é também um estado de espírito, um saber estar no mundo, um modo de ser e de dizer... O barroco é um sentir e um sentido, sentido que recupera outros sentidos em circunstâncias diferentes e sincrônicas. Gregório de Matos, (nascido na cidade do Salvador, em março de 1623, doutor em leis por Coimbra, magistrado em Lisboa e advogado na Bahia, falecido em dezembro de 1696?) autor seiscentista da idade do barroco, do período colonial brasileiro, ocupa um lugar polêmico e original na História da Literatura Brasileira, de sua origem ao contemporâneo. O espírito moderno/contemporâneo buscou n'Ele

sua identidade nacional. Mas, desde já se pode dizer: a expressão *poesia brasileira* é complexa: poesia escrita por um poeta nacional ou poesia que de certa forma revela o espírito de uma época, a época colonial, a realidade ou o caráter do Brasil colonial? Sabe-se que Gregório de Matos é o mais brasileiro de nossos poetas; Ele é o primeiro na lista da formação da tradição literária brasileira e, no entanto, através de certos críticos ficamos sabendo que sua obra é de tal modo plagiada que seria inútil buscar sua identidade nacional... Se aquilo que o distingue é sua brasilidade a ponto de essa obra ser considerada de *Crônica do Viver Baiano*, isto consiste em não se identificar com nada da realidade colonial seiscentista. Assim, não seria um caráter geral, mas uma expressão poética bizarra, uma anomalia pessoal. Não diria que Gregório de Matos é o gênio nacional mas sim que o espírito da época o aproxima de Góngora, Camões, Quevedo... Três poetas distintos, em uma época e, de uma época. Desde o principio Gregório de Matos foi visto com desconfiança: teve admiradores e detratores. Certo é que, na História da Literatura Brasileira, Gregório de Matos é um autor sem precedentes. Escreve em um idioma do século XVII, — brasileiro?— mas a brasilidade de sua poesia é tão duvidosa quanto a ideia mesma de poeta nacional. Certo é que a partir da cuidadosa edição de James Amado o leitor poderá desfrutar de sua poesia e vale dizer como o poeta Augusto de Campos (1986: 87):

enquanto se discute o q é e o q não é de gregório / nós vamos ler e viver 'a poesia da época chamada gregório de matos' / como bem disse james / em contato com a dura realidade social brasileira / de uma bahía amavelmente infra-humana / gregório parte para uma linguagem realista e plebeia / q desmonta o metaforismo nobre e convencional / (pele=neve / dentes=pérolas) / a q ele mesmo submetia / é a musa crioula: [...].

Foi um poeta de temperamento apaixonada e incapaz de submeter sua paixão às regras da sociedade colonial em que vivia. Apaixonar-se e envolver-se nas dobradas da política religiosa e social da Colônia estes e muitos atos assinalam sua vida e sua obra e tudo parece inscrever-se na paradoxal visão do século XVII. Gregório distante da Colônia parece percebê-la mais próxima, busca nas margens a realidade central da sociedade e com esse

artifício revela. Ao ler certos poemas/sonetos de sua vasta *Obra Poética*, precisamente, os mais cruéis e terríveis, não podemos evitar o riso. Sua sátira rasga o tecido moralista social. A voz do poeta ecoa pelas ruas da Cidade da Bahia, suas palavras tremem em sua boca, ardem, combatem e atormentam:

Que me quer o Brasil, que me persegue?  
Que me querem pasguates, que me invejam?  
Não vêem, que os entendidos me cortejam,  
E que os nobres, é gente que me segue?

Com o seu ódio a canalha, que consegue?  
Com sua inveja os néscios que motejam?  
Se quando os néscios por meu mal mourejam,  
Fazem os sábios, que a meu mal me entregue.

Isto posto, ignoramos, e canalha  
Se ficam por canalha, e ignorantes  
No rol das bestas a roerem palha.

E se os senhores nobres, e elegantes  
Não querem que o soneto vá de valha,  
Não vá, que tem terríveis consoantes.

E não é de estranhar que se haja discutido tanto a existência desse Poeta, seu espaço na historiografia brasileira, bem como a autoria de uma *Obra Poética dita de sua criação*. Ao escrever sobre Gregório de Matos nós devemos ter em mente a original história de sua *Obra*: uma *Obra* apógrafa, recitada e transcrita de memória. Os textos que compõem a chamada *Obra Poética* de Gregório de Matos foram recolhidos de memória por anônimos daquele tempo. Leitores anônimos. Assim, podemos dizer: sua *Obra Poética* só é obra graças aos leitores anônimos que a escreveram e recitaram de cor, isto é, de memória. Nada mais barroco; nada mais popular; a memória é, naturalmente, barroca. É já um hábito dizer que Gregório de Matos é um plagiador; é certo, e deste tema brota a verdade desse Poeta cuja fama nos leva a descobrir que sua Poesia é a poesia de todos e de muitos autores. Seu procedimento é literário e, sem isto, corre-se o risco de não compreender sua *Obra* se se omite o gosto pelo plágio/paródia, procedimento tão comum entre os autores barrocos. O barroco é uma tradição que abusou e abusou do plágio

e da paródia. Portanto, a Poesia de Gregório, inconfundível e peculiar, faz parte de uma tendência universal de um período histórico áureo da Literatura.

E para nós aqui, falar de Gregório de Matos e o Século XVII, no Brasil, é o mesmo que falar da *poesia de uma época chamada gregório de matos*, A questão é tão antiga como a reflexão histórica mesma da origem da Literatura Brasileira; e não pode resolver-se sem Ele. É discutível, no período colonial brasileiro, a existência de uma poesia brasileira, não o é a realidade da poesia barroca. Não se quer negar com isso as tradições do Brasil com o sentimento popular, apenas é importante dizer que o barroco como estilo ou uma forma de discurso, isto é o barroco enquanto um discurso, conscientemente, artificioso é universal. Gregório de Matos inaugura a poesia do povo brasileiro. — Nacionalismo? Origem? Biografia? Vida e Morte? — A biografia de um Poeta do porte de Gregório de Matos já aparece em todo seu tempo e espaço escrita nas entrelinhas de sua *Obra*. Vida, paixão e morte estão circunscritas em seus versos. Só nessa conjunção de autor, obra e leitores, ainda que anônimos, é possível reconhecê-lo. Gregório de Matos nasceu na cidade de Salvador, na Bahia; e desde que começou a escrever logo remarcou sua paixão telúrica e penetração aguda nas coisas da terra. Nada mais brasileiro; nada mais telúrico. Neste sentido, ler Gregório de Matos hoje, é desnudar a principal vertente da Literatura Brasileira e regressar à origem. Em suma, sua Poesia servirá para talhar, detalhar e moderar o Poeta barroco/apaixonado que foi.

Regressemos ao Século XVII. Antes de tudo, *Gregório é toda a poesia do século XVII*, no Brasil. Sua *Obra* é considerada *Crônica do viver baiano seiscentista*. “E houve quem assegurasse — escreve Araripe Júnior (1958-1966) — que o Boca do Inferno com seus versos conseguira moderar o desregramento dos costumes e impedir que se incrementasse o desgoverno da Colônia”. Seria inútil buscar em todo o período colonial outro poeta que não, Ele. Há muitos gregórios: há o Gregório erótico, o Gregório de poemas religiosos, o Gregório das sátiras, o Gregório burlesco, o lírico amoroso, o Gregório popular, o culto, todos configurados em um só poeta: Gregório de Matos. Podemos perceber pelo exame demorado de seus poemas que foi um homem, autenticamente, apaixonado; sua Poesia foi sempre uma provocação em um mundo de preconceitos sociais; em seu tempo despertou antipatias e

inimizades, mas entre os modernos e contemporâneos tem despertado interesse e aberto perspectivas historiográficas; e não há necessidade de imaginar como foi difícil sua vida, como padeceu na Bahia de seu tempo; basta saber que escreveu uma *Obra Poética* grande, do tamanho de sua paixão; paixão excessiva convertida em Poesia. Delicadeza e piedade, devoção e ternura, são sentimentos visíveis em seus poemas de temática religiosa. Poesia cuja linguagem exhibe os procedimentos barrocos. E de olhos abertos para sua *Obra* o leitor moderno aprenderá a decifrar esses procedimentos da linguagem da Poesia, em que rimam os escândalos com as solenidades e as sátiras com o lirismo e religiosidade.

Gregório de Matos é um dos grandes poetas barrocos. Escreveu este poema, luxo de linguagem poética, um soneto emblemático, em sua *Obra*:

O todo sem a parte não é todo,  
A parte sem o todo não é parte,  
Mas a parte o faz todo, sendo parte,  
Não se diga, que é parte, sendo todo.

Em todo o Sacramento está Deus todo,  
E todo assiste inteiro em qualquer parte,  
E feito em partes todo em toda a parte,  
Em qualquer parte sempre fica o todo.

O braço de Jesus não seja parte,  
Pois que feito Jesus em partes todo,  
Assiste a cada parte em sua parte.

Não se sabendo parte deste todo,  
Um braço, que lhe acharam, sendo parte,  
Nos disse as partes todas deste todo.

O fio condutor deste soneto é a metalinguagem investigadora acerca da forma em que as partes do poema se transformam em peças idôneas em combinação com sua construção total. Quem lê este soneto, a um tempo, em partes e inteiro, como um caos de palavras? Filósofos, teólogos e, acima de tudo, poetas. Lembro aqui Gilles Deleuze que compreendeu com visão moderníssima o barroco ao definir a filosofia de Leibniz nos termos de uma teoria que leva às últimas consequências a lógica das combinações,

artifício, por excelência, da arte da memória. A este soneto segue outro com o mesmo assunto e dentro da mesma visão barroca da lógica combinatória. Entre as ideias de Leibniz por Deleuze celebradas vale a pena recordar aqui a ideia de *dobra* que se desdobra *ad infinitum*, ideia que expressa com grande lucidez o que realmente é barroco. E ante esse infinito de *dobras* o filósofo francês recorda a ideia de *mônada*, conforme Leibniz: "A região clara de uma *mônada* se prolonga na porção clara de outra e, em sua mesma *mônada*, a porção clara se prolonga definitivamente nas zonas escuras, posto que a *mônada* expressa o mundo inteiro" (Deleuze, 1995). Mas voltemos a Gregório; paremos no soneto acima transcrito. Soneto pictórico. Riqueza de imagens. Surpreendente desfile de imagens e edificante invenção formal. A concepção combinatória de partes que formam o todo; o mundo do mundo do poeta é barroco, por excelência; baseia-se na ideia das partes e do todo; as partes e o todo, tudo se acha enlaçado, inextricavelmente, sujeito a uma mesma lei, e com a totalidade através de infinitas relações. O que se produz em uma parte, isto tem relação com todas as demais partes. A forma do poema cria um sistema de correspondência, uma palavra tem correspondência interna e externa com todas as outras. O ritmo aqui é tudo na criação do poema; cada palavra posta no poema diz algo, o poema em sua natureza repartida em partes diz a si mesmo, em cada uma de suas partes diz o soneto como um todo. Poesia é antes de tudo ritmo. E por isto mesmo apreciamos a beleza do poema. No mundo colonial seiscentista há Gregório de Matos que escreve versos com profunda consciência poética. A linguagem do poema cria seu caráter barroco, procedimento que deixa o Poeta em sintonia com a grande poesia do tempo: o tempo em que se escrevia com extraordinária perfeição. Gregório assim desafia os limites da Colônia e cria uma Poesia de caráter universal, barroco, a expressão mais refinada de seu tempo.

Gregório fala e escreve no idioma barroco. Gregório é nossa autêntica origem: origem barroca. Gregório é o Poeta antropófago que desde o primeiro instante da "descoberta" recebe, prova e assimila o "gosto" da refinada cultura europeia, especialmente, o gosto literário do Século de Ouro. Rompe os limites coloniais e anuncia, na forma de ritual antropofágico, a origem "crioula" da Poesia brasileira. (Nossa identidade nacional que será repensada e retomada mais tarde através do projeto radical dos poetas modernistas de 1922). Debaixo de um sol de ouro, dentro de um

cenário tropical, Gregório de Matos irá temperar todo o gosto da cultura ibérica com expressões que aparecem logo em vários poemas transfiguradas por uma linguagem feita de novas cores, novos acentos e espantosas invenções verbais.

É a voz inaugural da grande poesia; a voz da alta poesia no panorama da Literatura Brasileira. Sua poesia, produzida no Século XVII, tudo carrega, tudo converge e tudo reflete à sua volta desde a razão divina à religião, moral, erotismo, sarcasmo e costumes da época. Poemas onde esses temas se refletem e se encenam com maior realismo de linguagem. A variedade temática não causa confusão à compreensão geral de sua Obra: tudo se corresponde e se atualiza no que está bem e maldito na forma da expressão poética da *Obra Poética* de Gregório de Matos, considerada como *Crônica do viver baiano seiscentista. Boca do Inferno*, de onde saíam todas as coisas enlaçadas umas com as outras — poesias religiosa, satírica, erótica, amorosa, jocosa, burlesca, etc.

Estampou em sua Obra uma verdadeira visão, em sentido religioso, social e moral da palavra. Visão teatral e barroca. Essa visão assombra, espanta, causa tristeza, orgulho, ufanismo e até vergonha. Como um homem seiscentista viveu como ninguém a crise de seu tempo, a crise do mundo barroco; crise que Ele mesmo expressa na confusão e ambiguidade de sentimentos — religioso, amoroso, erótico, popular, satírico, — que se reflete em sua Poesia.

Gregório fez da sátira o seu breviário: é ele no Brasil quem inicia o filão da farsa e do espírito destrutivo, com prejuízo de todos os preconceitos, do amor-próprio e da própria família, ao contrário do que se deu com o Pe. Vieira, que antepôs à sátira 'as agudezas poéticas e a diplomacia'. É por intermédio deles e dos cronistas da época que poderemos reconstruir com grande fidelidade o retrato da sociedade brasileira do século XVII (Spina, 1995).

Gregório é o Poeta da Cidade da Bahia de seu tempo. Perceber a cidade, ter o olhar crítico sobre a cidade, perceber seu estado de crise é uma forma de compreensão barroca muito própria dos autores seiscentistas. Do Recôncavo baiano, Gregório

de Matos através de seus versos saca a Bahia de seu tempo. Versifica sem parar; é o que poderá notar o leitor pelo exame apurado de sua Obra, tanto no plano da acumulação de metáforas quanto no plano dialógico de sua expressão verbal. Escreveu versos, romances, sonetos, poemas eróticos, poemas de cunho moral, poemas religiosos, costumes... Mapeia as praças e passagens da Cidade da Bahia, suas igrejas, conventos, sua gente, em um ir e vir de rimas e poemas jocoso-sérios com uma linguagem popular e, ao mesmo tempo, culta. Com Gregório nasce e cresce a Bahia, com ele nasce o Barroco, a raiz mais funda e fecundante da cultura brasileira. Uma vez mais cito Araripe Júnior (1958-1966: 390): "Gregório de Matos foi a floração da mais híbrida sociedade que tem havido no mundo, e, absorvendo tudo quanto a colônia no século XVII possuía de original e picante, como brasílio-europeu que era, deu o livro mais curioso que já saiu da pena humana".

Há nisto um ponto de enfoque que se poderia aclarar: a tradição barroca da cultura e da literatura brasileira que o *Modernismo* esboça com a imagem do *Manifesto Antropófago*, de Oswald de Andrade, *Manifesto* que abre desde então a consciência crítica para a origem e para a nacionalidade brasileira. É grande a importância do *Modernismo*: o *Modernismo* foi, por assim dizer, uma escola poética, onde Oswald e Mário de Andrade, principalmente, nos ensinaram a ver as obras de nossos autores barrocos coloniais, ou seja, a grande tradição barroca, ameaçada e arruinada, em fins do Século XVIII com o advento do Romantismo. Os modernistas de 22, no Brasil, destacaram as lutas históricas dos nossos barrocos coloniais; — aqui devemos lembrar os Inconfidentes de Minas Gerais — destacaram suas obras, direta, e indiretamente, tanto em ensaios, conferências, citações, nos manifestos, etc. Em sua concepção cultural e literária, a *antropofagia* é a forma de expressão crítica mais bem acabada de compreensão da modernidade barroca brasileira, e, neste sentido, não parece exagero dizer: Gregório de Matos é um contemporâneo de Oswald de Andrade. Essa contemporaneidade se chama sincronia poética e implica consciência crítica do(s) poeta(s) e o tempo em que vivem e escrevem; o tempo da poesia tanto quanto a poesia do tempo. A Poesia de Gregório de Matos foi, por assim dizer, um ponto de encontro entre os poetas moderno-vanguardistas. No Século XX Gregório de Matos será consagrado pelo *Modernismo* brasileiro de 1922 e pela *Poesia Concreta* e



*Tropicália*. O tempo é um grande leitor de poesia. Mais tarde, em 1989, Haroldo de Campos o colocaria em seu retábulo barroco, de forma definitiva, com o livro *O Sequestro do Barroco na Formação da Literatura Brasileira*.

Com efeito, assumindo que a Poesia de Gregório de Matos é Poesia barroca, por excelência, devemos dizer que Ele carrega consigo todo o Século XVII, carrega um sentido de tradição natural do Barroco e todos os seus poemas celebram um ritual de comunhão antropofágica com os autores seiscentistas da Península Ibérica. Assim, a forma mais afim à sua natureza poética foi a paródia. Gregório de Matos não é um autor, mas, sim, muitos autores; os autores de seu tempo. O Gregório de Matos que escreve na Bahia do Século XVII é o grande Poeta barroco da Literatura Brasileira; é o Poeta que escreve assumindo, claramente, o caráter estilístico do Barroco: jogos de estilo das oposições, dos contrários, das antíteses. Junto a isto, sua perseguição infatigável da expressão popular, a base crioula de sua Poesia. Estilisticamente, segue Góngora, Quevedo e, naturalmente, parodia, Petrarca, Camões, Sá de Miranda. É o Poeta que imita e parodia o *estilo* de Góngora e Quevedo: Gregório, culterano, paralelo a Góngora; Gregório, conceptista, paralelo a Quevedo. Gregório de Matos escreve em comunhão com esses autores; os autores mais significativos de sua época, todos pertencentes a uma tradição de poesia. Escreve em comunhão com esses autores, e obedece a um procedimento de sistemática e consciente fusão entre a linguagem religiosa, satírica e erótica de seu tempo barroco; linguagem carregada de sensualidade, exasperação e blasfêmia. Em sua época, sem dúvida, Gregório lia Góngora e Quevedo; Certamente, lia seus poemas religiosos, eróticos e satíricos; escreve sob o signo desses poetas; em comunhão com esses autores, descobre e revela as paixões, vícios e costumes de sua gente; poemas carregados de censura de vícios e defeitos dos homens, inveja, luxúria, soberba, crimes, etc.

E, eis aqui o Poeta, em versos claros, contemplando sua Bahia com ironia, assombro, angústia e até tristeza; eis aqui em um de seus poemas, uma definição da Bahia de seu tempo:

A cada canto um grande conselheiro,  
Que nos quer governar a cabana e vinha,  
Não sabem governar sua cozinha,

E podem governar o mundo inteiro.

Em cada porta um frequentado olheiro,  
Que a vida do vizinho, e da vizinha  
Pesquisa, escuta, espreita, e esquadrinha,  
Para a levar à Praça, e ao Terreiro.

Muitos Mulatos desavergonhados,  
Trazidos pelos pés os homens nobres,  
Posta nas palmas toda a picardia.

Estupendas usuras nos mercados,  
Todos, os que não furtam, muito pobres,  
E eis aqui a cidade da Bahia.

Notável poema de consciência histórica que carrega na linguagem sua verdadeira dimensão. Em sua visão se aliam a compreensão e a sátira. Este poema é, antologicamente, citado; parece um dos mais recitados poemas de Gregório de Matos. Claro, diz algo sobre um tema que preocupou o Poeta a vida toda. É um ponto de vista da Cidade da Bahia que nos revela uma visão dramática do presente colonial. Cada um de seus versos descreve com exatidão o estado em que se encontra a Cidade da Bahia. A Bahia passa a ser um símbolo da Poesia de Gregório de Matos. Qualquer acontecimento aí, por meio da linguagem jocosa, popular, carnavalesca de seus poemas se converte em um símbolo da situação original da Colônia e de sua gente. O espírito crítico é a grande conquista da Poesia de Gregório de Matos enquanto autor da época barroca. É intenso o espírito crítico de Gregório. Sua Poesia possui fortíssima veia por onde corre sua essência satírica e crítica; para Gregório de Matos, parece, nada existe de sagrado e intocável, exceto a liberdade de pensar e, pensar aqui é fazer Poesia crítica é fazer paródia. Gregório parodiou tudo, versículos bíblicos, salmos, discursos e orações religiosas, os dogmas da Igreja, parodiou Góngora, Camões, Quevedo, etc. A cidade e a sociedade seiscentista da Bahia estão presentes na Poesia gregoriana como alvo de crítica; alvo de sua sátira.

Qualquer leitor conhece algumas composições de Gregório de Matos e pode perceber a visão do Poeta sobre a Cidade da Bahia; pode perceber, facilmente, o mais visível de sua Obra; em suas composições mais populares predomina a ordem dos sentidos, o sensual, o sexual, o pornográfico, o obsceno, etc. E é isso que conta na poesia barroca. Os sentidos se mostram, singularmente,

apurados incitados e excitados. Em seus poemas burlescos e satíricos saltam aos olhos as ousadias, as irreverências, as obscenidades, as imoralidades... A visão que tinha Gregório da Cidade da Bahia era uma visão caótica, dramática, onde aparece uma gente usurpadora e imoral; a Bahia é essa gente, brancos e pretos misturados, e essa gente é, a seus olhos, um horizonte assombroso e ameaçador. Horizonte de altos e baixos relevos da história. O Poeta crítico faz Poesia crítica. É a época do Barroco; é a época em que a cidade da Bahia se ergue sob o signo do barroco. A Bahia é histórica e, culturalmente, barroca. Época de contrastes e contradições; uma época de crise; crise moral; uma época caótica, onde se cruzam os mais fortes contrastes, Deus e Diabo, morte e vida, oposições grotescas, etc. E Gregório de Matos vive essa crise intensamente; joga com os contrastes mais extremos. Ele é um homem barroco entre as contradições do espiritual e o mundo com suas provocações carnis e eróticas. Como homem barroco, vive as contradições entre a paixão carnal e o mistério da fé na encarnação de Cristo. Mas, ao sentir isto Gregório escreve sua Poesia com alta atmosfera erótica, carnal e sensual. Visão cristã da existência humana (des)velada por um sentimento transcendental temperado de vícios, sofrimento, culpa e desengano. Podendo-se vê-lo como um homem de profunda consciência culpada, refletindo, naturalmente, uma atitude bastante normal no Século XVII, quando a Igreja colocava em evidência a punição, penitência dos pecados e a confissão das culpas do homem. Este dado que o deixa não de todo convertido ao Catolicismo de seu tempo é, profundamente, moderno. Podemos inseri-lo, sim, dentro de uma tradição moderna de revisão sincrônica e atualização do barroco. E talvez, nisto, resida seu valor e que lhe dará atemporalidade e contemporaneidade e modernidade. Gregório é nosso Poeta barroco contemporâneo.

Na verdade, valendo-se da paródia, procedimento poético típico do barroco, Gregório submente à sua crítica o clero, a alta sociedade da Bahia de seu tempo, amor, interesse pela riqueza, trajes, costumes hábitos, crenças, etc. Criticou a sociedade de seu tempo de forma, demasiadamente, severa. A tal atitude e oposição, em Gregório de Matos, como um autor barroco, correspondia uma especial tendência popular, espontânea para criticar, deleitar, divertir fazer rir e provocar censura no que se refere a instituições, personagens, moral, acontecimentos, etc. O leitor poderá compreender isto fixando-se nas palavras do

seguinte poema pontuado por um mote de significativo valor dialógico (Matos: I, 33):

De dous ff se compõe  
esta cidade a meu ver  
um furtrar outro foder.

Recopilou-se o direito,  
e quem o recompilou  
com dous ff o explicou  
por estar feito, e bem feito:  
por Digesto, e Colheito  
só com dous ff o expõe,  
e assim quem os olhos põe  
no trato, que aqui se encerra,  
há de dizer, que esta terra  
de dous ff se compõe.

Se de dous ff composta  
está a nossa Bahia,  
errada a ortografia  
a grande dano está posta:  
eu quero fazer aposta,  
e quero um tostão perder,  
que isso a há de preverter,  
se o furtrar e o foder bem  
não os ff que tem  
esta cidade a meu ver.

Provo a conjetura já  
prontamente como um brinco:  
Bahia tem letras cinco  
que são B-A-H-I-A:  
logo ninguém me dirá  
que dous ff chega a ter,  
pois nenhum contém sequer,  
salve se em boa verdade  
são os ff da cidade  
um furtrar, outro foder.

Gregório de Matos é o Poeta a quem o povo chamou de *Boca do Inferno*. Só que enquanto corre essa lenda, sua Poesia vai se criando e existindo. Quanto d'Ele se aprendeu! Sabe-se que o padre Antônio Vieira se referindo a Ele, disse que "maior fruto

produziram as sátiras do poeta que as missões dele jesuíta”. Mais que um simples homem que viveu na Bahia do Século XVII, é o Poeta crítico que implantou e decidiu os rumos da Literatura brasileira frente ao mundo colonizador e colonizado. Pois, bem, aí está sua Poesia como a marca original da Literatura Brasileira. No poema, acima citado, chama a atenção o uso vulgar das palavras que apontam, impiedosamente, para um espetáculo grosseiro. Poder-se-ia dizer que até as volutas das palavras, das sílabas e das letras, na boca do Poeta, se acham incorporadas a esse espetáculo. Por sua dicção e por seu idioma, é um poema plástico, uma crítica à sociedade seiscentista da Bahia. Escarradas barrocas atiradas fora pela boca de Gregório de Matos. *Boca do Inferno* que cospe e escarra o amargo de sua sátira. Garganta cruel que vomita o fel amargo da ironia, matéria prima de sua Poesia barroca. A vida colonial dessa sociedade grosseira se apresenta como teatro em presença de Gregório de Matos. Nada mais escandaloso no cenário da Bahia seiscentista. Sensualidade e desejos carnis expostos e proclamados à maneira reveladora de uma prática. Que sentido poderiam tomar ou tomaram as palavras deste poema para os homens do Século XVII? O poema que acabamos de recitar é de obscena transparência. O sentido obsceno se insinua em todos os versos. O detalhe de suas revelações concretas deixa bem visível a Cidade da Bahia com sua libertinagem e vida sexual. Revela um mundo de falhas, faltas, crimes e “pecados” cometidos pela sociedade da Cidade da Bahia. Revela um mundo de *práticas pecaminosas* cometidas por uma parte da sociedade seiscentista da Bahia.

E para que não duvidemos das condições retratadas e interpretadas pelo Poeta, recitemos outro soneto, esta joia de soneto, *Triste Bahia*, de belíssima visão plástica. É um poema triste, suas palavras são sensíveis: podemos ler, ouvir e cantar. Vejo este soneto como um lamento que clama, grito de alerta, em uma estação sombria. Sim, este soneto é a voz da poesia de Gregório de Matos, voz que não deve ser esquecida, e, esquecer-la é uma atitude traiçoeira. Foi gravado e cantado por Caetano Veloso, em um Long Play lançado na década de 70, *Transa*, e evoca a visão do Poeta e do Artista, inclinados ao pessimismo frente à sua Cidade natal. O soneto está salpicado de notas de melancolia, de ironia e de lamento. O discurso de Gregório de Matos neste soneto é, perfeitamente, dirigido em função de seu tempo. Ocorria algo semelhante entre o tempo em que o Poeta

escreveu este soneto e o tempo em que Caetano Veloso o interpretou nos palcos da Bahia ao som de viola e berimbau com a sua fantasia tropical? Leiamos (Matos: I, 333):

Triste Bahia! Oh quão dessemelhante  
Estás, e estou do nosso antigo estado!  
Pobre te vejo a ti, tu a mi empenhado,  
Rica te vejo eu já, tu a mi abundante.

A ti tocou-te a máquina mercante,  
Que em tua larga barra tem entrado,  
A mim foi-me tocando, e tem trocado  
Tanto negócio, e tanto negociante.

Deste em dar tanto açúcar excelente  
Pelas drogas inúteis, que abelhuda  
Simples aceitas do sangue Brichote.

Oh se quisera Deus, que de repente  
Um dia amanhecesse tão sisuda  
Que fora de algodão o teu capote!

Poema da realidade. Poesia cuja essência é a verdade de carne e osso; verdade de um povo que é a pedra de fundação da história do Brasil. História remarcada por um usurpador que ocupou o poder durante o caos provocado pela colonização. Em uma Colônia atrasada e atormentada pelos ventos da exploração onde os valores naturais se dispersam e viram cinzas. Crítica, por excelência, desse estado, a Poesia de Gregório de Matos reflete sempre a realidade; a mesma realidade que a cria. Duro contexto social brasileiro retratado em forma de poema; contexto social retratado através de uma linguagem, criticamente, realista. É o rosto da Cidade da Bahia; rosto desfigurado, transparecendo seu estado infra-humano. A atmosfera deste poema é o ambiente colonizado de exploração social da Bahia. Lamento de um poeta que olha com olhos críticos para sua Cidade desfigurada. A culpa de tudo isto o Poeta vê no progresso. Em nenhum momento Gregório mostra a Bahia de sua época através de uma perspectiva satisfatória de progresso, porém, como um movimento de mudança e incidentes funestos. Há uma vaga nostalgia da ausência... Ou, um sentimento de desilusão e desengano. É possível ver, neste poema, o espírito de uma época, uma identidade crítica da realidade social de uma época. — Leiam o

poema, escutem a canção de Caetano Veloso. — A canção de Caetano Veloso ao som de viola e berimbau à maneira popular evoca outro tempo, é uma evocação; Caetano evoca a visão mais importante de Gregório de Matos: o Poeta barroco popular que nas cordas de sua *viola de cabaça*, fabricada pelo próprio punho, canta o drama de sua gente injustiçada e leva a refletir sobre a circunstância do estado colonizador. Por sua forma de expressão, perante a realidade refletida no poema podemos ver todas as ameaças e perigos do estado colonial. Caetano canta um poema do passado com a tonalidade tropical de sua época e recria assim o poema gregoriano através de uma linguagem atual. Caetano nos leva a outro tempo; o tempo de Gregório de Matos, a temporalidade barroca da Cidade da Bahia do Século XVII. Ou, Caetano Veloso nos traz de volta para nosso tempo o Poeta Gregório de Matos: abre nossa consciência para a realidade do nosso tempo real. Ou seja: faz do poema gregoriano uma canção ideal em estado sensível de censura ideal.

Postura radical e transgressora, e, profundamente, crítica/renovadora, pois, o homem que vive o presente e só vê seu tempo, encerra-se em si mesmo, não abre os olhos para si mesmo nem quer ver outro horizonte. Versos, aparentemente, simples se encham de sentido; sentido político, sentido social, sentido crítico, sentido urbano, moderno, dramático, caótico... A atitude de Gregório não seria outra senão a do Poeta crítico de crítico olhar sobre a cidade; a cidade é sua gente. (Gregório mais parece um exilado dentro de sua própria terra, no meio de sua gente). Neste sentido, pode-se dizer que a Poesia de Gregório de Matos inscreveu-se, precisamente, sobre a noção de crítica; crítica a tudo o que era considerado sagrado ou intocável. A Bahia enfrenta sempre mais a crítica e o sarcasmo de Gregório de Matos que, como escritor barroco contempla um quadro funesto da Bahia. Seu olhar sobre a Cidade da Bahia é notório. A sua visão do estado da Bahia é remarcada (semi)ótica, significativamente, funesta, uma atmosfera de pessimismo urbano; pessimismo que se exprime, igualmente, como os autores barrocos de seu tempo como identificação de crise, ruína, destruição e denúncia; e essa identificação de crise e ruína só pode desembocar em um estado de nostalgia; nostalgia tão natural nos autores barrocos.

Em suas direções mais diversas, a cidade foi o ponto focal dos autores barrocos. A visão que tiveram os autores barrocos da

cidade é teatral, monumental, violenta e moderna; criticamente, moderna. E Gregório de Matos está aí, no meio da Cidade, no centro da Cidade. Gregório é a língua, os ouvidos, os olhos e a boca do povo baiano ao mostrar o que foi, no Século XVII, a vida na Colônia. Ele nos faz ver e refletir a imagem de uma colonização onde se desenvolveram muitas lutas, muitas derrotas, muitas injustiças e muitos sofrimentos. Edificou com sua Poesia a Cidade da Bahia de seu tempo. Fez ver algo mais sobre a Cidade: desafio real do mundo social colonizado; mais ainda, compromisso de fidelidade à sua gente, a seu povo. Isto implica uma visão universal que não esconde a realidade local e não nos deixa isolados em uma existência colonial/fechada.

Portanto, o panorama da Cidade da Bahia tem sua paisagem assinalada pela expressão mais alta de sua voz:

Oh se quisera Deus, que de repente  
Um dia amanhecesse tão sisuda  
Que fora de algodão o teu capote!

Poesia. Precisamente, porque sua Poesia mesma constitui seu único ponto de partida. Gregório de Matos por instinto e sensibilidade artística penetrou e se relacionou de modo crítico com a Bahia do Século XVII e aí mesmo, na cena do barroco seiscentista, descobriu o cenário e a matéria original de sua Poesia. A Cidade da Bahia é o ambiente propício à Poesia de Gregório de Matos. O *estado colonial* que nasce e se desenvolve no seiscentos é o *estado* da criação poética de Gregório de Matos: aí Ele cria sua Poesia e esta Poesia mesma influencia esse *estado*. Em sua Poesia, é muito aguda a consciência do estado da Colônia e de sua condição atual, mas sempre percebido como crítica, falta e ausência de outro. O poeta penetra na realidade, o passado, o presente e o futuro. Seja visto e bem dito: o *estado* da criação poética de Gregório de Matos é o estado original da Literatura Brasileira. Augusto de Campos escreveu estas palavras que vão mais além de qualquer discussão em torno de nosso Poeta. Disse:

Sem a boca do inferno do nosso primeiro antropófago, esse baiano e estrangeiro que deglute e vomita o barroco europeu e o retempera na mulatália e no sincronismo tropical, não há



formação — por mais bem intencionada — que informe o que há de vivo por trás dessa coisa engraçada chamada literatura brasileira (Campos 1990: II, 1296).

Gregório de Matos moldou e ergueu sua Poesia no idioma da época. O idioma culto dos autores barrocos, de fundamentos greco-latinos. Escreveu no idioma de seu tempo; um idioma culto e ibérico, sem deixar de mesclar esse idioma culto com toda classe de desafios linguísticos com o repertório lexicográfico brasileiro, onde realçava sua originalidade com seu sotaque nítido, com sua dicção pessoal e uma contaminação exagerada de expressões e palavras do tupi e do africano, carregando assim a sua linguagem com fortes pinceladas das cores brasílicas fazendo transparecer o barroco tropical da paisagem brasileira em sua natureza, em sua realidade linguística, social, religiosa e cultural. A língua enquanto corpo vivo faz ver a realidade que a incorpora, e, a própria realidade leva o Poeta ao *estado* de Poesia. Por sua vez, a Poesia leva à descoberta do povo, da gente. *Triste Bahia*. Ao ver a gente, enfim, o *estado* da Bahia, a visão do Poeta se torna consciência histórica. Um *estado* visto com os olhos do Poeta, visão ampla: crítica e criativa. Uma visão fotográfica, instantânea, parecendo utópica — utópico é o barroco com seu olhar infinito e transcendente — também, um olhar, uma visão sensual, material e realista, combinando sensações e estado de espírito a elementos externos e díspares.

Há toda uma série de poemas, romances, sonetos escritos pelo Poeta, que, de modo bastante claro, transparecem relações amorosas ilícitas, referências a personalidades do tempo, pessoas do clero, do alto escalão social, etc. O leitor se dá conta de que esses poemas estão escritos em um código barroco, um código ambíguo, inclusive de simbologia religiosa, mas com alta atmosfera satírica, sensual, erótica e obscena. Poemas de temática erótica, burlesca, temática essa envolvida em uma linguagem religiosa ou, ao contrário, o erótico e burlesco envolvidos de religiosidade. Assim como os nomes de damas e freiras estampados em seus romances e sonetos, no tocante à observação de seus encantos e beleza. É importante ressaltar que na sátira se cruzam e se mesclam as vertentes religiosa e erótico-amorosa da Poesia gregoriana. Gregório necessita de veneno para

temperar sua Poesia; e este veneno o faz picante na cena do barroco, e aos olhos do leitor moderno.

Em Gregório de Matos, criação e crítica é a mesma coisa. Poesia crítica; crítica dos códigos estabelecidos. Gregório não se coloca jamais como um servidor desses códigos, não se posiciona como um escritor subjugado aos padrões da Igreja e do Estado Colonizador; ele é o artista da linguagem e sua Poesia é antes de tudo crítica da linguagem; Linguagem pessoal de colorido nítido, reproduzindo de forma extravagante e grotesca tudo quanto possível em seus versos. Disse Augusto de Campos: "Gregório de Matos Guerra era um artista completo/ poeta dos 5 sentidos / como disse Lorca de Góngora / com mais aquele 6º sentido q a Bahia dá" (Campos: 1986). Gregório, ao lado de tantos outros poemas sobre a Cidade da Bahia, escreveu esta preciosidade, um detalhe de sua sátira e de sua Obra maior. Preciosidade que ficou famosa:

A nossa Sé da Bahia,  
Com ser um mapa de festas,  
É um presépio de bestas,  
Se não for estrebaria:  
várias bestas cada dia  
vemos, que o sino congrega,  
Caveira mula galega,  
o Deão burrinha parda,  
Pereira besta de albarda,  
tudo para a Sé se agrega (Matos 1990: 195).

Embora seja um poema bem conhecido, recitei aqui para melhor compreensão das ideias deste ensaio. O poema é um emblema de sua poesia satírica. Também de sua visão da Cidade da Bahia. Cada verso é uma censura e advertência. Trata-se de uma alegoria de insatisfação irônica. Ironia que faz rir... Ironia de ver sua Cidade assim. O Poeta se resigna em ver? Pergunta que para responder é preciso ler para ver segundo o olhar do Poeta. Vivendo nesse cenário, um cenário de convenções e crenças que não o deixam satisfeito e tanto menos convencido e ajustado, tudo o que não lhe convence e a ele não se ajusta é motivo de crítica e sarcasmo. Vale dizer: o tema da alegoria satírica aparece em toda a Poesia de Gregório de Matos e, é natural que esta forma de expressão apareça em sua Poesia religiosa e amorosa, também.

Há algo, em Gregório de Matos, que une esses mundos, (religioso, erótico, amoroso) aparentemente distintos: a paixão. Seu mundo é feito de contradições, de vícios, de propósitos de correção, violências, críticas e sarcasmos. Quem poderia bitolar sua liberdade de expressão ou dobrar sua língua em qualquer ocasião, quer religiosa, amorosa ou erótica? A Poesia de Gregório de Matos reflete uma realidade concreta e complexa de nossa formação. O que disse acerca de nossa colonização foi retomado pelo Modernismo e aplicado e exposto como *manifesto* pelas vanguardas brasileiras.

Escrevemos sob o signo de Gregório de Matos para quem escrever era provocar a vida e despertar os ânimos contra o terror e mentira dos poderosos; gritar nas praças públicas e nas esquinas contra as decisões falsas dos dirigentes. E, como logo recordamos, por isto mesmo, Gregório de Matos tornou-se conhecido como *o Boca do Inferno* por sua língua de serpente que a todos destilava seu veneno. Há quem diga que esse epíteto lhe veio por empréstimo, extraído de um soneto de Lope de Vega (Madrid, 1562-1635) contra um autor italiano, escritor de sátiras que, conforme se sabe, cultivava o hábito de falar mal dos espanhóis, Bocalini, *el Boca del Infierno*. Cabe aqui recitar o soneto que, segundo edição consultada, traz o título *A los Raguillos de Bocalini* (Lope de Vega 1946: 331):

Señores españoles, ¿qué le hicistes  
al Bocalino o boca del infierno,  
que con la espada y militar gobierno  
tanta ocasión de murmurar le distes?

El alba, con que siempre amanecistes,  
noche quiere volver de oscuro invierno,  
y aquel Gonzalo y su laurel eterno,  
con quien a Italia y Grecia oscuricistes.

Esta frialdad de Apolo y la estafeta  
no sé que tenga valentía,  
por más que el decir mal se la prometa;

pero sé que un vecino que tenía,  
de cierta enfermedad sanó secreta  
poniéndose un raguillo cada día.

Talvez a citação deste poema aqui nada acrescenta à discussão em torno de Gregório de Matos, o *Boca do Inferno*. Talvez isto não necessite de provas nem de demonstração. No entanto, e, sobretudo pelo prazer de ler vale a pena citar o soneto de Lope de Vega (1562-1635). Verdadeira ou falsa a origem prosaica do epíteto gregoriano, empréstimo ou plágio, o certo é que Gregório de Matos como podemos dizer, parafraseando, parodiando e imitando é a figura central do Século XVII colonial brasileiro, pois é ele quem abre a cortina do cenário da Bahia seiscentista com sua sátira e sua ironia risonha, o mundo moralista, falso e ilusório construído pela sociedade de seu tempo. Seu sarcasmo radical aos contemporâneos da Colônia e da Corte, se assim podemos pensar, foi um instrumento para desconstruir hierarquias onde se asseguravam certos valores religiosos, morais e sociais. A sátira assume importância capital na Poesia de Gregório de Matos. Há quem diga — e, eis aqui mais uma lenda que corre sobre o Poeta — que o *Boca do Inferno* com seus versos conseguira moderar o desregramento dos costumes e impedir que se incrementasse o desgoverno da Colônia. Poeta de visão, lúcido, livre, pensa e diz o que sente. Seus versos têm muito veneno. Leva às últimas consequências esse veneno a ponto de exagerar nas expressões verbais. E, sem sombra de dúvida, essa sátira gregoriana se mescla na direção dos gêneros específicos de sua Poesia, religiosa, erótica ou amorosa como, normalmente, é classificada. E desde já é possível afirmar: Gregório de Matos não existe isolado; não existe poeta solitário. Gregório de Matos é um homem de seu tempo e, como poeta é o produto da Poesia Barroca de seu tempo. Assim, é preciso entendê-lo dentro do cenário da vida cultural da Europa seiscentista, e, principalmente, da Colônia quando se pretende compreender seus giros poéticos, suas paráfrases, seus pastiches, suas paródias, seus plágios, certas posições ideológicas e pontos temáticos com que o Poeta escreveu sua Poesia ou se colocou como homem de seu tempo.

Gregório de Matos é um Poeta que tem consciência de sua realidade. Sabe que é poeta, Parece saber que escrever sobre a realidade de seu tempo é seu dever e seu destino. Sabe que só Ele mesmo nos dará a visão do estado original da formação brasileira. Ele é a consciência crítica da Poesia Brasileira Seiscentista. Ele é o signo da *Alta Poesia* Barroca, o signo da Poesia europeia que se transplanta para o Brasil, encontra terra fértil e então cresce.

Oswald de Andrade, o poeta antropófago de nosso Modernismo, o crítico/poeta para quem os problemas da cultura brasileira deviam resolver-se de forma crítica — ritual antropofágico, comunhão — sabia de nossa originalidade e começo. E afirma:

O Brasil literário começou em ponto alto. Portugal no século dezessete era um dos quatro países cultos da Europa e sua língua vitoriosa possuía gramática e dicionário. O que trouxeram para cá os missionários, os navegadores e cronistas respirava a atmosfera da poesia de Camões. O que veio, já veio feito. E tivemos uma curiosa transposição, o consciente e o formal, antes do inconsciente que constitui o substrato de toda a literatura (Andrade 1945).

Estamos em uma época, a época das utopias, época barroca, de crises e contradições. “O Estilo Utópico seria o Barroco” (Andrade 1970: 223). É a época das descobertas. Portugal e Espanha singram os mares nunca antes navegados. Ampliam e remarcam fronteiras. Tudo se comunica. No mar da poesia não há limites.

E Espanha por esse tempo imperava, e cultivava o gosto da Poesia Barroca; reflete-se a Poesia de Góngora e de Quevedo. É o Século de Ouro Espanhol. Um Século de crise, crise de sensibilidade, crise marcada pela luta entre *Reforma* e *Contrarreforma*, crise que abala as convenções e certezas. O mundo com suas metáforas em claro-escuro; o mundo com suas sombras, fantasmas, imagens ilusões... Vamos do já dito ao dito: o barroco constituía *o código universal mais elaborado da época*; o gosto pelo gongorismo florescente e cultivado em toda Península que se movia sob o signo da *Contrarreforma*. Era o tempo em que se fortalecia cada vez mais o poder da *Santa Inquisição* e se debatiam certos temas políticos e religiosos, como por exemplo, o poder da *Inquisição*, a Educação Jesuíta; temas esses debatidos e revestidos da pomposa e exuberante linguagem do barroco. O principal personagem desse cenário é Dom Luís de Góngora, o *Senhor Barroco*. Deixou para o leitor/poeta moderno uma Obra edificante de poesia.

Si toda inspiración se resuelve en una construcción, y eso es siempre el arte, lo típico de Góngora es la abundancia y la sutileza de conexiones que fijan su frase, su estrofa. Nunca poeta alguno ha sido más arquitecto. Nadie ha levantado con más implacable voluntad un edificio de palabras. El impulso implícito en cualquier arte como tal ha llegado en las obras mayores de Góngora (Guillén 1992: 38).

Foi criticado e imitado por todos. Na cena do barroco não há maior expressão que a expressão de sua própria Poesia. Elevou a Poesia à categoria de *Poesia Pura* e, como personagem solitário, assiste a um público não esclarecido, que o julga de Poeta *obsuro/hermético*. Anjo das trevas que ilumina a Poesia até nossos dias. Góngora continua hermético para os que ignoram o código da Poesia Barroca; para os que ignoram sua sintaxe moldada de acordo com a sintaxe da poesia latina. Góngora continuará obscuro para os que ignoram a mitologia greco-latina, a mais legítima origem de sua Poesia. Estamos diante de um ponto chave para compreender a Poesia de Góngora: não existe poesia obscura ou hermética; existe, sim, poesia difícil, de alto repertório, que exige do leitor alto repertório, também. Seus poemas possuem a polidez da pérola, o brilho nacarado da pérola, o corte refinado, a melancolia, a solidão, a nostalgia, a utopia, o relevo e as cores das construções de seu tempo; o tempo barroco. Leitores e poetas, todos os que liam a Poesia de Góngora o absorviam e devoravam. A polêmica sobre sua Poesia criou o *Gongorismo*. O Gongorismo é expressão que resume a tradição a que Góngora se liga: a tradição greco-latina de poesia; eis, pois, a tradição de Don Luís de Góngora. E assim, uma vez mais, na história da Literatura Universal a criação poética se nos revela como algo superior, uma ética cuja matéria cultivada é a Poesia da época barroca. Foi enorme e constante a influência gongorina na literatura do Ocidente; gosto que já Gregório de Matos, no Brasil, Sor Juana Inés de la Cruz, no México, bafejavam e saboreavam na natureza tropical das Américas. Penso aqui na tradição e herança de Góngora. A herança poética que nos legou. A Geração de 27, na Espanha é testemunha: Lorca, Gerardo Diego, Luís Cernuda, Salinas, Jorge Guillén, Dámaso Alonso... Aqui no Brasil, João Cabral reivindica para si parte dessa herança, também; disse que era filho espiritual desse poeta do Século de Ouro. E com isto nova

poesia surge. Há famílias de poetas; há gerações de poetas que arrastam as mais antigas tradições. Poetas que levam a outros poetas... *Rigoroso horizonte*.

Seja o que seja o ponto de vista poético em que Gregório de Matos se situa, certo é que Ele bebeu em fontes gongóricas. A leitura cuidadosa de sua Obra nos faz ver que seus temas burlesco-eróticos estão colados a Góngora. O colorido do ambiente que nosso Poeta faz aparecer, as figuras clericais às quais o Poeta traça seus próprios perfiz, a jocosidade, o desnudamento erótico dessas figuras, tudo se liga a Góngora. Os elementos barrocos encontrados em sua Poesia existem, da mesma forma em Góngora e Quevedo. Em todos os escritores do Século XVII predomina a luta entre forças contrárias...

Rer a Poesia de Gregório de Matos é penetrar nas ruínas barrocas e escutar seus ecos e reflexos. O barroco foi nosso começo; o começo da história brasileira. Foi a hora de Gregório de Matos em seu tempo; o tempo da Poesia barroca. Hora fantástica do nascer da Poesia Brasileira, hora tropical, meridional de nossa sensibilidade e inteligência artística; inteligência transplantada e devorada, antropofagicamente, sob os trópicos; hora amarga, mas, também cheia de saberes e sabores; os saberes e os sabores da poesia e da tradição peninsular europeia. A Poesia Brasileira nasceu nessa hora; a hora de Camões e Góngora; e por isso somos sensíveis a essa hora de nossa história. É preciso sublinhar: esse momento histórico é o momento onde ardem as vísceras e a alma desencarnada de Gregório de Matos, indivíduo único, em pleno solo baiano, onde sua vida e sua Obra mesma se conectam como novo eco. Graças à sua paixão e fome antropofágica a Poesia Barroca penetrou no Brasil trazendo consigo toda uma nova mentalidade. Isto implicou uma luta contra preconceitos e práticas que circulavam na Colônia. Nascemos sob o brilho pleno do Século de Ouro da Literatura Espanhola; o Século de Dom Luís de Góngora; também, o Século de Gregório de Matos; cada poeta tem seu tempo, sua luz própria e espaço e a Poesia é a matéria que os une e reúne sempre e per omnia sæcula sæculorum.

Nota-se, pois, como Gregório dentro de seu mundo e em seu tempo articula e utilizou o idioma barroco fazendo a intersemiose ou a mestiçagem de signos e culturas. O mundo de Gregório de Matos foi, em seu tempo, bem mais vasto e mais estreito, um mundo de linguagem e de realidades um mundo feito de

contrastes e oposições e Ele viveu tudo isto com sua consciência; uma consciência crítica e solitária frente à Cidade, à Colônia e sua história. A paródia foi o procedimento perfeito nessa articulação intersemiótica de códigos. Nesse mundo vasto e estreito, e em suas circunstâncias, não há mais diversão e entretenimento que fazer paródia, como se tratasse de um espetáculo do mundo em que vivia. Todo poema de Gregório de Matos é um espetáculo paródico que apresenta outros personagens mais além da linguagem. A paródia que Ele cria dá um sentido mais ambíguo à palavra revelando assim outras realidades. E fez este soneto parodiando Camões:

Sete anos a Nobreza da Bahia  
 Serviu a uma Pastora Indiana e bela,  
 Porém serviu à Índia, e não a ela,  
 Que à Índia só por prêmio pertendia.

Mil dias na esperança de um só dia  
 Passava contentando-se com vê-la:  
 Mas Fr. Tomás usando de cautela,  
 Deu-lhe o vilão, quitou-lhe a fidalguia.

Vendo o Brasil, que por tão sujos modos  
 Se lhe usurpara a sua Dona Elvira,  
 Quase a golpe de um maço, e de uma goiva:

Logo se arrependeram de amar todos,  
 E qualquer mais amara, se não fora  
 Para tão limpo amor tão suja Noiva (Matos 1990: 678).

Como não recordar a imagem gravada no poema de Camões? Ou, a imagem bíblica de Raquel, gravada no coração de Jacó? A tradição bíblica foi bastante cultivada pelos autores barrocos. Ao longo da Poesia gregoriana escuta-se o eco bíblico, alusões e paródias como neste poema de Camões. Refiro-me, exatamente, ao soneto por demais conhecido:

Sete anos de pastor Jacó servia  
 Labão, pai de Raquel, serrana e bela;  
 Mas não servia ao pai, servia a ela,  
 E a ela só por prêmio pretendia.



Os dias, na esperança de um só dia,  
Passava, contendo-se com vê-la;  
Porém o pai, usando de cautela,  
Em lugar de Raquel lhe dava Lia.

Vendo o triste pastor que com enganos  
Lhe fora assim negada a sua pastora,  
Como se a mão tivera merecida,

Começa de servir outros sete anos,  
Dizendo: — Mais servira, se não fora  
Para tão longo amor tão curta vida!

Os dois poemas, tanto o de Gregório de Matos quanto o de Camões, são dois momentos da mesma tradição. Ambos os escritores têm em mente o texto bíblico. Lemos um e outro poema. Vemos e sentimos um poeta através do outro. Ambos refletem o texto do Antigo Testamento. Claro, o poema gregoriano está contaminado de um sentimento oposto. Construção conceitual e paródica onde se desenvolve o sentido da paródia do texto consagrado até o desdém. E, como em toda sua Poesia, se cruzam as marcas satíricas, amorosas, religiosas chegando ao burlesco. Gregório de Matos dominou as formas cultas da tradição ibérica além das formas chamadas populares. Imitou como imitaram outros poetas barrocos. Imitar era norma poética no tempo de Gregório de Matos. E aqui está nosso poeta com as qualidades que o fazem Poeta. A forma usada, a economia de palavras, a justeza do tom, a simplicidade e a sutileza do riso, o humor e revelações espontâneas, sua dicção e a dicção do outro poeta, seu lirismo e o lirismo camoniano... Se imitar foi o pecado de Gregório de Matos, nosso Poeta do tempo barroco, a ignorância e incompetência crítica de seus contemporâneos foi um pecado maior que sequer merece perdão.

A Poesia de Gregório de Matos é, inteiramente, paródia. Vale dizer: Gregório como todos os autores do Barroco, aventurou-se neste procedimento erudito, tão antigo e tão moderno de criação literária. Portanto, deve-se considerar que, no Século XVII, o conceito de plágio e a recorrência à imitação literária constituía uma norma prática entre os escritores. Poesia nasce de Poesia. Na Poesia, na *Alta Poesia*, os poetas dialogam em razão e paixão, ciência e fé e se elevam até a excelsa altura. Compreende-se cada vez mais por que chamam *plagiário* ao Poeta Gregório de Matos. Sua Poesia é a Poesia da descoberta; a descoberta de outro poeta,

de alguma obra, de algum poema; a descoberta é poética, pois, implica leitura; leitura de Poesia. Os poemas de Gregório de Matos são chaves para a descoberta e compreensão de outros poetas e de outros poemas; de outros textos, de outros temas ideias e pensamentos. Um bom leitor de Poesia insistirá nessa chave. Uma chave de abertura que nunca irá revelar tudo; pois, trata-se de uma chave poética e, como tal, sua arte é, também, simulacro insinuação, sugestão, evocação, alusão, elisão, pausas, cortes, e até censura; alta censura. Neste sentido, é preciso ter em mente que a paródia gregoriana, é sempre crítica, censura, sátira, transgressão e, assim, implica em troca de signos e símbolos, muda e transforma valores; o sagrado torna-se profano; o alto é rebaixado. Isso levado ao extremo, no caso de Gregório de Matos, produz-se algo violento em termos de mudança. Abre-se um cenário terrível no tocante aos costumes, hábitos, moralidade da sociedade de seu tempo.

Prenúncio de vanguarda. Prenúncio de nossas vanguardas. Os poetas modernistas de 1922 foram os primeiros a perceber a Poesia gregoriana... Depois, os Poetas Concretos, a Tropicália, cada um a sua maneira, projetam a subversão da vanguarda de seu tempo. É a modernidade. O *Modernismo* brasileiro, de Oswald de Andrade até as vanguardas mais recentes, *Poesia Concreta*, *Tropicália*, revelaram, por exemplo, um Gregório antropófago, um poeta selvagem, no cenário tropical seiscentista, temperando a comida do outro com o tempero tupi a ponto de despertar cobiça, não em vão, ao bom apetite e desejo de outros.

A Poesia foi o recurso que Gregório de Matos utilizou para transcender seu conflito em seu tempo. Nem a vida social nem a religiosa ofereciam a Gregório de Matos satisfações emocionais, intelectuais e sentimentais. É o poeta da melancolia e da angústia barroca da época colonial brasileira: blasfema e faz versos de fé e piedade. E, quanta ternura em seus sonetos da piedade! Quanta ternura! Gregório se confessa e declara seu ato de contrição em forma de paródia. Seus poemas rituais mais parecem anunciar a hora crepuscular de sua vida, a hora em que a luz se apaga nas sombras. Vejamos este célebre soneto, onde o Poeta imita desde o miserere do *Salmo 50* ao *ato de contrição* do Catecismo católico estampado nos *Adoremus* da época e, naturalmente, praticado pelos devotos no ato confessional:

Ofendi-vos, meu Deus, bem é verdade,  
É verdade, meu Deus, que hei delinqüido,  
Delinqüido vos tem, e ofendido,  
Ofendido vos tem minha maldade.

Maldade, que encaminha à vaidade,  
Vaidade, que todo me há vencido;  
Vencido quero ver-me, e arrependido,  
Arrependido a tanta enormidade.

Arrependido estou de coração,  
De coração vos busco, dai-me os braços,  
Abraços que me rendem vossa luz.

Luz, que claro me mostra a salvação,  
A salvação pertendo em tais abraços,  
Misericórdia, Amor, Jesus, Jesus.

Quanto lirismo e quanta ternura. A piedade e ternura em um só ato: ato de contrição poética. Ato de expressão, rigorosamente, poética. É o poema expressão dessa ternura. Voluptuosa ternura; isto na medida em que o poeta pronuncia as palavras do ato. Poema de ciência religiosa e, também, de terrível revelação da consciência humana. Seu mundo é o mundo da consciência, povoado pelos fantasmas que atormentam. A consciência é o reino desses fantasmas; consciência que se abre e se fecha quando exposta ao exame. O barroco fez dessa consciência a mais clara interpretação. Vejamos: o poema é um ato de contrição, um exame de consciência. O poeta religioso e contrito, mas crítico diante das aparências da crença católica parece de coração tocado e contrito em súplicas e miserere... Confissão, contrição, reflexão interior, exame de consciência, refinamento, musicalidade, sonoridade, tudo está exposto neste poema alegórico; a linguagem da Poesia barroca em seus livres movimentos e vaivéns. Um mundo se revela na confissão do poema. Deste poema religioso de Gregório de Matos não se pode extrair de forma transparente uma certeza de crença; certeza de fé; da fé do Poeta no dogma católico. Diante da crise de sensibilidade, o fantasma gregoriano quer escapar do sentimento carnal, mas sua mente o atormenta e o aprisiona fazendo-o contradizer-se na declamação do poema que é o ato de contrição de um homem que não esquece que é carnal pecador penitente que pede perdão e misericórdia. Gregório parece rezar em forma de poesia, de alta Poesia. Poesia religiosa?

Poeta religioso? Um exame mais cuidadoso revela que sua poesia religiosa pode estar poluída de sensações eróticas e carnavais; suas fantasias religiosas quase sempre se desdobram em movimentos físicos, como nestes versos do recitado soneto:

Arrependido estou de coração,  
De coração vos busco, dai-me os braços,  
Abraços que me rendem vossa luz.

Trata-se de uma postura crítica do ato de confissão e de bom propósito de nunca mais pecar, conforme a doutrina católica do Catecismo de Trento, prática no Século XVII. Postura crítica codificada e concebida pela experiência religiosa do Poeta em seu tempo e pelos artifícios da retórica do Catolicismo escolástico de seu tempo. O poema acima demonstra o litúrgico/sacramental ato de penitência, ato de contrição do Poeta contra os pecados do mundo. Mas sua confissão, seu arrependimento, são como seus arrebatamentos irônicos suas espontaneidades em outros poemas. Não vemos aqui um arrependido convicto e contrito; crente, sim; nunca um ateu. Mas sempre uma confissão ou ato de arrependimento alusivo, jamais realizado. Revelações do perdão divino com a carnal existência do humano e da paixão violenta. O poema é uma alegoria do homem arrependido de ter praticado os vícios e com o firme propósito de emendar-se e nunca mais pecar. Alegoria e transfiguração da realidade do homem por um procedimento poético (a paródia), que por sua forma retrata uma percepção religiosa do mundo. Há, na Obra de Gregório de Matos, uma série de sonetos/poemas — uma espécie de retórica rimada — que revelam uma paródia dos sentimentos religiosos. É impossível que Gregório de Matos, em pleno Século XVII, não tenha vivido a experiência catequética do Sacramento da Confissão. Claramente, o soneto acima é uma paródia da Confissão, do salmo 50<sup>1</sup>, salmo recitado em ato penitencial, de acordo com o *Breviário* de Trento. Gregório de Matos sabia. Gregório de Matos, autor seiscentista, certamente, era leitor da Bíblia. A Bíblia foi o livro de cabeceira da leitura dos autores

---

<sup>1</sup> Peccatoris pœnitentis confessio, promissio, preces; Miserere mei, Deus, secundum magnam misericordiam tuam (Vulgata 2003).

barrocos. E, logo se nota: a Poesia de Gregório de Matos está cheia de cenas, versículos, e passagens da Bíblia que comprovam que o repertório bíblico, a liturgia eclesiástica, tudo isso era o signo de cultura barroca.

Liturgia de confissão, contrição e consciência culpada. Gregório compreende bem essa liturgia, compreende o *Catecismo* católico/romano; compreende e cria um estado poético de criação, de sensualidade religiosa alucinante, feito de orações, de trechos litúrgicos, cantos, princípios catequéticos e promessas. Tudo é perdoado pelo ato de contrição e de absolvição que se recita. Reza contrito o homem de consciência culpada e o Poeta lúdico que faz paródia. O poeta que se confessa é o poeta que se confunde com a linguagem da liturgia católica e o poema se transforma em um ato teatral, uma celebração poética, não um juízo sobre a religião católica. Sem dúvida, são os poemas religiosos de Gregório de Matos onde se acha a expressão mais comovente de sua Poesia. Seus poemas religiosos oscilantes entre o sagrado e a verdadeira poesia às vezes nos perturbam e nos deixam duvidosos, crentes e descrentes. E, parece, Gregório de Matos não encontrou, nem quis encontrar a fé nos atos piedosos do clero de seu tempo. Buscou a realidade transcendente expressa em sua Poesia, através de uma linguagem que o reconciliou consigo próprio e com seu próprio tempo. E se justifica assim sua poesia religiosa, especialmente, seus poemas de culpa e arrependimento. Gregório de Matos confessa sua culpa e arrependimento em forma de poema porque não encontra tema de comunhão nos costumes do clero e da gente de seu tempo. Vive e expressa sua fé poética: esse é seu estilo de pensar.

Gregório intuiu, naturalmente, os temas essenciais da Poesia de seu tempo: o tempo barroco. Como poeta, expressou com a maior lucidez o drama e conflito do homem barroco. Nosso poeta viveu todas as contradições do homem barroco. Blasfemou, duvidou, jurou, desconjurou, perjurou, esconjurou, pecou pediu perdão se confessou... Por isto tudo, vejamos o soneto *A Christo S. N. Crucificado, estando o Poeta na última hora de sua vida* (conforme sua didascália ou instrução para representação/recitação do poema):

Meu Deus, que estais pendente em um madeiro,  
Em cuja lei protesto de viver,

Em cuja santa lei hei de morrer  
Animoso, constante, firme e inteiro.

Neste lance, por ser o derradeiro,  
Pois vejo a minha vida anoitecer,  
É, meu Jesus, a hora de se ver  
A brandura de um Pai, manso Cordeiro.

Mui grande é vosso amor, e meu delito,  
Porém pode ter fim todo o pecar,  
E não o vosso amor, que é infinito.

Esta razão me obriga a confiar,  
Que por mais que pequei, neste conflito  
Espero em vosso amor de me salvar.

Com este poema o drama do homem pecador, Gregório de Matos, parece resolver-se. Ainda que se diga que o poema é um ato de confissão estando o poeta na hora da morte, isto é muito superficial. Diria: é uma semelhança paródica de ritmo, entonação e sentido do conceito do ato sacramental. Mas o Poeta que escreve não o homem que se confessa. Gregório sabe isto muito bem. A confissão brota da abundância da mente literária do Poeta, não do dogma da religião, simplesmente. Teria o Poeta mesmo escrito este poema na última hora de sua vida? Existe nisto muita lenda. Deste modo, arrepender-se pelas faltas cometidas e antes da morte se confessar é a maior recompensa, o passaporte seguro para a entrada definitiva no reino da vida eterna. Tudo parece resolvido: faltas cometidas e perdão, arrependimento e absolvição, assim, estaria pronto o homem para entrar no Céu e gozar das delícias da graça divina sem sacrifício ou penitência. Pedir perdão é um dever sagrado, talvez, o maior dever que, cumprido, fica assegurada ao pecador a glória eterna. Essa temática aparece em outros poemas, onde o poeta realça a eficácia da graça divina. Neste sentido, a Poesia gregoriana contém inumeráveis passagens e alusões a este tema religioso, que adquire a forma (paródica) de um ato de contrição penitencial. Este poema e outros que versam sobre o mesmo assunto é o lugar de encontro dos críticos/leitores de Gregório de Matos. A crítica o coloca naquele espaço semântico denominado *poesia sacra*; E o citado soneto é exemplo maior. E sempre na memória como marca do Poeta pedindo perdão na hora

da morte. E Cristo crucificado é o modelo religioso da confissão e do perdão da culpa. Aqui, o espaço semântico dirige a atenção do leitor. Um espaço crítico de afinidades e oposições. Nota-se aí, neste espaço, um corpo de doutrinas que se fecham no ato de piedade, ou no dogma da Religião. Ao tempo de Gregório a religiosidade é exagerada e absoluta. Religiosidade e poesia estão em constante simbiose e dialogia. O verso barroco do poema torna-se rígido diante do exercitado exame de consciência de reflexão de imagens, conceitos e formas espirituais. O ato de contrição torna-se vertiginoso. O mundo católico de Gregório participa da mecânica da linguagem da poesia; seu ato de contrição é uma fé parodiada; uma fé paramentada com os signos da poesia. Ou, poesia paramentada com os signos da fé. Contrição simulada e feita por um homem de espírito livre, que quer cada vez mais se libertar dos limites corporais. Por trás do poema de Gregório não há nada, contrição alguma; há apenas o poema, paródia do ato de contrição litúrgica. Não há nada porque seu ato de contrição é paródia, puro jogo de linguagem; sua consciência transparece refletida na aparência do poema.

Esta experiência, que Gregório de Matos assume na forma de poema aparece em outros autores barrocos. Examinar a consciência é próprio do homem barroco. E o exame de consciência seguido do ato da confissão da culpa foi uma prática muito estimulada e obrigada pela Igreja católica, no Século XVII. Os autores barrocos tendem a penetrar naquela zona secreta de nossa consciência, onde se acha nossa alma angustiada e melancólica. O soneto, acima recitado, é de contrita beleza e de tranquilizadora verdade, neste sentido. Mas, é, sobretudo, Poesia. A concepção de Gregório se cobre de pura linguagem e fantasia. O que não se pode, pois, reduzir o poema à mera convenção ou ponto de vista do crítico pouco ilustrado que quer afirmar que o poema testemunha o arrependimento do Poeta pelas faltas cometidas em sua vida. Não obstante, sem eliminar qualquer interpretação religiosa, o leitor se move diante de uma experiência pura de Poesia.

Seguindo esta ideia, temos outros exemplos de poemas gregorianos bem próximos da Bíblia e do Catecismo Católico seiscentista, isto é, o Catecismo de Trento, de prática obrigatória na época de Gregório de Matos. O ato de contrição penitencial de Gregório de Matos é uma experiência, liturgicamente, poética. E a

exata referência intelectual desta experiência de purificação e exame de consciência é o ato de contrição do poeta conrito em busca dos favores divinos. Não nos surpreende de modo algum que Gregório de Matos tivesse vivido de forma poética essa experiência religiosa; experiência religiosa em paralelo com a poesia. Para um leitor exigente, a confissão de Gregório já nada se parecerá com o ato penitencial praticado por um católico devoto passado de sua existência no pecado para uma vida segundo o rito sacramental da salvação. Os poemas religiosos de Gregório mais sugerem sua posição racional ao desejar expressar, racionalmente, algo transcendental. Longe de se confessar como qualquer devoto católico, o Poeta refina sua expressão poética em forma de paródia. E, ao leitor superficial fica difícil formar uma imagem mais coerente do Poeta e do homem que compôs esses versos.

Há, por exemplo, um soneto da época do Barroco, ou anterior, de autor anônimo, cujos versos são mais ou menos semelhantes: a mesma temática, a mesma dicção, a mesma sonoridade que prova nosso ponto de vista paródico sobre Gregório de Matos e nega qualquer subjetivismo ou impressionismo crítico sobre nosso Poeta, mesmo sabendo que era um homem de formação Católica. O poema está construído nos mesmos termos de uma situação parecida, — *a Cristo Crucificado* —, situação ligada a uma tradição mais antiga onde o poeta se prende ao exame de consciência de si mesmo, no desespero, na angústia e na espera do perdão divino. Cito:

No me mueve, mi Dios, para quererte,  
El cielo que me tienes prometido,  
Ni me mueve el infierno tan temido  
Para dejar por eso de ofenderte.

Tú me mueves, Señor; muévame el verte  
Clavado en una cruz y escarnecido;  
Muéveme ver tu cuerpo tan herido;  
Muéveme tus afrentas y tu muerte.

Muéveme, al fin, tu amor, y en tal manera,  
Que aunque no hubiera cielo, yo te amara,  
Y aunque no hubiera infierno, te temiera.

No me tienes que dar porque te quiera;  
Pues aunque lo que espero no esperara,



Lo mismo que te quero te quisiera<sup>2</sup>.

O sentimento religioso, comum aos autores barrocos, crentes ou céticos, místicos ou, não, é a característica deste poema. Creio que este poema poderia ter sido escrito por Gregório de Matos. Acho oportuno citá-lo aqui ao falar do sentimento religioso de Gregório de Matos, pois, encarna e configura sua visão e contrição diante do símbolo de Cristo Crucificado em seus poemas. O soneto acima é mais uma expressão poética do mesmo tema e sua atmosfera é idêntica: a contrição como prova de amor divino. Acentua o sentimento religioso. É o espírito de consciência arrependida que regressa ou a consciência que engendra nossos desejos. Os dois poemas acima reúnem os sentimentos do homem religioso e contrito. Sua religiosidade poética, velada de ambiguidade se move a praticar, simbolicamente, o ato de arrependimento que confessa. E tudo depende de o que irá ocorrer em uma nova situação em que o *homem carnal* se encontrar.

Sem sombras de dúvida; Gregório de Matos parodiou desde a *Bíblia* ao *Breviário Católico*. Compreende-se por que chamam a essas "paródias" poesia religiosa: sua temática é religiosa. Mas não é uma temática fechada no dogma. Trata-se de uma visão paródica que transcende de forma racional o horizonte do dogma da religião sem discutir nem esbarrar na ideia de verdade.

A Poesia de Gregório de Matos devemos mais ler e reler do que crer no que dizem d'Ele certos críticos. Na verdade, sua Poesia revela mais da consciência dos homens e das pessoas de sua época do que os críticos possam revelar d'Ele. Sua confissão é um drama de consciência e de existência; seus poemas de arrependimento e contrição são desdobramentos de sua vida e de sua existência até a revelação íntima e realização de sua Obra. Gregório é um grande Poeta religioso; religioso humano; de religião mais humana que divina. Não ignora a fraqueza da carne; não ignora que o homem está sujeito a caídas e recaídas, sabe mais do homem pecador que qualquer confessor. Por isso diz com

---

<sup>2</sup> "Este hermoso soneto *A Cristo Crucificado* es de autor incierto. Fué atribuído a Santa Teresa de Jesús, a San Ignacio de Loyola e a San Francisco Javier; y también fray Pedro de los Reyes y al agustino fray Miguel de Guevara, que murió misionero en México en 1640" (Becker 1953: 271).

contrita autoridade este *Acto de Contrição que fez depois de se confessar* (Matos 1990: I, 71):

Meu amado Redentor,  
Jesus Cristo soberano  
Divino Homem, Deus Humano,  
da terra, e céus criador:  
por seres, quem sois, Senhor,  
e porque muito vos quero,  
me pesa com rigor fero  
de vos haver ofendido,  
do que agora arrependido,  
meu Deus, o perdão espero.

Bem sei, meu Pai soberano,  
que na obstinação sobejo  
corri sem temor, nem pejo  
pelos caminhos do engano:  
bem sei também, que o meu dano  
muito vos tem agravado,  
porém venho confiado  
em vossa graça, e amor,  
que também sei, é maior,  
Senhor, do que meu pecado.  
Bem não vos amo, confesso,  
várias juras cometi,  
missa inteira nunca ouvi,  
a meus Pais não obedeco:  
matar alguns apeteço,  
luxurioso pequei,  
bens do próximo furtei,  
falsos levantei às claras,  
desejei mulheres raras,  
cousas de outrem cobicei.

Para lavar culpas tantas,  
e ofensas, Senhor, tão feias  
são fontes de graças cheias  
essas chagas sacrossantas:  
sobre mim venham as santas  
correntes do vosso lado;  
para que fique lavado,  
e limpo nessas correntes,  
comunica-me as enchentes  
da graça, meu Deus amado.

Assim, meu Pai, há de ser,  
e proponho, meu Senhor,  
com vossa graça, e amor  
nunca mais vos ofender:  
prometo permanecer  
em vosso amor firmemente,  
para que mais nunca intente  
ofensas contra meu Deus,  
a quem os sentidos meus  
ofereço humildemente.

Humilhado desta sorte,  
meu Deus do meu coração,  
vos peço ansioso o perdão,  
por vossa paixão e morte:  
à minha alma em ânsia forte  
perdão vossas chagas dêem,  
e com o perdão também  
espero o prêmio dos Céus,  
não pelos méritos meus,  
mas do vosso sangue: amém.

As estrofes aqui transcritas fazem deste poema uma verdadeira contrição, no sentido religioso da palavra: uma confissão com a dicção aberta à poesia. Dicção que é preciso ouvir. A voz do Poeta ecoa em contrição, uma contrição em que as palavras se abraçam no ato de contrição do próprio poema. Consciente e deliberado ato de imitação poética. É um ato de contrição que comparte com muitos poetas do Século XVII. A temática do poema se assemelha à verdadeira doutrina do sacramento católico da confissão, em que o poeta se confessando pode converter sua vida de pecador em "estado" de graça. Ato de contrição e ato de imitação. Isto enlaça o Poeta em fantasias barrocas. Detrás de Gregório há a velha doutrina de Trento da remissão dos pecados. E mais, a ideia de mundo como coisa negativa, mal, desordem e morte; o poeta ante a ideia de céu da pregação jesuíta. *Acto de contrição que fez depois de se confessar*. Mas quem escreveu o poema? O poeta, Gregório mesmo? Autor e ator deste ato mesmo; nenhuma dúvida que o Poeta sente e confessa toda sua culpa e sente a necessidade de que seja perdoado. A confissão de Gregório de Matos parece não corresponder inteiramente à realidade dos propósitos jurados no

ato sacramental. E qual seria a causa de sua consciência arrependida com o firme propósito de emendar-se? Talvez o Poeta mesmo não se dê conta do alcance de suas confissões. Vale dizer que a poesia é, parodicamente, uma forma de confissão. O poema aqui é uma paródia, uma apropriação do ato de contrição que se recomendava recitar depois do ato da confissão. Neste poema que aqui comentamos, Gregório de Matos faz uma confissão paródica que realça o rigor de seu procedimento poético. Pode parecer patético, mas é uma confissão que faz o poeta a cada um de seus leitores, e seu ato de contrição é um ato litúrgico de excelência poética. Tão absorvente é o ato de expressão poética que se confunde com o ato de oração. Contemplamos com muita atenção o poeta confesso em ato de oração e poesia. Expressão religiosa da vontade do poeta ou da necessidade de se colocar na história de seu tempo. De qualquer modo, Gregório de Matos segue como o primeiro da lista e da linhagem barroca no Brasil. Com Ele começa uma aventura que se completa com o Modernismo de 1922 e esbarra nos poetas concretos, nossa vanguarda, por excelência. Festa tropical. O prato melhor de nossa antropofagia cultural.

**BIBLIOGRAFIA**

- Andrade (1945): Oswald de Andrade, Conferência pronunciada na Biblioteca Pública Municipal de São Paulo em 1945, *Boletim Bibliográfico*, ano II, v. VII, abril-maio-junho de 1945.
- Andrade (1970): Oswald de Andrade, "Descoberta de África" in *Do Pau-Brasil à Antropofagia e às Utopias. Obras Completas*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- Araripe Júnior (1958-1966): Tristão de Alencar Araripe Júnior, *Gregório de Matos*. In *Obra Crítica*, volume II, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura / Casa de Rui Barbosa, 5 volumes.
- Becker (1953): Idel Becker, *Manual de Español*, São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- Campos (1986): Augusto de Campos, *O Anticrítico*, Companhia das Letras, São Paulo.
- Campos (1990): Augusto de Campos, *Da América que existe: Gregório de Matos*, in *Gregório de Matos, Obra Poética*, 2ª edição de James Amado, preparação e nota de Emanuel Araújo, Editora Record.
- Deleuze (1991): Gilles Deleuze, *A Dobra. Leibniz e o Barroco*, Campinas (São Paulo), Papyrus.
- Guillén (1992): Jorge Guillén, *Lenguaje y poesía*, Madrid, Alianza Editorial.
- Lope de Vega (1946): Félix Lope de Vega, *Obras Escogidas. Tomo Segundo: Poesías Líricas, Poemas, Prosa, Novelas*, Estudio preliminar, biografía y apéndices de Federico Carlos Sanz de Robles, Madrid, M. Aguilar Editor.
- Matos (1990): Gregório de Matos (1633?-1669?), *Obra Poética*, 2ª edição de James Amado, preparação e notas de Emanuel de Araújo, Rio de Janeiro, Record.
- Spina (1995): Segismundo Spina, *A poesia de Gregório de Matos*, Introdução, Seleção Antológica e Comentários de Segismundo Spina, Prefácio de Haroldo de Campos, São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo.
- Vulgata (2003): *Biblia Sacra Vulgata Editionis, Sixti V Pontificis Maximi iussu reconita et Clementis VII Auctoritate edita*, Editioni San Paolo, Milano.



## LOS VAIVENES CRONOLÓGICOS DE LAS TRADUCCIONES ESPAÑOLAS DE *OS LUSÍADAS*

Xosé Manuel Dasilva  
Universidade de Vigo  
[jdasilva@uvigo.es](mailto:jdasilva@uvigo.es)

### RESUMEN

La historia de las traducciones españolas de *Os Lusíadas* muestra una ausencia de regularidad a lo largo del tiempo. Es posible determinar dos fases fundamentales en las cuales el poema épico camoniano es objeto de un mayor número de versiones en español: la época de la *União Ibérica*, por una parte, y la segunda mitad del siglo XIX, por otra. Llama la atención, especialmente, el hecho de que no haya ninguna traducción durante casi dos siglos. El presente artículo trata de profundizar en las causas más importantes que explican este curioso proceso de recepción de *Os Lusíadas* en España.

**PALAVRAS CLAVE:** Camões; Traducción; *Os Lusíadas*; União Ibérica.

### ABSTRACT

*The Lusiads* Spanish translations history reveals a lack of regularity over time. It is possible to determine two fundamental phases in which a large number of Spanish versions emerge: in the *Iberian Union* time and in the second half of the 19<sup>th</sup> century. What is most striking is the fact that there isn't any translation during almost two centuries. The present paper tries to deepen the most important causes that explain this peculiar process of *The Lusiads* reception in Spain.

**KEYWORDS:** Camões; Translation; *The Lusiads*; Iberian Union.

Camões es el autor portugués de éxito más intenso y prolongado en España. Su obra empieza a conocerse en el espacio vecino desde altura muy temprana, conforme sin ninguna duda se desprende de estas palabras de Coimbra Martins: "Mal Camões deixou o seu vale de lágrimas, os espanhóis o traduziram, o

imitaram, o glosaram” (Martins 1972a: XVIII). La circulación de su producción literaria al otro de la frontera incluye diversas manifestaciones a lo largo del tiempo, sin olvidar hasta la presencia del poeta como motivo de inspiración en no pocos autores, como por ejemplo la narradora Carolina Coronado, en cuya novela *La Sigea* (1854) se erige en protagonista.

Figuras primordiales de las letras españolas admiran desde el primer momento la excelsa calidad de la obra camoniana tanto lírica como épica, según destacó en un magistral trabajo Dámaso Alonso (Alonso 1974). En lo que concierne a *Os Lusíadas*, Fernando de Herrera estima en 1579, en sus comentarios tan celebrados a Garcilaso de la Vega, que la epopeya es una “hermosa y elegante obra”. Supone esta la alusión inaugural a Camões en España y por tal causa posee una notable significación histórica. Miguel de Cervantes, por su parte, alude a *Os Lusíadas* en *La Galatea* como “el singular tesoro del luso”, fórmula muy expresiva después reiteradamente utilizada. Luis de Góngora, a su vez, alaba las virtudes del poema en los preliminares de una de las primeras traducciones españolas. Lope de Vega, por otro lado, menciona elogiosamente a Camões a lo ancho de su vastísima obra teatral y poética en numerosas ocasiones, como por ejemplo en *Laurel de Apolo*, donde le llama “portugués cisne canoro”. Baltasar Gracián, en fin, se sirve de abundantes pasajes camonianos en el tratado *Agudeza y arte de ingenio* para ilustrar sus propuestas estéticas.

Cabría evocar otros muchos nombres de la cultura española que exaltan la literatura de Camões. Esta vez nuestro propósito es, sin embargo, profundizar en otra vertiente de la suerte española del autor singularmente interesante y desde un ángulo ideológico bastante sugestiva. Se trata del reconocimiento de Camões a través de las traducciones españolas de *Os Lusíadas* como icono supremo de la lusitanidad. Menéndez Pelayo, en una carta enviada en 1876 desde Lisboa a José María de Pereda, sentenciaba que “con ser *Os Lusíadas* poema erudito y artístico, ha podido decirse de él con fundamento que es la poesía más nacional de la tierra” (Menéndez Pelayo 1942: 259). Y Zamora Vicente recalca un siglo más tarde: “Camões épico redondea, en las culturas renacentistas, lo que ningún otro escritor de infinitas octavas reales ha conseguido: plasmar, en un seductor revoltijo de fantasía



e historia, escrita o tradicional, la realidad nacional, colectiva, de un pueblo" (Zamora Vicente 1981: 11).

En realidad, el fenómeno descrito se produce prontamente. No es en absoluto aleatorio el trasvase lingüístico de *Os Lusíadas* ya en 1580, solo ocho años después de la publicación del texto original. En esa fecha aparecen incluso dos versiones, una en Alcalá de Henares, realizada por Benito Caldera, y otra en Salamanca, de la responsabilidad de Luis Gómez de Tapia. En 1591 sale una tercera traducción, de la mano de Enrique Garcés, y en 1639 surge la magna versión en prosa de Manuel de Faria e Sousa. Este informa de dos traducciones inéditas, una de Francisco de Aguilar y otra de Manuel Correa Montenegro. Lamberto Gil avanzó sobre estas versiones: "Ninguna de estas dos ha llegado a publicarse, ni sabemos cual habrá sido su paradero" (Gil 1818: 6). Nicolás Antonio aporta en su *Bibliotheca hispana nova* (Roma, 1672) una traducción más, también perdida, que dataría de 1609.

Desde 1639, fecha de la traducción de Faria e Sousa, hasta 1818, año de una nueva versión de Lamberto Gil, no se llevan a cabo más traducciones de *Os Lusíadas* en España. En 1851 se divulga en el *Semanario Pintoresco Español* una versión parcial de Emilio Bravo, y a finales del mismo siglo irrumpen tres traducciones íntegras: en 1872, una primera versión de Juan de la Pezuela, conde de Chestre; en 1873, otra traducción de Carlos Soler y Arqués; en 1874, una tercera versión de Manuel Aranda y Sanjuán. Otra traducción fragmentaria, de Patricio de la Escosura, es de 1881. Hay que señalar, por otro lado, tres transferencias inéditas: una de Gabriel García y Tassara, hoy conservada; otra de Luis Bretón y Vedra, extraviada; y la tercera de Emilio Bravo y Federico Pérez Molina, también perdida en la actualidad.

Prosiguiendo nuestro recorrido, el siglo XX asiste, en primer lugar, a la publicación en 1808 de una traducción parcial de Cándido Ruiz Martínez en la revista *Ateneo*. En 1934 se edita una traducción completa de Pedro González Blanco, en 1955 una versión de Ildefonso Manuel Gil y en 1980, por último, otra más de Aquilino Duque. Del mismo siglo son casi todas las reediciones de algunas de las traducciones de *Os Lusíadas* existentes, como las de Benito Caldera, Luis Gómez de Tapia, Enrique Garcés, Lamberto Gil, Manuel Aranda y Sanjuán e Ildefonso Manuel Gil. Del siglo XXI solo es, hasta ahora, una reedición más de la traducción de Benito Caldera.

Como se puede advertir, el curso de las versiones españolas del poema camoniano no es regular. Esta situación contrasta notoriamente con lo ocurrido en otras culturas europeas, donde el transvase de *Os Lusíadas* a las lenguas respectivas es mucho menos entrecortado. Así ocurre en Francia, desde que en 1735 se publica la primera traducción de Duperron de Castera, o en Italia, a partir del jalón inicial que determina en 1658 la versión de Carlo Antonio Paggi. También sucede lo mismo en Inglaterra, desde la traducción de Richard Fanshaw de 1655, y en Alemania, donde la primera traducción de la obra, hecha por C. C. Heine, data de 1806.

A decir verdad, el caso de España permite extraer varias conclusiones de naturaleza objetiva enormemente interesantes. La primera es que las traducciones españolas de *Os Lusíadas* representan el primer hito importante en la historia de la traducción hispano-portuguesa, aunque haya algunas versiones anteriores de otras obras. Hasta entonces predomina sobre todo la "no traducción", reflejo de la asimetría que pesa en aquella época en las relaciones lingüísticas entre los dos países. Por una parte, los portugueses suelen leer en español, como lo prueba que copiosos libros en dicho idioma se editen en Portugal en versión original. Por otra parte, los españoles tienden a dedicar atención preferentemente a las obras de la cultura vecina que escriben los autores portugueses en la otra lengua o que autotraducen a la misma. No deja de ser significativo que una buena parte de los traductores de *Os Lusíadas* al español sean portugueses, que hacen por lo tanto traducciones inversas en lugar de traducciones directas, lo que denota de algún modo la escasez de traductores nativos en tal combinación lingüística.

La segunda conclusión que es imprescindible inferir se cifra en que las traducciones españolas de *Os Lusíadas* son las primeras pero no las de mayor número a través de la historia. Se registran más versiones al francés y, según el cómputo efectuado por Pina Martins, las versiones alemanas, inglesas e italianas deparan asimismo un balance superior: "Não levando em conta as edições do poema aparecidas juntamente com as obras menores, e prescindindo de espécies em que o poema entre com passos escolhidos ou florilégios, verificamos que foi em francês que a epopeia foi mais vezes editada nestes quatro séculos (dezoito vezes), seguindo-se logo, por ordem decrescente, a língua alemã

(dezassete vezes), as línguas inglesa e italiana (catorze vezes) e a espanhola (oito vezes)” (Martins 1972b: 85).

La tercera conclusión estriba en que las versiones al español se concentran fundamentalmente en dos momentos determinados: a) la primera oleada data de finales del siglo XVI y principios del siglo XVII; b) la segunda oleada se sitúa a finales del siglo XIX. Conectada con la que se acaba de enunciar, la cuarta conclusión tiene que ver con la constatación de un sospechoso lapso temporal de ciento setenta y nueve años sin traducciones, en concreto desde 1639 hasta 1818. Sin contar la versión de Lamberto Gil, bastante aislada, el mencionado lapso se extiende a doscientos treinta y tres años, esto es, desde 1639 a 1872. Por último, la quinta conclusión es que todas las reediciones de las traducciones del poema camoniano se publican sin ninguna salvedad en los siglos XX y XXI.

Además de estas conclusiones objetivas, resulta oportuno exponer algunas consideraciones contextuales relativas a la expansión de *Os Lusíadas* en España. En lo que afecta a la primera oleada de traducciones, es indicativa extremadamente la coincidencia de la fecha inicial (1580) con el fallecimiento de Camões y el inicio de la monarquía dual hispano-lusa bajo la autoridad del soberano Felipe II. Entonces las dos universidades españolas más prestigiosas, Alcalá de Henares y Salamanca, alientan la salida de sendas versiones compitiendo de forma evidente entre ellas mientras que, tan solo once años después, sale una traducción destinada específicamente al Nuevo Mundo. Por otro lado, la fecha final (1639) se corresponde con la inminente recuperación de su independencia por parte de Portugal.

Con relación ya a la segunda oleada de traducciones, es inevitable hacer notar que la historia en cierta medida se va a repetir, porque aquel contexto propicio que ampara la propagación de *Os Lusíadas* en España en las últimas décadas del siglo XVI y en la primera mitad del siglo XVII vuelve a darse en el último tercio del siglo XIX. En esa época, la celebración del tricentenario de la *editio princeps* de la epopeya y, a continuación, también de la muerte de Camões, aparte del apogeo del debate de la denominada *questão iberista*, concurren para que afloren nuevas traducciones (Dasilva 2009).

Vázquez Cuesta demostró que los españoles no fueron capaces de comprender entonces la orientación política de abierto

signo republicano que presidía en Portugal la conmemoración sobre todo del primero de esos dos aniversarios. Esto hace justamente nada trivial la renacida ansia de trasladar *Os Lusíadas* a la lengua española, que realmente obedece a otros intereses y no a la demanda de los lectores, como atestigua este comentario de Emilia Pardo Bazán por aquellos días: "Sábese que hubo Camões, porque hubo centenario; lo incierto es si alguien lee *Os Lusíadas*" (Pardo Bazán 1884: 70). En lo que respecta al clima iberista imperante, sirva de señal fehaciente el punto de vista de Juan Valera: "Camoens, escribiendo *Os Lusíadas*, levantó el mayor obstáculo a la unión de su pueblo con España, porque magnificó el lenguaje y santificó el signo característico de independencia de la nacionalidad portuguesa" (Valera 1860: 185).

Parece claro, así pues, que el desarrollo de la recepción de la epopeya camoniana en España no es ajeno a poderosas implicaciones ideológicas. A nuestro entender, en las últimas décadas del siglo XVI despunta en España un empeño veloz en traducir *Os Lusíadas* que, como ya hemos dicho, no puede ser calificado de accidental. La urgencia en importar la obra es más llamativa si tenemos en cuenta que, de acuerdo con la opinión de algunos estudiosos, su aparición no supone un gran éxito editorial entre el propio público portugués al estamparse por primera vez, con solo cuatro ediciones en los años iniciales (Alves 2001: 194). Ha sido comparada la resonancia de *Os Lusíadas* con la de obras coetáneas, como *Imagem da Vida Cristã*, de Frei Héitor Pinto, editada poco tiempo antes, que para Vanda Anastácio "se transformou rapidamente num verdadeiro *best-seller*" (Anastácio 2004: 160-161).

Hay más pruebas que refuerzan la idea de que la fortuna de *Os Lusíadas* en España está influenciada por la vinculación simbólica de la obra con Portugal. Así, se ha resaltado con frecuencia que desde 1572, fecha de la *editio princeps*, hasta 1591, cuando Enrique Garcés publica la tercera traducción, la cantidad de versiones en español es superior a la suma de ediciones originales. Ha sido subrayado, asimismo, que España constituye el primer entorno exterior en el cual se exhibe entusiasmo por el poema, sirviendo de trampolín esta buena acogida para su posterior irradiación internacional (Dasilva 2003a).

En efecto, *Os Lusíadas* se identifica en España desde el comienzo como un retrato completo de la patria portuguesa. El

apoyo prestado por Felipe II a las primeras traducciones de la epopeya respondería, dentro del proceso de anexión del reino portugués encabezado por el monarca, a la voluntad de expandir, a través de la lengua española, la relevancia cultural y política del territorio recién incorporado. Conviene recordar que Antonio José Saraiva puso énfasis en que Camões se convierte de forma patente, por otra parte, en una suerte de emblema para los que restauran la independencia portuguesa tras el período de la dominación filipina. Una cita del escritor y periodista José Fernández Bremón, en pleno siglo XIX, es harto elocuente: "Portugal (...) se emancipó de España con *Los Lusíadas*, más que con la batalla de Aljubarrota y su posterior independencia. La literatura de cada pueblo es su frontera más inaccesible" (Fernández Bremón 1880: 362).

No cabe duda que la crisis dinástica portuguesa favorece la entrada de *Os Lusíadas* en España precisamente porque el poema se ve como una representación de la nacionalidad lusitana (Asensio 1973). En la parte introductoria de la traducción de Gómez de Tapia no es baladí el paratexto "Catalogo de los reyes que en Portugal ha auido, desde el primer Conde don Enrique, hasta el año de ochenta, en que la mayor parte de Portugal esta Subjecta a la Magestad del Rey Don Phelippe nuestro Señor". Dicho paratexto termina, tras la enumeración de todos los monarcas portugueses, con estas palabras: "A dõ Henrique succedio el año de ochenta la sacra Magestad del Rey dõ Phelippe II, deste nombre, Rey de España: assi por ser Reyno que de su corona auia salido, como por ser nieto del Serenissimo Rey dõ Manuel, padre de don Enrique, que murio sin herederos".

Ha sido aducida la supuesta intervención del rey Felipe II para la impresión acelerada de las primeras traducciones, pero por desgracia no existen documentos incuestionables con respecto a esa verosímil complicidad del monarca. Con todo, dice la leyenda que el propio Felipe II escribió una versión en español del famoso soneto camoniano "Sete anos de pastor Jacob servia". La curiosa noticia emerge originalmente en la obra *Panegírico por la poesía*, de autoría controvertida, editada en 1627.

Pocos años después, Faria e Sousa, en la dedicatoria de su traducción comentada de *Os Lusíadas*, en la cual pide protección al rey Felipe IV, alega que su abuelo Felipe II preguntó al parecer por Camões tras su llegada triunfal a Lisboa. Esto es lo que Faria e

Sousa asegura: "Se sabe que el rey Felipe II, [...] entrando en Lisboa, halló de menos (con pesar no pequeño) a este gran ingenio, Luís de Camões, cuando preguntó por él: [...]. Real elogio [...] para Camões que un monarca [...] se acordase de él, para mostrar que deseaba verle; y que sentía no poderle ver, porque ya de pocos días había pasado a la segunda vida". Tal información sobre el hecho de que Felipe II se hubiese interesado por Camões figura por primera vez en la *Vida de Luís de Camões*, inserta en 1624 por Manuel Severim de Faria en sus *Discursos Vários Políticos*, donde a propósito de este hipotético encuentro se asevera: "[Felipe II] desejava de o ver por sua fama e fazer-lhe mercê".

Teófilo Braga, editor y ensayista camoniano, además de segundo presidente de la República Portuguesa, da a la luz en 1889 un breve estudio en el que recupera la noticia de que Felipe II tradujo "Sete anos de pastor Jacob servia" (Braga 1889). Diez años antes, el propio Teófilo Braga fabula en torno al interés del rey en la composición "O Poema de Camões" (Braga 1880). En esta obra, de exacerbado tono patriótico, Camões es elevado a la condición de símbolo preclaro del espíritu de la *Restauração*. Estos son los versos finales de la misma:

Morto é Camões; mas guarda-se a verdade  
no poema [*Os Lusíadas*] dessa austera consciência  
onde a Pátria respira a liberdade,  
onde ressurge a morta independência.  
[...]  
Camões! Camões, herói, cantor e bravo,  
envilecidos ânímos levanta;  
porque encerra o Poema onde os seus canta  
a força que faz livre um povo escravo.

A nuestro juicio, e insistimos especialmente en ello, se impone establecer una interrelación entre la diacronía de las traducciones españolas de *Os Lusíadas* y la trascendencia patriótica del poema. Esta circunstancia no tiene parangón, conforme ya hemos analizado, en la trayectoria del poema en otros países europeos. Lamberto Gil llamó la atención sobre la excepcionalidad de la cultura española en el siglo XVIII: "Solo la España, que cuando ninguna de las demás naciones había siquiera pensado en trasladar *Los Lusíadas* a sus respectivos idiomas, tenía

ya tres ediciones en verso, es la que ahora apenas puede leerlos" (Gil 1808: 9). Pina Martins también enfatizó que "durante cerca de dois séculos *Os Lusíadas* não voltam a ser publicados integralmente em Espanha" (Martins 1972b: 86). Es de realzar que la monarquía dual hispano-portuguesa tiene principio en 1580, que las dos primeras traducciones de Caldera y Gómez de Tapia son de ese mismo año, que la tercera traducción de Garcés data de 1591 y que, por último, la traducción de Faria e Sousa sale en 1639. Por otro lado, Portugal recupera su independencia en 1640, sobresaliendo la ausencia de más versiones de *Os Lusíadas* hasta la de 1818 realizada por el citado Lamberto Gil (Dasilva 2012a).

En un artículo publicado hace cuarenta años, Justino Mendes de Almeida dio noticia de una presunta traducción española inédita del siglo XVIII, cuyo manuscrito había comprado José Leite de Vasconcelos en Madrid y que actualmente se conserva, con la totalidad del rico acervo perteneciente a este filólogo y etnógrafo, en el Museu Nacional de Arqueologia, sito en el lisboeta Mosteiro dos Jerónimos (Almeida 1972). No hace mucho hubo quien sin la más mínima cautela resolvió conceder pleno crédito a tal noticia, probablemente como consecuencia de adentrarse en un terreno poco familiar para él (Serra 2011). Sin embargo, conseguimos consultar el citado manuscrito y comprobamos, sin el más pequeño atisbo de duda, que se trata de una mera transcripción, con levísimos cambios muy esporádicos situados esencialmente en el Canto I, de la versión de Gómez de Tapia. Tampoco es seguro que esta copia date del siglo XVIII, pues según los indicios disponibles podría proceder de los primeros años del siglo XIX.

En definitiva, el panorama sucintamente delineado hasta aquí lleva a corroborar que tiene lugar un vacío extraordinariamente revelador de casi doscientos años en la evolución de las versiones españolas de *Os Lusíadas*. Sousa Viterbo no dejó de reparar, a finales del siglo XIX, en este clamoroso hiato temporal. En primer término afirmaba: "Apesar da identidade das línguas, foi a nação espanhola a primeira a apossar-se do nosso grande poema épico. Não menos de três traduções espanholas apareceram no século XVI, sendo duas em 1580, e uma em 1591" (Viterbo 1891: 316). Y concluía categóricamente luego: "Depois deste movimento de entusiasmo, passaram-se dois séculos sem que tornasse a aparecer nova

tradução ou sem que se reproduzisse alguma das traduções antigas” (Viterbo 1891: 316).

En las versiones elaboradas en España es preciso incluso rastrear la utilización de una serie de estrategias, algunas muy sutiles y otras que no lo son tanto (Dasilva 2003b), a fin de amortiguar el mensaje nacionalista de la epopeya camoniana. En cuanto a la primera oleada de traducciones, debe traerse a colación sobre todo la manipulación textual del poema. Es extraño, pero las primeras traducciones de *Os Lusíadas* no son objeto de ninguna clase de control religioso y ni siquiera disponen de la preceptiva aprobación de la censura. Todo lo contrario sucede con la mutilada segunda edición portuguesa, publicada en 1584 y, como se sabe, llamada “dos Piscos”.

No se percibe en las traducciones españolas la expurgación de los fragmentos más heréticos o eróticos de la epopeya (Willis 1992; Spaggiari 2000). Cleonice Berardinelli resumió de forma taxativa la disparidad entre el texto portugués y el texto español: “Enquanto em Espanha se traduz o texto integral, [...] em Portugal reedita-se o poema desfeito e amputado” (Berardinelli 2000: 121). En las traducciones españolas es posible descubrir, no obstante, otro tipo de alteraciones, en este caso de carácter político. No son escasos, ciertamente, los versos de *Os Lusíadas* modificados a fin de no herir la sensibilidad de los españoles. Veamos un ejemplo entre otros muchos.

Se trata del pasaje que narra en la estrofa 34 del Canto III la ayuda del rey Alfonso VII de Castilla a doña Teresa: “Eis se ajunta o soberbo Castelhana / pera vingar a injuria de Teresa / contra o tão raro em gente Lusitano, / a quem nenhum trabalho agrava ou pesa”. Pues bien, Caldera lo vierte de este modo: “Veys que se junta luego el Castellano / para vengar la injuria de Teresa / contra el poco poder del Lusitano / a quien ningun trabajo agrava, o pesa”. Algo semejante hace Gómez de Tapia: “Ya se junta el inuicto Castellano / para vengar la injuria de Teresa / contra el principe nuevo Lusitano / a quien ningun trabajo agrava o pesa”. También Enrique Garcés: “Aprestose el abuelo Castellano, / a fin de deshazer tan grande offensa, / contra el falto da gente Lusitano, / mas no ay trabajo alguno que le vença”.

En lo concerniente a las estrategias más sutiles para suavizar ciertos contenidos de *Os Lusíadas*, es necesario sugerir, en primer lugar, la persistencia en postular que las traducciones



españolas facilitaron en alto grado el paso de la obra a otras lenguas. Tal estrategia es reconocible ya en la primera traducción, como se aprecia en el soneto "A Benito Caldera vn su amigo" reproducido en los preliminares. Repárese en estos versos: "Vos consagrays a la immortal memoria / los hechos de immortal memoria dignos, / [...] / Rompeys el velo y descubris la gloria / delos animos raros y diuinos, / que por mares no vistos y caminos / abrieron passo ala oriental victoria".

Gómez de Tapia, en el texto "Al illustrísimo señor Ascanio Colona Abbad de Sancta Sophia" que preside su versión, manifiesta como móvil el deseo de proyectar el poema más allá de sus fronteras originales: "Pues viniendo a mis manos vna tal obra en lengua Portuguesa [...], pesandome de verla de pocos de los nuestros buscada, de menos leyda, y casi de ninguno entendida, por la grandeza de su compostura, ignorancia de la lengua, aspereza de su pronunciacion, pareciome trabajo no escusado, atreuimiento no loco, empresa y no sin honra acometer su traducción, queriendo más que tan illustres varones sean conocidos y leydos en lengua clara aunque en estylo baxo, que no dexarlos en obscura phrase y alta compostura sepultados". El Brocense, en los preliminares de la misma edición, fortalece el convencimiento de que la traducción española será decisiva para el salto del poema a otras culturas: "Tal tesoro como este no era razon que en sola su lengua se leyese, y ansí con mucha razon se deuen dar gracias a quien ha querido tomar trabajo de communicarlo a su lengua Castellana, y por consiguiente a la misma Portuguesa, a toda Italia, y a las demas naciones, que son muchas, que de la lengua Castellana se precian".

En lo relativo a esta misma estrategia, es habitual destacar el papel desempeñado para el eco europeo de *Os Lusíadas* por la traducción comentada de Faria e Sousa y, además, por la noticia altamente encomiástica que sobre Camões ofrece Nicolás Antonio en su *Bibliotheca hispana nova*, editada en Roma en 1672. El autor del prólogo de aquella copia manuscrita depositada en el Museu Nacional de Arqueologia de la traducción de Gómez de Tapia, atrás indicada, escribe en sentido análogo: "España así como fue la primera en conocer el mérito del Virgilio Portugues, lo fue igualmente en traducir su Lusiada, comunicandola por este medio a toda Italia y a las demas naciones, que en aquel siglo se preciaban de la lengua Castellana como ahora de la Francesa".

En la segunda oleada de traducciones, *Os Lusíadas* otra vez se interpreta en España principalmente como un documento sin par de la nacionalidad lusitana, por lo que se emplean estrategias muy semejantes a las reseñadas para la primera oleada. Perdura la censura política aplicada al texto del poema, si bien con el paso del tiempo se aminora. Veamos este trozo consagrado al rey portugués Afonso IV que se encuentra en la estrofa 99 del Canto III: "Este sempre as soberbas Castelhanas / co peito desprezou firme e sereno, / porque não he das forças Lusitanas / temer poder maior por mais pequeno".

Tamizado por los traductores de los siglos XVI y XVII, Lamberto Gil todavía filtra algunos versos a comienzos del siglo XIX: "Siempre las amenazas castellanas / menospreció con ánimo sereno; / por no ser propio en almas Lusitanas / temer con su poder, poder ageno". El conde de Cheste, a finales de la misma centuria, tampoco respeta la fuerza que Camões imprime al texto: "Este las arrogancias Castellanas / desprecia y al contrario deja absorto: / porque no es de altiveces Lusitanas / que tema á otro poder el suyo corto". La misma actitud mantiene Soler y Arqués en su versión en prosa: "Él que siempre había recibido con altivez y ánimo sereno las amenazas Castellanas, por parecerle impropio de una alma Portuguesa temer al más fuerte".

Sin embargo, Aranda y Sanjuán ya difiere al trasplantar sin cortapisas los versos de partida: "Este monarca despreció con altivez y energía las amenazas del soberbio Castellano, porque en el ánimo portugués no cabe temer á un poder mayor, por más que el suyo sea pequeño". Tres cuartos de lo mismo hace, en el siglo XX, Pedro González Blanco: "Siempre las amenazas castellanas / menospreció con ánimo sereno / por no ser propio de almas lusitanas / temer fuerza mayor por más pequeño". Y más tarde Idelfonso Manuel Gil: "Siempre éste las soberbias castellanas / con pecho despreció firme y sereno; / que no cumple a las fuerzas lusitanas / mayor poder temer, por tener menos". En la versión de Aquilino Duque se detecta un error de comprensión del texto de partida: "Este rey las soberbias castellanas / despreció siempre, de ánimos serenos; / pues no suelen las fuerzas lusitanas / temer poder mayor, pequeño menos".

Dentro de las estrategias más sutiles desplegadas con el objetivo de moderar el impulso patriótico de *Os Lusíadas*, en el discurso paratextual que rodea a las nuevas traducciones

reaparece la tendencia a hacer hincapié en la influencia de las primeras versiones del poema para su buena estrella posterior en otras lenguas. Es ilustrativo lo que declara Luis Vidart en un artículo de 1880: "España se adelantó a todas las demás naciones en reconocer el eminente valor literario del inmortal cantor de las glorias portuguesas, del preclaro poeta Luis de Camoens". Y en la misma dirección añade seguidamente: "Muchos años después de aquellos en que se publicaran las traducciones castellanas de *Os Lusíadas* [...] fue cuando el célebre crítico francés La Harpe dijo que la imaginación de Camoens igualaba a la de Homero [...]; y Voltaire afirmó [...] que: *Mientras el Trisino en Italia seguía con paso débil y vacilante las huellas de los antiguos, Camoens en Portugal abría una vía enteramente nueva* [...]" (Vidart 1880: 5). La cita es extensa, pero pensamos que ha valido la pena reproducirla.

Resulta indispensable traer a la memoria otro testimonio, muy atrayente, manifestado por el rey español Alfonso XIII con ocasión de los actos celebrados en la Biblioteca Nacional de Madrid para honrar en el año 1925 el cuarto centenario del nacimiento de Camões. Proclama el monarca entonces alrededor de la participación española para que creciese la popularidad internacional de *Os Lusíadas*: "Estas fiestas [...] que nosotros hemos organizado con tanto entusiasmo para conmemorar el centenario del gran poeta Camoens, sólo tienen por finalidad rendir un justo y merecido tributo a esa gran figura de la literatura portuguesa [...]. España estaba obligada a ello, porque en ella se hizo la primera traducción de la obra de Camoens, que sirvió para difundirla por el mundo..." (Abad 1925: 165).

Una segunda estrategia también sutil consiste en la reivindicación, expresada en muchas oportunidades, de que Camões es legítimamente un clásico español por tres razones: la primera, el origen gallego de su linaje; la segunda, el uso que hizo en su poesía lírica y en su teatro de la lengua española; la tercera razón es su amplio conocimiento de la tradición literaria española (Dasilva 2012b). Dicha estrategia solamente se activa a partir de esta altura, dado que con anterioridad se hace redundante debido a la dimensión de los términos "España" y "español", sinónimos más bien de "Iberia" e "ibérico" frente a "Castilla" y "castellanos" (Willis 1995: 73-75). Es buena prueba la propia obra de Camões, donde tal particularidad semántica asoma en múltiples lugares

(Filgueira Vaverde 1981: 72-73).

Las vías de difusión del concepto *Camões, clásico español* son, por un lado, los peritextos de las ediciones en España de la obra de Camões, bien traducciones de su obra en portugués, bien reproducciones de sus textos originales en español. Por otro lado, hay que consignar los epitextos confeccionados con motivo de la conmemoración de algunas efemérides camonianas. Se puede apuntar como muestra el sentir inequívoco de Domingo Garcia Peres en su *Catálogo razonado biográfico y bibliográfico de los autores portugueses que escribieron en castellano*: “A pesar de no pertenecer los *Lusíadas* al Parnaso Castellano, alcanzó para su autor el dictado de *Príncipe de los Poetas de las Españas*, dictado justo y apropiado, porque no hay otro, que en la epopeya pueda disputárselo; pero están en castellano muchas de sus composiciones líricas, que compiten en gracia, donosura y rica entonación, con las de Garcilaso, de quien era admirador y secuaz Luis de Camões [...]” (Garcia Peres 1890: 87-88).

Ya próximos al final, nos gustaría terminar con una reflexión que sintetiza la esencia de lo que hemos pretendido sostener hasta aquí. Pertenece al novelista Juan Valera, quien suscribía hace ciento cincuenta años este mensaje, todavía vigente, con relación a Camões y Portugal vistos desde España: “Los pueblos tienen un alma inmortal como los individuos; Camoens es el alma colectiva de los portugueses. Los pueblos que no tuvieron nunca hombres así, son pueblos sin alma” (Valera 1855: 44).

**BIBLIOGRAFIA**

- Abad (1925): Camilo M<sup>a</sup> Abad, "Al margen de *Los Lusíadas* (En el cuarto centenario del nacimiento de Camoens y de la muerte de Vasco da Gama)", *Razón y Fe*, 71, pp. 164-175.
- Almeida (1972): Justino Mendes de Almeida, "Uma Versão Manuscrita da Tradução Castelhana d'*Os Lusíadas* por Luys Gomez de Tapia", *Garcia de Orta*, número especial, pp. 79-126.
- Alonso (1974): Dámaso Alonso, "La recepción de *Os Lusíadas* en España" in *Obras Completas*, vol. III, Madrid, Editorial Gredos, pp. 9-40; antes publicado en versión menos completa in *Boletín de la Real Academia Española*, LIII, 1973, pp. 33-61.
- Alves (2001): Hélio J. S. Alves, *Camões, Corte-Real e o Sistema da Epopeia Portuguesa*, Coimbra, Centro Interuniversitário de Estudos Camonianos.
- Anastácio (2004): Vânia Anastácio, "Leituras potencialmente perigosas. Reflexões sobre as traduções castelhanas de *Os Lusíadas* no tempo da União Ibérica", *Revista Camoniana*, 3<sup>a</sup> série, 15, pp. 159-178.
- Asensio (1973): Eugenio Asensio, *La Fortuna de Os Lusíadas en España (1572-1672)*, Madrid, Fundación Universitaria Española; más tarde publicado in *Estudios Portugueses*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian - Centro Cultural Português, 1974.
- Berardinelli (2000): Cleonice Berardinelli, "De Censores e de Censura", *Estudos Camonianos*, 2<sup>a</sup> ed. revista e ampliada, Rio de Janeiro, Nova Fronteira - Cátedra Padre António Vieira - Instituto Camões, pp. 109-122.
- Braga (1880): Teófilo Braga, *O Poema de Camões*, Lisboa, Imprensa de J. G. de Sousa Neves.
- Braga (1889): Teófilo Braga, *Um soneto de Camões glosado por Philippe II*, Lisboa, Livraria A. Ferin.
- Dasilva (2003a): Xosé Manuel Dasilva, "Aproximação inicial das traduções espanholas da obra lírica camoniana", *Revista Camoniana*, 3<sup>a</sup> série, 14, pp. 245-304.

- Dasilva (2003b): Xosé Manuel Dasilva, "As Traduções Camonianas Espanholas de José María de Cossío", *Santa Barbara Portuguese Studies*, VII, pp. 191-211.
- Dasilva (2009): Xosé Manuel Dasilva, "Camões, Luís de" in F. Lafarga; L. Pegenaute (eds.), *Diccionario histórico de la traducción en España*, Madrid, Editorial Gredos, pp. 161-163.
- Dasilva (2012a): Xosé Manuel Dasilva, "Líneas maestras en la historia de la difusión de Camões en España" in P. Botta (ed.), *Rumbos del hispanismo en el umbral del Cincuentenario de la AIH. Actas del XVII Congreso de la Asociación Internacional de Hispanistas (Roma, 19-24 julio de 2010)*, vol. III, Roma, Bagatto Libri, pp. 32-40.
- Dasilva (2012b): Xosé Manuel Dasilva, "Camões en el canon de la literatura española" in Maria do Céu Fraga et al. (orgs.), *Camões e os contemporâneos*, Braga, CIEC - Universidade dos Açores - CEFH, pp. 539-555.
- Fernández (1880): José Fernández Bremón, "Crónica General", *La Ilustración Española y Americana*, XXI, 8-VI, pp. 361-362.
- Filgueira (1981): Xosé Filgueira Valverde, "Camoens, clásico español" in VV.AA., *Cuatro lecciones sobre Camoens*, Madrid, Fundación Juan March - Cátedra, pp. 71-98.
- García Peres (1890): Domingo García Peres, *Catálogo razonado biográfico y bibliográfico de los autores portugueses que escribieron en castellano*, Madrid, Imprenta del Colegio Nacional de Sordomudos y de Ciegos.
- Gil (1818): Lamberto Gil, "Prólogo del traductor" in Luis de Camoens, *Los Lusíadas*, Madrid, Imp. de Don Miguel de Burgos, pp. 5-14.
- Martins (1972a): A. Coimbra Martins, "Aviso do autor" in *IV Centenario de Os Lusíadas de Camões (1572-1592)*, Madrid, Biblioteca Nacional de Madrid - Fundación Calouste Gulbenkian, pp. XVII-XXVI.
- Martins (1972b): José V. de Pina Martins, "A obra de Camões e a sua expansão no mundo -até 1922" in *Os Lusíadas 1572-1972. Catálogo da Exposição Bibliográfica, Iconográfica e Medalhística de Camões*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, pp. 85-87.
- Menéndez Pelayo (1942): Marcelino Menéndez Pelayo, *Estudios y discursos de crítica histórica y literaria*, t. V, Santander, CSIC.
- Pardo Bazán (1883): Emilia Pardo Bazán (1883), "Vecinos que no se tratan" in *Almanach das Senhoras para 1885*, Lisboa, pp. 67-71.

- Serra (2011): Pedro Serra, "Receção de Camões na literatura espanhola" in V. Aguiar e Silva (coord.), *Dicionário de Luís de Camões*, Lisboa, Caminho, pp. 390-391.
- Spaggiari (2000): Barbara Spaggiari, "La censure dans la transmission de l'œuvre de Luís de Camões" in C. Le Bigot; Y. Panafieu (orgs.), *Censure et Littérature dans les pays romanes*, Rennes, Presses de l'Université, pp. 101-109; después publicado in *Camões e o Outono do Renascimento*, Coimbra, Centro Interuniversitário de Estudos Camonianos, 2011, pp. 47-58.
- Valera (1855): Juan Valera, "Las escenas andaluzas del solitario", *Revista Peninsular*, I, pp. 433-439; reproducido in *Obras completas*, t. II, Madrid, Aguilar, 1961, pp. 44-51.
- Valera (1860): Juna Valera, "De la naturaleza y carácter de la novela", in *Obras completas*, II, Madrid, Aguilar, 1961, p. 185.
- Vidart (1880): Luis Vidart, "Os Lusíadas de Camoens y sus traducciones al castellano", *Revista Contemporánea*, XXVII, pp. 5-12.
- Viterbo (1891): Francisco Marques de Sousa Viterbo, "Henrique Garcês, tradutor d'Os Lusíadas em Espanhol", *Circulo Camoniano*, I, pp. 316-323.
- Willis (1992): Clive Willis, "Os Lusíadas e a censura" in H. Macedo (ed.), *Studies in Portuguese Literature and History in Honour of Luís de Sousa Rebelo*, London, Tamesis Books, pp. 129-137.
- Willis (1995): Clive Willis, "Camões y España", *Anuario Brasileño de Estudios Hispánicos*, 5, pp. 73-85.
- Zamora Vicente (1981): Alonso Zamora Vicente, "Relaciones literarias hispano-portuguesas" in VV.AA., *Cuatro lecciones sobre Camoens*, Madrid, Fundación Juan March - Cátedra, pp. 11-42.





## PRESENÇA DA POESIA PORTUGUESA NO *SIGLO DE ORO*

Hélio J. S. Alves  
Universidade de Évora

### RESUMO

Os estudos acerca da recepção da poesia portuguesa do século XVI em Espanha sofreram sempre duma atenção excessiva a Camões. O mesmo continua a acontecer ainda hoje. No entanto, a investigação realizada sobre o *Siglo de Oro* ao nível do número de edições e sua relação com a popularidade das obras, da relação entre impressão tipográfica e canonicidade, das bibliotecas particulares e da proporção relativa da literatura portuguesa nos inventários que delas se conhecem, e ainda ao nível das traduções e intertextualidades concretas, permite concluir sem dificuldade acerca da circunscrição indevida e do excesso desatinado daquela atenção. A própria observação atenta de documentos espanhóis da época mostra que se exigem doravante interpretações do fenómeno da leitura portuguesa em Espanha descomprometidas com aquilo a que já Carolina Michaëlis chamava a “monomania camoniana”.

**PALAVRAS-CHAVE:** estudos de recepção; poesia; Portugal; século XVI; Siglo de Oro.

### ABSTRACT

Studies on the reception of 16th-century Portuguese poetry in Spain have always suffered from too much attention given to Camões. The same is still true today. However, research done on the Spanish Golden Age, on the relationships between the number of editions published and the popularity of the works, on the connections between printing and canonicity, on the relative proportion of Portuguese books in the inventories of Spanish private libraries, and on contemporary translations and specific intertextualities, allows us to conclude, without difficulty, that the attention mentioned above is unduly circumscribed and wildly excessive. The careful observation of Spanish documents of the time shows that one needs new and unprejudiced interpretations of the phenomenon of Portuguese readings in Golden Age Spain.

**KEYWORDS:** studies in reception; poetry; Portugal; 16th century; Spanish

Golden Age.

Tomando como referência o trabalho de pioneiros finisseculares como Menéndez Pelayo, em Espanha, e Sousa Viterbo, em Portugal, passaram-se mais de cem anos de investigação acerca da leitura e do impacto da poesia lusitana no chamado *Siglo de Oro*. Entre os autores que se dedicaram ao assunto, contam-se alguns dos nomes mais ilustres da história intelectual de ambos os países ibéricos: Fidelino de Figueiredo, Dámaso Alonso e Eugenio Asensio, entre outros.

Neste século que agora decorre, vários investigadores continuaram a dedicar estudos prestimosos ao fascinante problema. Vou referenciar aqueles dos quais tive conhecimento, os seus títulos e autores, por ordem de publicação desde o início da centúria, começando por aquele cujo título mais indicações nos dá de constituir um recomeço nestes estudos: "Aproximação inicial das traduções espanholas da obra lírica camoniana", de Xosé Manuel Dasilva (2003); "Leituras potencialmente perigosas", de Vanda Anastácio (2004); "Para uma arte da memória", de Isabel Almeida (2006); "Camões e a comunidade interliterária luso-castelhana nos séculos XVI e XVII", de Vítor Aguiar e Silva (2007); "Libros y lecturas portuguesas en la España de los siglos XVI y XVII", de Ángel Marcos de Dios (2008); e, finalmente, "Receção [sic] de Camões na literatura espanhola", de Pedro Serra (2011).

Os títulos e conteúdos dos estudos mencionados sobressaem por um aspecto comum: são todos dedicados exclusivamente a Camões. Investigam traduções espanholas de Camões, procuram dados sobre a presença de Camões em Espanha e citam referências espanholas, por norma encomiásticas, a Camões. Alguns destes estudos escolhem, à partida, um tema camoniano. Alguns, ao lado de alusões à poesia da Antiguidade e do Renascimento italiano, não parecem observar senão a marca textual camoniana. Outros omitem referências a nomes portugueses que constam dos mesmos documentos castelhanos e outros ainda procuram desvalorizar alusões, ainda que explícitas, a poesia portuguesa que não pertence a Camões.

Não se trata de mera circunstância de publicação. A centralidade absoluta de Camões chega a ser apresentada como se

correspondesse à realidade evidenciada pelas fontes portuguesas e espanholas da época. Assim, Vítor Aguiar e Silva afirma: "comparativamente com a exígua fortuna editorial que, no mesmo período, coube a autores como Sá de Miranda, António Ferreira e Diogo Bernardes, é indubitável que, entre o último quartel do século XVI e o primeiro quartel do século XVII, Camões se tornou em Portugal (...) o *poeta canónico* por excelência da poesia portuguesa" (2007: 95). Se em Portugal a situação era de facto esta, não seria de esperar outra em Espanha. Com efeito, Ángel Marcos de Dios escreveu que "los escritores españoles de esos siglos no eran muy propensos a citar a sua vecinos lusitanos: Camões parece haber absorbido toda la esencia literaria portuguesa. La admiración por otros creadores lusitanos es mínima" (2008: 94).

Em resposta a esta crença generalizada, começarei por repetir o que escrevi para um artigo, por sinal, publicado aqui em Cáceres na revista dos meus anfitriões, a Sociedad Extremeña de Estudios Portugueses y de la Lusofonía: "A imagem ainda hoje dominante, que supõe Camões (épico e lírico) como o autor canónico por excelência da poesia portuguesa a partir dos primeiros decénios depois da morte, não resiste a um levantamento documental sério" (Alves 2009: 96).

Em primeiro lugar, é necessário corrigir a percepção geral dos estudiosos acerca da relação entre números de edição e êxito junto do público. Os estudos bibliográficos que se têm desenvolvido recentemente no âmbito da literatura espanhola estão a demonstrar, precisamente, que não existe uma correlação necessária, no *Siglo de Oro*, entre frequência de impressões tipográficas e canonicidade. A advertência que se segue pertence a Trevor Dadson:

Tenemos que tener en cuenta que nuestras ideas de la modernidad en cuanto a materia de lectura puede que no cuadren demasiado bien con las del Siglo de Oro. Los libros de aquella época duraban más, eran más fuertes en su manufacturación y no se deshacían o caían a trozos con la asombrosa facilidad con la que lo hacen los libros de hoy en día. Así es que encontramos en bibliotecas particulares de esa época libros que en algunos casos no se habían vuelto a imprimir desde la primera edición, a veces con una diferencia de cien años o más.

Depois de fornecer um exemplo, Dadson conclui: “Si nos atenemos solamente al número de impresiones y reimpressiones que sufrió el texto, entonces llegamos a la conclusión de que este libro no fue popular; sin embargo, la evidencia de los inventarios de bibliotecas particulares demuestra todo lo contrario” (Dadson 1998: 296-297).

Como comprovativo da exactidão desta conclusão no que diz respeito aos leitores espanhóis, apresento o caso dum poema português, a *Felicíssima Victoria de Lepanto* de Jerónimo Corte-Real, poema épico em 15 Cantos. Objecto duma única edição, por António Ribeiro, em Lisboa, no ano de 1578, a *Felicíssima* vem a ser referenciada século e meio depois em Espanha, como se fosse um texto absolutamente actual. Dois casos documentados permitem-nos ver que o interesse pelo livro de Corte-Real persistiu muito para além do seu tempo e, bem entendido, em âmbito de canonicidade. Um homem da dimensão intelectual de Ignacio de Luzán, o principal preceptista de Poética do neoclassicismo espanhol, e o autor que se esconde por trás do pseudónimo de Pedro Silvestre, talvez (como queria José María de Cossío) o XI duque de Albuquerque, don Francisco Nicolás Fernández de la Cueva,<sup>3</sup> situam o poema de Corte-Real entre os textos do seu género com relevo contemporâneo. Em ambos os casos, a *Felicíssima* de Corte-Real aparece mencionada e criticada como se estivesse em circulação, como se fosse uma realidade viva entre os leitores. A única conclusão possível é que ainda era lida e ainda circulava, quer em 1721, quando se publica o livro do pseudo-Silvestre, 143 anos depois da única edição do poema de Corte-Real (Silvestre 1721), quer entre 1737 e 1754, quando Luzán acrescentava conteúdo manuscrito à primeira edição da sua *Poética*, 160 anos ou mais depois da *Felicíssima*.<sup>4</sup> Mais impressionante ainda é que, nos dois casos documentados, o livro de Corte-Real aparece mencionado a par de *Os Lusíadas*, e com o

---

<sup>3</sup> A informação sobre a possível verdadeira identidade de “Silvestre” devo-a à generosidade nunca regateada de Antonio Carreira, grande *scholar* de Góngora e da poesia do *Siglo de Oro*, por comunicação pessoal.

<sup>4</sup> Adições que surgem na segunda edição, de 1789. Sobre as questões que envolvem o património escrito de Luzán entre as duas edições da sua *Poética* deve ler-se a introdução de Russell Sebold (2008).

mesmo grau de atenção do poema de Camões, apesar deste ter sido reeditado dezenas de vezes entre 1572 e o século XVIII, inclusivamente em traduções espanholas, enquanto o de Corte-Real não mereceu sequer uma segunda edição depois de 1578. Como no caso dos inventários das bibliotecas particulares, a alusão informada e viva a um poema publicado uma só vez tanto tempo antes comprova a sua popularidade, independentemente da exígua fortuna editorial.

As bibliotecas particulares constituem um elemento precioso de informação, a que voltarei daqui a pouco. Mas não são apenas as bibliotecas a contradizer conclusões demasiado céleres acerca da fortuna dum poeta. Os textos com função evidente, mas não necessariamente deliberada, na constituição dum cânone poético, não costumam relacionar o êxito dum poeta com o número de vezes que foi à tipografia. Demos um exemplo famoso mas, ainda assim, mal estudado, o *Dialogo em defensão da língua portuguesa* de Pero de Magalhães Gândavo. Este texto impresso em 1574, embora refira exactamente os nomes citados por Vítor Aguiar e Silva comparativamente a Camões, isto é, Sá de Miranda, António Ferreira e Diogo Bernardes, jamais invoca o sucesso editorial como padrão para medir a popularidade ou o mérito. Patente no texto de Gândavo é que a edição ou não dum poeta é praticamente irrelevante. Em resposta ao interlocutor espanhol que afirmava ser a língua castelhana a praticada pelos grandes engenhos portugueses *por ser lenguaje más apacible y dulce, y sonar mejor a los oídos que la vuestra*, o português responde:

E se quereis saber quam pouca necessidade temos [da língua castelhana], vede o estylo das comedias e dos versos do nosso verdadeiro portugues Francisco Sá de Miranda, que foy o primeiro que nesta nossa Lusitania o descobrio com tamanha admiração (...) vede as obras do nosso famoso poeta Luis de Camões de cuja fama o tempo nunqua triumphará, vede a brandura das daquelle raro espirito Diogo Bernardes: vede finalmente as do doctor Antonio Ferreira de q[uem] o mundo tantos louvores canta: e em cada hum destes autores achareis um estylo tão excellent e tão natural e accomodado a esta nossa lingua, que forçadamente aveis de vir a decervos de vossa opinião.

O que me parece notável nesta passagem é menos o equilíbrio relativo concedido aos valores desses quatro poetas do que o facto de que apenas um deles, precisamente Camões, tinha até então (1574) versos próprios impressos. Sá de Miranda, Diogo Bernardes e António Ferreira (o primeiro e o último então já falecidos) só viriam a ter poesia impressa muito mais tarde. No entanto, Gândavo não só lhes atribui elevado mérito, como os coloca sensivelmente a par de Camões, o único até então privilegiado pela impressão tipográfica. Gândavo encontra-se no início do último quartel do século XVI, mas não pode dizer-se que, apesar da presumível vantagem que tinha por se encontrar impresso, Camões fosse, neste *Diálogo*, mais canónico do que os outros poetas ali referidos.

Enfim, a superioridade de Camões em relação aos poetas portugueses seus contemporâneos, quer no que respeita à atenção dos leitores espanhóis, quer mesmo no âmbito do cânone quinhentista da literatura portuguesa *stricto sensu*, está muito longe de constituir um dado adquirido.

Em segundo lugar, a imputação aos autores espanhóis de uma atenção quase exclusiva a Camões, dentro da poesia portuguesa, resulta simplesmente duma investigação com grandes lacunas. Um dos exemplos algumas vezes fornecidos de demonstração da canonicidade camoniana é o *Teatro de los Dioses de la Gentilidad* de Baltasar de Vitoria (acrescentado mais tarde por Juan Bautista Aguilar). Obra em três partes, publicadas respectivamente em 1620, 1623 e 1688, e sucessivamente reimpressas, oferecem um panorama de presença de poesia lusitana em Espanha muito mais variado e interessante do que o exclusivismo académico em torno de Camões nos dá a entender.

Logo à partida, importa dizer que a *Primera Parte*, de 1620, não tem *quaisquer* referências à poesia de Camões. Contudo, tal não significa que Baltasar de Vitoria desconheça a poesia portuguesa. Pelo contrário: cita versos duma égloga de António Ferreira que consta dos *Poemas Lusitanos* deste (edição póstuma de 1598) e poemas de Francisco Rodrigues Lobo, do *Pastor Peregrino* (1608) e d'*O Desenganado* (1614), duas das suas novelas pastoris. Devemos somar estes dois factos: a ausência de Camões e a presença de outros poetas portugueses. Pois é crucial verificar que a poesia em língua portuguesa – portanto, sem

tradução – não apenas é conhecida pelos leitores espanhóis, mas que o pode ser *sem sombra de Camões*.

Na *Segunda Parte*, de 1623, a presença de Camões já se faz sentir, e com abundância, não podendo ignorar-se, todavia, que outros poetas portugueses também aparecem pela primeira vez – como Sá de Miranda – e que aumenta a atenção de Baltasar de Vitoria a Francisco Rodrigues Lobo e a António Ferreira, este último objecto de nada menos do que quatro citações diferentes só nesta *Segunda Parte*. À margem, e tendo em conta o que referi anteriormente, é importante observar-se que os *Poemas Lusitanos* de Ferreira haviam sido impressos uma única vez um quarto de século antes.

Nos finais do *Siglo de Oro*, a *Tercera Parte*, de Juan Bautista Aguilar, volta a mudar radicalmente o procedimento. Agora *el ingenioso Portugués* é – imagine-se! – Paulo Gonçalves de Andrada, um hoje esquecido lírico barroco, mas que Aguilar tem em tão alta conta que lhe dá três páginas inteiras, muitíssimo mais do que o seu antecessor, Vitoria, dera a qualquer outro autor português, e do que ele próprio, Aguilar, concede a Camões ou a qualquer outro lusitano.

Resumindo, a pesquisa sobre as três Partes do *Teatro de los Dioses de la Gentilidad* – obra unanimemente considerada muito influente sobre os poetas espanhóis do século XVII – revela uma realidade complexa e multifacetada no que diz respeito à utilização de poesia portuguesa, uma realidade perfeitamente incompatível com a canonização monolítica de Camões.

A concentração excessiva de toda a poesia portuguesa dos séculos XVI e XVII em Camões deturpa igualmente a noção da propriedade e do usufruto que tinham os livros de poesia na Península Ibérica. A investigação já realizada em torno das bibliotecas particulares do *Siglo de Oro* permite-nos hoje observar uma série de dados muito interessantes a este propósito.

Um primeiro aspecto a destacar imediatamente é a importância – que para muitos será surpreendente – da presença de livros portugueses nessas bibliotecas. Como seria de esperar, a literatura latina, a italiana e a mesma espanhola predominam em quantidade, mas, apesar de tudo, a presença portuguesa nas colecções privadas de poesia da Espanha do *Siglo de Oro* não é uma presença qualquer. No que diz respeito à poesia, o assunto

que me ocupa aqui hoje, o factor a relevar é de que em 48 bibliotecas particulares do *Siglo de Oro* espanhol que incluem livros de poesia (segundo as informações coligidas por José María Díez Borque 2010), oito, ou seja, 16,6%, possuem livros portugueses. Os dados para o teatro – que é frequentemente em verso, em cujo caso pode ser incluído no domínio da poesia – são ainda mais curiosos: das 23 bibliotecas espanholas que incluíam livros de teatro (muito menos do que aquelas com poesia), cinco, isto é, 21,73%, possuíam teatro português.

Em termos comparativos, um dado importante a assinalar é que o volume de obras portuguesas nessas bibliotecas rivaliza com, e às vezes supera, o de obras dos autores clássicos da Grécia, cujo prestígio é escusado enfatizar aqui. Com efeito, há nas bibliotecas particulares espanholas do *Siglo de Oro* de que se conhecem os inventários mais obras teatrais de Jorge Ferreira de Vasconcelos do que de Sófocles ou de Aristófanes, por exemplo.

Vamos agora olhar para as 8 bibliotecas espanholas inventariadas que incluíam livros de poesia em português. Em quantas dessas bibliotecas a presença de poesia portuguesa se cingia a Camões? A forma como o assunto tem sido conduzido levar-nos-ia a pensar que o autor de *Os Lusíadas* seria o único representante poético português em todas elas ou quase. Ora bem, *há apenas uma biblioteca espanhola da época em que a poesia portuguesa se reduz a Camões* (não se sabe se lírico, se épico). Isto é, 12,5%. O que significa que a poesia portuguesa aparece sob forma mista – Camões com outros poetas –, ou mesmo sob um aspecto não-camonianiano, em 87,5% das bibliotecas particulares com poesia portuguesa do *Siglo de Oro*. Em 3 dessas 8 bibliotecas com poesia lusitana (ou seja, em mais de um terço), não se conhece *nada* da autoria de Camões. Nas 5 bibliotecas restantes, a poesia camoniana surge num total de 11 exemplares, incluindo originais da lírica e da épica, por vezes com traduções castelhanas d'*Os Lusíadas*<sup>5</sup>. Um número inquestionavelmente significativo<sup>6</sup>. Mas curiosamente, outro poeta português, Francisco

---

<sup>5</sup> Díez Borque chega à mesma contagem de exemplares (2010: 48).

<sup>6</sup> Tendo em conta as devidas proporções: os 11 exemplares de Camões em 5 bibliotecas são comparáveis aos 16 exemplares de Homero em 6 bibliotecas e aos 12 de Garcilaso em 7 bibliotecas – o que é notável – mas ficam muito abaixo, por exemplo, dos 25 exemplares de



Rodrigues Lobo, também parcialmente traduzido para o castelhano no *Siglo de Oro*, aparece com tantos exemplares em bibliotecas particulares espanholas como Camões, isto é, outros 11<sup>7</sup>. E não é tudo. Sá de Miranda e Diogo Bernardes são mais dois poetas que surgem em número significativo de exemplares: 6 livros para cada um destes autores em três bibliotecas particulares espanholas. Se as obras poéticas de Camões e Lobo tiram vantagem numérica do facto de terem aparecido em traduções castelhanas, como será natural, já Miranda e Bernardes como poetas haviam sido impressos apenas em Portugal. Assim, do mesmo modo que Gândavo não discriminava entre impressos e manuscritos para sopesar o cânone da poesia portuguesa, também as bibliotecas particulares espanholas apreciavam livros portugueses de poesia, independentemente de terem sido publicados ou não em Espanha. No conjunto dos volumes de poesia portuguesa existentes nas bibliotecas espanholas de que conhecemos inventário, Camões ocupa um lugar importante, mas claramente minoritário, no cômputo estatístico final.

Falando de traduções... Nem só de Camões se fizeram traduções poéticas para o castelhano. Além da tradução da *Primavera* de Rodrigues Lobo, por Juan Bautista Morales, provavelmente incluída nas bibliotecas antes referidas, outras obras poéticas portuguesas se viram difundidas em língua espanhola. Umas, porque já escritas originalmente na língua, como é o caso de muitas de Sá de Miranda e algumas de Diogo Bernardes. Outras, por esforço próprio dum tradutor. Aponto apenas um exemplo: se não fosse a controvérsia razoavelmente estéril entre alguns estudiosos em torno da autoria da *Castro*, deveríamos hoje, provavelmente, estar a estudar o impacto dos versos trágicos de António Ferreira sobre a origem e o desenvolvimento da tragédia no *Siglo de Oro*. Lembro que a obra intitulada *Primeras Tragedias Españolas*, impressa em 1577, incluída o que é, na verdade, uma tradução para o castelhano da

---

Torquato Tasso em 8 bibliotecas, dos 24 de Ariosto em 12 bibliotecas e dos 23 de Horácio em 11 bibliotecas (cf. Díez Borque 2010).

<sup>7</sup> Fiz a contagem segundo os dados factuais apresentados por Díez Borque, pois, como costuma suceder nos estudos de investigadores que mencionam poesia portuguesa em Espanha, aqui também o estudo introdutório refere apenas Camões. A classificação de alguns inventários induz em erro, pois as *Églogas* de Rodrigues Lobo surgem às vezes como “teatro” e não no sector bibliográfico dedicado à poesia.

1.<sup>a</sup> versão, evidentemente em português, da *Castro* de Ferreira. É que não apenas o tema é português, mas também o é a morfologia da obra que o encena, atribuída nesse volume a Jerónimo Bermúdez. E, quanto à originalidade portuguesa na prática da tragédia na Espanha *siglodorista* – como sucede, aliás, com os outros aspectos da presença portuguesa na literatura espanhola aqui relevados – estamos ainda no início do desenvolvimento destes estudos.

Creio, por isso mesmo, que os frutos mais valiosos a obter do estudo comparativo das literaturas portuguesa e espanhola está em formas de intertextualidade, mais ou menos silenciosa, que não se ficam por palavras, expressões ou meras homenagens de nome. Relações que afectam a morfologia das obras a um ponto em que se torna difícil conceber a segunda sem um texto-pai/mãe português. Contributos neste sentido já foram publicados por alguns estudiosos, sem excepção de professores de Português aqui em Cáceres<sup>8</sup>... É neste sentido que peço a benevolência do auditório para os dois casos que mencionarei a seguir, casos em que uma poesia portuguesa de Quinhentos se tornou determinante para duas obras de nomes maiores do teatro espanhol.

Como se sabe, é grande o interesse de Tirso de Molina, o criador do donjuanismo, por Portugal e pelos portugueses, e a sua peça *Escarmientos para el cuerdo* é uma das que vai mais longe no gosto pelas coisas lusitanas, pois toda ela depende de fontes portuguesas acerca da expansão oriental, cuidadosamente respigadas. Impressa pela primeira vez na Parte Quinta da recolha das suas *Comedias* em 1636, *Escarmientos para el cuerdo* reescreve o enredo dos amores e tragédia de Lianor e Manuel de Sousa Sepúlveda, os protagonistas do mais célebre naufrágio da História de Portugal. Irei argumentar que a peça de Tirso depende menos das relações e das crónicas onde a lutuosa história vem elaborada do que dum único poema português, o poema de *Sepúlveda e Lianor* por Jerónimo Corte-Real, impresso (póstumo) em 1594.

Não repetirei aqui os resumos da intriga da peça de Tirso de Molina, bem elaborados por José Cândido de Oliveira Martins em

---

<sup>8</sup> Conheço o caso de Juan M. Carrasco González e do seu artigo sobre o impacto da *Menina e Moça* de Bernardim Ribeiro sobre a *Diana* de Jorge de Montemor e daí para o bucolismo do *Siglo de Oro* (Carrasco 1999: 327-345).

português e por Gregorio Torres Nebrera em espanhol (cf. Martins 1997: 80-83; Torres 2010: 18-20). Adiantarei apenas que aspectos atribuídos pelos hispanistas à capacidade inventiva de Tirso naquela peça dependem em linha directa da poesia portuguesa de Corte-Real. Naquele que é talvez o mais importante estudo de conjunto deste teatro, *L'Univers Dramatique de Tirso de Molina*, Serge Maurel defendia que a intriga romanescas "constitui a parte de ficção da "comedia" e a parte em que o dramaturgo inventou" (Maurel 1971: 361; *tradução minha*). Mas a existência dum filho de Sepúlveda de outra mulher, o carácter do pai de Lianor, Garcia de Sá, e o pormenor da intermediária das cartas entre os amantes são indiscutivelmente derivados do poema de Corte-Real. Que se saiba, não existe outra fonte para essas vertentes romanescas da peça tirsiana, mas essa existe, e não pertence, por conseguinte, à *inventio* de Tirso. Maurel, do mesmo modo, advoga originalidade da parte de Tirso quanto às causas do desfecho da peça, afirmando (*tradução minha*): "Tirso, portanto, utilizou abundantemente os cronistas portugueses para a narrativa desse trágico desenlace. Mas concede ao drama motivos que são próprios do autor: para os historiadores, Manuel de Sousa é vítima dos elementos enfurecidos, duma natureza hostil e dos selvagens que a habitam; para Tirso, D. Manuel é vítima das suas faltas, e a infelicidade que o atinge é castigo de Deus" (Maurel 1971: 174). Embora seja correcto advertir que as crónicas portuguesas interpretam a tragédia de Sepúlveda como resultado de imposições da Natureza e da hostilidade africana, a interpretação do naufrágio e das mortes como castigo dos crimes do protagonista provém absolutamente do poema de Corte-Real antes de sair da pena de Tirso de Molina. Este é um dos casos em que o recurso à literatura portuguesa como fonte histórica é insuficiente: para entender a concepção da peça de Tirso de Molina, torna-se necessário conhecer *poesia* portuguesa, pelo menos um poema da tradição narrativa lusitana.

O mesmo, diria eu, se aplica a outra peça de teatro do século dourado espanhol, esta uma peça mais famosa, mais editada e mais representada. Refiro-me a *A secreto agravio, secreta venganza*, um dos mais célebres *dramas de honor* de Don Pedro Calderón de la Barca (2011). A ligação desta peça a Portugal é evidente: a maior parte das personagens é portuguesa e a acção tem lugar em território lusitano, quer europeu, quer indiano. O que não tem sido notado é que a cena inicial da peça depende do

mesmo poema de Corte-Real que inspirou, pela mesma época, o já referido texto de Tirso de Molina. Numa acção em que não só o cenário mas também o carácter português da maioria das personagens se aliam a um enredo de amores, ciúmes, matrimónio e homicídio, há uma cena quase a iniciar a peça em que a ligação ao poema de *Sepúlveda e Lianor* assume particular relevo. Esta cena possui a função de concentrar numa curta narrativa a morfologia da acção que se vai seguir, a intriga que o cômputo global da peça irá posteriormente desenvolver. Don Juan de Silva, recém-regressado a Lisboa vindo do Oriente, conta a história que viveu em Goa a Don Lope de Almeida, o futuro protagonista do drama de Calderón:

Había en Goa una señora,  
 hija de un hombre a quien dio  
 grande cantidad de hacienda  
 125 codicia y contratación.  
 Era hermosa, era discreta,  
 que, aunque enemigas las dos,  
 en ella hicieron las paces  
 hermosura y discreción.  
 130 Servila tan venturoso  
 que merecí algún favor;  
 pero ¿quién ganó al principio  
 que a la postre no perdió?  
 ¿quién fue antes tan felice  
 135 que después no declinó?,  
 porque son muy parecidos  
 juego, fortuna y amor.  
 Don Manuel de Sosa, un hombre  
 — hijo del gobernador  
 140 Manuel de Sosa — por sí  
 de mucha resolución,  
 muy valiente, muy cortés,  
 bizarro y cuerdo — que yo,  
 aunque le quité la vida,  
 145 no he de quitarle el honor —,  
 de Violante enamorado  
 — que este es el nombre que dio  
 ocasión a mi ventura  
 y a mi desdicha ocasión —,  
 150 en Goa públicamente  
 era mi competidor.  
 Poco cuidado me daba

155 su amorosa pretensión,  
 porque siendo, como era,  
 el favorecido yo,  
 la pena del despreciado  
 hizo mi dicha mayor.

As semelhanças deste enredo com o dos Cantos iniciais do *Sepúlveda* saltam à vista. A história, inserida como é numa modulação dramática e teatral, oferece-se da perspectiva de um dos protagonistas e não dum narrador exterior à acção. Mas em quase tudo o resto poder-se-ia exclamar, como se faz n' *O Primo Basílio* de Eça de Queiroz: "Mas isso é o enredo da *Eugénia Grandet!*". Com efeito, a semelhança não é despicienda entre o relato de Don Juan de Silva em *A secreto agravio, secreta venganza* e o que o autor relata nos dois primeiros Cantos da narrativa em verso português. São dois pretendentes à mesma dama, um dos quais com o mesmo nome e apelido do herói da epopeia portuguesa. Calderón troca papéis: o governador do Estado da Índia é pai dum dos pretendentes e não, como em Corte-Real, da amada; o pretendente com êxito aparente nos desejos da dama é o outro (D. Juan de Silva; no *Sepúlveda*, Luís Falcão), e não Manuel de Sousa. Mas a sintonização com o texto poético lusitano é patente e constante. Há, inclusivamente, contacto verbal entre os dois textos.

Não falta sequer à *Jornada Primera* de Calderón uma cena de Passeio, tal como no Canto Primeiro de Corte-Real. Se, no poema de *Sepúlveda* e *Lianor*, o passeio inicia a reciprocidade amorosa que, só mais tarde, levará ao assassinato dum dos pretendentes (Manuel de Sousa mata Luís Falcão), em Calderón o passeio é o próprio cenário do crime (ali, Juan de Silva mata Manuel de Sosa).

O texto lusitano terá fornecido a Calderón talvez o exemplo mais poderoso do estereótipo dos portugueses concebido pelos castelhanos da época: amadores e ciumentos<sup>9</sup>. A própria questão da honra, tão decisiva em *A secreto agravio, secreta venganza* e tão ligada à sistemática referenciação do suposto carácter dos

---

<sup>9</sup> Erik Coenen, na introdução à edição que seguimos, faz observações importantes sobre o aspecto "português" do drama calderoniano (Calderón 2011: 61-64).

portugueses, encontra representante evidente na configuração inicial do enredo no poema de Corte-Real.

Na intriga geral do drama calderoniano, tem particular importância a ocultação do crime. Don Lope de Almeida, o protagonista, mata a esposa e o amante dela, mas nunca vem a publicar-se a sua culpa nessas mortes. No *Sepúlveda*, Manuel de Sousa assassina o rival, mas nenhuma outra personagem dá mostras de conhecer o segredo. Uma das coisas que Don Lope aprende com a narrativa dos infortúnios goeses de D. Juan de Silva é que o crime de honra não compensa se é cometido às claras. Em paralelo, quase poderíamos acrescentar que uma das coisas que Calderón aprendeu com o poema de Corte-Real foi a reflectir sobre a questão do homicídio supostamente honroso. A ligação que o poeta português estabelece entre o crime e o castigo de Sepúlveda não existe nas outras versões, cronísticas ou poéticas, do naufrágio – recorde-se o que dissemos antes acerca de Tirso de Molina. A concepção de Corte-Real, para todos os efeitos, surgiria como poética aos olhos de Calderón, e cheia de interesse para realizar dramaticamente, mediante enredos onde amor, ciúme e honra alternam com mortes por infortúnio e assassinios dissimulados.

Termino.

A presença da poesia portuguesa na literatura espanhola do Século de Ouro, sem exclusão do teatro, merece estudo e investigação, pela importância de que se reveste, não só por causa de Camões, mas também devido a um conjunto de outros poetas e poemas. A pesquisa dos inventários de bibliotecas particulares, a recolha de citações identificadas em obras de interesse geral, a investigação sobre listas de poetas e poemas indicativas de canonização, e a comparação intertextual, são quatro meios mediante os quais se começa a ter uma ideia válida, objectiva e despreconceituosa, sobre o real impacto de poetas e poesias portuguesas na formação intelectual e estética dos autores, incluindo os maiores, da época dourada espanhola.

Para quem se dedica à língua e literatura portuguesas num ambiente cultural e académico hispânico, creio que esta será seguramente uma das melhores demonstrações da importância incontornável do estudo e do ensino do Português que se vem realizando nas melhores escolas superiores de Espanha.

**BIBLIOGRAFIA**

- Aguiar e Silva (2007): Vítor Manuel de Aguiar e Silva, "Camões e a comunidade inerliterária luso-castelhana nos séculos XVI e XVII", *Relâmpago*, 20, ano X, Lisboa, pp. 91-123.
- Almeida (2006): Isabel Almeida, "Para uma arte da memória: Baltasar Gracián e Manuel de Faria e Sousa, leitores de Camões", *Santa Barbara Portuguese Studies*, vol. VII, pp. 163-189. O número da revista corresponde ao ano de 2003, mas os artigos são bastante posteriores a essa data, e o volume só foi impresso três anos depois. A autora cita, aliás, o texto de Anastácio, que é de 2004.
- Alves (2009): Hélio J. S. Alves, "Sem exclusões: leituras de poetas portugueses no *Siglo de Oro*", *Limite*, 3, pp. 93-111.
- Anastácio (2004): Vanda Anastácio, "Leituras potencialmente perigosas. Reflexões sobre as traduções castelhanas de *Os Lusíadas* no tempo da União Ibérica", *Revista Camoniana*, São Paulo, EDUSC, 3ª série, vol. 15, pp. 159-178.
- Calderón (2011): Pedro Calderón de la Barca, *A secreto agravio, secreta venganza*, a/c Erik Coenen, Madrid, Cátedra.
- Carrasco (1999): Juan M. Carrasco González, "El origen portugués de la novela pastoril castellana" in María Rosa Álvarez Sellers (ed.), *Literatura Portuguesa y Literatura Española. Influencias y relaciones*, Valencia, Universitat de València, pp. 327-345.
- Dadson (1998): Trevor Dadson, *Libros, lectores y lecturas: estudios sobre las bibliotecas españolas del siglo de oro*, Madrid, Arco Libros.
- DASILVA (2003): Xosé Manuel Dasilva, "Aproximação inicial das traduções espanholas da obra lírica camoniana", *Revista Camoniana*, São Paulo, EDUSC, 3ª série, vol. 14, pp. 245-304.
- Díez Borque (2010): José María Díez Borque, *Literatura (novela, poesía, teatro) en bibliotecas particulares del Siglo de Oro español (1600-1650)*, col. "Biblioteca Áurea Hispánica", Madrid-Frankfurt-Orlando, Universidad de Navarra-Iberoamericana-Vervuert.
- Luzán (1789): Ignacio de Luzán Claramunt de Suelves y Gurrea, *La poética: ó reglas de la poesía en general y de sus principales especies*, Corregida y aumentada por el mismo autor, 2 vols., Madrid, Antonio de Sancha.
- Marcos (2008): Ángel Marcos de Dios, "Libros y lecturas portuguesas en la España de los siglos XVI y XVII" in Ángel Marcos de Dios (ed.), *Aula Bilingüe. Investigación y archivo del castellano como lengua*

*literaria en Portugal*, Salamanca, Luso-Española de Ediciones, pp. 45-100.

- Martins (1997): José Cândido de Oliveira Martins, *Naufrágio de Sepúlveda. Texto e intertexto*, Lisboa, Replicação.
- Maurel (1971): Serge Maurel, *L'Univers Dramatique de Tirso de Molina*, Poitiers, Publications de l'Université, 1971.
- Sebold (2008): Russell Sebold, "Introducción" a Ignacio de Luzán, *La poética o reglas de la poesía en general, y de sus principales especies*, Madrid, Cátedra.
- Serra (2011): Pedro Serra, "Receção [sic] de Camões na literatura espanhola" in Vítor Aguiar e Silva (coord.), *Dicionário de Luís de Camões*, Lisboa, Caminho, pp. 772-793.
- Silvestre (1721): Pedro Silvestre (pseud.), "Prologo al Lector. Romance" in Pedro Silvestre, *La Proserpina. Poema Heroico Jocosero*, Madrid, en casa de Francisco del Hierro, 1721.
- Torres (2010): Gregorio Torres Nebrera, "Introducción" a Tirso de Molina, *La prudencia en la mujer*, Madrid, Cátedra.



O BILINGUISMO NA ÉPICA PORTUGUESA DO PERÍODO FILIPINO:  
ENTRE A EXPRESSÃO AUTONÓMICA, A AFIRMAÇÃO IDENTITÁRIA E A  
IMPORTÂNCIA DO CONTEXTO CULTURAL ESPANHOL ENVOLVENTE

Manuel Ferro  
Universidade de Coimbra  
Centro Interuniversitário de Estudos Camonianos  
[ferro@fl.uc.pt](mailto:ferro@fl.uc.pt)

**RESUMO**

Se, durante o período filipino em Portugal (1580-1640) foi intensa a produção épica no contexto cultural português, quer em língua portuguesa, quer castelhana, mesmo nesta última situação de autores portugueses, polémico tem sido o modo como tal fenómeno tem sido abordado: se uns o vêem como a expressão acabada do espírito autonómico, outros consideram-no como manifestação da forte influência da cultura espanhola, que ao tempo se projetava a nível europeu. Outros ainda reconhecem nesse caso, pelo contrário, um modo de maior reconhecimento para as letras portuguesas, já que o pendor patriótico de alguns poemas também é reduzido. Em qualquer situação, para qualquer dos títulos aduzidos, é sempre de ter em conta fatores literários, paraliterários e extraliterários do período em causa.

**PALAVRAS-CHAVE:** Período filipino; épica; espírito autonómico; identidade nacional.

**ABSTRACT**

If, during the Philippine period in Portugal (1580-1640), the epic production in the Portuguese cultural context was intense, either in Portuguese or Spanish, and even in this last situation by Portuguese authors, it has been controversial the way how this phenomenon has been approached: if some criticism sees it as the most complete expression of the autonomic spirit, others consider it as a manifestation of the strong influence of the Spanish culture, which protruded at the time at an European level. Others still recognize in it, on the contrary, a mode of

greater recognition for the Portuguese letters, as the patriotic penchant of some of these poems is reduced too. Anyway, for any of the alleged titles, it is always to take into account literary, paraliterary and extraliterary factors of the involved period.

**KEYWORDS:** Philippine period; epics; autonomic spirit; national identity.

Sem dúvida alguma, desde os remotos tempos da fundação da nacionalidade que o bilinguismo ibérico no território que hoje é Portugal se projetou na produção literária e permitiu a criação de uma literatura, ou melhor, a consequente composição dum capítulo da história da literatura, quer do lado português, quer do castelhano, tipo 'terra de ninguém' e simultaneamente património dos dois países e das culturas inerentes. A princípio o binómio entre o galaico-português e o castelhano, depois, entre o português e o castelhano, pelo menos até ao fim do século XVII, inícios do século XVIII, permitiu o aparecimento de obras que se situam numa zona de fronteira, umas vezes em termos linguísticos, outras em termos literários e culturais. Levantam naturalmente questões pertinentes como as da conformidade com a identidade da nação e da cultura a que pertencem, já que até são compostas na "outra" língua, a da nação vizinha.

Vários são, pois, os motivos que geraram essa situação de bilinguismo, para além da proximidade geográfica e cultural. Por vezes, fatores históricos, políticos e sociais justificam esse fenómeno e quando se tratava de casamentos reais e principescos, com as habituais deslocações dos séquitos de acompanhantes, mais fácil se tornava a criação de condições para que se possibilitasse um ambiente bilingue ao nível da cultura de corte e, consequentemente, das classes dominantes (Cf. Bethencourt 2002: VII-X; Martínez Torrejón 2002: 3-10; Castro 2002, 11-23; Buescu 2000, 51-66 e 2004, 13-38). Desta forma, projeta-se tal fenómeno na criação literária a diferentes níveis, permitindo a produção de composições líricas, como as de Sá de Miranda, Diogo Bernardes (Navarrete 2002, 25-40), e Camões, ou Pero de Andrade Caminha (Anastácio 2002: 153-164); as obras do Condestável D. Pedro (Crispim 2002: 41-57); a prosa de Pêro de Magalhães Gândavo e Jorge Ferreira de Vasconcelos (Almeida 2002: 59-73); romances, como a *Diana*, de Jorge de Montemor

(Montero 2002: 75-84); epopeias como a de Duarte Dias (Cirurgião, 2002: 85-99); textos de pedagogia (Buescu 2002: 101-114) e obras religiosas e de espiritualidade (Civil 2002: 115-125); ou, numa fase mais adiantada, no século XVII, composições líricas, como os sonetos de Vasco Mouzinho de Quevedo Castelo Branco (Gomes 2002: 127-139); tratados de poética como o de Miguel Sanches de Lima (Castro, 2002: 141-151); poesia satírica e de circunstância (Martínez Torrejón 2002b, 165-181); bem como comédias quer de nítida importação espanhola ou, paradoxalmente, outras imbuídas de um espírito anticastelhano, como se verifica no caso de Jacinto Cordeiro (González 2002: 183-197).

Tais evidências possibilitam, pois, hoje que a tal fenómeno seja dedicada particular atenção e uma reflexão mais aturada, num momento, como o que atravessamos, em que as fronteiras se apagam e a integração europeia se torna um processo dinâmico. Como reação, num plano mais cultural e literário, o pós-modernismo suscita a ponderação sobre a identidade das nações, dos povos e das culturas locais. Autores como Anthony Smith, com obras como *The National Identity* (1991); Anne-Marie Thiesse, com *La Création des Identités Nationales* (2009); Patrick Geary, com *Europäischer Völker im frühen Mittelalter – Zur Legende vom Werden der Nationen* (2002); ou, em Portugal, José Mattoso, com *A Identidade Nacional* (1998); Luís Cunha, com *A Nação nas Malhas da sua Identidade. O Estado Novo e a construção da identidade nacional* (2001); Rainer Daehnhardt, com *Identidade Portuguesa: por que a defendo* (2002), entre outros títulos e obras afins, proporcionam um suporte teórico que permite a realização de estudos desta natureza. Mais especificamente, no plano dos estudos culturais e dos estudos literários, esmiuçados por Armand Mattelart & Érik Neveu (2006), assim como por Ziauddin Sardar & Borin Van Loon (2010), livros como *Letteratura, Identità, Nazione* (2009), com contributos de Bellini, Burgio, Conoscenti, Jossa, Pecora, Sanguinetti e outros críticos e teóricos contemporâneos da literatura; *Letteratura e identità nazionale* (1998), de Ezio Raimondi; ou *L'Italia letteraria* (2006), de Stefano Jossa, representam pontos de partida para a reflexão das questões debatidas em colóquios e conferências a nível global, como, por exemplo, o que teve lugar em Março de 2011, na Universidade de Palermo, subordinado ao tema *Letteratura Italiana e Identità Nazionale*; além de outro que se debruçou sobre *Os Nacionalismos*

na Literatura do Século XX. Os Indivíduos em face das nações (2010), coordenado por Ana Beatriz Barel; ou ainda, em Craiova, na Roménia, em 21-22 de Setembro do passado ano de 2012, sobre Discorso, identità e cultura nella lingua e nella letteratura italiana.

Por conseguinte, também entre nós, no contexto da cultura e literatura portuguesas valorizam-se e evidenciam-se aspetos que nos diferenciam, que marcam a diferença sem cair no desgastado lugar-comum do fado e da melancolia do nosso carácter. Eduardo Prado Coelho configura as vertentes da identidade e as facetas da imagem da cultura portuguesa em Nacional e Transmissível (2006), onde aponta elementos tão díspares como os pastéis de nata, a presença do mar, o bacalhau, as sardinhas, o vinho do Porto, a ginginha e o moscatel, a cortiça, as saudades e o desenrascanço. Assim, constroem-se imagens, melhor dito, autoimagens que se projetam no exterior como rótulos de marketing cultural. Fernando Pessoa e José Saramago constituem os nomes mais recorrentemente referidos e referenciados entre as manifestações literárias. Camões é hoje mais usado para um auditório mais culto e seletivo. Mas nem sempre assim foi...

Deste modo, os estudos de imagologia, também recentemente valorizados no âmbito da Literatura Comparada tornam-se campos de abordagem crítica, muito particularmente se forem tomadas em consideração as variadas linhas lançadas nos ensaios de Marius-François Guyard (1961), Hugo Dyserinck (1966, 1980, 1982, 1988a e 1988b), Hörst Rüdiger (1971), Peter Boerner (1975), Yves Chevrel (1989) e Manfred S. Fischer (1979). E assim compreendemos como, já no século XVI, com as riquezas e o prestígio alcançados com a expansão no mundo, bem como com o contacto com outros continentes, povos e culturas, Portugal forja uma imagem de si próprio que se expande na Europa, muito particularmente a partir da corte pontifícia de Roma, veiculada pelas orações de obediência ao Papa ou como sugerem obras de arte, como as tapeçarias e construções grandiosas como a Torre de Belém ou o Mosteiro dos Jerónimos. Vive-se um ambiente épico, como refere Fidelino de Figueiredo em *A Épica Portuguesa no Século XVI* (1930/1950/1987), obra em que enumera e distingue os diferentes vetores que compõem esse ambiente de euforia. Tudo havia de culminar com a composição d' *Os Lusíadas* (1572), o poema que passa de imediato a exprimir a essência da

alma portuguesa, que exalta o espírito empreendedor deste povo e serve de âncora à portugalidade, em especial daqueles que se acham espalhados pelo Mundo. O deslumbramento sentido pelo descobrimento do caminho marítimo para a Índia, os triunfos e vitórias militares sucessivos, a fundação de cidades no Brasil, em África e no Oriente, como S. Paulo (1554), Luanda (1560), Rio de Janeiro (1565), Macau (1557), e Nagasáqui (1571), os lucros acumulados com o comércio das especiarias ou o ouro da Mina, tudo isso cimenta a modelação dessa autoimagem de confiança e grandeza. A ideia de esplendor e magnificência das realizações humanas impunha-se de forma diferente perante os modelos homérico e virgiliano e o herói que obedecia aos impulsos de coragem, desejo de glória e aceitação do sacrifício, vivendo e morrendo por uma questão individualista, é substituído por uma nova conceção em que à perspetiva pessoal se sobrepõe um ideal social, coletivo, tornando-se a epopeia um poema que projeta um herói paradigma de uma nação. Mas no terceiro quartel do século XVI, apesar do crescimento do império, as nuvens adensam-se: há praças no norte de África abandonadas, a administração do reino é desorganizada, as dificuldades em manter um império tão vasto por um povo tão pequeno aumentam, e a ganância e o desejo de enriquecimento rápido precipitam o reino para a ruína. É neste ambiente conturbado, já marcado pela descrença e pela nostalgia que Luís de Camões compõe *Os Lusíadas*. Alinham-se aí os heróis do passado, avivam-se os mitos, os dramas e as tragédias que alimentam o nosso imaginário coletivo. Recupera-se um passado glorioso que se contrapõe a um presente de dificuldades (Ferro 1997<sup>a</sup>: 309). Logo na dedicatória aponta-se para África, campo de prometidas glórias para um rei jovem e lunático – alternativa mais viável e económica para um reino esgotado; critica-se depois o luxo do Oriente, os elevados custos das armadas e o Velho do Restelo é a voz da consciência de uma parte da opinião pública da altura. Se o desencanto aflora à tona do discurso poético, as divisões internas transparecem e a descrença no futuro se avoluma, a verdade é que, em contrapartida, se cimentara a noção da pertença a uma nação forjada ao longo de séculos, consolidada pelos sonhos, sofrimentos e ambições do povo, do clero e de uma nobreza, que souberam articular com perfeição num só projeto a vontade de afirmação e construção de um estado, primeiro contra os leoneses e muçulmanos e depois contra as intempéries do mar alto.

Mas a derrota de Alcácer Quibir, o desaparecimento do rei no campo de batalha, o ruir da dinastia de Avis e o desaparecimento da independência nacional, tudo isso deu origem a um contexto apocalíptico. Os monarcas espanhóis alargam o seu poder a Portugal e às possessões ultramarinas. Lisboa, desaparecida a corte, passou a cidade de província. Mas *Os Lusíadas* transpõe fronteiras, é traduzido, conhecido, comentado e fascina leitores de desvairadas nações, línguas e culturas. Contudo, de Camões já pouco se sabe trinta anos volvidos, depois da sua morte. Tudo renasce, porém, na segunda e terceira décadas do Século XVII e o poema passa a ser visto como um monumento incontornável da identidade de um povo e de uma nação que se levanta contra o governo espanhol, alimentando fortemente um espírito anti-castelhano e desafiando todas as classes à resistência durante o domínio filipino.

Na altura, o contexto literário também favorecia este fenómeno. O poema épico era a pedra de toque que punha à prova o estro poético de cada autor. Constituía o género mais sublime do panorama literário.

Na realidade, depois da tradução latina da Poética, em 1536, por iniciativa de Alessandro de Pazzi, inicia-se verdadeiramente um processo de verdadeira divulgação deste texto, de primordial importância para toda a teorização subsequente. Doze anos depois, publicaria Robortello as *In librum Aristotelis de arte poetica explanationes* (Robortello 1548), comentário onde se estabelecem as linhas fundamentais para a criação literária do Renascimento na sua segunda fase<sup>10</sup>. Castelvetro (1570-1576), Escalígero (1562), Vincenzo Maggi e Bartolomeo Lombardi (1550), Minturno (1563), Alessandro Piccolomini (1575), Fracastoro (1584) e Francesco Patrizi (1562 e 1586) iriam ser depois outros tantos exegetas responsáveis pela difusão das ideias aristotélicas em Portugal, como no resto da Europa, oferecendo elos seguros de transmissão, acessíveis aos novos críticos e teorizadores pelo conhecimento que possuíam do latim e do italiano (Ferro 2004: 131-138).

---

<sup>10</sup> Sobre o contexto do Renascimento italiano, em que tem lugar toda esta atividade de difusão e estudo da poética aristotélica, é fundamental a consulta da obra de Weinberg (1961), complementada pelo monumental edição dos *Trattati di Poetica e Retorica del '500*, a cura di Weinberg (1974); assim como a de Spingarn (<sup>3</sup>1963). Ainda a ter em conta sobre esta matéria a obra de Dolezel (1990), pp, 27-57.

Apesar de a poética implícita apreendida na leitura da *Gerusalemme Liberata* (1581), de Torquato Tasso, logo após a sua divulgação em Portugal, condicionar de imediato a composição de alguns dos poemas épicos que entretanto foram surgindo, a difusão da teoria tassiana sobre o poema heroico só verdadeiramente se verifica no contexto da abundante corrente hermenêutica suscitada pela epopeia camoniana que, desde as primeiras décadas de Seiscentos, procura esclarecer os passos mais obscuros do poema e exalta o valor paradigmático d'*Os Lusíadas*. É essa atitude que faz sentir aos críticos a necessidade de se apoiarem em conceitos fundamentais próprios do género, a fim de poderem rebater alguns espíritos mais rigorosos, que desde logo começaram a tecer críticas cerradas a certas particularidades da epopeia camoniana. Para isso, invocam-se aspetos já codificados e aceites, mas nem sempre interpretados de maneira unívoca<sup>11</sup>. Gera-se deste modo a polémica, debatem-se princípios, citam-se e analisam-se os poemas marcantes não só do passado, como da atualidade, recorre-se à autoridade dos teorizadores antigos e modernos. E, entre estes, era Torquato Tasso quem apresentava uma teoria mais estruturada e consistente. Ponto de chegada dos grandes comentadores quinhentistas da Poética de Aristóteles e fruto dos aspetos que haviam sido objeto, primeiro, da reflexão que acompanhou a génese da *Gerusalemme Liberata* e, depois, de debate do próprio Tasso com os académicos da Crusca, a sua teoria era, sem sombra de dúvida, a que estava em maior consonância com os novos tempos e os códigos estéticos entretanto elaborados. Camões rivalizava, então, com Tasso; *Os Lusíadas* com a *Gerusalemme Liberata* (Ferro 2004: 171-272).

Nesse contexto, até à sua extinção em 1580, a corte fora verdadeiramente bilingue. Se previamente não o tinha sido, os três casamentos de D. Manuel, depois o de D. João III fortaleceram esse pendor. Exceção feita a António Ferreira, raros foram os outros nomes da literatura portuguesa que rejeitaram o uso da língua castelhana (Buescu 2004).

Mesmo autores extremados, como Gil Vicente Sá de Miranda, afinavam pelo mesmo diapasão no culto da musa estrangeira e a

---

<sup>11</sup> Sobre esta matéria e este período que antecede o da receção de Tasso nas letras portuguesas, e se estabelece uma verdadeira poética implícita da epopeia no contexto português, remetemos para o estudo de Hélio J. S. Alves (2001).

essa febre não escapou Damião de Góis, Luís de Camões ou Jerónimo Osório. O próprio Pedro Nunes afirma na dedicatória “Carta do autor desta obra [dedicada] Ao Mvito Alto et Mvito Excellente Principe o Cardeal Iffante Dom Anrique” do *Libro de Algebra en arithmetica y geometria*, publicado em Anvers, em 1567, ter feito a tradução do original português em castelhano, por questões de facilidade de divulgação do saber nele contido no país vizinho.

E primeiramente a escreuj em nossa lingoa Portuguesa, & assi auio V.A. mas despois considerando que ho bem quanto mais co[m]um & vniversal, tanto he mais excelente, & porque a lingoa Castelhana he mais co[m]um em toda Espanha que a nossa, por esta causa aquis trasladar em lingoa Castelhana, para nella se auer de imprimir, porq[ue] nam careça della aquella nação tanto nosa vizinha, com aqual tanto co[m]unicamos, & tanta amizade temos. (Nunes, 1567, [3]-[3v]).

Por isso, não admira que perda da independência, e, em paralelo, com o culto crescente de Camões, também Manuel de Faria e Sousa tenha invocado o uso do castelhano na sua monumental edição do poema camoniano, apontando a contribuição para uma maior divulgação d’*Os Lusíadas*, não exclusivamente em Espanha, mas em todo o mundo culto da época, facto que o levou a elaborar o respetivo comentário nessa língua e não em português:

[...] Pero quãdo esto en mi pareciera culpa, a la verdad no lo es, sino de aquellos que se muestran doctos en lèguas estrañas, sin saber de las de su Provincia, ni aũ la que es tan parecidaa la Castellana como la Portuguesa; siendo cierto, que para ellos se tiene esta cõvertido en Griego, al passo que nos quieren dar a entender, que el Griego se tiene convertido en ellos. A mi me consta, que todos alaban en Castilla a Luis de Camoës, i que le entiēden pocos: no quiero arrojarme a dezir ninguno, que por ventura, pudiera, sin ponerme en necesidad



acusarme dello; pues de Portugal propio puedo seguramente dezirlo. I si no, muestrame alguno borradores en que se aya leido hasta oy, o testimonios que afirmen aver oido a otro algo de lo infinito recondito que descubro en todo el Poema. Hablo con seguridad, i no sin respeto: porque yo no digo que lo obrè por mayor entendimiento, ni sutileza, ni estudio, sino por mayor diligencia, i desvelo, i amor al credito de España por el ingenio, que Luis de Camoões le perpetuò con el suyo. [...] Mas dexando de ofrecer sumisiones a disparates de jactancias vanas, i de embidias ignorantissimas, concluyo que por unos i otros respetos hago comun para toda España el soberano fruto de tan sublime ingenio, con esponerle en esta lengua, que tuvo fuerte (no sin meritos por cierto) de que fuesse mejor entendida en estos Reynos, aunque si otra lo fuera no se usara menos (Camões/Sousa, 1972/1639, I, 14).

Semelhante atitude assumem, então, os poetas e do mesmo modo o exprimem, como faz Bernarda Ferreira de Lacerda quando resolve adotar o castelhano para composição das duas epopeias de sua lavra. Não admira, por consequência, que, no âmbito da produção literária da época, a composição de obras em língua castelhana fosse aceita sem grandes problemas, sem afetar a identidade da nação e o patriotismo dos seus autores. É por isso que Hernâni Cidade, em *A Literatura Autonomista sob os Filipes* (1943), defende a tese de que a épica barroca portuguesa possuía uma matriz nacionalista, tese que logo tal foi rebatida por Eugenio Asensio, em *España en la épica portuguesa del tiempo de los Filipes (1580-1640). Al margen de un libro de Hernâni Cidade*, de 1974. De qualquer modo, a produção de epopeias na altura, muito conceituada pelos motivos apontados de ordem política, mas também de ordem cultural e literária, assistiu assim a um florescimento peculiar, tanto em língua portuguesa, como em castelhano e até alguns exemplares – menos, muito menos, sem dúvida – em latim. Nesse contexto bilingue dos escritores portugueses, que frequentemente se revelavam ilustres polígrafos, é, pois, relevante o número de autores que sendo portugueses deram aos prelos poemas épicos em castelhano. Entre a tipologia por mim apontada no verbete referente a “Épica” da *Biblos. Enciclopédia Verbo das Literaturas de Língua Portuguesa* (de 1997a, Vol. 2, col. 305-314), pode-se, pois, apontar a seguinte

inserção dos títulos publicados exclusivamente em castelhano nas categorias a seguir apontadas:

Devido à popularidade do género, no âmbito do poema Mitológico, conta-se de

- GALHEGOS, Manuel de (1628). *Gigantomachia*. Lisboa: por Pedro de Crasbeeck<sup>12</sup>.

sem dúvida alguma, o poema deste tipo mais conseguido concebido em Portugal.

Outro tipo abrange poemas sobre assuntos de carácter ecuménico, uns de carácter religioso, outros mais catequéticos, de acordo com o espírito dominante da Contra-Reforma. Entre os primeiros assinalam-se, como exemplo,

- LUSITANO, Estrela (1604). *La Machabea*. Leon: por Pedro Geverdo
- CAYRASCO, Bartolomeo (1615). *Templo militante, Triunfos de Virtudes, Festividades e y Vidas de Santos*. Lisboa: por Pedro de Crasbeeck
- TOMAZ, Manuel (1626). *El Angelico Doctor S. Thomaz de Aquino, sv Vida, Excellencias, y Muerte*. Lisboa: por Iorge Rodrigues
- DELGADO, João (Moisés) Pinto (1627). *Poema de la Reina Ester*. A Rouen: Chez David du Petit Val
- MACHADO, Buenaventura (1632). *Silva de espirituales y morales pensamientos, símbolos, y geroglíficos sobre la vida y dichosa muerte, del padre M. Pedro Dias*. Barcelona, Sebastian y Iame Matevad
- SILVEIRA, Miguel da (1638). *El Macabeo. Poema Heroico*. Nápoles: por Egidio Longo

Dos segundos, aponte-se:

- ARAGÃO, Fernando Ximenes de (1608). *Restauración del hombre*. Lisboa: por Pedro Crasbeeck

Outra categoria inclui as epopeias de importância universal:

---

<sup>12</sup> A propósito desta epopeia, consulte-se o estudo de minha responsabilidade: Ferro, 2012, 5-14.

- CORTE-REAL, Jerónimo (1578). *Felicissima Victoria concedida del cielo al señor don Juan d' Austria, en el Golfo de Lepanto de la poderosa armada Othomana. En el año de nuestra salvacion de 1572*. Lisboa: por Antonio Ribero
- DIAS, Duarte (1590). *La Conquista [...] de Granada*. Madrid: por la Viuda de Alonso Gomez<sup>13</sup>
- SAN MARTÍN, Gregório de (1628). *Restauración de Bahía*, no volume *Todo lo nuevo aplaze*. Lisboa: por Pedro Craesbeeck
- VASCONCELOS, Francisco Botelho de Morais e (1701). *El Nuevo Mundo. Poemna Heroico*. Barcelona: en la Imprenta de Iuan Pablo Marti

A classe que conta com poemas de interesse hispânico, por tratar de assuntos relacionados com o contexto ibérico, é o filão mais numeroso deste tipo de produção épica em castelhano por razões obviamente compreendidas:

- ALARCÓN, Juan Soares de (1606). *La Infanta coronada*. Lisboa, por Pedro Craesbeeck
- VASCONCELOS, João Mendes de (1612). *Liga deshecha por la expulsion de los moriscos*. Madrid: por Alonso Martin
- LACERDA, Bernarda Ferreira de (Parte I: 1618; 2ª Parte: 1673). *Hespaña libertada*. Lisboa: en la Oficina de Pedro Craesbeeck
- CASTELBRANCO, Vasco Mousinho de Quevedo (1619). *Triumpho del Monarcha Filippo Tercero en la felicissima entrada de Lisboa*. Lisboa: Jorge Rodrigues<sup>14</sup>
- SOUSA, Nicolau de (1620). *Sucesso africano, Cádiz, Juan de Borja*. En Cadiz: en casa de Iuan de Borja
- SÁ, Francisco Matos de (1620). *Entrada y Triumpho que la Ciudad de Lisboa hizo a la C. R. M. del Rey D. Phelipe Tercero*

---

<sup>13</sup> Sobre este poema, veja-se o ensaio acima referido de Cirurgião, 2002, 85-99.

<sup>14</sup> Acerca deste poema, considere-se igualmente de minha autoria: Ferro, 2013. Remeto ainda para o texto de Mílton Pacheco, “‘De vossa Real presença desejada’. Uma apologia político-alegórica a Filipe II de Portugal”, inserido neste volume, que explora sobremaneira a componente icónica da arquitetura efémera celebrativa da ocasião da visita de Filipe III ao Reino, dedicando particular atenção ao arco triunfal erigido pela Inquisição e valorizando os relatos a ele dedicados no poema épico de Vasco Mousinho de Quevedo Castelbranco.

*de las Españas, y Segundo de Portugal*. Lisboa: por Jorge Rodriguez

- LOBO, Francisco Rodrigues (1623). *La jornada que la Magestad Catholica del Rey Don Phelipe III de las Españas hizo a su Reyno de Portugal; y el Triumpho, y Pompa con que le recibió la insigne Ciudad de Lisboa el año de 1619*. Lisboa: por Pedro Crasbeeck Impressor del Rey<sup>15</sup>
- SAN MARTÍN, Gregório de (1624). *El Triunfo más famoso que hizo Lisboa a la entrada de Dom Phelippe Tercero d'España, y segundo de Portugal*. Lisboa: por Pedro de Craesbeeck
- VASCONCELOS, Francisco Botelho de Morais e (1731; 1.<sup>a</sup> ed.: 1712). *El Alphonso, o la Fundacion del Reino de Portugal, assegurada, y perfecta en la Conquista de Lysboa. Poema Epico*. Salamanca: en la Imprenta de Antonio Villargordo

A todos estes, podemos ainda acrescentar uma série de poemas heroicos, muito embora assumam igualmente um carácter panegírico manifesto:

- SILVEIRA, Miguel da (1639). *El sol vencido*. Nápoles: por Egidio Longo
- SILVEIRA, Miguel da (1639). *Parténope ovante*. Nápoles: por Egidio Longo<sup>16</sup>
- VASCONCELOS, Francisco Botelho de Morais e (1696). *Panegyrico Historial Genealogico de la Familia de Sousa*. Cordoba: por Diego de Valverde y Leyva y Acisclo Cortès de Ribera

Por conseguinte, entre uma produção épica que conta com um número considerável de textos, mais de noventa na sua totalidade, compostos durante o Barroco e o Neoclassicismo, os vinte e quatro apontados redigidos em castelhano foram na sua maioria compostos durante o período da monarquia dual, se bem que alguns ainda sejam provenientes de um período mais tardio

---

<sup>15</sup> Na sequência do que é dito na nota anterior, considere-se igualmente o texto de Milton Pacheco, “‘De vossa Real presença desejada’. Uma apologia político-alegórica a Filipe II de Portugal”, que explora a representação poética que o poeta Francisco Rodrigues Lobo faz sobre a entrada solene de Filipe III em Lisboa.

<sup>16</sup> Uma abordagem crítica desta composição épico-panegírica encontra-se no ensaio de minha lavra: Ferro, 2007.

que se prolonga até ao início do século XVIII. O vigor do bilinguismo parecia então entrar em declínio no que se refere ao uso do castelhano. Os ventos do Iluminismo preferiam o uso do francês, que se tornava a língua ecuménica do mundo culto e se transformava no veículo das notícias do progresso, num mundo que se afirmava como o melhor dos mundos possíveis, professando uma confiança e uma fé consolidada nas certezas da explicação do mundo que a ciência transmitia. Definitivamente, o bilinguismo luso-castelhano perdia terreno nos meios cultos e nem os (raros) casamentos reais posteriores com princesas espanholas o pôde restabelecer e revigorar...

**BIBLIOGRAFIA**

- Almeida (2002): Isabel Almeida, "Inventer en castillan, illustrer le portugais: les exemples de Pero de Magalhães Gândavo et de Jorge Ferreira de Vasconcelos", in *Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian. Volume XLIV: La littérature d'auteurs portugais en langue castillane*, Org. de José Miguel Martínez Torrejón, Lisboa-Paris, Centro Cultural Calouste Gulbenkian, pp. 59-73.
- Alves (2001): Hélio J. S. Alves, *Camões, Corte-Real e o Sistema da Epopeia Quinhentista*, Coimbra, Centro Interuniversitário de Estudos Camonianos.
- Anastácio (2002): Vanda Anastácio, "Réflexions autour des poésies en langue castillane de Pero de Andrade Caminha" in *Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian. Volume XLIV: La littérature d'auteurs portugais en langue castillane. Loc. cit.*, pp. 153-164.
- Aristóteles (1536): *Aristotelis Poetica, per Alexandrum Paccium, patritium florentinum, in Latinum conversa*. Venetiis: in aedibus haeredum Aldi, & Andreae Asulani soceri.
- Asensio (1974): Eugenio Asensio, *España en la épica portuguesa del tiempo de los Felipes (1580-1640). Al margem de un libro de Hernâni Cidade*, in Asensio, Eugenio, *Estudios Portugueses*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 455-493.
- Barel (2010): Ana Beatriz Demarchi Barel, *Os Nacionalismos na Literatura do Século XX. Os Indivíduos em face das nações*, Coimbra, Minerva.
- Bellini (2009): Giuseppe Burgio, Davide Bellini, Stefano Jossa, Domenico Conoscenti, Massimiliano Pecora, Federico Sanguinetti et al., *Letteratura, Identità, Nazione*, Palermo, Duepunti Edizioni.
- Bethencourt (2002): Francisco Bethencourt, "Préface" in *Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian. Volume XLIV: La littérature d'auteurs portugais en langue castillane, loc. cit.*, pp. VII-X.
- Boerner (1975): Peter Boerner, "Das Bild vom anderen Land als Gegenstand literarischer Forschung", in *Sprache im technischen Zeitalter*, Heft 56, pp. 313-321.
- Buescu (2000): Ana Isabel Buescu, "Y la Hespañola es fácil para todos. O bilingüismo, fenómeno estrutural (séculos XVI-XVIII)" in *Memória e Poder. Ensaios de Historia Cultural (séculos XV-XVIII)*, Lisboa, Cosmos, pp. 51-66.

- Buescu (2002): Ana Isabel Buescu, "Francisco de Monçon et la 'pédagogie spéculaire' à la Cour portugaise (XVI<sup>e</sup> siècle)" in *Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian. Volume XLIV: La littérature d'auteurs portugais en langue castillane, loc. cit.*, pp. 101-114.
- Buescu (2004): Ana Isabel Buescu, "Aspectos do Bilingüismo Português-Castelhano na Época Moderna", *Hispania*, LXIV/1, n.º 216, pp. 13-38.
- Camões (1972): Luís de Camões, *Lvsradas de Lvis de Camoens, Principe dos Poetas de España: Al Rey N. S. Filipe IV. el Grande. Comentadas por Manuel de Faria i Sousa*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda (Ed. fac-similada da de Madrid: por Ivan Sanchez, 1639).
- Castelvetto (1978): Ludovico Castelvetto, *Poetica d'Aristotele vulgarizzata e sposta*, Roma - Bari: Laterza [1.<sup>a</sup> ed.: Vienna-Basilea, 1570-1576].
- Castro (2002): Aníbal Pinto de Castro, "L 'Arte poética en romance castellano' de Miguel Sanches de Lima" in *Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian. Volume XLIV: La littérature d'auteurs portugais en langue castillane, loc. cit.*, pp. 141-151.
- Castro (2002): Ivo Castro, "Sur le bilinguisme littéraire castillan-portugais" in *idem, ibidem*, pp. 11-23.
- Chevrel (1989): Yves Chevrel, "L' image de l' étranger", in Yves Chevrel, *La littérature compare*, Paris, P. U. F., pp. 25-26.
- Cidade (1943): Hernâni Cidade, *A Literatura Autonomista sob os Filipes*, Lisboa, Livraria Sá da Costa.
- Cirurgião (2002): António Cirurgião, "Le merveilleux dans 'La Conquête [...] du Royaume de Grenade' de Duarte Dias" in *Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian. Volume XLIV: La littérature d'auteurs portugais en langue castillane, loc. cit.*, pp. 85-99.
- Civil (2002): Pierre Civil, "Aspects de la spiritualité de la la Contre-Réforme dans la Péninsule ibérique: de quelques écrits en castillan de religieux portugais" in *idem, ibidem*, pp. 115-125.
- Coelho (2006): Eduardo Prado Coelho, *Nacional e Transmissível*, Lisboa, Guerra & Paz.
- Crispim (2002): Maria de Lourdes Crispim, "Le Connétable D. Pedro: écrire en castillan... Et pourquoi?" in *Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian. Volume XLIV: La littérature d'auteurs portugais en langue castillane, loc. cit.* pp. 41-57.

- Cunha (2001): Luís Cunha, *A Nação nas Malhas da sua Identidade. O Estado Novo e a construção da identidade nacional*, Porto, Edições Afrontamento.
- Daehnhardt (2002): Rainer Daehnhardt, *Identidade Portuguesa: por que a defendo*, Lisboa, Apeiron Edições.
- Dolezel (1990): Lubomír Dolezel, *A Poética Ocidental. Tradição e Inovação*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Dyserinck (1966): Hugo Dyserinck, "Zum Problem der 'images' und 'mirages' und ihrer Untersuchung im Rahmen der Vergleichenden Literaturwissenschaft", *Arcadia. Zeitschrift für Vergleichende Literaturwissenschaft*, Band 1, pp. 107-120.
- Dyserinck (1980): Hugo Dyserinck, "Der Beitrag der Komparatistik zur Rezeptionsforschung und die Möglichkeiten einer Fachspezifischen Rezeptionsforschung innerhalb der Komparatistik", *Innsbrucker Beiträge zur Kulturwissenschaft*, Sonderheft, 46, pp. 135-140.
- Dyserinck (1982): Hugo Dyserinck, "Komparatistische Imagologie jenseits von 'Werkimmanenz' und 'Werktranszendenz'", *Synthesis. Bulletin du Comité National de Littérature Comparée de la République Socialiste de Roumanie*, IX, pp. 27-40.
- Dyserinck (1988a): Hugo Dyserinck, "Komparatistische Imagologie. Zur politischen Tragweite einer europäischen Wissenschaft von der Literatur" in Dyserinck, Hugo & Syndram, Karl Ulrich (Hrsg.). *Europa und das nationale Selbstverständnis. Imagologische Probleme in Literatur, Kunst und Kunst des 19. und 20. Jahrhunderts*, Bonn, Bouvier, pp. 13-37.
- Dyserinck (1988b): Hugo Dyserinck, "Zur Entwicklung der komparatistischen Imagologie", *Colloquium Helveticum. Cahiers suisses de littérature générale et comparée. Schweizer Hefte für allgemeine und vergleichende Literaturwissenschaft*, 8, pp. 19-42.
- Ferro (1997a): Manuel Ferro, "Épica", in José Augusto Bernardes *et al.*, *Biblos. Enciclopédia Verbo das Literaturas de Língua Portuguesa*, Vol. II, Lisboa, Editorial Verbo, col. 305-314.
- Ferro (1997b): Manuel Ferro, "Epopéia", in *idem, ibidem*, col. 342-347.
- Ferro (2004): Manuel Ferro, *A Recepção de Torquato Tasso na Épica Portuguesa do Barroco e Neoclassicismo*, Tese de Doutoramento, Coimbra, Universidade de Coimbra.
- Ferro (2007): Manuel Ferro, "Resplandores de una breve nube" — Um exemplo de épica epidíctica na poesia seiscentista: *Partenope*



- Ovante*, de Miguel da Silveira”, in Isabel Almeida, Maria Isabel Rocheta, Teresa Amado, *Estudos para Maria Idalina Rodrigues, Maria Lucília Pires e Maria Vitalina Leal de Matos*, Lisboa, Departamento de Literaturas Românicas da Faculdade de Letras da Universidade, pp. 609-639.
- Ferro (2012): Manuel Ferro, “From Hesiod to Manuel de Galhegos: The *Theogony* vs. the *Gigantomachy*”, in *ATINER'S Conference Paper Series, N.º LIT2012-0269*, Athens, Institute for Education and Research, pp. 5-14.
- Ferro (2013): Manuel Ferro, “A intersecção do paradigma tassiano na épica portuguesa do Barroco: O caso exemplar de Vasco Mouzinho de Quevedo Castelo-Branco”, *Veredas* (no prelo).
- Figueiredo (1987): Fidelino de Figueiredo, *A Épica Portuguesa no Século XVI*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Fischer (1979): Manfred S. Fixcher, "Komparatistische Imagologie. Für eine interdisziplinäre Erforschung national imagotyper Systeme", *Zeitschrift für Sozialpsychologie*, 10, pp. 30-44.
- Fracastoro (1484): Hieronymus Fracastoro, *Naugerius, sive de poetica dialogus. Ad Ioannem Baptistam Rhamususium*, in: Fracastorii, Hieronymii Veronensis. *Opera Omnia*, Venetiis, Apud Iuntas, pp. 111-121.
- Geary (2008): Patrick Geary, *O Mito das Nações. A Invenção do Nacionalismo*, Lisboa, Gradiva (Orig.: 2002. *Europäischer Völker im frühen Mittelalter – Zur Legende vom Werden der Nationen*).
- Gomes (2002): Luís Gomes, “Les sonnets en castillan de Vasco Mouzinho de Quevedo Castelo Branco: un cas d’artifice” in *Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian. Volume XLIV: La littérature d’auteurs portugais en langue castillane, loc. cit.*, pp. 127-139.
- Gonzalez (2002): Christophe Gonzalez, “De la Comédie espagnole aux textes anti-castillans, l’itinéraire d’un dramaturge portugais entre la Monarchie dualiste et la Restauration: Jacinto Cordeiro”, in *idem, ibidem*, pp. 183-197.
- Guyard (1961): Marius-François Guyard, “L’ étranger tel qu’on le voit”, in Marius-François Guyard, *La littérature comparée*, Paris, P. U. F., pp. 110-119 (1.ª ed.: 1951).
- Jossa (2006): Stefano Jossa, *L’Italia letteraria*, Bologna, Il Mulino.
- Maggi (1969): Vincenzo Maggi e Bartolomeo Lombardi, *In librum Aristotelis de Poetica explanationes*, München, Fink (1.ª ed.: 1550).

- Martínez (2002a): José Miguel Martínez Torrejón, "Prologue" in *Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian. Volume XLIV: La littérature d'auteurs portugais en langue castillane, loc. cit.*, pp. 3-10.
- Martínez (2002b): José Miguel Martínez Torrejón, "La poésie satirique et de circonstance autor de l'union ibérique" in *idem, ibidem*, pp. 165-181.
- Mattelart (2006): Armand Mattelart e Érik Neveu, *Introdução aos 'Cultural Studies'*, Porto, Porto Editora.
- Mattoso (1998): José Mattoso, *A Identidade Nacional*, Lisboa, Gradiva.
- Minturno (1971): Minturno, *Arte Poetica*. München: Fink (1.<sup>a</sup> ed.: 1563).
- Montero (2002): Juan Montero, "Jorge de Montemayor, castillan d'élection" in *Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian. Volume XLIV: La littérature d'auteurs portugais en langue castillane, loc. cit.*, pp. 75-84.
- Navarrete (2002): Ignacio Navarrete, "Sá de Miranda et Diogo Bernardes, imitateurs de Garcilaso" in *ibidem*, pp. 25-40.
- Nunes (1567): Pedro Nunes, *Libro de Algebra en arithmetica y geometria compuesto por el Doctor Pedro Nuñez, cosmographo mayor del rey de Portugal, y cathedratico jubilado en la cathedra de mathematicas en la Universidad de Coymbra*, En Anvers: en casa de los herederos d'Arnoldo Birckamn a la Gallina gorda.
- Patrizi (1562): Francesco Patrizi, *Della retorica*, Venezia, appresso Francesco Senese.
- Patrizi (1586): Francesco Patrizi, *Della poetica*, Ferrara, per Vittorio Baldini stampatore ducale.
- Piccolomini (1575): Alessandro Piccolomini, *Annotazioni nel libro della Poetica*, Vinegia, presso Giovanni Guarisco & Compagni.
- Raimondi (1998): Ezio Raimondi, *Letteratura e identità nazionale*, Milano, Bruno Mondadori.
- Robortello (1555): Francesco Robortello, *In librum Aristotelis de arte poetica explanationes*, Basileae, per Ioannem Heruagium iuniorem (1.<sup>a</sup> ed.: 1548).
- Rüdiger (1971): Horst Rüdiger, *Literarisches Klischee und lebendige Erfahrung. Über das Bild des Deutschen Literatur und des Italieners in der deutschen Literatur*, Düsseldorf, Dt. Fraternitas e. V.

- Sardar (2010): Ziauddin Sardar e Borin Van Loon, *Introducing Cultural Studies. A Graphic Guide*, London, Icon Books.
- Scaligero (1964): Giulio Cesare Scaligero, *Poetices Libri VII*, Stuttgart, Frommann (1.ª ed.: 1562).
- Smith (1997): Anthony Smith, *A Identidade Nacional*, Lisboa, Gradiva (Orig.: 1991. *The National Identity*).
- Spingarn (1963): J. E. Spingarn, *A History of Literary Criticism in the Renaissance*, New York / Harcourt, Brace and World.
- Tasso (1979): Torquato Tasso, *Gerusalemme Liberata*, A cura di Lanfranco Caretti, Milano, Mondadori (1.ª ed.: 1581).
- Thiesse (2000): Anne-Marie Thiesse, *A Criação das Identidades Nacionais*, Lisboa, Temas e Debates.
- Weinberg (1974): Bernard Weinberg (a cura di), *Trattati di Poetica e Retorica del '500*, Bari, Gius. Laterza & Figli.
- Weinberg, (1961): Bernard Weinberg, *A History of Literary Criticism in the Italian Renaissance*, 2 Vols., Chicago, The University Chicago Press.



## RECEPCIÓN DE LA OBRA DEL PADRE ANTÓNIO VIEIRA EN ESPAÑA Y EN LA AMÉRICA ESPAÑOLA (SIGLOS XVII Y XVIII)

Juan M. Carrasco González  
Universidad de Extremadura  
[jcarrasc@unex.es](mailto:jcarrasc@unex.es)

### RESUMEN

Repaso de las primeras traducciones de la obra del padre António Vieira en España prestando especial atención a los problemas traductológicos y a las reflexiones que el mismo Vieira hace sobre la labor de traducción. Finalmente, se lleva a cabo un análisis de la edición española de todas sus obras en Barcelona (1734).

**PALABRAS CLAVE:** António Vieira; traducción; literatura portuguesa; barroco.

### ABSTRACT

The study is a review of the first Spanish translations of Father António Vieira's works with special attention to the translation problems and to Vieira's own considerations on the task of the translator. Finally, an analysis of the Spanish edition of his complete works (Barcelona, 1734) is presented.

**KEYWORDS:** António Vieira; translation; Portuguese literature; baroque.

Se conocen muy bien cuáles fueron las ediciones del padre António Vieira en español hasta mediados del siglo XVIII, momento que ocupa esta comunicación. Para la revisión completa de las que aparecen entre 1660 y 1700 se pueden seguir los estudios de Helga Bauer (1976-77 y 1978), que después actualizaría y completaría para los años posteriores Luisa Trias Folch (1997 y Vieira 1994). Las traducciones al español de los sermones de Vieira, casi la única obra que publica en vida y la que

más interesaba en su época, son tan tempranas y alcanzan tanta fama y divulgación que antes del primer volumen preparado por su autor (Vieira 1679) ya se habían publicado cuatro tomos traducidos en España (Vieira 1660, 1662, 1664 y 1678) que, por cierto, tuvieron varias reimpresiones en ciudades y fechas distintas.

Se ha aventurado la hipótesis de que al menos parte de esos sermones, aquellos que versan sobre la guerra y los derechos de los portugueses frente a Felipe IV, hubiesen sido escogidos por el mismo Vieira en un antiguo proyecto de campaña propagandística en España que incluiría también una parte del *Livro Antepimeiro da História do Futuro* (cf. Mendes 1989). Siendo o no esto cierto, es indudable que no intervino en absoluto en la publicación de aquellos primeros cuatro volúmenes españoles, llenos de errores y falsas atribuciones que el mismo Vieira se encargará de señalar pormenorizadamente en la introducción al primer volumen de la *editio princeps*, como veremos a continuación.

Dedica el padre Vieira los últimos años de su vida a la edición de sus sermones y a la redacción frustrada de su *Clavis Prophetarum*. Como advierte en el primer volumen de los sermones, su publicación se debe a la petición que le hace "o Príncipe Nosso Senhor" (es decir, el futuro rey D. Pedro, que gobernaba entonces interinamente en lugar de su hermano Afonso V) y sus superiores de la Compañía de Jesús, "o Reuerendissimo P. Joã Paulo Oliua, Preposito Geral de nossa Companhia" (Vieira 1679: "Ao Príncipe N. S." y "Leitor" s.n.) Inicia esta labor en Lisboa y la continúa, desde 1681, en Brasil, donde moriría después de ver publicados 11 volúmenes. En 1698, un año después de su muerte, aparecería otro volumen más, el último que había organizado y preparado él mismo. En 1692 se imprimió también un volumen de sermones de acción de gracias que, en realidad, el padre Vieira consideraba libro ajeno a la colección de sermones que preparaba, pero que ha pasado a formar parte del cómputo total de estos volúmenes. Finalmente, ya en el siglo XVIII, salieron a la luz dos tomos más organizados por el jesuita André de Barros, de tal modo que la colección completa se compone en total de 15 volúmenes con más de 200 sermones.

Desde el mismo momento en que salen a la luz los primeros tomos editados por el padre Vieira, se traducen y publican en

España. Se hacen, de hecho, varias empresas editoriales distintas, hasta que entre 1711 y 1715 se publican en Madrid 21 volúmenes que constituyen la mejor y más completa colección de sermones de Vieira en español, todos ellos traducidos de la *editio princeps* portuguesa (v. Vieira 1711-1715). Estos mismos sermones se recogerán en 1734 en la edición que será luego objeto de nuestra atención: *Todos sus sermones y obras diferentes que de su original portugués se han traducido en Castellano* (Vieira 1734). Destaca esta edición de 1734 por hacer una clasificación temática de los sermones en cuatro tomos diferentes: el primero recoge "todos los Sermones de Dominicas, y Ferias; y seys del Mandato"; el segundo, "Los Sermones de Christo Señor nuestro, y de Maria Santissima, y quinze del Rosario"; el tercero, "Quarenta y ocho Sermones de diferentes Santos"; el cuarto, "Otros quinze Sermones del Rosario: Varios Sermones de assumptos especiales (...)"

La edición de Barcelona de 1734 sirve de clara demostración del interés que todo lo del padre Vieira aún despertaba en España, tantos años transcurridos ya desde su muerte. Buena prueba de la veneración que se tenía de este autor son estas palabras que dirigen a D. Alonso del Pozo y Silva, Arzobispo de la Plata, a quien se dedica el primer Tomo: "[Es el Venerable Padre Antonio de Vieyra] vno de los hombres mas eminentes, que en el siglo passado florecieron en los Reynos de Portugal, de ingenio mostruoso, de erudición incomparable, de singularissimos talentos para todo genero de estudios, exemplar de Religiosos perfectos, dechado de Misioneros fervorosos, luz de la Theologia, y norma inimitable de Predicadores" (Vieira 1734, I, s.p.) En el mismo proemio se hace referencia a los 21 tomos de los sermones publicados en 1711-1715, que aquí mismo van a recogerse, junto con otras obras del mismo autor: "[...] sale aora, despues de muchas impresiones, à la luz publica en quatro Tomos en folio, que comprehenderàn no solo todos los Sermones, que en veinte y vn tomos en octavo pocos años ha se imprimieron en Madrid; sino tambien todas las demas obras, que al presente extan [sic], y consta ser partos legitimos de su suma erudicion, è ingenio, ciertamente mayor que el Mundo" (idem). Curiosamente, algunas páginas más adelante, en el breve prólogo que se dirige "Al benevolo letor", no se habla de los 21 tomos, sino de 23, quizás por error o quizás por referencia a otros volúmenes editados más tarde y que no tenían que ver con aquella citada

empresa editorial madrileña: “[...] nos des las gracias, assi del imponderable trabajo, que hemos puesto en recoger los mas fieles originales de lo que và añadido à los veinte y tres tomos, que vltimamente se imprimieron en Madrid [...]” (idem).

Los sermones de Vieira, que tanta fama le dieron en España incluso antes de ser publicados por su autor en vida, despertaron el interés por cualquier otra obra que a él se atribuyese. Mientras está en Roma (entre 1669 y 1675), publica *Le cinque pietre della fionda di David* que ya en 1676 se editan en España repetidamente (en Madrid, Zaragoza y Valencia) y que fueron traducidos por el mismo padre António Vieira. Gracias a la correspondencia del jesuita portugués sabemos que en 1692 se encontraba trabajando en una versión portuguesa de estos sermones realizada a partir de la traducción castellana, aunque no se publicaría hasta 1710 (cf. Trias 1997).

De 1674 son las *Lágrimas de Heráclito*. Esta obra procede de un problema propuesto en el palacio romano de la reina María Cristina de Suecia al padre António Vieira, quien debía defender, como más apropiadas para este mundo, las lágrimas vertidas por Heráclito, frente a la risa de Demócrito que defendería el padre Geronimo Cataneo, jesuita italiano. En 1683 se publica en Barcelona la traducción al castellano de esta obra, reeditada ese mismo año en Murcia y que vería otra impresión en México en 1685, una edición muy significativa porque ya nos advierte de la repercusión que Vieira tenía en las colonias americanas. Y es precisamente este interés en América lo que explica las características que posee la edición de las obras de Vieira de 1734, como trataremos de demostrar más adelante.

Como vimos a propósito de *Las cinco piedras de la honda de David*, Vieira tradujo él mismo obra suya, y también promovió traducciones de ella y, desde luego, se preocupó especialmente por las ediciones que iban apareciendo en España. En el Primer Tomo que publica de sus sermones advierte que, además de atender al pedido del Príncipe D. Pedro y de sus superiores de la Compañía, hubo otras razones que le animaron a esta tarea:

E não era a menor dellas a corruçpãõ [sic], com que andaõ estãpados debaxo do meo nome, & traduzidos em differentes linguas muytos Sermoẽs, ou suppostos totalmente, naõ sendo



meos; ou sendo meos na sustancia, tomados só de memoria, & por isso informes; ou finalmente impressos por copias defectuosas, & depraçadas, com que em todos, ou quasi todos, vieraõ a ser maiores os erros dos que eu conheci sempre nos proprios originaes (Vieira 1679: "Leitor", s.p.)

En este texto observamos cómo el padre António Vieira ya en su momento advirtió de las circunstancias especialmente difíciles en las que se produjo la traducción y publicación de su obra en España: 1) La falsa atribución de sermones escritos por otros; 2) La transmisión a partir de sermones tomados de memoria (es decir, que se habían copiado después de asistir a ellos en misa); 3) El uso de copias deturpadas y llenas de errores. A estas circunstancias, el jesuita portugués señala tres problemas de traducción que afectan a sus obras: 1) Los errores de traducción, frecuentísimos; 2) La alteración intencionada del original en la traducción; 3) La traducción literal, que desvirtúa la propia naturaleza de cada lengua. Y aún podemos añadir nosotros un aspecto muy interesante que podría ayudarnos a entender su propio ideal de traducción: la obra autotraducida, como es el caso de *Las cinco piedras de la honda de David*.

En este sentido, el padre António Vieira se suma, aunque un tanto tardíamente, al número de autotraductores del período del bilingüismo cultural luso-castellano en Portugal. Como ha puesto de relieve Xosé Manuel Dasilva, son muy pocos los casos conocidos y estudiados, pero deben ser muchos los que no se conocen y que nos permitirían una visión mucho más objetiva de este problema. Razón tiene el profesor de la Universidad de Vigo cuando afirma lo siguiente:

Pero lo cierto es que debe haber de esta época, más que casos esporádicos, un verdadero manantial de autotraducciones, ya que las condiciones eran bastante adecuadas. En realidad, es bastante extraño que hasta ahora no hubiera sido destacada la importancia del espacio cultural portugués en el estudio de la autotraducción dentro del contexto de la Península Ibérica. Se podría conjeturar, en tal sentido, que las autotraducciones han sido víctimas del mismo olvido que ha afectado a las obras originales en castellano de escritores portugueses, las cuales no

acostumbran a ser objeto de atención ni en Portugal ni en España (Dasilva 2013: 165).

Dejando aparte este último aspecto referido a la autotraducción, volveré ahora a las otras circunstancias que denunciaba el mismo António Vieira. Las falsas atribuciones son evidentes, como él mismo se preocupa por denunciar en el primer volumen de sermones por él editados en un capítulo preliminar que titula precisamente "Lista dos Sermoens, que andaõ impressos com nome do Author em varias linguas, para que se conheça quaes saõ proprios, & legitimos, & quaes alheyos, & suppostos" (Vieira 1679: s.n.) Todos los sermones falsamente atribuidos los encuentra en los Tomos II y III publicados en España antes de la *editio princeps* (Vieira 1664 y 1678): de los 22 sermones del Segundo Tomo la mitad no son de Vieira y de los 19 sermones del Tercer Tomo solo 5 son suyos. Puede que, dadas las dificultades para acceder a sermones inéditos en España de un autor que aún no los había publicado en Portugal, se produjesen confusiones comprensibles, pero también es muy posible que hubiese una intencionalidad crematística, pues cualquier cosa que se atribuyese a Vieira obtendría un éxito inmediato. No olvidemos que incluso en Portugal se le atribuyó en 1744 la falsa autoría del *Arte de furtar*, sin duda con el mismo propósito.

La copia de sermones escuchados al padre Vieira en el púlpito, dejando a un lado su parecido con la costumbre actual de algunos "piratas" informáticos que graban películas y conciertos, nos plantea un doble problema. Por un lado, desde luego, la obvia transmisión defectuosa del original, pues no hay memoria humana que sea capaz de repetir exactamente un largo sermón de muchas páginas con solo haberlo escuchado una vez. Pero, por otro lado, la distancia indudable que debía haber entre la homilía pronunciada y el texto que se redactaba para ser publicado, la distancia entre el rétor (con sus recursos exclusivos de expresión oral) y el escritor. Cuando Vieira prepara sus sermones para la publicación, devolviendo a la vida los que habían permanecido inéditos y corrigiendo los que habían sido publicados de forma incorrecta, el resultado no es el discurso original. Así lo expresa rotundamente Aníbal Pinto de Castro:

Essa restituição, por ele levada a cabo com tão demorado e acurado *labor limae*, terá realmente reconduzido aqueles sermões à vida da oralidade que lhes dera tanta qualidade e eficácia, nos púlpitos do Brasil, de Portugal e de Roma? Estou em crer que não. O Vieira *pregador* transformara-se, mediante esse árduo trabalho, num Vieira mais *escritor* (Castro 1997: 94).

Algunos especialistas piensan que esos sermones que aparentemente fueron copiados de memoria después de ser oídos y que se publicaron en España podrían ser utilizados para comparar las diferencias existentes entre el predicador y el escritor. Las dificultades para recoger de forma adecuada en un texto escrito (y sin acotaciones de tipo teatral) todos los recursos propios de la oralidad (pausas en silencio, modulación de la voz, elevación de la voz, gesticulación, reiteraciones, anacolutos, aprovechar el efecto causado en el público, etc.), así como todos los errores propios de un texto copiado, transmitido y traducido en aquellas circunstancias no permiten fácilmente una labor como esa. Sin embargo, ya contamos con algunos trabajos recientes realizados con esta perspectiva, como el de Giuseppe Mazzochi (2012).

Finalmente, en cuanto al uso de copias deturpadas y llenas de errores, es evidente que así fue y no podía ser de otra manera, dado que el autor de los textos no facilitaba copias para su distribución manuscrita. Bien es cierto que se conservan manuscritos portugueses muy tempranos y que quizás estos procedan de peticiones que el mismo Vieira hubiera recibido de su Compañía, pero son muy pocos y no explican por completo la difusión de sus sermones traducidos en España. Estos problemas, por lo tanto, son producto de una transmisión irregular e incluso fragmentaria, lo que obligaría al traductor a rehacerlos inevitablemente. En el Tomo Primero de los sermones traducidos en España (Vieira 1662) se recogen unos "Pensamientos predicables sacados de papeles del Autor" divididos en tres discursos que quizás procedan de esta transmisión manuscrita fragmentaria, aunque el mismo Vieira advierte que fueron sacados de tres sermones distintos que también habían sido impresos en Portugal (v. Vieira 1679: "Lista dos Sermoens...", s.p.)

Por lo que se refiere específicamente a la labor del traductor, Vieira no se limita solo a hacer las advertencias en el prólogo ya leído dirigido al "Leitor" de su primer volumen de los *Sermões*, sino que señala repetidas veces estos problemas cuando analiza las traducciones españolas realizadas sin su consentimiento. Lo más repetido son los meros errores de traducción que cambian el sentido original del texto. Así, sobre el "Sermón del Juicio" y el "Sermón de las llagas de S. Francisco" advierte: "O primeyro destes Sermoẽs tẽ muytos erros, & o segundo muytos mays [...] & tambem da tradução, que mudou em algũas partes o verdadeyro sentido" ("Lista dos Sermoens...", Vieira 1679, s.p.) Lo mismo ocurre con todos los sermones autógrafos que aparecen en el Segundo Tomo de los traducidos en España antes de la *editio princeps*, en los que encuentra Vieira "infinitos outros erros, ou do texto, ou da tradução, ou da sentença, & sentido natural" (idem).

La alteración intencionada del texto original por parte del traductor es queja constante del padre António Vieira, quien considera que la corrupción de algunas traducciones fue realizada "por indústria", y no solo por los defectos de la copia: "Estes cinco sermoẽs, & com mays razão tres delles, se puderaõ tambem contar entre os alheyos, pela notauel corrupção (que em algum se vê foy industria) com que sahem deformados" (idem). Las alteraciones intencionadas ("respeitos não occultos"), junto con la transmisión defectuosa, acaban por hacer irreconocibles sus sermones: "ou por vicio dos exemplares, ou por outros respetos (naõ occultos) se estampãrãõ pela mayor parte em tal figura, que eu mesmo os não conheço" (idem).

Aunque esta alteración intencionada del contenido por parte del traductor sea censurada de forma implacable por Vieira cuando presenta el primer volumen de su edición de los sermones, ponderando así la bondad de su publicación frente a la ínfima calidad (por otro lado bien cierta) de los volúmenes previamente editados en España, hay otros textos del venerable jesuita portugués donde se muestra mucho más condescendiente con esta práctica. Lo es, por ejemplo, cuando se evitaban las partes que se podían considerar ofensivas (por "algún escrúpulo político") en plenas guerras de la Restauración portuguesa. Así lo hace en la *Carta Apologética* que escribe al Padre Provincial de la Compañía

de Jesús en Andalucía (por cierto, escrita originalmente en un perfecto castellano):

La Nacion entre todas las de Europa, à que yo devo mayores, y mas conocidas obligaciones, es la Española, por las honras que siempre ha hecho à mis escritos, estampandolos aun en el tiempo de las Guerras: y si algunos por ocasion dellas tenian algun escrupulo politico, entresacando, y perdonando estas partes, no negaron por esto à las otras la publica luz de la impression, como se vè en los Censores del primero, y segundo Tomo impressos en Madrid (Vieira 1734, IV: 333).

La alteración de los textos originales en las ediciones traducidas nos remiten otra vez a las alteraciones que el mismo Vieira pudo haber ideado para la divulgación de sus sermones en España, como ya se vio anteriormente, y las alteraciones con las que quiso actualizar textos escritos muchos años antes y en circunstancias muy distintas a las del momento de su publicación o a las del lugar donde se publicaban. Como ha sido señalado ya, basta comparar *Las cinco piedras de la honda de David* en italiano, español y portugués, con variantes bien perceptibles, para constatar esta práctica por parte del padre Vieira. En la misma *Carta Apologética* se pueden leer los problemas que tuvo esta obra con la censura portuguesa, calificada inicialmente por un censor de otra orden religiosa como *opus putridum*, aunque pudo salvar la edición en Portugal gracias a la intervención de Roma. En el mismo lugar relata Vieira cómo prefirió alterar su "Sermón de San Ignacio" para no ofender a los religiosos de la misma orden: "Despues de estas correspondencias de dichos Religiosos, lo que hizo el Padre Vieyra, fuè que estampando el Sermon de San Ignacio, quitò las palabras, de que se avian ofendido" (idem: 334).

En cuanto a los errores de una traducción literal, resulta muy interesante para completar el ideal de traducción por parte del padre António Vieira y la crítica que hace de las traducciones españolas. Así, refiriéndose a los sermones de las "Llagas de San Francisco" y del "Beato Estanislao", que escribió en italiano y se imprimieron inicialmente en Italia, nos dice lo siguiente: "Estes dous Sermoens se traduzirão em Castella, & Portugal, de Verbo ad verbum, isto he, mal, & como não deuerão, pela dissonancia das linguas". Una traducción excesivamente literal fuerza el resultado

en la lengua de destino por mantenerse fiel a la lengua de origen. La traducción debe, por lo tanto, respetar la naturaleza propia de cada lengua. A esto se refiere indudablemente cuando distingue entre "tradução" y "sentença e sentido natural" en una cita recogida anteriormente: "não fallando em infinitos outros erros, ou do texto, ou da tradução, ou da sentença, & sentido natural".

La edición española de las obras de Vieira de 1734 contiene la traducción de los sermones realizada a partir de la *editio princeps* portuguesa, por lo que no presenta ya los defectos que el padre Vieira criticaba en las primeras traducciones, anteriores a 1679: se reproduce el texto de la edición española de 1711-1715 en 21 volúmenes. En la época, constituía una verdadera edición de las obras completas, incluyendo la *Historia de lo Futuro* (el *Libro Anteprimero*), que recoge el texto de una edición española anterior (Vieira 1726) y otras obras como son la *Palabra del predicador empeñada, y defendida* (que incluye el "Sermón de acción de gracias por el nacimiento del Príncipe Don Juan" y el "Discurso apologético" que escribe tras la muerte del príncipe pocos días después), la "Copia de una carta al rey de Portugal", el ya citado *Heráclito defendido por el Padre Antonio de Vieyra* (que se completa previamente con el *Demócrito defendido por el Padre Gerónimo Cataneo*) y la *Carta Apologética* dirigida al Provincial de la Compañía de Jesús de Andalucía, de la que también se ha hecho alusión anteriormente. Hay que tener en cuenta que las *Cartas* solo se publicarían en Portugal en 1735 (los dos primeros volúmenes) y 1746 (el tercer volumen), y que los capítulos que completan lo que hoy conocemos de la *História do Futuro* se darían a conocer en el siglo XX, por lo que no era posible que apareciesen en esta edición.

Pero además de las obras del padre António Vieira, la edición española de 1734 incluye un *Breve resumen de la vida del venerable Antonio de Vieyra de la Compañía de Jesús* con el que se abre el primer tomo, anónimo, probablemente obra de un jesuita, que añade en apéndice el *Elogio del Venerable P. Antonio de Vieyra, que por orden de la Congregación General XVI. se mandó poner en el Menologio de los Varones Ilustres de la Compañía de Jesús*. Este *Elogio* debía leerse en todos los colegios de la Compañía el día 18 de julio, que fue el de su fallecimiento.

Incluye también la *Oración Fúnebre en las Exequias del Reverendíssimo Padre Antonio Vieyra*, que fue pronunciada por D.

Manuel Caetano de Sousa, miembro del Consejo de su Majestad y clérigo reglar de San Cayetano.

Pero lo más sorprendente de esta edición de las obras del padre Vieira es que buena parte del tomo cuarto está dedicada a diferentes obras que se escribieron alrededor de la llamada "polémica de las finezas" que se generó en la ciudad de México a partir de un escrito de sor Juana Inés de la Cruz. La polémica es muy conocida y parece tener su origen último en la conmoción que provocó el proceso inquisitorial sufrido por Vieira entre 1663 y 1667, cuando se dictó sentencia condenatoria. Como ha señalado muy bien Enrique Martínez-López (1997) la sentencia y otros documentos divulgados entonces sirvieron como arma para atacar o defender a la Compañía de Jesús, cuyos principales enemigos eran los dominicos. En la década de los años 80, tras la quema de una efigie de Vieira por parte de los estudiantes de Coimbra conmemorando el restablecimiento de la Inquisición en Portugal, vuelve a reactivarse la polémica y surgen en España diversos libelos satíricos que motivaron la ya mencionada *Carta Apologética* que dirige al Provincial de Andalucía. Aún hoy en día siguen apareciendo en España nuevos documentos relacionados con esta polémica, como se puede ver en un reciente estudio de Luisa Trias Folch (2011).

En México se vivía entonces la controversia igual que en España, hasta el punto de que los estudiantes de su universidad, en respuesta a los de Coimbra, redactaron como reparación unas conclusiones teológicas. Sor Juana Inés de la Cruz entró en la polémica cuando escribe en 1690 la famosa *Carta Atenagórica* donde pretendía rebatir los argumentos que el padre António Vieira exponía en su "Sermón del Mandato" (uno de los sermones que predicó sobre el nuevo mandamiento de Cristo). En realidad se trataba de un ejercicio espiritual que le fue pedido por D. Manuel Fernández de Santa Cruz, Obispo de Puebla, y se centraba más en aspectos relacionados con la argumentación y la retórica (es decir, las "finezas") que en los fundamentos teológicos, pero se vio como un ataque a los jesuitas, y en especial al Arzobispo gallego de Nueva España D. Francisco de Aguiar y Seijas y Ulloa, misógino y enemigo del teatro, las diversiones y la poesía profana. Esto produjo la aparición de varios escritos en México contra la monja jerónima.

La *Carta Atenagórica* fue rápidamente difundida en Lisboa, donde sor Juana Inés de la Cruz era bien conocida (cf. Martínez-López 1968), y eso motivó la aparición de una *Apología* firmada por la madre Margarida Inácia, religiosa en el convento de Santa Mónica de Lisboa Oriental. Se sabe, sin embargo, que el autor fue un hermano de esta monja, Luís Gonçalves Pinheiro (v. Trias 2011: 85-86). La *Apología* apareció en Lisboa mucho tiempo después, en 1727, cuando ya sor Juana Inés de la Cruz no podía leerlo, en un volumen misceláneo que contenía diversas obras y que se publicó bajo el título de *Voz sagrada, política, rhetorica e metrica ou supplemento as vozes saudosas da eloquencia, do espirito, do zelo, e eminente sabedoria do Padre Antonio Vieira* (AA.VV. 1727). La *Apología* fue inmediatamente traducida y publicada en España, como todo lo que tenía que ver con Vieira. Yo conozco al menos una edición de 1731 realizada en Madrid, donde se incluyen juntamente la *Carta Atenagórica* de sor Juana Inés de la Cruz y la *Apología* falsamente firmada por sor Margarida Inácia (Cruz 1731).

Todas las obras referidas en torno a la polémica aparecen en el tomo cuarto de la edición española de 1734. Empieza por la reproducción del "Sermon del Mandato, en la Capilla Real, Año de 1650" (pp. 236-248), que fue el que dio origen a la polémica. Le sigue la *Carta Atenagórica* contra el sermón anterior, en esta ocasión titulada *Crisis sobre vn sermon de vn orador grande, entre los mayores, que la Madre Soror Juana llamò respuesta, por las gallardas soluciones, con que responde à la facundia de sus discursos* (pp. 249-259). A continuación se reproduce en castellano la *Apología a favor del Padre Antonio Vieyra. Escrita en lengva portvugvesa por la Madre Sor Margarita Ignacia* (pp. 260-318) y, tras la *Oracion Funebre*, como ya fue señalado, se recoge la *Carta Apologetica* de Vieira (pp. 332-346) que fue su respuesta a los libelos que le atacaban en España.

La presencia de sor Juana Inés de la Cruz y todos los textos relacionados con la polémica me ha hecho sospechar que esta edición de las obras de Vieira publicada en Barcelona en 1734 pretendía sobre todo su difusión en la América española. Y esto viene corroborado además por el hecho de que los cuatro tomos van dedicados a altos dignatarios de la colonia, todos ellos relacionados con el Reino de Chile, por lo que se puede suponer que allí serían enviados preferentemente los ejemplares.



El primer tomo está dedicado a D. Alonso del Pozo y Silva (Concepción 1673 – Santiago de Chile 1745), Arzobispo de la Plata, perteneciente a una familia originaria de Sevilla que se asentó en Santiago de Chile en 1571. En la *Descripción Histórico-Geográfica del Reino de Chile* (Carvallo 1875) leemos lo siguiente a propósito del Arzobispo:

Por ascenso del ilustrísimo señor doctor don Alejo Fernando de Rojas fué trasladado a la iglesia de Santiago de Chile él ilustrísimo señor doctor don Alonso del Pozo i Silva, natural de la Concepcion, del mismo reino. Fué colegial del colejio convictorio de San Francisco Javier de la espresada ciudad capital, cura rector, canónigo majistral, arcediano i dean de la Catedral de su patria, de donde se le promovió a Obispo del Tucuman por los años de 1711. Tomó posesion de aquella iglesia en el de 23 i la gobernó hasta el de 731 que fué ascendido a Arzobispo de Charcas, cuya silla obtuvo algunos años hasta que la renunció i se retiró a la ciudad de Santiago, donde falleció en 1745, i descansan sus preciosas cenizas en la iglesia del colejio máximo de la estinguida Compañía de Jesus: fué mui limosnero i varon de grande virtud, quedó flexible su cuerpo despues de tres días muerto.

El tomo segundo va dedicado a D. Bruno Mauricio de Zabala (Durango 1682 – Río Paraná 1736), Gobernador y Capitán General del Reino de Chile. De este militar egregio al servicio de Felipe V, tanto en Europa como en América, destaca su nombramiento como Capitán General del Río de la Plata en 1717 como premio a su participación en la Guerra de Sucesión. Se distinguió por enfrentarse a los portugueses que pretendían extender las fronteras por el sur de Brasil, así como por levantar las fortificaciones que darían origen a la ciudad de Montevideo (v. L. S. de S. 1905).

El tomo tercero va dedicado a D. Fermín Francisco de Uztáriz (o Ustáriz) y Ollo (u Hoyos). Este oriundo de Sevilla, que pasó a Chile cuando su padre fue nombrado Gobernador de aquel reino en 1709, fue (según se lee en la misma dedicatoria) "Mariscal de Campo de los Exercitos de su Magestad Catolica, General de las Armas en el Reyno del Chile, y su Visitador, y Gobernador de las Fronteras; Hijo Primogenito del Excelentissimo Señor Don Juan Andrès de Vztariz, Cavallero de la Orden de

Santiago, Gobernador, y Capitán General del Reyno de Chile, Presidente de su Chancillería, etc.”

Finalmente, el tomo cuarto va dedicado a D. Martín de Recabarren, “del Consejo de su Magestad, y su Oidor en la Real Chancillería del Reyno de Chile, Doctor en ambos Derechos, Excathedratido de Prima de Leyes en la Real Vniversidad de Santiago, etc.” Según leemos en Javier Barrientos Grandos (2000), Martín de Recabarren, oidor de Panamá en 1715, juró el cargo de ministro depositado en la Real Audiencia de Santiago de Chile en junio de 1716. En 1723 se le concedió plaza en propiedad, donde permanecería hasta su muerte.

Parece que el contacto de los editores en Chile se puede atribuir al jesuita padre Ignacio de Arcaya, pues a él se refieren en las dedicatorias de los cuatro tomos como la persona que sugirió los nombres de las personas a quienes van dirigidas. A modo de ejemplo, reproduzco lo que se lee en el tomo segundo:

Mas no tanto fue esta razon, la que nos impeliò à solicitar à èste Libro, y à nuestra fortuna la grande honra que nos franquea en su gloriosissimo Nombre [D. Bruno Mauricio de Zabala] la notoria Humanidad de V. Exc. quanto, el que aviendo venido de estos Reynos en Calidad de Procurador General de Chile à las Cortes de Madrid, y Roma para los gravissimos negòcios de su Religion, y de toda la Christiandad de aquellas muy dilatadas Provincias, el R. P. M. Ignacio de Arcaya de la muy sabia, y Apostolica Compañia de JESVS: Sugeto, en quien compite lo heroyco de su Santidad, con los resplandores de su sabiduria, y lo humilde de su trato, el mas humano, apacible, y Religioso, con lo elevado de sus empleos en Catredas [sic], Pulpitos, y Gobiernos: Y finalmente en quien resplandece vn conjunto de prendas, todas sobresalientes, y que no dexan de hazer vna muy acorde consonancia, por mas que cada vna parece, que pretenda para sí la presencia. Al passar pues este Varon Venerable por esta Ciudad [Barcelona], tuvimos la fortuna de tratarle, y oír de su boca entre las cosas portentosas, y mas memorables de aquellos Países, la de mayor estimacion, y precio, en los justos elogios de las singularissimas virtudes, hazañas, meritos, y prendas de V. Exc. [...]

Se trata sin duda de un contacto que aseguraba el éxito de la empresa editorial en América, por pertenecer a la Compañía de Jesús (la máxima divulgadora de la obra de Vieira) y por sus contactos en Chile, donde tendría la protección de las máximas personalidades que gobernaban aquel reino. Que, en efecto, fue una edición de gran éxito lo corrobora el hecho de que, al menos, hubo de ser reimpresa en una ocasión, pues en los volúmenes por nosotros consultados, en la página de erratas (s.n.) se nos advierte "que con licencia del Real Consejo, ha sido reimpresso à instancia de Mauro Marti Mercader de Libros [en el tomo cuarto, Juan Piferrer], con las erratas, que arriba se ponen, corresponden à los antiguos, que rubricados hazen vezes de original". Además, en 1758 se llevaría a cabo una segunda edición de los cuatro tomos (v. Vieira 1758), coincidiendo ya con el declinio de la fama de su autor y la cada vez más escasa publicación en España de su obra.

**BIBLIOGRAFÍA**

- AA.VV. (1727): *Voz sagrada, politica, rhetorica e metrica ou supplemento as vozes saudosas da eloquencia, do espirito, do zelo, e eminente sabedoria do Padre Antonio Vieira (...)*, Lisboa, Na Oficina de Francisco Luis Ameno.
- Barrientos (2000): Javier Barrientos Grandos, *La Real Audiencia de Santiago de Chile (1605-1817). La institución y sus hombres*, Fundación Ignacio Larramendi. [Disponible en [http://www.larramendi.es/i18n/catalogo\\_imagenes/grupo.cmd?path=1000180](http://www.larramendi.es/i18n/catalogo_imagenes/grupo.cmd?path=1000180) – última consulta: 29/10/2013].
- Bauer (1976-77): Helga Bauer, "Die Editionen der Werke António Vieiras in Spanien. I – Die frühen Predigtbände (1660-1678)", *Aufsätze zur portugiesischen Kulturgeschichte*, 14, pp. 36-105.
- Bauer (1978): Helga Bauer, "Die Editionen der Werke António Vieiras in Spanien. II – Die Predigtbände (1678-1700) und Floheto-Drucke (1673-1676)", *Aufsätze zur portugiesischen Kulturgeschichte*, 15, pp. 1-82.
- Carvalho (1875): Vicente Carvalho Goyeneche, *Descripción Histórico-Geográfica del Reino de Chile (...)*, Santiago de Chile, Imprenta de "La Estrella de Chile" [Disponible en el portal "Colecciones Documentales en Texto Completo" de la Universidad de Chile: [http://www.historia.uchile.cl/CDA/fh\\_sub\\_article/0,1395,SCID%253D6051%2526ISID%253D404%2526GRPR%253D4255%2526PRT%253D4263%2526JNID%253D12,00.html](http://www.historia.uchile.cl/CDA/fh_sub_article/0,1395,SCID%253D6051%2526ISID%253D404%2526GRPR%253D4255%2526PRT%253D4263%2526JNID%253D12,00.html) – última consulta: 20/10/2013].
- Castro (1997): Aníbal Pinto de Castro, *Vieira escritor*, Lisboa: Cosmos.
- Dasilva (2013): Xosé Manuel Dasilva, *Estudios sobre la autotraducción en el espacio ibérico*, Bern / Berlin / Bruxelles / Frankfurt am Main / New York / Oxford / Wien, Peter Lang.
- Cruz (1731): Sor Juana Inés de la Cruz; Sor Margarida Inácia [Luís Gonçalves Pinheiro], *Vieyra impugnado por la madre Sor Juana Ines de la Cruz, religiosa del Orden de San Geronimo, de la ciudad de Mexico, y defendido por la madre Sor Margarita Ignacia, religiosa de San Agustin, en su convento de Santa Monica de la ciudad de Lisboa (...)*, Madrid, Imprenta de Antonio Sanz.

- L. S. de S. (1905): "Bruno Mauricio de Zabala, natural del señorío de Bizcaya, fundador de Montevideo", *Revista Bascongada*, 12, 884, pp. 145-150.
- Martínez-López (1968): Enrique Martínez-López, "Sor Juan Inés de la Cruz en Portugal: un desconocido homenaje y versos anónimos", *Revista de Literatura*, 33, pp. 53-84.
- Martínez-López (1997): Enrique Martínez-López, "Los monopantos y el estereotipo del jesuita demonizado" in AA.VV., *Vieira escritor*, Lisboa, Edições Cosmos, pp. 203-235.
- Mazzochi (2012): Giuseppe Mazzochi, "Los sermones de Antonio Vieira traducidos al español", *Lectura y signo: revista de literatura*, 7, 1, pp. 165-179 [recoge las comunicaciones presentadas a *Jardines de elocuencia: oratoria y predicación en el Barroco*, 2012].
- Mendes (1989): Margarida Vieira Mendes, *A oratória barroca de Vieira*, Lisboa, Caminho.
- Trias (1997): Luisa Trias Folch, "A obra do Padre António Vieira em Espanha", *Oceanos*, n. 30-31 (Abril-Setembro), pp. 82-88.
- Trias (2011): Luisa Trias Folch, "Novos documentos sobre a controvérsia de Sor Juana Inés de la Cruz e o padre António Vieira", *Limite*, 5, pp. 75-89.
- Vieira (1660): António Vieira, *Aprovechar deleytando. Nueva idea de pvlpito christiano-política delineada en cinco sermones varios (...)*, Valencia, Por Bernardo Nogués.
- Vieira (1662): António Vieira, *Sermones varios del padre Antonio de Vieyra, de la Compañía de Jesus (...)*, Madrid, Por Pablo de Val.
- Vieira (1664): António Vieira, *Sermones varios del padre Antonio de Vieyra, de la Compañía de Jesus (...)* Parte Segunda, Madrid, Por Pablo de Val.
- Vieira, António (1678). *Sermones varios del padre Antonio de Vieira, de la Compañía de Jesvs (...)* Tomo Tercero. Madrid: Por Antonio Francisco de Zafra.
- Vieira (1679): António Vieira, *Sermoens do P. Antonio Vieira da Companhia de Jesu, Prégador de Sua Alteza. Primeyra Parte dedicada ao Principe N. S.*, Lisboa, Na Officina de Joam da Costa.
- Vieira (1711-1715): António Vieira, *Sermones varios traducidos en castellano de su original portugués*, Madrid, por Manuel Ruiz de Muga [Tomos 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18 y 20], por Francisco del Hierro [Tomos 5 y 21], por Juan García

Infanzón [Tomo 9], por Agustín Fernández [Tomos 14 y 19], por Francisco Fernández [Tomo 16].

- Vieira (1726): António Vieira, *Historia de lo Futuro, Libro Ante-Primero. Prologomeno a toda la Historia de lo Futuro, en que se declara el fin, y se prueban los fundamentos de ella (...)* Traduccida en lengua castellana por Don Alonso Antonio Rodriguez Santivañez y dedicada al lector, Madrid, En la Imprenta de Antonio Marin.
- Vieira (1734): António Vieira, *El V. P. Antonio de Vieyra de la Compañia de Jesus, Todos svv sermones, y obras diferentes, que de su original Portuguès se han traducido en Castellano, redvcidos esta primera vez a orden, è impressos en quatro Tomos*, Barcelona, En la Imprenta de María Martí [Tomos 1, 2 y 3]; En la Imprenta de Juan Piferrer [Tomo 4].
- Vieira (1758): António Vieira, *El V. P. Antonio de Vieyra de la Compañia de Jesus, Todos svv sermones, y obras diferentes, que de su original Portuguès se han traducido en Castellano, redvcidos esta primera vez a orden, è impressos en quatro Tomos*, Barcelona, Por los Herederos de María Martí [Tomos 1, 2, y 3]; Por Francisco Suria [Tomo 4].
- Vieira (1994): António Vieira, *Sermons*, Introducció de Lluisa Trias i Folch, Traducció de Gabriel Sampol, Barcelona, Edicions Proa.

## CONSTRUÇÃO SILOGÍSTICA EM *SONETOS À CONCEIÇÃO DA VIRGEM N. S.*

Carmen María Comino Fernández de Cañete

Universidad de Extremadura

[cmcomino@unex.es](mailto:cmcomino@unex.es)

### RESUMO

A piedosa crença católica que afirma que a Mãe de Cristo foi concebida sem pecado original alcança grande realce em Portugal no século XVII. A poesia portuguesa seiscentista revela essa devoção à Imaculada Conceição através de numerosos poemas à Virgem preservada de todo o pecado. Os poemas contidos em *Sonetos à Conceição da Virgem N. S.* de André Nunes da Silva, publicados parcialmente em *Poesias Várias*, 1671, são significativos dessa devoção. Nesta comunicação proponho-me analisar vários sonetos atendendo às figuras de linguagem, particularmente às construções silogísticas usadas pelo autor acima mencionado.

**PALAVRAS-CHAVE:** poesia portuguesa; Nunes da Silva; silogismo; Imaculada Conceição.

### ABSTRACT

The Catholic belief which states that Christ's Mother was conceived without original sin achieves great significance in Portugal in the 17th century. Sixteenth century Portuguese poetry reveals this type of devotion to the Immaculate Conception through numerous poems to the Virgin kept free of original sin. The poems included in *Sonetos à Conceição da Virgem N. S.* by André Nunes da Silva, partially published in *Poesias Várias*, 1671, show that type of devotion. In this paper several sonnets will be analyzed focusing on the figures of speech, especially the syllogistic constructions used by the above mentioned author.

**KEYWORDS:** Portuguese poetry; Nunes da Silva; syllogism; Immaculate Conception.

## 1. Introdução.

Devo adiantar, em primeiro lugar, que a comunicação que apresento neste III Congresso da SEEPLU faz parte de uma pesquisa ainda em curso sobre os usos da lógica silogística em poemas barrocos e suscetível, portanto, de ser revista. Gostaria igualmente indicar que os *Sonetos à Conceição da Virgem N. S.* foram escritos por André Nunes da Silva (1630-1705) e publicados, pela primeira vez, num opúsculo com apenas trinta sonetos [8.º, 19 f.], intitulado *Voto metrico e anniversario á Conceição da Virgem Nossa Senhora*, impresso em Lisboa por Manoel Lopes Ferreira em 1695 (BNP, 3523//1P). A obra aparece mencionada, por exemplo, na *Biblioteca Lusitana*, de Barbosa Machado (1741: I, 157-158) e no *Dicionário Bibliográfico Português* de Inocêncio Francisco da Silva (1858-1878: I, 64)<sup>17</sup>. Este *Voto métrico*, é uma edição tão rara que Barbosa Machado comenta a propósito dela: “Desta obra se lembra o P. António dos Reys no seu *Enthus. Poetic.* nº. cento e oitenta e oito”. Maria Lucília Gonçalves Pires (2003: 209), grande estudiosa do barroco português, refere a obra de Nunes da Silva como “um volume com trinta sonetos à Imaculada Conceição” (1695), mas também não indica local nem impressor.

Saiu uma segunda edição publicada igualmente em Lisboa por “Pascoal da Silva, impressor da sua Magestade” em 1716, formato *in quarto*. Contém vinte sonetos mais do que a primeira edição. O compilador destes poemas, João Pereira da Silva, deu a conhecer que Nunes da Silva deixara “já patentes na luz da estampa trinta sonetos” (1716: s. p.) e que compusera ainda mais

---

<sup>17</sup> “André Nunes da Silva pertence como poeta á eschola hespanhola”. A maioria dos dados oferecidos no verbete P. André Nunes da Silva, procedem de D. Thomas Caetano de Bem, nas *Memórias Hist. e Chron. Dos Clérigos Regulares*, tomo I, p. 464 a 492; e Canaes nos *Estudos Biográficos*, p. 321; José Augusto Salgado, *Bibi. Lusit. Escolhida*.



dez poemas, que não tinham sido publicados até aparecer esta segunda e mais completa impressão dos sonetos à Conceção de Maria. Esta edição, em que se incluem os “Trinta Sonetos de André Nunes da Silva” já publicados, mais dez inéditos do mesmo autor e mais outros dez sonetos ao mesmo mistério, escritos pelo Padre D. Manuel Tojal da Silva, contém no frontispício o título de *Cincoenta sonetos à Conceição de Maria*. A minha proposta neste estudo sobre a “Construção silogística em *Sonetos à Conceção da Virgem Nossa Senhora*” está baseada nas duas edições, mas cito conforme a segunda edição — que foi mais fácil de consultar e que se encontra localizada no ANTT (nº 3430<sup>22</sup> e 3486<sup>4</sup>, de 1716)<sup>18</sup>. É precisamente no início desta obra, através da “Notícia ao leitor” escrita por João Pereira da Silva (1716: s.p.), que se toma conhecimento de que o poeta André Nunes da Silva (1630-1705) tencionava publicar não apenas trinta sonetos, mas um total de cinquenta, coincidindo em número com as contas de um terço do Rosário (a reza de devoção mariana por antonomásia que constava de dez contas ou “rosas” em cada Mistério e que multiplicadas pelos cinco Mistérios, perfaziam o número de cinquenta). No intuito de consegui-lo, escrevia todos os anos um soneto português dedicado ao mistério da Conceção da Virgem — e cito palavras de João Pereira da Silva — “provando assim, todos os anos, com este harmónico silogismo igualmente a infabilidade deste singular privilégio, que a especial devoção e afeto com que o autor o adorava [ao puríssimo mistério da Conceção da Virgem]”. Acaba esta “Notícia ao leitor” com o seguinte louvor entusiástico: “Feliz discricção que empregada nos elogios de Maria Santíssima não só soube eternizar a memória, mas canonizar a fama” (Pereira da Silva 1716: s. p.).

Numa outra obra de André Nunes da Silva, *Poesias Várias*, recompilada por Domingos Carneiro, publicada em Lisboa (ainda em vida do autor) em 1671, dividida em “Versos Sacros” e “Versos

---

<sup>18</sup> Reproduzo, sem atualizar a grafia, a folha do rosto desta obra existente no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, nºs 3430<sup>22</sup> e 3486<sup>4</sup>: *Voto Metrico, e Anniversario, de Cincoenta Sonetos a' Purissima Conceçã da Virgem Maria Nossa Senhora, Compostos desde o anno de 1665 até o de 1705 pelo doutor ANDRE NUNES DA SYLVA, Presbytero do Habito de S. Pedro, e continuados depois da sua morte até o anno de 1715 por outro devoto, et indigno escravo da mesma Senhora*. João Pereira da Silva começa a edição com este rótulo: “Aos Trinta Sonetos da Conceçã de N.S. escritos pelos Doutor André Nunes da Sylva”.

Profanos”, aparecem recolhidos alguns destes sonetos à Conceção da Virgem. Nos poemas do autor existe uma forte presença da tradição clássica literária, apreciável tanto na estrutura como nos temas e nas imagens que compõem o seu universo literário. Entre as formas poéticas tradicionais que Nunes da Silva utiliza, salienta-se o soneto, no qual acata o código tradicional entre a forma semântica progressiva e a forma fónica limitada.

## 2. Silogismo: origem e classificação.

Para entrarmos na matéria do trabalho, convém lembrar a origem do *silogismo* e a sua formulação. O filósofo grego Aristóteles, nos diferentes Tratados de Lógica que compõem o chamado *Órganon*<sup>19</sup>, distingue o silogismo “perfeito” do “imperfeito” nos *Analíticos* (tomo IV) e formula a diversidade de silogismos ou razoamentos: do “demonstrativo” nos *Analíticos* até ao “dialético” e “apodítico” nos *Tópicos* (tomo V) ou o “persuasivo” na *Retórica* (tomo I). Um razoamento é um discurso (*lógos*) no qual, “assentadas certas coisas, necessariamente se dá ao mesmo tempo, através do estabelecido, algo diferente do estabelecido. O processo da dedução partirá sempre do mais conhecido para o menos conhecido” (J. A. Segurado e Campos, 2007:19). O “silogismo dialético”, baseado em proposições verosímeis e cuja finalidade é produzir uma opinião igualmente aceitável, não conclui o verdadeiro, mas sim, o verossímil. Retórica e dialética partilham um mesmo objetivo: convencer, obter um efeito persuasivo; mas diferem, em princípio, pelo método: o “entimema” e o “exemplo” na retórica; o “raciocínio dedutivo”, “silogismo dialético” na dialética. Parece que o silogismo em dialética é o entimema na retórica (Aristóteles:1356b, *apud* Carvalho 2007: 53 e ss.). Segundo esta estudiosa,

---

<sup>19</sup> Recorde-se que o chamado *Órganon*, (palavra grega que significa “instrumento da Ciência, utensílio”) é um conjunto de seis textos aristotélicos que, no seu conjunto, abarcam a contribuição de Aristóteles para a história da Lógica, de que ele pode ser considerado o fundador. “O título não é da responsabilidade do Estagirita, mas tardio e comum” (J. A. Segurado e Campos, 2007: 15-17) As seis obras que constituem o *Órganon* são: *Categorias*, *Tópicos*, *Da Interpretação*, *Refutações Sofísticas*, *Primeiros Analíticos*, *Segundos Analíticos*.

o interesse em ressaltar que os discursos poético e retórico em Aristóteles apoiam-se na verosimilhança reside em que, do ponto de vista da elocução, a ação do entimema equiparase à ação da metáfora (e também da antítese) e da propriedade imagética que faz a coisa “saltar à vista” [...]. O efeito da metáfora é equiparado ao de um silogismo específico, o entimema.

Um entimema é um argumento que contém pelo menos uma premissa não formulada, habitualmente designada por premissa implícita ou subentendida. Acrescenta Carvalho:

Se a metáfora portar uma relação de antítese é melhor apreendida e, por último, melhor ainda se sua expressão gerar imagens realçantes. O conjunto desses aspetos elocutivos agudos constitui a noção aristotélica do conceito, que será retomado pela poesia seiscentista – na chamada de “conceptista” – na ideia de elocução arguta ou agudeza (2007, 53).

Outro processo de aproximação de semelhantes encontra-se na comparação, se bem manifesta Aristóteles na *Retórica* (livro III, capítulo 10, 1410b10-14) a superioridade da translação sobre a comparação. O mecanismo metafórico persuade operando retoricamente porque ensina algo demonstrado pela analogia das semelhanças encontradas.

### **3. Análise dos Sonetos à Conceição da Virgem N. S.**

Sem entrar em mais disquisições pertencentes à Lógica, o modo de raciocínio lógico — verdadeiro ou verossímil dos silogismos — é o que me interessa investigar nos *Sonetos à Conceição da Virgem N. S.*, do autor barroco André Nunes da Silva. Estão escritos com uma retórica ostentosa e marcada pelo

jogo de ideias. Começarei, nomeadamente, pelo primeiro (1671: 22) e pelo décimo soneto (1671: 30), publicados em *Poesias Várias* por Domingos Carneiro e que se encontram nos reservados da BNP. O terceiro poema analisado é o sétimo soneto da outra obra acima mencionada, publicada em 1716, cujo título completo é *Voto Métrico e Anniversario de Cincoenta sonetos À Puríssima Conceyçam da virgem Maria Nossa Senhora*, (ANTT, cód. 3430). Apresentarei mais à frente a relação descritiva.

### 3.1. À Conceição de N. Senhora

No volume *Poesias Várias*, 1671, (no qual se incluem apenas sete dos “Quarenta Sonetos à Imaculada Conceição” de André Nunes da Silva), o primeiro soneto é intitulado precisamente “A Conceição de N. Senhora” e serve como fundamento essencial para se entrever grande parte dos poemas posteriores.

A apresentação do Mistério da Imaculada Conceição —como princípio estruturador— torna-se evidente partindo de certa perplexidade e ambiguidade; o *eu* sujeito poético aproveita a opção lógica-silogística para conseguir plasmar essa opacidade do mistério e a consequente clarificação. Este primeiro soneto, “A Conceição de N. Senhora”, oferece, do início ao fim, uma metáfora — intrínseca ao conceito e participante da sua íntima substância — que constitui o sustentáculo formal do pensamento em que se baseia todo o poema: “a metáfora da escrita” (Pires 2003: 211). As duas estrofes iniciais funcionam como introdução e descrição de uma determinação tomada por Deus Padre, criador e misericordioso, que mais tarde se dará a conhecer, focalizada, sobretudo, em como se efetivou a Sua decisão. A primeira quadra do soneto maravilha com a ideia de estarmos perante a maior vontade divina, visto que, por um “real decreto” do trono sagrado do Amor eterno, foi promulgada a salvação de todo o ser humano. Como consequência deste “decreto” e da sua concretização, existirá um consolo para o angustiado mortal visto que, apesar de naufragar no mar proceloso, conseguirá salvar a vida:

No decreto mayor, ´q do eminente  
Sacro solio, alcãçou o Amor cõstãte  
A favor do Universo naugragãte,

Que agonizava lastimosamente<sup>20</sup>

O Amor eterno e contínuo que é o Pai Todo-Poderoso projetou o "decreto". A mão d'Ele é que guia a escrita como manifestação desse "amor constante"; à segunda pessoa da Santíssima Trindade, o Filho Jesus Cristo, corresponde o verbo, a "palavra" necessária, imprescindível para se manifestar; do Espírito Santo procede o instrumento com o qual foi escrito esse "decreto" para salvar o mundo do pecado, "a pena"; e a Virgem, a Imaculada Conceição é "o papel" sobre o qual escreve a mão divina, é como a terra fértil em que se semeia a "palavra":

O Padre poz a Mão onnipotente,  
A penna concedeu a Pomba amante,  
Foi o Verbo a palavra relevante,  
E o papel foi Maria mais decente.

Através de uma estrutura condicional que se encontra no primeiro terceto, o *eu* sujeito lírico começa por provocar uma estranheza em forma de exclamação-interrogação retórica: "Como, pois!...". Esta frase dará pé a uma inferência lógica que se haverá de esclarecer a seguir; Nunes da Silva serve-se da análise racional para chegar à conclusão. Sendo a Virgem Maria o "papel" em que se escreve o "decreto" maior do Pai, a maior dádiva da "mão" do Amor constante e do Espírito Santo ("a pena"), Ela não podia conter mácula nenhuma desde o seu nascimento até à morte. Na matéria, nesse "papel" em que se escreve a "palavra" (o Filho), estará a resposta à questão retórica de que o autor se vale nesta estrofe:

Como pois! Sendo taes, neste traslado,  
A Mão, a Penna, & a Palavra, havia  
O Papel deste assumpto ser manchado.

---

<sup>20</sup> Mantenho a grafia conforme aparece em *Poesias Várias* (1671).

Obviamente, era impossível que o “papel” estivesse maculado. Deste modo a questão retórica dá pé à conclusão final no último terceto que resolve o raciocínio do soneto. O Verbo, a Palavra de Deus, escreve-se (faz-se carne) precisando de um papel. A misericórdia de Deus começou a construir para si a morada de um corpo no seio da Virgem; tomou do corpo da Virgem a carne destinada à redenção do homem. O Senhor abençoou a terra para morar corporalmente — terra que, neste poema, é metamorfoseada no “papel”. O raciocínio dedutivo preside ou condiciona praticamente a totalidade do poema, apesar de nem sempre termos consciência de ser um silogismo que se vai construindo. Às vezes, o que aflora com mais facilidade é apenas a conclusão: a Virgem Maria, metaforizada no “papel” em que se escreveu o “decreto”, tinha de ser pura, imaculada, sem nenhum borrão.

O Pura sempre, ó singular Maria,  
Mal o borram teria do pecado  
O papel em que o verbo se escrevia.

Garcia (2000: 311) explica que o argumento dedutivo é aquele que se desenvolve de premissas prévias para chegar a uma conclusão particular. Uma das formas mais importantes de argumento dedutivo é o “silogismo”. Neste processo inscreve-se o poema comentado: as três pessoas da Santíssima Trindade que escrevem o “decreto” são divinas, puras; a Virgem é o “papel” em que se escreve; logo a Virgem também teve de ser divina, pura desde a concepção.

### **3.2. A Vós divina & singular Maria**

O seguinte soneto de Nunes da Silva que vou comentar [“A Vós divina & singular Maria”] corresponde ao décimo poema existente em *Poesias Várias* (1671: 30). Foi apresentado num

certame literário aquando da reabertura da “Academia dos Singulares de Lisboa”, 1668, e está composto por vários silogismos hipotéticos, condicionais na sua maioria. A figura retórica sobre a qual recai este segundo soneto analisado consiste, novamente, numa metáfora: a metáfora do jardim e as flores. Existe uma relação de semelhança conceptual entre três tipos de flores: as rosas (contas) do Rosário, reza mariana por antonomásia; as rosas como flores naturais; e, finalmente, as flores (os poemas) do vergel da Academia realizadas pelos singulares poetas. Este soneto, sem título, que se inicia com “A Vós divina & singular Maria”, constrói-se mediante o estabelecimento de um jogo homonímico, de grande efeito retórico. Através da primeira quadra já se adverte uma inter-relação metafórica entre as flores do Rosário e as flores da Academia, que será desenvolvida e repetida no resto do poema. É a Virgem Maria que proporciona as qualidades próprias das flores e da Academia, a “fragrância” e a “elegância”, que advoga pelos poetas e a quem se dedicam os atributos no primeiro verso do poema. O soneto apresenta uma estrutura clássica de rima, ABBA ABBA CDC DCD (predominantemente em decassílabos de gaita galega<sup>21</sup>) Os vocábulos “fragrância” e “elegância”, situados no fim do primeiro e do quarto verso, estabelecem entre si uma rima pobre; a rima do segundo e do terceiro versos, no entanto, é rica, composta por um substantivo e um verbo: “Maria” e “devia”. Interessante escolha que faz com que saibamos que se vai desvendar ao longo de todo o poema a relação intrínseca entre o dever da Academia que renasce e a eleição da sua padroeira.

Fazendo uso de grande hipérbato, começa o poema por um complemento direto — que se inicia por uma preposição, tal como é habitual quando se diz “Amar a Deus” — (“A Vos divina e singular Maria”), cujo verbo apenas aparece no último verso da quadra (“*Eleger* por amparo só *devia*”), precedido —no terceiro— pelo sintagma nominal com função de sujeito (“Este jardim das flores da elegância”). O *eu* poético utiliza a metáfora do jardim edénico para realçar a gentileza própria da Academia dos Singulares e, sobretudo, dos frutos que estes produzem. A primeira estância termina explanando a “obrigação” que tinham os poetas da Academia de procurarem proteção divina e que, por

---

<sup>21</sup> O decassílabo de gaita galega (ou moinheira) apresenta as sílabas tónicas nas posições 4<sup>a</sup>, 7<sup>a</sup> e 10<sup>a</sup>.

isso, escolheram como padroeira a “divina e singular Maria”, portadora e transmissora do aroma das flores:

A Vós divina, & singular Maria,  
 ´q do Rosario ás flores dais fragãcia  
 Este jardim das flores da elegãncia  
 Eleger por amparo só devia.

Com um virtuosismo léxico-conceitual que, num movimento ondulado, vai do Rosário para o roseiral e do princípio da vida para a aurora da Academia, o sujeito lírico continua a dar mais motivos para os membros dessa Academia dos Singulares escolherem à honrada Virgem:

Aurora sois, que igual as cria,  
 E he bem, que aquella mesma polulãcia  
 Que ao vergel do Rosario foi ganãncia,  
 Seja logro ao jardim da Academã.

Os conceitos, flores do juízo, identificam-se com os poetas da Academia, em particular e com os do século XVII, em geral.

Tal e como vimos no poema anterior, “A Conceição de N. Senhora” o primeiro terceto começa, em termos sintáticos, por uma oração condicional e, em termos de lógica, por uma inferência dedutiva, levando uma e outra, na última estrofe, a uma conclusão em que se sublinha a razão pela qual Maria deve presidir a Academia dos Singulares que reabre os seus afazeres:

Se ás flores sois amparo necessário,  
 Como diz do Rosario o Paraizo,  
 E os cõceitos são flor no lindo, & vario

Bem vosso amparo intentam, ´q he preciso  
 Se presidis ás do Rosario,  
 Que presidais ás flores do juízo.



Os dois últimos versos, iniciados pela conjunção subordinativa condicional, servem de corolário, que — na Lógica e na Matemática — é uma afirmação deduzida de uma ou duas proposições já demonstradas.

### **3.3. Ao pè da Cruz em pè, firme, & constante.**

O terceiro e último poema que me proponho abordar nesta comunicação é o soneto [“Ao pè da Cruz em pè, firme, & constante”] contido no *Voto Metrico, e Anniversario* (1716: ms. 3430<sup>22</sup>, ANTT, soneto VII), e que não está incluído nas *Poesias Várias*. André Nunes da Silva retoma neste poema o assunto que vimos no primeiro soneto comentado, isto é, a determinação tomada por Deus de enviar o Filho, gerado na Virgem pura, para a salvação do mundo “naufragante”. A perspectiva é que muda consideravelmente: não se contempla o momento positivo e alegre em que a Segunda Pessoa da Trindade é engendrada no seio de Maria, mas a dor da Mãe de Cristo, que agora se une a Ele na paixão e morte porque conhece a missão redentora do Filho e da qual é corredentora. Uma Mãe forte que, assistindo à morte na Cruz, sofre imensamente, mas não se amedronta:

Ao pè da Cruz em pè, firme, & constante,  
Da Redempção no excesso peregrino  
Esteve a Mãe do Redemptor Divino  
Quando o mundo jazia naufragante.

A mitologia, muito recorrente na poesia deste autor e em todo o século XVII, fornece mais algumas características da Mãe corredentora: valia, fortaleza e divindade como o “valeroso Atlante”.

Columna imóvel, valeroso Atlante  
Com peyto mais que humano, diamantino,  
Acompanhou ao Redemptor benigno  
Quando ao mundo remia agonizante.

A partir do primeiro terceto começa novamente uma oração subordinada condicional, a qual mostra o contraste evidente entre o mundo que jaz, herdeiro de Adão e do seu pecado, e Maria que fica em pé:

Se pois em pè Maria, & se prostrado  
O mundo jaz, nestes diversos modos,  
A que a culpa de Adam os reduzia,

Nos mostra bem o Redemptor sagrado  
Que se como a cahidos rime a todos,  
Como a quem naõ cahio, rime a Maria.

### **Nota final**

À maneira de conclusões, necessariamente provisórias, entendo que os trinta sonetos à Imaculada Conceção foram e continuam a ser referenciados na atualidade sem se indicar o seu local de impressão nem impressor, sem citação de algum poema desta obra nem referências à paginação. Sendo assim de difícil acesso, a construção silogística que sucintamente analiso remete, por facilidade de consulta, para a segunda edição.

Os poemas colocam, regra geral, a debatida questão da virginal concepção da Mãe de Deus quer seja através de metáforas, comparações, antíteses quer seja através de interrogações retóricas, mas sobretudo, com frases condicionais, cuja resposta-conclusão final é facilmente deduzida do que foi exposto nos versos anteriores do soneto.

**BIBLIOGRAFIA**

- Aristóteles (1987): Aristóteles, *Tratados de Lógica (Órganon)*, introd, trad. y notas por Miguel Candel Sanmartín, 2 vols., Madrid, Gredos.
- Aristóteles (1990): Aristóteles, *Poética*, trad. Eudora de Sousa, 2ª ed., Maia, IN-CM.
- Aristóteles (2006-2007): Aristóteles, *Obras Completas de Aristóteles*, coordenação de António Pedro Mesquita, 8 vols., *Retórica*, 3ª ed., vol. VIII, tomo I. Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- Aristóteles (2007): Aristóteles, *Tópicos*, tradução, introdução e notas de J. A. Segurado e Campos, vol. I, tomo V, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- Bem (1792): Thomas Caetano de Bem, *Memórias Hist. e Chron. Dos Clérigos Regulares*, I, Lisboa, Régia Oficina Tipográfica.
- Carvalho (2007): Maria do Socorro Fernandes de Carvalho, *Poesia de agudeza em Portugal. Estudo retórico da poesia lírica e satírica escrita em Portugal no século XVII*, São Paulo, USPI. Disponibilizada pela Biblioteca Digital da Universidade Estadual de Campinas no site: [http://www.biblioteca digital.unicamp.br/document/?code=vtls00031826\\_2](http://www.biblioteca digital.unicamp.br/document/?code=vtls00031826_2) [última consulta a 12-09-20013].
- Castello-Branco (1852): José Barbosa Canaes de Figueiredo Castello-Branco, *Estudos biographicos, ou noticia das pessoas retratadas nos quadros historicos pertencentes á Bibliotheca Nacional de Lisboa Estudos Biographicos*, Lisboa, Loja do Editor S. A. da Silva.
- Castro (1973): Aníbal Pinto de Castro, *Retórica e teorização literária em Portugal. Do Humanismo ao Neoclassicismo*, Coimbra, Centro de Estudos Românicos.
- Ferreira (1718-1721): Francisco Leitão Ferreira, *Nova arte de conceitos*, Lisboa, Oficina de António Pedroso Galvão.
- Gottardi (2001): Ana Maria Gottardi, *Jorge de Sena. Uma Leitura da Tradição*, São Paulo, Arte & Ciência Editora.
- Moisés (1966): Massaud Moisés, *A Literatura Portuguesa*, São Paulo, Editôra Cultrix.
- Moisés (1997): Massaud Moisés, *As Estéticas Literárias em Portugal-*

*Séculos XIV a XVIII*, Lisboa, Caminho.

- Pires (2003): Maria Lucília Gonçalves Pires, *Poetas do Período Barroco*, Lisboa, Edições Duarte Reis.
- Real Seminario de Nobles (1778): *Exercicios literarios de rudimentos de lengua latina y francesa, de poética...* Madrid, Imprenta de la viuda de Ibarra.
- Sena (1965): Jorge de Sena, "Manierismo e Barroquismo na Poesia Portuguesa dos Séculos XVI e XVII", *Luso-Brazilian Review*, 2.
- Silva (1695): André Nunes da Silva, *Voto Métrico, e Anniversario à Conceição da Virgem Nossa Senhora*, Lisboa, Officina de Manoel Lopes Ferreira.
- Silva (1716): André Nunes da Silva, *Trinta Sonetos a' Purissima Conceyçam da Virgam Maria Nossa Senhora*, Lisboa, Officina da Pascoal da Sylva.
- Silva (1726): André Nunes da, e outro, *Voto Métrico e Anniversario de Cincoenta Sonetos a' Purissima Conceyçam da Virgam Maria Nossa Senhora*, Lisboa, João Pereira da Silva.
- Silva (1858): Inocêncio Francisco da Silva, *Diccionario Bibliographico Portuguez*, Lisboa, Imprensa Nacional, I.
- Topa (2000): Francisco José de Jesús, *Edição crítica da obra poética de Gregório de Matos*, Tese de Doutoramento, Universidade do Minho.
- VVAA. (2001): *História e Antologia da Literatura Portuguesa, Século XVII*, Lisboa, Fundação Gulbenkian.
- López (2000): Luis Xavier López Farjeat, "El silogismo poético y la imaginación en Alfarabi", *Tópicos. Revista de Filosofía*, Edición 18, pp. 97-113.

## OS LUSÍADAS – SÍMBOLO NACIONAL DE DUAS CULTURAS

Clara Anunciação  
FLUL

[clara\\_anunciacao@yahoo.com](mailto:clara_anunciacao@yahoo.com)

Carlos Severino  
CEC – FLUL

[profcarlosmseverino@gmail.com](mailto:profcarlosmseverino@gmail.com)

### RESUMO

Sendo a temática deste III Congresso SEEPLU a crise e a rutura peninsular, procuraremos, com a nossa comunicação, recuperar o contexto histórico do período filipino em que a monarquia dual contribuiu para a estreiteza das ligações não só políticas, mas também sociais, culturais e artísticas. Pretendemos, assim, abordar especificamente a conjuntura literária de finais do séc. XVI, mais concretamente as relações entre as edições portuguesas da obra *Os Lusíadas*, do poeta Luís Vaz de Camões, e as traduções desta epopeia, lançadas pelas duas mais prestigiadas Universidades espanholas da época, ancorando estes factos no contexto social, político e cultural vivido na época em que Filipe II de Espanha se tornou também Filipe I de Portugal.

**PALAVRAS-CHAVE:** *Os Lusíadas*; Camões; traduções castelhanas; Filipe II de Espanha, I de Portugal.

### ABSTRACT

Under the theme of this Congress, crisis and rupture peninsular, we will try, with our communication, to recover the historical context of the period in which the Philippine dual monarchy contributed to the tightness of the connections not only political, but also social, cultural and artistic. We intend, therefore, to specifically address the situation of literature at the end of the 16<sup>th</sup> century, specifically the relationship between the Portuguese editions of the *Os Lusíadas*, written by the poet Luís Vaz de Camões, and the translations of this epic by the two most prestigious Spanish universities of the time, anchoring these facts at the social, political and cultural lived in the period when Philip II of Spain also became Philip I of Portugal.

**KEYWORDS:** *Os Lusíadas*; Camões; Spanish translations; Philip II of Spain, I of Portugal.

Quando a primeira edição de *Os Lusíadas* de Luís Vaz de Camões sai à luz, pela imprensa de António Gonçalves lança, em 1572, apresenta duas licenças, uma do censor da Inquisição e a outra régia. A primeira dá a indicação de que a obra publicada não sofreu qualquer alteração. A segunda proporciona informações mais concretas a respeito da obra: que é composta em oitava rima, contendo 10 cantos em que se fala dos principais feitos dos Portugueses nas partes da Índia. Além disso, salvaguarda os direitos do autor e do editor proibindo a publicação da obra por dez anos. Quem a outorga é o rei de Portugal, D. Sebastião, a quem o poeta faz uma dedicatória na epopeia. Apesar disto, é discutível o conhecimento de *Os Lusíadas* por parte de D. Sebastião, uma vez que o rei descreve a obra de uma forma bastante simples e redutora.

É difícil ter uma noção precisa da receção do poema de Camões na sociedade da época, se à leitura de amplas referências clássicas, cujo conhecimento apenas estava ao alcance de um pequeno número de leitores, como refere Asensio (1974: 303-324), se juntavam alguns lapsos de uma primeira edição, de que Jackson (2003) nos dá conta. No seu conjunto, *Os Lusíadas* seria, pois, de difícil leitura e compreensão, um luxo apenas acessível a poucas personalidades, um poema, de facto, de “minorias” (Asensio 1974: 303). Teria D. Sebastião maturidade para, aos dezoito anos, compreender o alcance da obra que lhe era destinada? Teriam os Portugueses condições para lerem e se deleitarem com a epopeia?

Apesar das dificuldades referidas, segundo Borges de Macedo (1979: 29-30), entre 1572 e 1613, foram editados 12 000 exemplares, segundo os números de Pedro Crasbeeck, autor da edição de *Os Lusíadas* em 1613. De facto, as consecutivas edições desta obra, em 1584<sup>22</sup>, depois, em 1591 e 1597, surgindo também, nesta década de 90 do séc. XVI, a divulgação das rimas ditas de Camões, explicam-se pelo facto de haver mercado para

---

<sup>22</sup> Neste período, é de referir que expirou a licença de dez anos concedida aquando da primeira publicação e que esta nova edição, surgida dois anos mais tarde, chamada edição dos Piscos, *ad usum Delphini*, foi muito expurgada e censurada, demonstrando o possível envolvimento e força cultural que a obra adquirira ao ser alvo de tanto cuidado e atenção numa “limpeza” tão exaustiva.

tal, indicando que o poeta alcançara algum êxito e reconhecimento ainda no século em que viveu (Anastácio 2010: 69).

E não foi só em Portugal que *Os Lusíadas* foram lidos e conhecidos. Também em Espanha a obra foi amplamente divulgada logo a partir de 1580, ano que ficou marcado pelas mortes de Luís de Camões e do cardeal D. Henrique, soberano que estava no poder desde a morte de D. Sebastião, em 1578. Neste ano, o caminho ficou aberto para que Filipe II reclamasse o trono de Portugal, que seria o culminar de todo um processo que o rei de Espanha iniciara logo após o desaparecimento de D. Sebastião.

Kamen (2008: 238-41) refere que Filipe II e o seu sobrinho Sebastião se encontraram “no mosteiro de Guadalupe durante o natal de 1576, com o Duque de Alba presente” e que o rei, nesse encontro, terá tentado persuadir o sobrinho da empresa para a qual se preparava, insistindo que D. Sebastião não deveria participar pessoalmente, por não ter ainda descendência. Todavia, o sobrinho só terá mostrado interesse nos apoios que o tio lhe poderia conceder para a cruzada. Ainda assim, Filipe II envia para Lisboa Juan da Silva como embaixador de Espanha, com a intenção de pressionar e demover o rei, o que não se verificou.

Assim que se dá a derrota de Portugal em Alcácer-Quibir, em agosto de 1578, Filipe começa a agir nos bastidores. Em finais de janeiro de 1579, o rei informa Cristóvão de Moura do modo como estavam, “secreta e discretamente, a tomar as medidas necessárias a todas as eventualidades”<sup>23</sup>. Pela primeira e única vez na vida, Filipe conduziu uma campanha tendente a conquistar a opinião pública, usando abordagens diferentes: “empregou destacados juristas de toda a Europa para escreverem em apoio da sua causa, de modo a convencer não só os portugueses, mas também outras potências europeias. Segundo, os seus representantes em Portugal [...] tentaram ganhar para a causa tanto indivíduos como cidades. Por fim, recorreu-se a subornos seletivos” (Kamen 2008: 240-1).

Como frisa Bouza Álvarez (1989: 26), Filipe II, ainda antes de ser aclamado rei de Portugal, já tinha decidido como seria o seu

---

<sup>23</sup> Segundo Kamen (2008: 236-7), Filipe mandou prender Princesa de Éboli, em julho de 1579, por esta ter a intenção de casar uma das suas filhas com o filho do Duque de Bragança podendo, deste modo, reclamar o trono português.

novo escudo das suas armas e o começara a usar. Ou seja, houve toda uma máquina propagandística que foi posta em movimento ainda antes de 1580, para que se conquistasse apoio político para o projeto ibérico que Filipe II tinha em mente. Da mesma forma, parece que se pretende conquistar o apoio dos intelectuais, quer portugueses, quer espanhóis, ao patrocinar duas traduções simultâneas de *Os Lusíadas* de Camões, uma pela Universidade de Salamanca e outra pela Universidade de Alcalá de Henares. Se a este feito invulgar (como apontou Eugénio Asensio), atentarmos que “a análise dos prólogos de ambas, bem como o facto de terem sido impressas sem as aprovações dos censores eclesiásticos, revelam a interferência do braço real”, concluímos, como o faz também Vanda Anastácio (2010: 64), que estas traduções saíram pertinentemente, no ano em que Filipe II pretendia ocupar o trono vazio de Portugal, enquanto seu herdeiro legítimo, utilizando a obra como “parte da estratégia política desenvolvida pelo rei de Castela no contexto da anexação”.

O apoio do monarca às traduções reflete o interesse cultural deste por razões humanistas, sem dúvida, sendo conveniente, por outro lado, não esquecer que “traduzir *Os Lusíadas* terá significado, então, duas coisas: sublinhar a vinculação de um imaginário imperial à «nação» portuguesa e anexar, à língua castelhana, este património simbólico-cultural” (Serra 2011: 777) ou, como diz Anastácio (2010: 64), “a escolha de *Os Lusíadas* como texto a traduzir nesse momento particular estabeleceu uma associação entre a obra e Portugal. Tornou-o numa espécie de “representante simbólico” de uma cultura (ainda que, não necessariamente de uma nação, no sentido em que hoje entendemos o conceito)”.

Assim, as traduções espanholas, iniciadas antes do seu lançamento em 1580<sup>24</sup>, revelam um refletido trabalho na impressão que a edição *princeps* portuguesa não tem. Tanto a tradução de Alcalá, feita por Benito Caldera, como a de Salamanca, realizada por Luis Gómez de Tapia, contemplam uma

---

<sup>24</sup> Há quem defenda, como Emanuel Paulo Ramos (1983: 150), a possível revisão da parte do autor das traduções espanholas, tendo por base a proximidade de datas de aprovação da licença por Fradique Furió Ceriol em março de 1580, tendo Camões falecido em junho.



apresentação da obra<sup>25</sup> em geral mais cuidada, com textos introdutórios no início de cada canto e notas no seu final (estas apenas presentes na tradução esmerada de Tapia). Estes elementos não só contribuem para que ambas as edições espanholas sejam mais dignas da obra que Camões compôs, como também permitem uma melhor leitura e compreensão.

Além disso, cada uma das traduções apresenta no seu início “provas” de outros autores contemporâneos que atestam a arte e o engenho daqueles que se prestaram a traduzir o poema lusitano, como que se fossem necessárias credenciais para o fazer e como se o facto de ali estarem efetivamente presentes em cada tradução legitimasse cada edição espanhola. Algo é comum na opinião de todos: Camões é sublime, comparável a Homero e Vergílio, senão mesmo melhor!

Filipe II estaria, com certeza, a homenagear o poeta português dando à estampa tais traduções de *Os Lusíadas*, ao mesmo tempo que aproveitava a obra para manipulação política. É, por exemplo, conhecida a intervenção do rei em pedidos de traduções, nomeadamente, em 1577, quis que se fizessem traduções de Ramon Llul, filósofo ocultista maiorquino (Kamen, 2008: 266), para que o acesso ao conhecimento fosse mais completo.

A tradução levada a cabo por Tapia realça, logo no início, no “Catálogo dos Reis”, toda a sucessão dinástica dos reis portugueses, terminando com a seguinte frase: “A dõ Henrique sucedio en año de ochëta la sacra Magestad del Rey dõ Phelippe II. deste nombre, Rey de España: *assí por ser Reyno que de su corona auia salido*, como por ser nieto del Serenissimo Rey dõ Manuel, padre de don Enrique, que murio sin herederos”. Ao indicar esta relação próxima entre os dois reis de Portugal e o rei

---

<sup>25</sup> Por exemplo, a edição de Caldera tem divisão marcada no primeiro e no quarto versos mais atrás e com maiúscula, indicação do canto no cabeçalho mas sem indicação de página, não tem divisão entre os cantos. A edição de Tapia tem marcado o primeiro verso mais atrás e maiúscula no início de cada verso, igual à edição portuguesa, cabeçalho da esquerda com indicação do canto ou das 'Annotaciones', quando no final do canto, e o cabeçalho da direita com título da obra e a numeração da folha; além dos números das notas, o que não evitou erros, pois a edição de Tapia tem, no início do canto VI, nove páginas, na esquerda, com a indicação de ‘Canto V’, além da supressão, logo no primeiro canto, da 9ª à 13ª estrofe.

de Espanha, Tapia está a justificar e a legitimar a posição de Filipe II face à situação de Portugal, utilizando como veículo de transmissão a obra *Os Lusíadas*, que chegaria a diferentes pontos do império, com uma missão bastante nítida: a de espalhar pelo mundo a notícia de que Filipe II era então rei de toda a Península Ibérica, não só de Portugal, reino de gente notável, mas também de toda a "nobre Espanha", "cabeça da Europa toda" que "com nações diferentes se engrandece" (*Os Lusíadas*, III, 17-18).

Tendo em conta este projeto adotado por Filipe II para *Os Lusíadas*, procurámos analisar as duas primeiras traduções da obra, pesquisando em que medida o texto original foi adulterado para providenciar uma leitura mais favorecida a Filipe II enquanto legítimo herdeiro do trono de Portugal. Sabendo de antemão que notáveis trabalhos, como a edição comentada de Costa Pimpão, já teriam exposto muito do que procurávamos, limitámos a nossa investigação à palavra "rei" e a um ou outro aspeto cultural passível de ser adulterado. A nossa pesquisa não é exaustiva, mas procura dar conta, de uma forma demonstrativa, de algumas adaptações que poderiam favorecer a campanha de Filipe II, e que se encontram sistematizadas no *Apêndice* a esta comunicação.

De uma maneira geral, podemos dizer que Caldera suprime e adapta o texto, mas não recria nem inventa como Tapia. Por exemplo, no primeiro canto, estância 51, v. 5, quando os Portugueses se apresentam aos nativos da ilha de Moçambique, referindo quem são e ao que vêm, referem ser "de um rei potente". Tal é traduzido linearmente por Caldera, mas Tapia apresenta, como se fosse necessário, a palavra "súbditos", frisando que obedecem a uma entidade maior. Esta obediência será sublinhada pelo contexto do segundo canto, no qual os Portugueses voltam a apresentar-se após a sua chegada ao reino de Melinde.

Ainda no mesmo canto, podemos fazer referência à estância 111, v. 4, no qual se fala das obras portuguesas singulares, cuja fama as precede, e que não encontra tradução exata nem numa tradução, nem noutra. Por outro lado, em III.112.2, quando se fala em "o poder dos Cristãos", Tapia opta por traduzir "el Espanhol poder". Não nos podemos esquecer de que ainda estaria presente na mente de muitos a vitória na Batalha de Lepanto, em 1572, que se traduzira no recuo dos muçulmanos, em benefício

dos cristãos, e cuja luta sempre fora um objetivo maior quer para Carlos V quer para Filipe II.

No entanto, em V.95.1, “dá a terra Lusitana Scipiões”, mais uma vez Caldera segue a lição original, mas Tapia adapta para “da la tierra de Espanha Scipiones”, aproveitando para fazer um encómio de dimensões mais abrangentes: não seria apenas em Portugal, mas em toda a Espanha, entretanto unida por uma só coroa.

Vejamos, por exemplo, VIII.59.8, Caldera não traduz a expressão “Rei dos Lusitanos” na íntegra mas apenas parte dela, “su rey”, indicando os lucros provenientes do acordo com o rei de Portugal, nas negociações com o Catual.

Em VIII.99.4, temos um exemplo de como não há tradução do original (“E mil vezes tiranos torna os Reis”), já que, neste caso, Caldera dá um exemplo daquilo que seria uma má governação: “entrega capitanes a enemigos”. Por sua vez, Tapia opta por substituir a palavra “reis” por “señorio” de modo a evitar uma associação da tirania com o rei, mas generalizando para com todos os “senhores”.

Em X.23.7-8, no discurso da ninfa ao Gama sobre as conquistas futuras, traduz Caldera “cuja vontade/manda mais que a justiça e a verdade” por “cuyo gusto/mas que justicia, manda malo injusto”, reforçando o poder real, superior à lei, suprimindo a palavra “verdade” de Camões e mantendo o vocabulário relacionado unicamente com a justiça. Tapia é muito mais livre na sua tradução (“Esto hacen los Reyes cuyo Imperio/Puede mas q justicia en su Hemispherio”), evidenciando a palavra “império”, que se associa ao império português, mas que nos parece remeter, em última estância, para o império de Filipe, pela modificação tão radical dos versos e pelo uso inesperado da palavra “Hemispherio”, cujo uso da letra maiúscula acentua a sua importância.

Por fim, Caldera substitui, em X.152.2 (“Alemães Galos, Italos, & Ingleses”), a referência aos “Galos” por “Francia”, possivelmente procurando contornar deste modo os conflitos existentes nesta altura com a corte francesa, situação que durou todo o governo de Filipe II.

Gomez de Tapia suprime várias vezes o uso da palavra “rei” (em VII.86.2, no final do canto, nas palavras do poeta; em VIII.26.2, quando Paulo da Gama está a contar a história de

Portugal ao Catual), substituindo pela palavra "señorio" (VIII.99.4), como já foi referido, e recria, por exemplo, em VII.15.8, "Por coger sancto fructo al nueuo suelo" por "E dar nouo costume, & nouo Rei"). Além disso, também desenvolve a ideia do verso, por exemplo, em VIII.53.8, "Sem Rei, sem leis humanas ou diuinas", agravando a ideia de Camões ao acrescentar outros elementos (Sin ley, sin rey, sin virtud, y con vicio).

Porém, a parte mais curiosa da tradução de Gómez Tapia é a forma como parece agir em conformidade com a política e mentalidade do rei, não o rei a quem Camões dedica o seu poema, que nunca é referido explicitamente, D. Sebastião, mas o seu rei, D. Filipe II. Além das referidas supressões e substituições, Tapia *protege/adula* o rei (neste caso, D. Manuel) ao, em X.144.6, com a entrada da armada na foz do Tejo, retirando a palavra "temido" e deixando apenas "amado": "A su patria querida y Rey amado", quando o original diz "E a sua patria, & Rey temido & amado".

Por outro lado, torna-se muito plausível que Tapia se refira a D. Filipe quando traduz "Por isso vos ò Rey, que por diuino/Conselho estais no regio solio posto" (X.146.5-6), já na parte final do canto, por "Pues Rey que por consejo alto diuino/La gente gouernays que el Luso cria", acentuando desta forma que os que foram criados por Luso, os Lusitanos, são agora "governados" por "divino/conselho". O uso da palavra "governo", que Caldera não usa, pode remeter exatamente para esse governo agora em funcionamento.

Esta ideia torna-se mais clara dez estâncias à frente, isto é, na última do poema (X.156.7), quando Tapia substitui o nome de Alexandre por "Phelippo" ("Siendo vos de Phelippo el heredero" *versus* "De sorte que Alexandro em vos se veja"). Por um lado, com base nas referências clássicas, Tapia substitui Alexandre, o Grande, por uma perífrase com o mesmo significado "de Phelippo el heredero", introduzindo a referência a Filipe da Macedónia. Contudo, é conveniente referir que, ao mesmo tempo que faz esta opção, Tapia está também a invocar o nome do seu rei, fazendo o apelo ao herdeiro de Filipe II, possivelmente numa referência explícita ao Príncipe Diego Félix (1575-1582), que tinha sido jurado herdeiro a 1 de março de 1580, numa manobra de Filipe para assegurar o trono de Portugal (Kamen 2008: 246).

Para concluir, somos levados a crer que, como refere Sousa Rebelo (1982: 214),

as condições sociais e políticas dominantes em Portugal, o ideal de um império unido, embora disperso por vários continentes, impunham aos escritores portugueses de Quinhentos uma solidariedade de ação e uma coerência de pensamento, que não poderia tolerar o divórcio entre a espada e a pena.

Camões realizou o notável feito de, numa obra como *Os Lusíadas*, contemplar o “casamento” do que fora alcançado pelo poder das armas, a conquista de um império imenso, e da pena, que agora as servia para narrar essa conquista.

Também Filipe II procurou legitimar a sua posição de herdeiro do trono português, face à situação gerada pelo desaparecimento de D. Sebastião, em África, em 1578, recorrendo por um lado às armas e ao conflito armado de que o Duque de Alba era cabecilha; por outro, pela pena, patrocinando não uma, mas duas traduções simultâneas de *Os Lusíadas*, obra que continha toda uma ideologia política, que não distava da que era defendida pelos humanistas de quinhentos, e uma carga simbólica devido aos feitos realizados por todo o mundo pelos “barões assinalados” provenientes da Península Ibérica, “cabeça da Europa”. É preciso perceber que, mais do que cantar “o peito lusitano”, Camões deu voz a todo um povo que realizou uma profunda cruzada, levando a sua língua, os seus costumes e o seu rei aos reinos mais longínquos. Filipe II soube aproveitar isso em seu benefício, apoiando as traduções de Benito Caldera, sob a chancela da Universidade de Alcalá, e de Gómez Tapia, da Universidade de Salamanca.

De uma forma geral, a tradução de Alcalá é mais fiel ao texto original de Camões, talvez pelo tradutor ser português e dominar a língua, ou então porque não procura mais do que a divulgação da obra por si só. Deste modo, a tradução de Salamanca procura adotar uma posição confortável face à situação que se vive na Península Ibérica. Por sua vez, Tapia parece estar mais alerta para certas adaptações que se justificam tendo em conta o contexto político da altura: podemos não ter nenhuma referência ao rei, mantendo o original de Camões, mas encontramos referências a Filipe II, nomeadamente logo no “Catálogo dos Reis”, o que legitima a posição deste monarca face ao trono português. Em última instância, ele é, como se diz em X.146.5-8, “(...) Rei, que por divino/ Conselho estais no régio sólio posto, / Olhai que sois (e vede as outras gentes)/ Senhor só de

vassallos excelentes”; e, no final, legitima também a posição do seu príncipe herdeiro, Diego, pela referência da última estrofe (X.156.7).

Curiosamente, após Filipe II ter colocado em marcha toda uma campanha propagandística, e ter, efetivamente, anexado Portugal aos restantes reinos ibéricos, dando azo a uma união que o faria estar na posse de um vasto império, não surgiu, no panorama cultural, ecos destes feitos ou desta posição ocupada no mundo. Ou seja, não foi despontada uma verdadeira literatura imperialista de triunfo nacional. No entanto, não podemos deixar de considerar que, tal como sublinha António José Saraiva (2002: 136), não há, nas literaturas hispânicas, outro poema tão espanhol como *Os Lusíadas* “não só pela expressão do heroísmo e do espírito de cruzada, como pela forma glorificante, ufanista, hiperbólico que o caracteriza”. Não será esta obra, por isso mesmo, um símbolo nacional das duas culturas, portuguesa e espanhola?

**BIBLIOGRAFIA**

- Álvarez (1989): Fernando Jesús Bouza Álvarez, "Retórica da imagem real. Portugal e a memória figurada de Filipe II", *Penélope. Fazer e Desfazer História*, n.º 4, pp. 20-58.
- Anastácio (2010): Vanda Anastácio, "A criação de um poeta nacional: breve panorâmica das edições da lírica camoniana entre 1595 e 1870", *Floema*, 7, Bahia, Edições UESB, pp.61-74.
- Asensio (1974): Eugenio Asensio, "La fortuna de *Os Lusíadas* en España" in *Estudios Portugueses*, Paris, F. Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, pp. 303-324.
- Borges de Macedo (1971): Jorge Borges de Macedo, *Os Lusíadas e a História*, Lisboa, Verbo.
- Jackson (2003): Kenneth David Jackson, *Luís de Camões e a primeira edição d' Os Lusíadas, 1572: Uma introdução ao CD-ROM*, Dartmouth, Center for Portuguese Studies and Culture.
- Kamen (2008): Henry Kamen, *Filipe I. O rei que uniu Portugal e Espanha*, Lisboa, A Esfera dos Livros.
- Ramos (1983): Emanuel Paulo Ramos, "Os textos camonianos datados de 1572 e as traduções castelhanas de 1580 d'*Os Lusíadas*", *Revista Humanitas*, 35-36, Coimbra, Imprensa da Universidade, pp.149-169.
- Rebelo (1982): Luís de Sousa Rebelo, *A tradição clássica na literatura portuguesa*, Lisboa, Verbo.
- Saraiva (2002): António José Saraiva, *Estudos sobre a Arte d'Os Lusíadas* (2ª ed.), Lisboa, Gradiva Publicações.
- Serra (2011): Pedro Serra, "Receção de Camões na literatura espanhola", in Aguiar e Silva, V. M. (coord.), *Dicionário de Luís de Camões*, Lisboa, Editorial Caminho, pp. 772-793.

**Edições de Os Lusíadas:**

*La Lvsuada de el famoso poeta Luys de Camões. Tradvzida en verso castellano de Portugues, por el Maestro Luys Gomez de Tapia, vezino de Sevilla. Dirigida al Illvstrissimo Señor Ascanio Colona, Abbad de Sancta Sophia.* Con priuilegio. En Salamanca, en casa de Ioan Perier Impressor de Libros. Año de M.D.LXXX.  
(Disponível em

[http://bibliotecadigitalhispanica.bne.es:80/webclient/DeliveryManager?pid=3175831&custom\\_att\\_2=simple\\_viewer](http://bibliotecadigitalhispanica.bne.es:80/webclient/DeliveryManager?pid=3175831&custom_att_2=simple_viewer) - última consulta: 16/10/2013).

*Los Lusíadas de Luys de Camoes, traduzidos en octaua rima Castellana por Benito Caldera, residente en Corte. Dirigidos al Illustriss. Señor Hernando de Vega de Fonseca, Presidente del consejo dela hazienda de su M. y dela santa y general Inquisicion.* Con Privilegio. Impresso en Alcala de Henares, por Iuã Gracian. Año de M.D.LXXX. (Disponível em <http://purl.pt/23629> - última consulta: 16/10/2013).

*Os Lusíadas de Luis de Camões.* COM PRIVILEGIO REAL. Impressos em Lisboa, com licença da sancta Inquisição, & do Ordinario: em casa de Antonio Gõçalvez Impressor. 1572. (Pelicano à esquerda; exemplar da Universidade de Coimbra; fac-similado)

*Os Lusíadas de Luis de Camões.* COM PRIVILEGIO REAL. Impressos em Lisboa, com licença da sancta Inquisição, & do Ordinario: em casa de Antonio Gõçalvez Impressor. 1572. (Pelicano à direita; exemplar da Biblioteca Nacional de Espanha; Disponível em [http://bibliotecadigitalhispanica.bne.es:80/webclient/DeliveryManager?application=DIGITool-3&owner=resourcediscovery&custom\\_att\\_2=simple\\_viewer&pid=1930882](http://bibliotecadigitalhispanica.bne.es:80/webclient/DeliveryManager?application=DIGITool-3&owner=resourcediscovery&custom_att_2=simple_viewer&pid=1930882) - última consulta a 16/10/2013)



**Apêndice** – Tabela com as traduções de alguns excertos d’*Os Lusíadas*.

	<i>Os Lusíadas</i> , Luís de Camões, 1572 A/S/Ee/pelicano à esquerda (exemplar fac-similado da Universidade de Coimbra)	<i>Os Lusíadas</i> , Luís de Camões, 1572 B/D/E/pelicano à direita (exemplar da Biblioteca Nacional de Espanha, Madrid, R14207)
I, 2, 1-2	<i>E também as memorias gloriosas Daquelles Reis, que forão dilatando</i>	<i>E também as memorias gloriosas Daquelles Reis, que foram dilatando</i>
I, 12, 2	<i>Que fez ao Rei, &amp; ao Reino tal serviço</i>	<i>Que fez ao Rei, &amp; ao Reino tal serviço</i>
I, 15, 1-4	<i>E em quanto a estes canto, &amp; a vos nam posso, Sublime Rei, que nam me atreuo a tanto, Tomay as redeasuos do Reino vosso Dareis matéria a nunca ouvido canto:</i>	<i>E em quanto a estes canto, &amp; a vos nam posso, Sublime Rei, que nam me atreuo a tanto, Tomay as redeas uos do Reino vosso Dareis matéria a nunca ouvido canto:</i>
II, 63, 6	<i>Hum Rei, com muitas obras de amizade,</i>	<i>Hum Rei, com muitas obras de amizade,</i>
II, 71, 1-2	<i>Louuão do Rey os Mouros a bondade, Condiçam liberal, sincero peito,</i>	<i>Louuão do Rey os Mouros a bondade, Condiçam liberal, sincero peito,</i>
II, 80, 8	<i>De hum Rei que temos, alto, &amp; sublimado.</i>	<i>De hum Rei que temos, alto, &amp; sublimado:</i>
II, 84, 3-4	<i>Não quereras, pois tes de Rei o officio, Que ninguém a seu Rei desobedeça:</i>	<i>Nam quereras, pois tes de Rei o officio, Que ninguém a seu Rei desobedeça:</i>
II, 86, 5-8	<i>E o Rei ilustre, o peito obediente, Dos Portugueses, na lama imaginando. Tinha por valor grande, &amp; muy subido, O do Rei que he tam longe obedecido.</i>	<i>E o Rei ilustre, o peito obediente, Dos Portugueses, na lama imaginando. Tinha por valor grande, &amp; muy subido, O do Rei que he tam longe obedecido.</i>
II, 101, 2	<i>O Rei, que nos seus braços o leuaua;</i>	<i>O Rei, que nos seus braços o leuaua;</i>
II, 102, 1	<i>E com grandes palavras lhe offereçe,</i>	<i>E com grandes palavras lhe offereçe,</i>
II, 106, 4	<i>Porque de todas tudo note, &amp; veja:</i>	<i>Porque de todas tudo note, &amp; veja:</i>
III, 23, 1	<i>Hum Rei, por nome Affonso, foy na Espanha,</i>	<i>Hum Rei, por nome Affonso, foy na Espanha,</i>
III, 33, 1	<i>“príncipe”</i>	<i>“príncipe”</i>
III, 36, 3-4	<i>Se vay ao Castelhana, prometendo, Que elle faria darlhe obediencia.</i>	<i>Se vay ao Castelhana, prometendo, Que elle faria darlhe obediencia.</i>
III, 36, 5	<i>“inimigo”</i>	<i>“inimigo”</i>
III, 55, 7	<i>“Scabelicastro”</i>	
III, 93, 5	<i>Mas o Reino...</i>	
V, 16, 1-2	<i>Contarte longamente as perigosas Cousas do mar, que os homêns não entendem</i>	<i>Contarte longamente as perigosas Cousas do mar, que os homêns não entendem</i>
VIII, 53, 7-8	<i>Vivem so de piraticas rapinas, Sem Rei, sem leis humanas ou diuinas</i>	<i>Vivem so de piraticas rapinas, Sem Rei, sem leis humanas ou diuinas</i>
X, 23, 5-8	<i>Isto fazem os Reis, cuja vontade Manda mais que a justiça &amp; que a verdade.</i>	<i>Isto fazem os Reis, cuja vontade Manda mais que a justiça &amp; que a verdade.</i>
X, 144, 5-8	<i>Entrarão pella foz do Tejo ameno, E a sua patria, &amp; Rey temido &amp; amado, O premio &amp; gloria dão, por que mandou E com titolos novos se illustrou.</i>	<i>Entrarão pella foz do Tejo ameno, E a sua patria, &amp; Rey temido &amp; amado, O premio &amp; gloria dão, por que mandou E com titolos novos se illustrou.</i>
X, 146, 5-8	<i>Por isso vos ô Rey, que por diuino Conselho estais no regio solio posto, Olhay que sois (&amp; vede as outras</i>	<i>Por isso vos ô Rey, que por diuino Conselho estais no regio solio posto, Olhay que sois (&amp; vede as outras gentes)</i>

	gentes) <i>Senhor so de vassallos excellentes.</i>	<i>Senhor so de vassallos excellentes.</i>
X, 156, 5-8	<i>A minha ja estimada &amp; leda musa, Fico, que em todo o mundo de vos cante, De sorte que Alexandro em vos se veja, Sem aa dita de Achilles ter enueja. contracapa</i>	<i>A minha ja estimada &amp; leda musa, Fico, que em todo o mundo de vos cante, De sorte que Alexandro em vos se veja, Sem aa dita de Achilles ter enueja.</i>

**LOS LVSIADAS DE LVYS DE CAMOES, traducidos en octava rima Castellana por Benito Caldera..., 1580 (exemplar da BNP digitalizado)**

**LA LVSIADA DE EL FAMOSO POETA Luys de Camões... por el Maestro Luys Gomez de Tapia..., 1580 (exemplar da BNE (U/4172))**

I, 2, 1-2	<i>Y tambien las memorias gloriosas De los Reyes que fueron dilatando</i>	<i>Las memorias de Principes gloriosas Que la Fee Sãcta, y su poder mostrado</i>
I, 12, 2	<i>Que al Rey y al reyno hizo tal seruicio</i>	<i>Supressão da 9.ª estrofe à 13.ª</i>
I, 15, 1-4	<i>Mientras digo esto, y que de vos no puedo Sublime Rey, que no me atreuo a tanto, Tomad la rienda a vuestro reyno, ledo dareys materia a nunca oydo canto.</i>	<i>Y en quanto de estos cãto (pues no puedo Cantar de vos, q não me atreuo a tanto, Los vuestros governad cõ tal denuedo Que deys al Reyno paz, materia al cãto</i>
II, 63, 6	<i>Vn Rey com muchas obras y amistades,</i>	<i>Vn Rey com voluntad y amistad sana,</i>
II, 71, 1-2	<i>Loan del Rey los Moros la clemencia Del real pecho el liberal concepto,</i>	<i>De cuyo Rey los Moros alabauan La condicion, la bondad, syncero pecho</i>
II, 80, 8	<i>De vn rey nuestro sublime y estimado.</i>	<i>De vn Rey à quien seruimos sublimado.</i>
II, 84, 3-4	<i>No mandarás, pues es real tu officio, que sean los Reyes desobedecidos.</i>	<i>No quieres pues de Rey tienes officio Que nadie de su Rey quiebre el mãdado</i>
II, 86, 5-8	<i>El Rey ilustre el pecho obediente, de los nuestros estaua imaginando tiene por valor grande y leuantado al del Rey, que están lexos uenerando</i>	<i>Alaban su príncipe que absente Los esta en esta parte gobernando, Y tienen por valor grande y subido Ser de ellos en ausencia obedecido.</i>
II, 101, 2	<i>haze el buen Rey, y le abraço al momento</i>	<i>El Rey, Gama en sus braços lo tomaua</i>
II, 102, 1	<i>Y luego lhe promete alli, y le ofrece</i>	<i>Con grande voluntad el Rey le ofrece</i>
II, 106, 4	<i>Porque de todas todo note y vea.</i>	<i>Porque todas las note el Rey y vea.</i>
III, 23, 1	<i>Vn Rey por nombre Alfonso tuuo España</i>	<i>Vn rey por nobre Alosa vuo en España</i>
III, 33, 1	<i>“el príncipe”</i>	<i>“el valoroso Alfonso”</i>
III, 36, 3-4	<i>Vase al buen Castellano prometiendo Que el haría dar la obediencia.</i>	<i>Fue se al Rey de Castilla aprometiedo Que al príncipe haría dalle obediencia.</i>
III, 36, 5	<i>“enemigo”</i>	<i>“Castellano”</i>
III, 55, 7	<i>“Escalabisco”</i>	<i>“Escabalesco”</i>
III, 93, 5	<i>Mas la gente...</i>	<i>Mas el Reyno de atras...</i>
V, 16, 1-2	<i>Luengamente te contar las peligrosas cosas del mar, que nunca bien se entienden</i>	<i>Contarte grande Rey las milagrosas Cosas de mar q los hõbres no entiẽdẽ</i>
VIII, 53, 7-8	<i>viuen de robo publico y contino, sin rey, sin fuero humano ni diuino.</i>	<i>Viuen de solo robo y ladronico Sin ley, sin rey, sin virtud, y con vicio.</i>
X, 23, 5-8	<i>esto los reyes hazen, cuyo gusto mas que justicia, manda malo injusto.</i>	<i>„Esto hacen los Reyes cuyo Imperio „Puede mas ~q justicia en su</i>

		<i>Hemispherio.</i>
X, 144, 5-8	<i>Por la boca del Tajo se metieron y a sua patria, y su rey temido, amado el premio y gloria dan, porque embiaua, y con títulos nuevos se ilustraua.</i>	<i>Entraron por la hoz del Tajo ameno A su patria querida y Rey amado El premio y gloria dan porque embiara Y con títulos nuevos se ilustrara.</i>
X, 146, 5-8	<i>Por esso vos, o Rey, bue por diuino consejo estays en el real asiento, mirad que soys (y ved las otras gentes) el señor de vassallos excelentes.</i>	<i>Pues Rey que por consejo alto diuino La gente gouernays que el Luso cria Mirad que solo soys (ved otras gentes) Señor de vnos vassallos excelentes.</i>
X, 156, 5-8	<i>La mia ya estimada alegre musa, prometo que en el mundo de vos cante, de fuerte que Alexandro en vos se vea, sin que embidiado el gran Achilles sea.</i>	<i>En empresa tan alta, mi alta musa (Por ser vuestra hare ~q al mundo os cãte Siendo vos de Phelippo el heredero Y yo à vos lo ~q à Achilles le fue Homero</i>



## D. ANTÓNIO DE ATAÍDE, CERZINDO IDEIAS E POLÍTICAS POR TERRAS DE PORTUGAL E DE ESPANHA, NO TEMPO DOS FILIPES

Adriano Milho Cordeiro<sup>26</sup>  
Universidade de Coimbra  
[adrianomilhocordeiro@gmail.com](mailto:adrianomilhocordeiro@gmail.com)

### RESUMO

António de Ataíde, quinto conde da Castanheira e primeiro conde de Castro Daire, nasceu por volta de 1564 e morreu a 14 de Dezembro de 1647. A vida deste teorizador, escritor e político português, ainda pouco estudado, apresenta-se aos olhos do especialista hodierno, como fundamental para a compreensão do período da governação filipina, pois as suas obras e ações refletem de forma peculiar as relações culturais e artísticas, a produção literária, a língua portuguesa, o bilinguismo, a difusão do Barroco, as ideias políticas e a propaganda durante os conflitos bélicos, do período que vai de 1580 a 1640.

**PALAVRAS-CHAVE:** António de Ataíde; Barroco; Clássicos; Luís de Camões; Maneirismo; Poética.

### ABSTRACT

António de Ataíde, 5<sup>th</sup> Count of Castanheira and 1<sup>st</sup> Count of Castro Daire, was born around 1564 and died on the 14<sup>th</sup> of December of 1647. The life of this theorist, writer and Portuguese politician, still not yet very well investigated, is presented to the modern eyes as essential to the understanding of the Philips' governance because his work and actions reflect in a peculiar way the artistic and cultural relations, the literary production, the Portuguese language, bilinguism, the propagation of the Baroque, the political ideas and the propaganda during the war conflicts, between the years of 1580 until 1640.

**KEYWORDS:** António de Ataíde; the Baroque; Classics; Luís de Camões; Mannerism; Poetic.

---

<sup>26</sup> Investigador da Unidade de Investigação e Desenvolvimento do Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos (Faculdade de Letras) e do Centro de Literatura Portuguesa (Faculdade de Letras).

D. António de Ataíde, quinto conde da Castanheira e primeiro conde de Castro Daire, nasceu entre 1564 e 1567 e morreu a 14 de Dezembro de 1647, tendo sido sepultado na capela-mor da igreja de S. Francisco de Lisboa<sup>27</sup>. Foi terceiro filho do segundo casamento do segundo conde da Castanheira, também chamado D. António de Ataíde, falecido em 1603. Era neto de D. Luís de Meneses e Vasconcelos e D. Branca de Vilhena por parte da sua mãe D. Maria de Vilhena e bisneto de D. Álvaro de Ataíde, 5.º senhor da Castanheira, Povos e Cheleiros. Este último era irmão de D. Martinho de Ataíde, 2º conde de Atouguia, ambos filhos do 1.º conde D. Álvaro Gonçalves de Ataíde e D. Guiomar de Castro<sup>28</sup>. Do 1.º casamento de D. Álvaro de Ataíde, senhor de Castanheira, Povos e Cheleiros com D. Leonor de Melo (filha do 1.º conde de Atalaia) resultaram dois filhos, D. Pedro de Ataíde e D. Álvaro de Ataíde. Casou posteriormente com D. Violante de Távora e dessa união nasceu D. António de Ataíde, 1.º conde da Castanheira<sup>29</sup>. O bisavô do 1º conde de Castro Daire (D. Álvaro de

---

<sup>27</sup> Sobre a casa de Castanheira veja-se Pereira & Rodrigues (1906: 869). D. António de Ataíde não foi sepultado no panteão dos Ataíde no Convento da Castanheira. Segundo o Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, esse local de reclusão foi “fundado cerca de 1402 por uma comunidade de frades franciscanos oriundos do Convento de São Francisco de Alenquer. [...] Na segunda metade do século XVII os Condes de Castanheira mandaram edificar outra casa de fresco, no local da antiga ermida de Santo António de Vila Franca, e um novo coro-alto no templo do convento”.

<sup>28</sup> Neta de D. Álvaro Pires de Castro, conde de Viana, da Foz do Lima, hoje conhecida por Viana do Castelo, por carta de D. Fernando I datada de 1 de Junho de 1371. D. Álvaro Pires de Castro irmão de D. Inês de Castro – bisnetos por via ilegítima de D. Sancho IV de Castela e trinetos de Afonso X o Sábio – foi também 1.º Conde de Arraiolos e 1.º Condestável de Portugal.

<sup>29</sup> O título de Conde da Castanheira foi criado por D. João III em 1 de Maio de 1532 em favor de D. António de Ataíde, seu Vedor da Fazenda. Foram condes da Castanheira respectivamente: António de Ataíde, 1.º conde da Castanheira, morto em 1563; D. António de Ataíde, 2.º conde, morto em 1603; D. Manuel de Ataíde, 3.º conde da Castanheira; D. João de Ataíde, 4.º conde da Castanheira, morto em 1637; D. António de Ataíde, 5.º conde da Castanheira, também 1.º conde de Castro Daire; D. Jerónimo de Ataíde, 6.º conde da Castanheira, também 2.º conde de Castro Daire, morto em 1669; Dona Ana de Lima e Ataíde, 7.ª condessa da Castanheira.

Ataíde, senhor de Castanheira, Povos e Cheleiros) esteve envolvido na conspiração de 1484 contra D. João II. Conseguiu fugir para Castela, onde viveu exilado, mas o seu filho, D. Pedro de Ataíde, foi degolado em Setúbal. Este episódio prende-se com a existência de duas fações que disputaram a herança do poder em Portugal no tempo do 'Príncipe Pefeito', D. João II, que tentou legitimar D. Jorge de Lencastre como herdeiro. Dona Leonor defende os direitos de seu irmão, D. Manuel<sup>30</sup>. D. António de Ataíde 1.º conde da Castanheira – filho de D. Álvaro de Ataíde – recebeu a primeira educação no paço real, sendo D. João ainda príncipe, com quem então muito convivera. Tinham ambos quase a mesma idade, e esta convivência lhes granjeara mutuamente uma verdadeira afeição (v. Pereira, 1971). Quando D. João subiu ao trono em dezembro de 1521, por morte de seu pai, o rei D. Manuel, concedeu-lhe o título de conde da Castanheira, e nomeou-o embaixador em Paris para tratar de negócios da maior importância, e apesar de contar apenas 20 anos de idade, D. António de Ataíde houve-se superiormente no desempenho desse espinhoso cargo. Também representou o monarca em Castela e Alemanha, e em paga destes serviços, D. João o nomeou, por carta de 13 de maio de 1532, conselheiro de Estado e vedor da fazenda, lugar que exerceu até 1557, ano em que faleceu aquele monarca. Saindo então da corte retirou-se para o convento da Castanheira e ali faleceu. Teve um papel decisivo na colonização do Brasil e da sua divisão em capitanias. Pelo apoio na governação não é de estranhar as rendas que obteve para si, de vários territórios do império português, e que os seus descendentes haveriam de herdar.

Entretanto depois do desastre de Alcácer-Quibir em 1578 e do desaparecimento de D. Sebastião, Portugal entra numa longa agonia dinástica. Depois de receber a confirmação do desaparecimento do rei, no Mosteiro de Alcobaça, o cardeal D. Henrique já com alguma idade acabou por suceder ao sobrinho-

---

<sup>30</sup> O Convento de Santo António da Castanheira foi assumido a partir de 1493 como um símbolo dos conspiradores de 1484. O Convento de Santo António, hoje propriedade particular, na posse de descendentes do navegador Vasco da Gama, conserva ainda recantos pitorescos, mas foi notável, sobretudo pela igreja quinhentista, panteão dos Ataídes, na qual existe também uma belíssima capela de estilo renascentista erigida pela mesma família; a capela do Senhor da Boa-Morte, é um templo modesto, mas com alguns motivos de interesse, nomeadamente os seus azulejos seiscentistas, em que se destacam alguns com figuras humanas.

neto. O Cardeal-Rei renunciou então ao seu posto clerical e procurou imediatamente uma noiva por forma a poder dar continuidade à Dinastia de Avis, mas o Papa Gregório XIII, familiar dos Habsburgos que eram pretendentes ao trono de Portugal, não o libertou dos seus votos. Saliente-se que na crise dinástica de 1578-1581 os bispos portugueses permaneceram profundamente divididos sobre esta questão vital. De realçar o papel de D. Jorge de Ataíde, – tio do 1.º conde de Castro Daire – bispo de Viseu<sup>31</sup>, que começou por manter uma posição relativamente secreta em relação à sua posição<sup>32</sup>. Porém, D. Jorge de Ataíde, filho de D. António de Ataíde (1500 ou 1502 – 1563), 1.º conde da Castanheira, foi um claro apoiante da causa de Filipe II de Espanha nas suas pretensões ao trono de Portugal. Diz-nos José Pedro Paiva que a D. Jorge de Ataíde<sup>33</sup> foram oferecidos mil

---

<sup>31</sup> Num quadro conservado no Arquivo Nacional Torre do Tombo podemos observar um retrato (de autor desconhecido) de meio corpo de D. Jorge de Ataíde e ler a seguinte inscrição: “D. Jorge de Ataíde, capelão-mor, bispo inquisidor geral, insigne benfeitor desta casa, filho dos condes padroeiros da mesma. Hic Jacet. Ob. An. 1610”.

<sup>32</sup> Afirma José Pedro Paiva (2006): “so, the only bishop at the Lisbon Cortes supporting Philip II was Miguel de Castro; so did the former bishop of Viseu and head court chaplain (capelão mor), Jorge de Ataíde, though at this time Ataíde kept his decision relatively secret (Velloso 1946: 145, 206). Miguel de Castro was a noble from one of the richest and most prestigious families in Évora. His elder brother was Fernando de Castro, an early supporter of Philip II, who rewarded him after becoming king of Portugal by naming him Count of Basto. In fact, this entire clan supported Philip II as early as 7 February 1579, as Moura informed the king of Spain in a letter (Velloso 1946: 147-149)”.

<sup>33</sup> Segundo Manuel Cândido Pimentel: “foi em Coimbra que Amador Arraiz no recolhimento do Colégio de Nossa Senhora do Carmo dos carmelitas de Coimbra dedicou-se ao que seria a edição definitiva dos *Diálogos*, postumamente publicados, em 1604, cerca de quatro anos após o seu passamento, com dedicatória ao bispo D. Jorge de Ataíde (“Comendatário perpétuo do mosteiro d’Alcobaça, capelão-mor, e esmoler-mor de sua Majestade, e do seu Conselho de Estado”), datada de 20 de Maio de 1600, impressos na oficina de Diogo Gomez Loureiro, genro de António Mariz, que a este sucedera na dignidade de mestre impressor da Universidade” (Pimentel 2010: 7-8). D. Jorge de Ataíde (23/4/1535-17/1/1611), bispo de Viseu, entre 1568 e 1578 e capelão-mor de D. Henrique, Filipe II e III de Espanha, foi um dos mais destacados apoiantes da candidatura de Filipe II de Espanha ao trono de Portugal. Este rei fez questão de a treze de Junho de 1581, quando se dirigia para as Cortes de Tomar, visitar o Convento de Santo António da Castanheira onde ouviu missa. Foi nomeado Inquisidor-mor pelo papa Clemente VII. Por sua vez, José Pedro Paiva afirma: “In Portugal, Cristóvão de Moura kept trying to convince some notable Portuguese figures to declare for Philip II and rewarded others by offering them privileges and even bribes. D. Jorge de Ataíde, the former bishop of Viseu, for example, was offered an amount of one thousand cruzados



cruzados anuais como recompensa por apoiar o rei da linhagem dos Habsburgo.

D. António de Ataíde, autor de um *Borrador de huma arte poetica que se intenta/ua escreuer*, morto o Cardeal-Rei, na crise da Independência, tomou o partido do rei espanhol, fazendo parte da campanha do marquês de Santa Cruz contra a Ilha Terceira<sup>34</sup>. Serviu sob as ordens de D. Martinho de Ribera, general das galés de Espanha, tendo prestado tamanhos serviços que foi nomeado sucessivamente capitão de cavalos, fronteiro-mor dos coutos de Alcobaça, general de uma armada da costa, coronel de Infantaria, capitão-mor das naus da Índia, general das armadas de Portugal. Para além de ter ocupado cargos políticos de alto-relevo, D. António foi uma das mais importantes figuras da História Naval e Marítima portuguesa dos finais do século XVI e inícios do século XVII<sup>35</sup>. Diogo Barbosa Machado declara a respeito da grande figura de armas que foi o 1.º Conde de Castro D’Aire:

D. Antonio de Attayde primeiro Conde de Castro Dayro, e filho 2. do Conde de Castanheira de quem proximamente fallamos, e de sua 2. mulher D. Barbara de Lara, illustrou com as suas açones politicas, e militares não só a sua preclarissima ascendência, mas a todo o Reyno de Portugal. Aspirando o seu grande espírito a empezas dignas do seu nascimento se ensaiou para as conseguir na militar escola do Marquez de Santa Cruz na occasiaõ que navegou com huma poderosa Armada no anno de 1582. contra a Ilha Terceira: e

---

yearly, according to a letter dated 25 January 1580 that he kept among his papers” (Paiva 2006).

<sup>34</sup> Cf. Zaquete (1960-1961: vol. II, p. 521). Henry Kamen (2008: 249) afirma: “os domínios ultramarinos portugueses acompanharam o rumo dos acontecimentos em Portugal, e aceitaram Filipe. Só houve resistência nas ilhas atlânticas dos Açores, onde o prior António se aguentou, com a ajuda de uma força francesa. Em Julho de 1582, foi enviada uma frota sob o comando de Santa Cruz, que infligiu uma sangrenta derrota aos navios franceses. No Verão de 1583, travou-se outra batalha ao largo da ilha Terceira, que confirmou o controlo do arquipélago pelos espanhóis”. A vitória na Terceira foi para Filipe I das mais importantes em toda a sua vida como rei.

<sup>35</sup> Cf. Leitão (1958): contém documentos autógrafos de D. António de Ataíde que nos permitem efectuar uma comparação com a letra e a caligrafia do manuscrito intitulado *Borrador de huma arte poetica que se intenta/ua escreuer*, e que provam ser verdade a opinião de J. B. de Castro inserto no início do documento: “[fl. B] Este manuscrito he de D. Antonio de Ataide / Conde de Castro daire, e he da sua propria letra”.

na de D. Martinho de Ribera das Galès Espanholas obrando o seu valor taes façanhas, que em breve tempo subio aos postos de Capitão de Cavallos, Fronteiro mor dos Coutos de Alcobaça, General de huma Armada da Costa, Coronel de Infantaria, Capitão mor das nãos da Índia, e General das Armadas de Portugal<sup>36</sup>.

Em 1621 foi incumbido de esperar e comboiar a nau Nossa Senhora da Conceição que voltava da Índia, com preciosa carga. No entanto os turcos iludiram a vigilância de D. António e incendiaram-na. Cristóvão Alão de Morais afirma que devido a esse facto se cantava em Lisboa a cantiga: "D. António de Ataíde, /Cabeça de Birimbau, /quer comer galinha gorda /e deixar queimar a nau". O 5.º Conde da Castanheira teve problemas com a Coroa a partir de 1621, pois no cargo de capitão da armada, foi acusado pelo governo felipino de não executar seus encargos defensivos. Nesse ano, a nau Nossa Senhora da Conceição regressava da Índia, com valioso carregamento como já referimos. Ao chegar à ilha Terceira, o capitão da nau Nossa Senhora da Conceição recebeu instruções para navegar em direcção à costa portuguesa pelos 39,5º de latitude, o que de facto fez, mas, ao invés da armada da costa que o deveria esperar, deparou com dezassete vasos argelinos ao largo de Peniche. Seguiu-se o combate que durou dois dias e a nau foi perdida depois da explosão que se seguiu a um incêndio, eventualmente posto pela própria tripulação, já sem hipóteses de continuar a defesa do navio<sup>37</sup>. João Carvalho Mascarenhas, que seguia a bordo e foi levado para o cativo em Argel, escreveu em 1627 um relato pormenorizado do que se passou<sup>38</sup>.

---

<sup>36</sup> Veja-se Machado (1965: 211-213).

<sup>37</sup> Sobre o que aconteceu veja-se as circunstanciadas descrições efectuadas por José António Rodrigues Pereira (2013a: 168-172). Análogo tratamento de dados e com mapas detalhados acerca dos acontecimentos ocorridos *vide* do mesmo autor José António Rodrigues Pereira, *Grandes Batalhas Navais Portuguesas* (2013b: 187-193).

<sup>38</sup> Diogo Barbosa Machado relata assim o acontecimento: "em taõ diversos lugares, a que o sublimara o seu merecimento, não deixou de experimentar armada contra si a maliciosa enveja dos seus émulos accusando-o de que pelo seu descuido fora abrazada pelos Turcos a Não Conceição, que voltava da India preciosamente carregada no ano de 1621. quando como General da Armada a estava esperando para a condusir ao porto de Lisboa. Partio a Madrid não prezo, copmo erradamente escreveo Fr. Marcos de Guadalaxara na Hist. Pontif. Tom. 5. liv. 17. cap. 3. mas se purificar da culpa de que injustamente fora arguido, sendo

D. António de Ataíde foi por isso acusado, julgado mas absolvido, uma vez que se reconheceu que cumprira seu dever, conquanto mal sucedido. Entretanto a cidade da Baía foi conquistada pelos holandeses em 1624. Tal acontecimento "impeliu a nobreza ibérica a recorrer às armas, mas, preso, D. António de Ataíde foi excluído desta comoção política. Foi neste contexto que D. Jerônimo escreveu os Capítulos da Relação, que teria por fim auxiliar a defesa de seu pai em Madrid"<sup>39</sup>. Filipe IV de Espanha mostrou o real apreço que tinha por ele, nomeando-o gentil-homem de sua Câmara, mordomo-mor da Rainha D. Isabel, conselheiro de Estado do Conselho de Portugal, presidente do Conselho de Aragão. Foi por essa época enviado à Alemanha como embaixador extraordinário ao imperador Fernando II<sup>40</sup>.

---

della absoluto pela rectidão dos Juizes a 6.de Setembro de 1624. como affirma D. Gonçalo de Cespedes Hist. De Filippe IV. liv. 2. cap. 26" (Machado 1965: 211).

Sobre estas matérias afirma com alguma ironia Manuel de Faria e Sousa: "Armada de cinco galeones. Capitan mayor de cinco galeones Ruy Freyre de Andrada, y los otros el Almirante D. Juan de Almeyda, Francisco de Melo, Pedro de Mesquita Pimentel, Baltasar de Chaves; ivan para andar en el Estrecho de Ormuz.

La nao Concepcion que partiò este año [1619] de la India adonde se hizo, peleando com 16 navios de Turcos junto a la Ericeyra fue quemada por ellos en Octubre de 620. andando la armada de Portugal por alli, de que era General D. Antonio de Ataíde. Por esto fue acusado, y resultò de la acusacion hazerle Conde de Castrodayro, y otras mercedes, que nunca alcançára a no averse perdido aquella nave" (Sousa 1675: 553).

<sup>39</sup> Cf. Pablo António Iglésias Magalhães (2010).

<sup>40</sup> O título de conde de Castro Daire lhe foi concedido por alvará de 30 de abril de 1625, assinado em Aranjuez por Filipe IV de Espanha. Sucedeu D. António de Ataíde ao sobrinho D. João de Ataíde e por isso veio a ser quinto conde da Castanheira. Por este título teve a alcaidaria de Colares e as comendas de Longroiva, S. Salvador de Valorco e Santa Maria de Satam, na ordem de Cristo, e pelo condado de Castro Daire a alcaidaria-mor de Guimarães e os Senhorios de Paiva, Baltar e Cabril. Sobre os importantes títulos nobiliárquicos concedidos a D. António de Ataíde afirma D. Barbosa Machado (*op. cit.*, pp. 211-212): "tal foy o conceito, que este Principe formou da sua fidelidade, que para dignamente a premiar o nomeou seu Gentil homem de boca, Mordomo mor da Rainha D. Izabel de Borbon, Conselheiro de Estado do Conselho de Portugal, e Presidente das Cortes do Reyno de Aragaõ. Naõ satisfeito aquella Principe com as merces de lugares taõ honorificos o mandou por seu Embaxador extraordinario ao Emperador Fernando II. e a outros Principes do Imperio, em cujas expediçoens se mostrou taõ liberal, como politico para concluir os negocios mais dificultosos como o testemunhaõ as historias daquelle tempo, e elegantemente o deixou escrito o insigne Jurisconsulto Agostinho Barbosa Jur. Eccles. lib. I. cap. 30 n. 15. [...] Por succeder na Casa da Castanheira a seu Sobrinho o Conde D. Joaõ foy o 5. Conde desta Casa, e Alcayde mor de Colares, Commendador de Langroiva, S. Salvador de

Em 1631 foi nomeado governador de Portugal com o conde de Vale dos Reis, cargo que ocupou sozinho de Março de 1632 a Abril de 1633 em virtude do falecimento de Nuno Mendonça, Conde de Vale de Reis<sup>41</sup>. O fundo documental guardado na Biblioteca da Ajuda sobre o 5.º e o 6.º Condes da Castanheira deriva, em grande medida, deste período. Afirma Pablo Antonio Iglesias Magalhães que “em dezembro de 1640 teve início a Restauração Portuguesa, D. Antonio de Ataíde permaneceu alinhado aos Habsburgos, falecendo a 14 de dezembro de 1647, com cerca de 80 anos” (Magalhães 2010: 123). Tal facto não é verdadeiro pois todos os autores dizem precisamente o contrário. Segundo Roque Ferreira Lobo (1803: 213-124), na revolução de 1640 pôs-se ao lado do duque de Bragança, mencionando-o como conselheiro de Estado nomeado por D. João IV<sup>42</sup>.

Ainda assim, D. António de Ataíde deve ter sofrido de ressentimentos e invejas pois, segundo Roque Ferreira Lobo (1803: 240 e ss.), foi descoberta a tempo uma “premeditada conspiração” contra D. João IV, onde o 1.º conde de Castro Daire se viu envolvido: “para a mesma hora tinham as justiças, e alguns Fidalgos ordem para as outras prizaões que se fizerão. Para a Torre de Belém forão também prezos Nuno de Mendonça, Conde de Val Reis, e Lourenço Pires de Carvalho. Para o Castelo de S. Filippe em Setubal foi conduzido D. Antonio de Ataíde Conde da Castanheira, e para a Torre de Outão Gonçalo Pires de Carvalho”. No dia

---

Valorco, e de Santa Maria de Sataõ na Ordem de Christo, e pelo Condado de Castro Dayro Alcayde mor de Guimaraens, e Senhor dos Lugares de Payva, Baltar, e Cabril”.

<sup>41</sup> Afirma Barbosa Machado que D. António foi depois presidente da Mesa da Consciência e Ordens “onde practicou a rectidão, que sempre exercitara servindo-lhe de degráos para subir a tantos lugares as suas virtudes como eloquentemente escreveo Rodrigo Mendes Sylva no Cathalog. Real de Espanha fol. Mihi 112. v.º *Varon señalado por su gran talento, y partes naturales, y adquiridas, y por los supremos lugares, que occupo en la Monarchia, ascendiendo a ellos graduadamente más a fuerça de méritos, que de fortuna*”.

<sup>42</sup> Declara Roque Ferreira Lobo: “recolhido Sua Magestade ao Paço, não dilatou, como era necessário, nomear ministros de Estado. Declarou para o Despacho diario o Marquez de Ferreira, o Visconde D. Lourenço de Lima, o Arcebispo de Lisboa, e passados alguns dias ao Marquez de Gouveia. Além destes nomeou Conselheiros de Estado, ao Arcebispo de Braga, ao Inquisidor Geral, ao Marquez de Villa Real, ao Conde de Vimioso, ao Bispo de Lamego D. Miguel de Portugal, ao Marquez de Ferreira, a D. Miguel de Almeida, D. António de Ataíde, D. Jorge Mascarenhas, e Henrique Correia da Silva. As Presidencias dos Tribunaes, e os mais Empregos da Corte distribuiu ElRei pelas pessoas mais beneméritas” (Lobo 1803).

seguinte ao das prisões saiu o Arcebispo de Lisboa com uma Procissão da Sé, em acção de graças, por se ter descoberto a conspiração<sup>43</sup>. Todavia e apesar do sucedido mandaram-se "examinar as culpas dos mais que tinham sido presos, e não se achando fundamento para serem condemnados, forão soltos immediatamente, o Conde de Val de Reis, o Conde da Castanheira, Gonçalo Pires de Carvalho, que depois foi Arcebispo: igualmente se soltarão todos os mais que se julgarão innocentes" (Lobo 1803: 250). Afirma Roque Ferreira Lobo que "o povo que amava com excesso ao Senhor Rei D. João IV. já se começava a amotinar contra a Nobreza, principalmente contra os parentes dos Fidalgos, que tinham sido presos; mas em virtude daquelle Decreto, que por Edictos se affixou pelas esquinas da Cidade, socegou clamando com tudo que fossem punidos os agressores, que tinham perpetrado tão barbaro delicto" (Lobo 1803: 245-246)<sup>44</sup>. O 5.º conde da Castanheira casou com D. Maria de Lima, filha e herdeira de D. António de Lima, senhor de Castro Daire, e de Dona Maria de Vilhena. Foram pais de D. Jerónimo de Ataíde <sup>45</sup> que sucedeu

---

<sup>43</sup> Segundo Roque Ferreira Lobo, "ameaçava ruína tão lamentável ao Reino, e o cruel atentado contra a vida do novo Soberano. Mandou ElRei publicar hum Decreto, pelo qual satisfazia os seus leaes vassallos, intimando o sentimento com que mandára proceder, contra os que cégamente intentavão perturbar o socego público, antepondo a este o sujeitarem-se outra vez ao Dominio, e ao cativo de Hespanha. Que elle protestava ajustar-se com as obrigações da justiça, perdoando a qualquer pessoa, que perante os Ministros descobrissem a noticia que tivessem tido da conspiração. Muitos dos comprehendidos escapárão com este indulto do castigo, e accrescentárão a prova aos que depois forão condemnados" (Lobo 1803: 244-245).

<sup>44</sup> Teria D. António de Ataíde sido vítima de tal atitude por parte do povo uma vez que o seu filho D. Jerónimo de Ataíde tinha ficado em Espanha? Decorrentes de invejas teriam corrido boatos sobre a sua conduta e fidelidade para com a causa de D. João IV? Teria sido descoberta alguma correspondência entre pai e filho? Nos arquivos nada se conseguiu descobrir até ao momento que validem tais hipóteses agora expostas. De notar ainda que no final da sua vida, parece D. António de Ataíde ter passado por alguns apertos de ordem financeira. Terá contribuído com elevadas somas nas guerras da Restauração? Nenhum documento até ao momento atesta tal hipótese, todavia é possível que assim tenha acontecido.

<sup>45</sup> D. Jerónimo de Ataíde, 2.º conde de Castro Daire e 6.º conde da Castanheira, nasceu por volta de 1597 e morreu na cidade de Lisboa em 12 de dezembro de 1669. Foi filho do 1.º conde de Castro Daire e 5.º da Castanheira D. António de Ataíde e de D. Ana de Lima. O 2.º conde de Castro Daire aprendeu com o pai o exercício da política e o gosto pelas letras. Autor dos Capítulos da Relação, já possuía fama de genealogista e escritor. Seu nome figura na *Biblioteca Lusitana* do Abade Barbosa Machado (1966: II, 481 e 482).

ao pai como segundo conde de Castro Daire e sexto conde da Castanheira<sup>46</sup>. Foi como o seu antecessor um erudito homem de letras<sup>47</sup>. Ainda que ao serviço de Filipe IV de Espanha, D. Jerónimo de Ataíde questiona as implicações da soberania castelhana e do alto preço que Portugal e as suas possessões pagavam e sofriam por tal facto, nomeadamente o Brasil<sup>48</sup>.

---

O 2.º conde de Castro Daire é homónimo do 6.º conde de Atouguia – ainda seu familiar – primogénito dos 5.ºs condes, D. Luís de Ataíde (que recusou por patriotismo a nomeação de Vice-Rei da Índia) e D. Filipa de Vilhena. D. Jerónimo de Ataíde, 6.º conde de Atouguia, nasceu em Lisboa e morreu a 16 de Agosto de 1665. Foi um dos conspiradores de 1640, tendo ocupado importantes cargos depois da aclamação de D. João IV.

<sup>46</sup> Sobre a linhagem dos Ataídes *vide* António Machado de Faria (1956: 137-143). Veja-se ainda Manuel José da Costa Felgueiras Gayo (1992: vol. I, tomos I, II, III, 530-510).

<sup>47</sup> D. Jerónimo de Ataíde, que nasceu em Lisboa, cidade onde também morreu a 12-XII-1669, filho primogénito dos 1.ºs Condes, ficou em Espanha depois da Restauração e foi mordomom da Rainha D. Isabel, mulher de Filipe III (IV). Este soberano o fez, já depois da Restauração, Marquês de Colares, título que já não teve validade em Portugal, e a promessa do ducado de Benavente quando o soberano espanhol recuperasse a Coroa de Portugal. Embora partidário do Rei espanhol, o 2.º Conde de Castro Daire nunca pegou em armas contra o seu País. Ainda em Espanha, exerceu o elevado cargo de aio do Príncipe Baltasar Carlos. Concluída a paz entre as duas nações peninsulares em 1668, regressou D. Jerónimo a Portugal e em breve faleceu. Escreveu e publicou em Madrid: *Información sobre Haver de Preceder en el Consejo de Portugal, Supplicando de la Nueva Forma de Precedencias, y Respondiendo a las Erradas Informes que se Dieron a S. Magestad*. Deixou manuscritos genealógicos. Casou com D. Helena de Castro, filha de D. João de Castro, senhor de Reriz e Benviver, Sul, Penela e Resende, e de sua mulher, D. Juliana de Távora; c. g. De D. Jerónimo de Ataíde é o precioso manuscrito *Borrador da história, que da vida da Rainha D. Branca intentava escrever o conde de Castro, D. Jerónimo de Ataíde*. Trata-se de um manuscrito original com sessenta e oito folhas em capa de pergaminho. Está quase todo lavrado em língua castelhana e a merecer um profundo estudo, pois o 2.º Conde de Castro parecia querer ir além da composição histórica e factual. A sua leitura e apesar de se tratar de um ‘rascunho’ oferece ao leitor momentos que tocam a ficção romanceada, facto que à partida não deixa de ser curioso em termos de história literária e fixação de géneros. Outros textos da autoria de D. Jerónimo de Ataíde podem ser encontrados na Biblioteca Nacional da Espanha.

<sup>48</sup> Por isso afirma Pablo António Iglésias Magalhães: “A interpretação dos fatos por este viés político obviamente cumpria uma função prática. Colocando-se na condição de ofendidos, os portugueses puderam legitimar sua reação militar. Dentre os autores portugueses que escreveram sobre a Jornada de 1625, [D. Jerónimo de] Ataíde foi uma exceção por apresentar no seu texto a tentativa de hegemonia da monarquia espanhola na política europeia, ainda que coadunando-se a esta ideia, afinal escrevia para o próprio rei. O autor chega a utilizar, à folha 154, a expressão “nuestra España”. No verso desta mesma folha,

D. António de Ataíde foi homem muito culto, amante das letras e das humanidades um escritor clássico<sup>49</sup>. O saber enciclopédico e a erudita cultura clássica de D. António encontram-se bem espelhados não só na sua obra intitulada *Borrador de hua arte poética que se intentava escrever* como também em várias outras obras<sup>50</sup>. De notar que foi um dos primeiros comentadores

---

contudo, o autor questiona as implicações da soberania castelhana utilizando, habilmente, a metáfora do aqueduto: 'No se les niega a los Portugueses rason en lo que sienten la falta de sus Reyes, no porque hoy les falte en Su Magestad el arrimo que antes tenian, pero es la diferencia que va de beber el agua en la fuente, o por acudutos que talvez nos truxo salitre si no gusanos'. Os autores de origem portuguesa não atribuíram aos cristãos-novos e cripto-judeus, a culpa pela tomada de Salvador pelos holandeses em maio de 1624. Todavia é recorrente entre os autores espanhóis incriminar os judaizantes de traição política e colaboracionismo com os inimigos-invasores, declarando que isto sobreveio por receio ou rancor destes ao Santo Ofício". E por isso afirma Pablo Antonio Iglesias Magalhaes: "neste aspecto, a Relação de [D. Jerónimo de] Ataíde se alinha às dos seus compatriotas, visto que em nenhum momento os judaizantes são apontados como traidores responsáveis pela entrada dos neerlandeses em Salvador".

<sup>49</sup> A propósito da valia literária do 1.º Conde de Castro Daire, Barbosa Machado *op. cit.* declara: "Ninguem explicou mayor elegância os singulares dotes do corpo, e do espirito deste Cavalhero, do que o Principe da Poesia Castelhana Lope de Vega Carpio quando fallando delle ainda na sua idade juvenil lhe consagrou este elogio transcripto pela penna de D. Jozé Pellizer, y Tovar na Espistol. Dedicatoria afirma allegada. *El gallardo D. António de Attaide sabia bien quan versado era vuestra Excellencia, y artes liberales, quan dedicado, y elegante en Poesia, como uno delos primeros de su siglo, y quan diestro en las aplicaciones, y acciones publicas de Cavallero entendido, cortes, valiente, y com todas las partes, y prendas que componen un verdadero Principe Portugues, que esta es la mayor fineza, y ultima línea dela alabança. Varon al fin superior a toda fortuna, y embidia, pues a su pezar hà prevalecido V. Excellencia com mayores realces de su valor*".

<sup>50</sup> A respeito da *Arte Poética* D. Barbosa Machado *op. cit.* declara que dela "se lembra Manoel de Faria, e Sousa na Cathal. Dos AA. Portuguezes que tinha prompto para a impressaõ, o qual examinamos, e era Original escrito da sua propria maõ". Trata-se de um texto de grande valor e a sua publicação é de extrema importância, pois, apesar de se tratar de um manuscrito, em género de 'comentário' é uma obra preciosa para melhor apreender a História Literária Lusa da época clássica. *Borrador de hua arte poética* é trabalho de uma importância capital para melhor entender a sua correlação com outras poéticas congéneres escritas no velho continente e para a compreensão dos Clássicos Antigos e Modernos. Como poucos do seu tempo, D. António mostra na *Arte Poética* uma vasta erudição literária e um domínio do latim, do grego, de várias línguas vernáculas e respectivas culturas. Reuniu ao longo da vida a que foi sem dúvida uma das melhores bibliotecas privadas do seu tempo, no tocante à matéria naval, dada a riqueza e quantidade dos livros e manuscritos que a integraram. Conhecemos hoje alguns códices importantes que foram da sua pertença, e de parte dos quais damos nota breve de seguida: os Códices de Harvard, *Relação das Náos e*

da obra de vários autores portugueses, nomeadamente Camões, apontando-o como um exemplo a seguir para o género épico.

Foi notável versatilidade do 5.º Conde da Castanheira: político, militar, e extraordinário homem de letras, senhor de uma vastíssima e enciclopédica cultura à boa maneira Renascentista. Do ponto de vista das artes, D. António de Ataíde é o reflexo do seu tempo. A sua principal obra literária que chegou até nós, *Borrador de huma arte poética que se intentava escrever*, contém um teor poético, hermenêutico e retórico notável. O 1.º Conde Castro D’Aire segue os princípios, as metodologias e os fundamentos dos grandes tratadistas poéticos italianos da sua época, embora inovador em muitos campos. A publicação da sua Poética teria contribuído para a divulgação da teoria literária então vigente. Viveu os contrastes da existência com feição apaixonada, nos limites como homem de letras excepcional, notável capitão-general do ponto de vista da estratégia militar, almirante entendido, político polifacetado nas suas experiências, observando sempre e antecipando-se a impedimentos que certamente muitas das vezes teve de contornar. Os distintos mundos a que teve de sobreviver obrigaram-no a agir do ponto de vista comunicacional e das decisões como um homem hodierno a experimentar uma compreensão das situações de uma forma extremamente experta. Experimentou uma vida plenificada por múltiplas ocorrências que irão marcar a História e a Língua Portuguesa para sempre. Assistiu à primeira colonização do Brasil, sentiu o vexame desastroso de Alcácer-Quibir, a perda da independência; optou pelo partido dos Filipes, – sem nunca olvidar a sua génese lusa – administrou e governou regiões desmedidas, cuidou dos seus, andou pela Índia, percorreu oceanos de água e sentiu na pele as agruras dramáticas do trágico e do épico; intuitivo esteve na génese aos fuzileiros da marinha de guerra portuguesa<sup>51</sup>. Não foi por acaso que elevou até ao Olimpo Luís de Camões. Em 1640 estará do lado do Duque de Bragança; invejas mesquinhas tê-lo-ão acusado de traição que nunca se veio a comprovar. Foi próximo de D. João IV e seu

---

*Armadas da Índia*, Compilações de Diários de Bordo, *Livro de marinaria* de Gaspar Moreira, Códices da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Codex Ataíde (antigo Codex Lynch), livros ligados à marinha e à arte de navegar de uma qualidade excepcional: vide <http://cvc.instituto-camoes.pt/navegaport/a12.html>.

<sup>51</sup> Cf. <http://www.caestamosnos.org/efemerides/056.htm>.



conselheiro. Não deve ter sido fácil para o 5.º conde da Castanheira passar por determinadas provações e o seu génio político terá certamente contribuído para a Restauração não só da pátria lusa como também das artes, das letras e da Língua Portuguesa que tanto estimava. A sua sageza e a profunda compreensão de que o seu espírito era dotado levaram-no à procura permanente da descentralização (filosoficamente utópica) num período em que fazê-lo era perigoso do ponto de vista político. A sua grandeza de espírito estava muito à frente em relação a outros seus coevos.

Em jeito de conclusão diremos o seguinte: na trama dos factos fica-nos no entanto a sensação que uma parte restrita mas relevante da família Ataíde, senhores e condes de Castanheira, conspirou contra Portugal ao longo dos séculos XV, XVI e XVII. As identidades familiares também observam altos e baixos no fluxo das suas exegeses a que a existência nos incumbe a efectivar, fluxos subordinados a conveniências da mais variada índole. Já observámos anteriormente o caso do exilado D. Álvaro de Ataíde. O desterro dos Ataídes em Espanha levou a que muitos membros desta linhagem se tornassem em diversas ocasiões apoiantes da causa castelhana. Dois exemplos de descendentes de D. Álvaro de Ataíde que advogaram a favor de Espanha foram D. Jorge de Ataíde, tio de D. António de Ataíde e o seu filho D. Jerónimo de Ataíde (?- 12/12/1669), 6.º Conde da Castanheira. Não aceitou a restauração da Independência de Portugal, em 1640. Foi nomeado mordomo-mor de Isabel, mulher de Filipe IV de Espanha. Este o fez marquês de Colares, título que já não teve validade em Portugal, e lhe deu a promessa do ducado de Benavente quanto recuperasse Portugal. Exerceu o elevado cargo de aio do príncipe espanhol Baltazar Carlos. Regressou a Portugal, em 1668. Está sepultado no Convento da Castanheira, panteão da família<sup>52</sup>. Com a filha de D. Jerónimo e seu genro Simão Correia da Silva<sup>53</sup> terminará a saga dos Ataíde.

---

<sup>52</sup> Os condes de Castro Daire e da Castanheira, provenientes de D. António de Ataíde e D. Ana de Lima, extinguíram-se na varonia, passando a casa para os marqueses de Cascais, e destes para os de Niza.

<sup>53</sup> Foi seu pai Martim Correia da Silva e irmão Henrique Correia da Silva herói na Restauração. Chegaram até nós várias cartas do Padre António Vieira, defensor da causa portuguesa, dirigidas a Simão Correia da Silva e que se encontram plasmadas na obra de J. Lúcio D’Azevedo (1928: 481, 519, 527, 544, 573, 589).

**BIBLIOGRAFIA**

- Azevedo (1928): J. Lúcio D’Azevedo, *Cartas do Padre António Vieira*, Coimbra, Imprensa da Universidade.
- Faria (1956): António Machado de Faria, *Livro de Linhagens do Século XVI*, Lisboa, Academia Portuguesa da História.
- Gayo (1992): Manuel José da Costa Felgueiras Gayo, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, Braga, Edição de Carvalhos de Basto.
- Kamen (2008): Henry Kamen, *Filipe I – O rei que uniu Portugal e Espanha*, Póvoa de Santo Adrião, A Esfera dos Livros.
- Leitão (1958): Humberto Leitão, *Viagens do Reino para a Índia e da Índia para o Reino – Diários de Navegação coligidos por D. António de Ataíde no século XVII*, Lisboa, Agência-Geral do Ultramar, 3 vols.
- Lobo (1803): Roque Ferreira Lobo, *História da Feliz Acclamação do Senhor Rei D. João Quarto*, Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, Lisboa.
- Magalhães (2010): Pablo Antonio Iglesias Magalhães, “A Jornada dos Vassalos de D. Jerônimo de Ataíde em 1625” in *Equus Rusus*, tese de doutoramento da Universidade Federal da Bahia, vol. 3, pp. 27-61 [consultado em <http://www.novospesquisadores.ufba.br/downloads/Textos/A%20JORNADA%20DOS%20VASSALOS%20POR%20D.%20JER%C3%94NIMO%20DE%20ATA%C3%8DDE%20EM%201625%20%28Pablo%20Antonio%20Iglesias%20Magalh%C3%A3es%29.pdf>]
- Machado (1965-1967): Diogo Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana: historica, critica, e cronológica*, Coimbra, Atlântida Editora, 4 vols.
- Paiva (2006): José Pedro Paiva, “Bishops and Politics: The Portuguese Episcopacy During the Dynastic Crisis os 1580”, *E-Journal of Portuguese History*, Universidade do Porto / Brown Univesrity, vol. 4, n.º. 2 [consultado em [https://www.brown.edu/Departments/Portuguese Brazilian Studies/ejph/html/issue8/pdf/jpaiva.pdf](https://www.brown.edu/Departments/Portuguese%20Brazilian%20Studies/ejph/html/issue8/pdf/jpaiva.pdf)].
- Pereira (2013a): José António Rodrigues Pereira, *Grandes Naufrágios 1194-1991 – Acidentes marítimos que marcaram a história de Portugal*, Lisboa, A Esfera dos Livros.
- Pereira (2013b): José António Rodrigues Pereira, *Grandes Batalhas Navais Portuguesas*, Lisboa, A Esfera dos Livros.
- Pereira (1971): Isaiás da Rosa Pereira, “O hospital do Espírito Santo da vila da Castanheira”, *Do tempo e da história*, IV, pp. 54-95

[consultado em [http://ww3.fl.ul.pt/unidades/centros/c\\_historia/Biblioteca/IV/III-%20O%20hospital%20do%20Espirito%20Santo%20da%20Vila%20da%20castanheira.pdf](http://ww3.fl.ul.pt/unidades/centros/c_historia/Biblioteca/IV/III-%20O%20hospital%20do%20Espirito%20Santo%20da%20Vila%20da%20castanheira.pdf)].

Pereira & Rodrigues (1906): Esteves Pereira e Guilherme Rodrigues, *Portugal. Dicionário Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Bibliográfico, Numismático e Artístico*, Volume II: B-C, Lisboa, João Romano Torres – Editor.

Pimentel (2010): Manuel Cândido Pimentel, "Prefácio" in Manuel Cândido Pimentel (org.), *D. Frei Amador Arraiz no IV Centenário da edição definitiva dos Diálogos*, Lisboa, Universidade Católica Editora, pp. 7-9 [consultado em <http://www.uceditora.ucp.pt/resources/Documentos/UCEditora/Indices/Amador%20Arraiz%20IP.pdf>].

Sousa (1675): Manuel de Faria e Sousa, *Asia Portuguesa. Tomo III. De Manuel de Faria y Sousa, Cavallero de la Orden de Christo y de la Casa Real [...]*, Lisboa, en la Oficina de Antonio Craesbeeck de mello, Impressor de Sua Alteza.

Zuquete (1960-1961): Afonso Eduardo Martins Zuquete (dir.), *Nobreza de Portugal e do Brasil*, Lisboa / Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia.

## WEBGRAFIA

Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico: <http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/75023/>.

Quadros n.º 154, Arquivo Nacional Torre do Tombo: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=4725392>.

<http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=4725392>.

<http://www.uceditora.ucp.pt/resources/Documentos/UCEditora/Indices/Amador%20Arraiz%20IP.pdf>.

<http://cvc.instituto-camoes.pt/navegaort/a12.html>.

<http://www.caestamosnos.org/efemerides/056.htm>.



## (RE)VISÕES, IDEIAS E FUNÇÕES ACERCA DO BILINGUISMO PORTUGUÊS-CASTELHANO NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX

Carlos Pazos Justo  
Universidade do Minho  
Grupo Galabra (USC)  
[carlospazos@ilch.uminho.pt](mailto:carlospazos@ilch.uminho.pt)

### RESUMO

O objetivo desta comunicação é delimitar e analisar algumas das tomadas de posição no campo literário português nas primeiras décadas do século XX a respeito do bilinguismo luso-castelhano dos séculos XVI-XVIII. Partindo de várias intervenções, como as *traduções* do *Amadis* e a *Diana* de Afonso Lopes Vieira na década de 20, tencionamos conhecer como funciona este *passado* literário/cultural no próprio entendimento da cultura portuguesa e, nomeadamente, no âmbito das relações literárias no quadro peninsular no período em foco.

**PALAVRAS-CHAVE:** bilinguismo português-castelhano; identidade; relações intersistémicas; funções da literatura.

### ABSTRACT

The aim of this paper is to delimit and analyse some of the position takings about Luso-Castillianbilinguism of 16th-17th Centuries in Portuguese literary field of the three first decades of 20th. Taking as a point of departure several interventions, as Afonso Lopes Vieira translations of *Amadis* and *Diana* in the 20's, we intend to figure how this literary/cultural past functions in Portuguese culture self-understanding and, namely, for the area of literary relationships in the Peninsular frame during the focused period.

**KEYWORDS:** Bilingualism Portuguese-Spanish; Identity; Intersystemic Relationships; Literary functions.

Como trabalho preliminar e no âmbito do estudo das relações intersistémicas no espaço ibérico durante primeiras décadas do XX, nas páginas seguintes proponho-me lançar algumas hipóteses e propostas de análise acerca da *leitura* no campo cultural português do habitualmente denominado bilinguismo português-castelhano dos séculos XVI-XVIII (cfr., por exemplo, Vázquez 1986). À luz das linhas de força do relacionamento entre os sistemas português e espanhol, partimos nomeadamente das tomadas de posição de Afonso Lopes Vieira (1878-1946), com os trabalhos à volta de Gil Vicente e os seus *O Romance de Amadis* (Vieira 1922a) e a *A Diana de Jorge de Montemor* (Vieira 1924), com o intuito de aproximar-nos do funcionamento desse passado literário/cultural no período em foco.

Antes de mais, cumpre destacar o crescente interesse, de longínquos inícios em todo o caso, que o bilinguismo português-castelhano tem despertado no âmbito dos estudos literários; este empenho tem-se centrado nomeadamente no período em que se produz (séculos XVI-XVIII), não tendo respondido, no entanto, a várias das muitas questões colocadas (cfr. García 2008: 16 e ss.) Por outro lado, a análise das leituras, funções e *usos* deste período sob a perspetiva da cultura portuguesa parece um trabalho a fazer, escassamente abordado nas últimas décadas; é notória, neste sentido, a reduzida atenção que tem recebido no estudo das relações entre os sistemas literários espanhol e português dos séculos XIX e XX, apesar de ser este um dos elementos de análise *a priori*, e esta é a minha hipótese de trabalho, de alto potencial para a delimitação e compreensão das linhas de força de dito relacionamento.

Uma análise como a aqui proposta parte de um entendimento da literatura como *locus privilegiado* (Torres 2010: 163); i. e., destacando a função identitária do fenómeno literário dentro da cultura, e, em último extremo, perspetivando esta como mais um elemento basilar no processo de *invenção* das nações em curso desde o século XVIII (Thiesse 2000). Do ponto de vista teórico-metodológico, este trabalho tem igualmente presente a proposta de análise cultural de Itamar de Even-Zohar, aplicada ao fenómeno literário, que concebe a cultura como *bens* e como *ferramentas* (Even-Zohar 1999)<sup>54</sup>; por outras palavras, interessa-

---

<sup>54</sup> Segundo o investigador israelita:

me aqui problematizar os usos e valores que concretamente Afonso Lopes Vieira (e outros agentes) associa(m) a produtos literários oriundos do período do biliguismo português-castelhano e a ele inexoravelmente vinculados.

## **As relações luso-espanholas nas primeiras décadas do século XX**

Fracassadas, em boa medida, as elaborações iberistas do século XIX, as relações culturais hispano-portuguesas podem ser entendidas desde Portugal, esquematicamente, como a história de um *rechaço* ou propositada distância (o *lusismo*) face um *outro* (o *castelhanismo*) controvertidamente próximo<sup>55</sup>. Nesta direção, as

---

En la concepción de la cultura como bienes, la cultura se considera como un conjunto de bienes valiosos, cuya posesión significa riqueza y prestigio. El poseedor de tal conjunto puede usarlo por lo tanto para mostrar sus riquezas. [...] En la concepción de la cultura como herramientas, la cultura se considera como un conjunto de herramientas para la organización de vida, a nivel colectivo e individual (Even-Zohar 1999: 27-28).

<sup>55</sup> Neste sentido, o investigador Carlos Cunha, em análise da trajetória ideológica de um dos planificadores centrais da cultura portuguesa oitocentista, Teófilo Braga, assinalava:

O lusismo, que funciona face ao castelhanismo (mas não anula o iberismo), demonstra a importância da alteridade na constituição de qualquer identidade. No caso da identidade portuguesa, estabeleceu-se em grande medida com base nesta oposição étnica (e política) entre lusos e castelhanos, estabelecida em finais do século XIX. [...] Nesta lógica, o povo português (*os lusos*, na versão republicana de Teófilo [Braga]) teria conseguido manter a independência graças à sua vitalidade *étnica/rácica*, em oposição ao castelhanismo e aos seus aliados portugueses (a casa de Bragança e os Jesuítas) (Cunha 2012: 106; itálicos no original).

Em sentido análogo aponta Cabo Aseguinalaza referindo-se ao “first historian” português (Cabo 2010: 43): “the essence of Braga’s viewpoint was to demonstrate the original identity of Portuguese literature and its *implicit difference* from foreign literatures such as, *specifically, that of Spain*” (itálicos nossos). Por outro lado, cabe anotar a importante influência deste “firs historian” na historiografia literária em Portugal; segundo Elias Torres: “In the Portuguese case the process of canonization shows the dominant influence of Teófilo Braga and his political and historiographical project, of positivist criticism and its logic in the decisive process of producing a Portuguese canon in the last quarter of the nineteenth century, *which largely persists today*” (Torres 2012: 7; itálicos nossos). Noutros termos e de outra perspetiva, este referente *de oposição* para o sistema cultural português parece estar presente na análise de Eduardo Lourenço acerca das relações luso-espanholas,

primeiras décadas do século XX, particularmente a década de 10, estão marcadas por um acusado antagonismo político e uma intensificação do chamado *perigo espanhol*, fruto do “progresivo deterioro de las relaciones luso-españolas [e da] hostilidad entre los dos regímenes ibéricos” (Torre 2002: 72)<sup>56</sup>. Neste quadro, parece acentuar-se uma imagem negativa (do *inimigo*, poderíamos pensar) relativamente à Castilha/Espanha no imaginário português da altura (cfr. Rocamora 1994), ao mesmo tempo que são praticamente inexistentes as iniciativas culturais promovidas ou apoiadas por instituições dos respetivos estados; a ideia forte entre os agentes e grupos interessados em estabelecer relações no espaço ibérico é, na altura, a da *distância*. Apesar disto, Eça de Queirós é largamente traduzido no Estado espanhol ou Miguel de Unamuno vai pouco e pouco convertendo-se num intermediário central reconhecível e reconhecido por autores portugueses, entre os quais Teixeira de Pascoaes. No mesmo período e com especial incidência no plano intersistémico grupos galegos e, sobretudo, catalães tentam estabelecer, interessadamente, pontes *simétricas*<sup>57</sup> com Portugal.

Para a década de 20, também sinalizada pelos *tradicionais* entraves no contacto luso-espanhol<sup>58</sup> (igualmente, mas por outros motivos, no luso-catalão/galego), destacam-se as tentativas de institucionalização do relacionamento cultural (com notável protagonismo para grupos conservadores espanhóis e portugueses), algo tendo a ver, presumivelmente, o respeito

---

nomeadamente quando menciona o “antiespanholismo” ou o “fantasma ‘iberista’” como elementos da *cultura* portuguesa (Lourenço 1994: 82).

<sup>56</sup> Pense-se no apoio espanhol, oficial e/ou oficioso, dado às incursões contra-republicanas de Paiva Couceiro desde a Galiza em 1911 e 1912.

<sup>57</sup> Por *simétricas* ou *simetristas*, noção em elaboração e que apenas rascunho aqui, pretendo significar as tomadas de posição cujo objetivo último parece ser o da afirmação de vários sistemas culturais na Península Ibérica em pé de igualdade (catalão, espanhol e galego-português, em geral); face a estas, os *assimetristas* trabalhariam pela satelização dos sistemas emergentes relativamente aos sistemas consolidados e/ou hegemónicos (o espanhol preferentemente).

<sup>58</sup> Exemplificamos rapidamente com: instauração em 1920 do 14 de agosto, aniversário da batalha de Aljubarrota, como feriado nacional português; ou, já na ditadura portuguesa (1927), no facto de o Instituto António Sardenha ser encerrado “por supostas actividades iberistas” (Torre 1985: 126).



espanhol pela soberania política portuguesa que irá viabilizar uma “década de bom relacionamento, afastado o ‘perigo espanhol’” (Vicente 2003: 218)<sup>59</sup>. Como é sabido, após a instauração da II República Espanhola e, decorridos poucos anos, com a consolidação do Estado Novo, este quadro relacional vai novamente enfrentar poderosos obstáculos até, *grosso modo*, as últimas décadas da centúria passada.

### **A cruzada literária de Afonso Lopes Vieira**

No panorama até aqui rascunhado e, com grande relevância, nobilitado já o estudo da história da literatura nacional (a portuguesa neste caso), Afonso Lopes Vieira empreende na década de 10 uma particular *cruzada* (cfr. Nobre 2005: 398) visando a *restituição* de produtos literários escritos originalmente em castelhano em função de uma alegada portugalidade intrínseca de que seriam expressão. Note-se, contudo, que as tomadas de posição neste sentido, de apropriação, surgem em finais do século XIX, em redor da *portugalidade* do *Amadis de Gaula*, nomeadamente através da pena *autorizada* de Teófilo Braga com a publicação da *História das novelas portuguesas de cavalaria. Formação do ‘Amadis de Gaula’*, em 1873, onde expõe os argumentos centrais da “tese portuguesa” (Lapa 1970: 18)<sup>60</sup>. Poucos anos mais tarde, em 1893, intervém também Carolina Michaëlis de Vasconcelos para “dar ao problema a feição definitiva [...]: o autor João Lobeira é um personagem histórico suficientemente documentado entre 1258 a 1285, português, certamente de origem galega por parte da mãe” (Lapa 1970: 18).

---

<sup>59</sup> Poderíamos citar como tentativas de institucionalização luso-espanholas (várias com participação do monarca espanhol) as seguintes: a homenagem a Eugénio de Castro em Madrid (1922); a fundação, nesse mesmo ano, da madrileña Sociedad de Amigos de Portugal; a comemoração do nascimento de Camões na capital espanhola (1925); ou a participação portuguesa com a instalação do “Pabellón portugués” na Exposição Iberoamericana de Sevilha (1929).

<sup>60</sup> Nesse mesmo ano de 1873, Alexandre Herculano, no artigo “Novellas de cavalaria portuguesas. Amadis de Gaula”, defende a origem portuguesa do *Amadis* (Medeiros 2006: 34). Agradecemos aqui a Filipa Medeiros a gentileza de nos ter enviado a sua Tese de Mestrado.

Diga-se de passagem que Rodrigues Lapa, galegófilo devotado (e também tradutor do *Amadis*), entendia, em 1970, haver três teses acerca da *naturalidade* do *Amadis de Gaula* -a castelhana, a galega e a galego-portuguesa -, defendendo ele a última mencionada<sup>61</sup>.

Neste quadro, Afonso Lopes Vieira inicia a sua *cruzada* com várias intervenções cujo foco central, num primeiro momento, foi Gil Vicente (cfr. Vieira 1910 e 1914)<sup>62</sup>, contando para tal com o auxílio de Carolina Michaëlis de Vasconcelos (Medeiros 2006: 38). Lança assim a versão portuguesa do *Monólogo do Vaqueiro* em 1910 pois, afirmaria anos mais tarde, "Gil Vicente ensina-nos o amor da terra e da gente a que pertencemos, da gente obscura e heróica que, através de sacrifícios sem conta, mantém, com a ternura pela leira de terra que é a sua piquena [sic] pátria, o amor da Pátria grande, de que os humildes casais de família são o alicerce em que ela assenta" (A. Lopes Vieira [1937] *apud* Nobre 2005: 367)<sup>63</sup>.

---

<sup>61</sup> A modo de conclusões, Rodrigues Lapa afirmava no artigo citado, texto de uma conferência pronunciada em Vigo:

Podemos [...] dizer que as duas mais altas expressões do génio literário galego-português [sic] são o *Amadis de Gaula* e *Os Lusíadas*; e talvez não seja por mero acaso que essas duas obras-primas [...] tenham como autores dois portugueses de origem galega: João Lobeira e Luís de Camões. A voz da raça e o espírito da língua, elevando-se no azul, que não conhece fronteiras, fizeram esse milagre, unindo no mesmo culto da Beleza imortal dois povos, que por vezes se esquecem de que são realmente irmãos (Lapa 1970: 28).

Note-se que a Galiza (a quem dedica um poema incluído em Vieira 1922: 341-343) estaria presente de alguma forma nas propostas de Lopes Vieira se atendermos ao conteúdo de uma carta enviada ao galego A. Cebreiro em 1925: "*o Amadis (a que mais estimo entre as minhas obras) descende tão directamente da grande Alma Galego-Portuguesa, Madre lírica das Espanhas, nosso encanto e orgulho comum*" (A. Lopes Vieira *apud* Dasilva 1998: 457; itálicos na versão consultada).

<sup>62</sup> A medida da transcendência do interesse de Lopes Vieira por Gil Vicente fica patente no facto de ter sido, segundo Cristina Nobre, "o principal responsável por uma reinterpretação de Gil Vicente no âmbito dos programas escolares, isto é, pode avaliar-se a acção cultural do escritor pela inclusão de um autor canónico [...] dentro e um novo cânone literário instituído e legitimado pelo sistema de ensino" (Nobre 2005: 380).

<sup>63</sup> Na nota do autor incluída na publicação, figuram as seguintes considerações:

Passado á nossa lingua, depois de tantos annos ter incerrada no seu duro castelhanu a sua alma portuguesa, parece-me que o monólogo ganhou em lirismos, - o lirismo que a nossa linguagem impresta [...] Porque onde o castelhanu, aspirado e cerrado, põe a força e o garbo [...] o português

Em 1922, o produtor em foco publica *O Romance de Amadis*, versão pessoal do famoso romance de cavalaria, para, segundo ele próprio, “restituir à Pátria o espírito de uma obra em que o espírito dela se encarnou, para irradiar no mundo” (A. Lopes Vieira [1925] *apud* Dasilva 2008: 105). A primeira e seguintes edições contam com um prefácio de, mais uma vez, Carolina Michaëlis de Vasconcelos, cuja finalidade não parece ser outra senão a de *validar* cientificamente (Nobre 2005: 359) a proposta de Lopes Vieira: “O romance [...] escrito por Afonso Lopes Vieira [...] não é invenção nova, individual dele. [...] É a interpretação moderna, a síntese de uma das grandes obras antigas de fantasia que todos conhecemos” (C. Michaëlis de Vasconcelos *apud* Dasilva 2008: 106). A reconhecida filóloga conclui a sua exposição com os inequívocos “Bem haja pelo serviço que prestou às letras pátrias [...] Oxalá a nação e o estrangeiro lho agradeçam como merece” (*id.*: 111).

Outras leituras, na mesma direção, parecem apontar para uma acolhida positiva no campo literário português. Deste modo, por exemplo, no *Correio da Manhã*, afirmava Aníbal Soares: “Assim regressam à literatura nacional uma das suas maiores obras [...], que nos tinham fugido pelo desleixo dos nacionais e pela cobiça dos estranhos. *Amadis reincarnou*, na sua forma portuguesa, a sua alma de português” (*apud* Dasilva 2008: 112; sublinhados nossos). Por seu turno, Vitorino Nemésio, depois de utilizar os termos *reconstituição* ou *restituição*, afirma que “[a] índole portuguesa desta lenda bretónica, na reconstituição de Afonso Lopes Vieira, creio estar magnificamente por via do fluxo narrativo”; e mais à frente, “[e] pois que todo o estilo do Romance do Amadis é a própria língua nos seus vasos –rede por onde circula a pura emoção lusitana” (*apud* Dasilva 2008: 115). Igualmente, desde o Integralismo, António Sardinha, saúda efusivamente a proposta de Lopes Vieira:

---

requebra a modulação suave do seu tom menor. Estranho parecerá que nenhum dos nossos homens de teatro [...] se não lembrasse ha muito de trazer para a scena este monólogo incantador, esta peça da mais viva poesia, integrando na decorativa moldura da reconstituição história, a figura desimpenada do Vaqueiro (Vieira 1910: 27-28).

Naturalmente –poeta tocado da mais casta inspiração lusíada!–, Afonso Lopes Vieira não se limita no seu *nacionalismo* meditado ao desfruto tranquilo dos nossos horizontes quotidianos. O seu conceito de *pátria* projecta-se para além da figuração territorial em que Portugal ordinariamente se exprime, em busca do ponto que indica o consórcio místico da *nossa raça* com os destinos superiores da civilização. [...] E *nacionalizada* enfim a admirável novela na sua génese e antecedentes, como *nacionalizada* fica desde já na imortalidade histórica da nossa *língua* por uma das nossas mais nobres sensibilidades literárias (*apud* Dasilva 2008: 117-118; itálicos nossos).

Pouco depois, em 1924, Lopes Vieira intervém novamente com *A Diana de Jorge Montemor*, introduzindo um extenso prefácio onde se explana (face à *reconstituição* do *Amadis*) acerca da *ressurreição* da *Diana*, realizada através de “uma transposição espiritual do texto, condensando-lhe a alma muito mais que vertendo as palavras em que ele se exprimia” (Vieira 1924: XXX)<sup>64</sup>. Como no caso anterior, são vários os testemunhos a nosso alcance da nova tomada de posição. Manuel Múrias, desde as páginas da *Nação Portuguesa*, entende-a como tendo produzido “com inexcusável relevo uma obra de *nacionalismo literário* [...] de *purificação*, simultaneamente, e de *libertação*” pois “[o] que Afonso Lopes Vieira nos deu agora é só o que, rebelde à índole do castelhano, constitui o fundo português da *alma* artística de Montemor” (*apud* Dasilva 2008: 125; itálicos nossos); sobre o autor, afirma “a sua *posição nacionalista* dentro da literatura, é muito consciente e deliberada” (*id.*: 127; itálicos nossos). Outros agentes, como Vieira de Campos ou, outra vez, Vitorino Nemésio, insistem na ideia da *ressurreição* ou *reintegração* praticada por Lopes Vieira com a sua *Diana* (cfr. Dasilva 2008: 129 e ss.)

Caberia ainda debruçar-se sobre outros depoimentos contrários à *cruzada* de Lopes Vieira no campo literário

---

<sup>64</sup> Sobre a escolha linguística do primeiro autor, A. Lopes Vieira assinala: “Nem o *Amadis* deixaria de ser português ainda quando a sua primitiva redacção não fosse portuguesa, nem a *Diana* perdeu qualquer foro nacional por haver sido redigida em castelhano” (Vieira 1924: XXI).

português<sup>65</sup>, também relativamente às leituras ambíguas produzidas desde o sistema literário espanhol (cfr. Dasilva 2008) ou mesmo sobre a singular intervenção do produtor em foco com o seu *O Poema do Cid* de 1929<sup>66</sup>.

Por último, a *cruzada* (e não só) de Afonso Lopes Vieira, segundo Cristina Nobre (2005: 383 e 495), não obteve (nem poderia) o reconhecimento dos republicanos, no poder até 1926; sim, elucidativamente, do Secretariado Nacional de Propaganda (entre outros) em 1940 da mão do seu diretor, António Ferro.

## Nota final

A modo de conclusões, necessariamente provisórias, entendo que as sucessivas tomadas de posição do produtor em foco no campo literário português, aqui citadas, ilustram a tendência de agentes e grupos lusos para perspetivarem o denominado bilinguismo português-castelhano não como um espaço de potencial *encontro*, mas antes como um problema proeminente na história da literatura portuguesa, como um obstáculo, portanto, na imaginação do passado nacional. Encenam, do mesmo modo, o não reconhecimento da literatura produzida em castelhano por autores portugueses como *bem* cultural próprio. Aliás, seguindo em parte o caminho traçado por Lopes Vieira,

---

<sup>65</sup> Anotamos apenas as ironias epistolares de Teixeira de Pascoaes, produtor literário bem distante das posições de Lopes Vieira: “Outra coisa curiosa é também ver alguns escritores nossos actuais escreverem a *Diana*, de Montemor, os *Lusíadas*, de Camões, o *Romeu e Julieta* e o *Rei Lear*, de Shakespeare! Qualquer dia vou-me dedicar à composição do *De Natura Rerum*, de Lucrecio! Que mundo este!” ([1932] *apud* Nobre 2005: 360).

<sup>66</sup> Para Xosé Manuel Dasilva, *O Poema do Cid*, sem encontrar “cualquier explicación ideológica”, seria:

una especie de aventura idiomática con la que intentaba cubrir una laguna importante de la historia literaria portuguesa en su fase más remota, cuya lengua aparecía especialmente dotada para la poesía épica y con nula presencia en el cultivo del género épico, al contrario de lo que sucedía en la historia literaria española [pretendiendo verificar] que la lengua portuguesa, caracterizada con harta frecuencia como útil instrumento lírico, era también vehículo de expresión adecuado para la literatura épica (Dasilva 1998: 461-462).

outros, já no Estado Novo, vão pôr em questão a existência do próprio período de bilinguismo (cfr. Osório 1942: 26 e ss)<sup>67</sup>, o que na prática parece promover problemáticamente também uma ocultação ou silenciamento do mesmo, presumivelmente até a atualidade<sup>68</sup>.

Desde posições ideológicas marcadas pelo nacionalismo militante, como é o caso do tradicionalista Lopes Vieira (mas já antes, desde as últimas décadas do século XIX) é ideada e posta em prática uma estratégia concreta com o objetivo de conjurar o problema: não reconhecendo os produtos literários noutra língua que não a própria (especialmente se se tratar do castelhano), uma opção possível é, como vimos, recorrer à apropriação por via da (*pseudo*)tradução, prévia justificação em base a critérios difusos como são o da naturalidade do autor ou a *alma* lusitana que impregnaria os textos. Este proceder, aplaudido por grupos afins, é entendido (numa amálgama de tópicos oriundos do discurso literário, político ou religioso) como uma *restituição*, *reincarnação*, *nacionalização*, *reintegração* ou até *libertação* e *purificação*.

A função identitária que a literatura, o passado literário (e a língua) desempenham na altura é evidente. Assim, a possibilidade ideada e praticada de fortalecer as *fronteiras* do presente estendendo-as ao ambíguo passado, permitem-nos equacionar as propostas de Afonso Lopes Vieira e outros como mais um indício forte para a delimitação e definição da que, entendo, é uma das

---

<sup>67</sup> A posição de João de Castro Osório, defensor da apropriação, é, no mínimo, mais frontal face ao bilinguismo como problema:

Assim, se as obras escritas em castelhano por autores portugueses, mesmo as que pelo seu valor próprio merecem a atenção do crítico, não possuem um carácter nacional português, nem pertencem à nossa Literatura, recusemos-lhes mesmo a simples referencia na História da Literatura Portuguesa. Que sejam estudadas, se o merecem e não são obras falhadas, na literatura espanhola [...] Mas se, ao contrário, de carácter nacional, apesar da língua alheia em que estão escritas, são elementos vivos e fundamentais da nossa evolução literária, a esta sejam restituídas inteiramente, revertidas ao português e nêle, só nêle, lidas e estudadas (Osório 1942: 30).

<sup>68</sup> Refiro apenas um dado de carácter experiencial (e, é verdade, aleatório): os alunos de Letras da Universidade onde leciono não possuem, na sua maioria, qualquer referência ao bilinguismo português-castelhano; é mais, confrontados com factos literários como os poemas em castelhano de L. de Camões têm reagido, em ocasiões, com alguma desconfiança para com o docente.

linhas de força do relacionamento cultural luso-castelhano/espanhol na época contemporânea e cujos atributos iriam desde a *indiferença*, passando pelo *afastamento*, até o *rechaço* e *oposição*.

**BIBLIOGRAFIA**

- Cabo (2010): Fernando Cabo Aseguinolaza, "The European horizon of Peninsular literary historiographical discourses" in Fernando Cabo Aseguinolaza, Anxo Abuín Gonzalez & César Domínguez (eds.): *A comparative history of literatures in the Iberian Peninsula*, Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins Publishing Company, pp. 1-52.
- Cunha (2012): Carlos Manuel Ferreira da Cunha, "Lusismo versus castelhanismo: uma *invenção* novecentista" in María Jesús Fernández García & María Luísa Leal (coords.): *Imagologías Ibéricas: construyendo la imagen del otro peninsular*, Mérida, Editora Regional de Extremadura, pp. 101-108.
- Dasilva (1998): José Manuel Dasilva, "Alfonso Lopes Vieira y su 'Poema do Cid' vernáculo: un caso ideológico de traducción" in Leandro Félix Fernández e Emilio Ortega Arjonilla (coords.), *II Estudos sobre traducción e interpretación*, v. 2, Málaga, Universidad de Málaga, 455-466.
- Dasilva (2008): José Manuel Dasilva, *Babel ibérico. Antología de textos críticos sobre a literatura espanhola traduzida em Portugal*, Vigo, Servizo de Publicacións da Universidade de Vigo.
- Even-Zohar (1999): Itamar Even-Zohar, "La literatura como bienes y como herramientas" in Darío Villanueva, Antonio Monegal & Enric Bou (coords.): *Sin Fronteras: Ensayos de Literatura Comparada en Homenaje a Claudio Guillén*, Madrid, Editorial Castalia, pp. 27-36 (accesível em: <http://www.tau.ac.il/~itamarez/works/papers/trabajos/EZ-Literatura-bienes-herramientas.pdf> [última consulta, 27/05/2013]).
- García (2008): Ana María García Martín, "El bilingüismo luso-castellano en Portugal: estado de la cuestión" in *Aula bilingüe, Investigación y Archivo del castellano como lengua literaria en Portugal*, I, pp. 15-44.
- Lapa (1970): Manuel Rodrigues Lapa, "A Questão do 'Amadis de Gaula' no contexto peninsular" in *Grial* 27, pp. 14-28.
- Lourenço (1994): Eduardo Lourenço, "A Espanha e nós" in Eduardo Lourenço: *A Europa e nós ou as duas razões*, Lisboa, INCM, pp. 79-85.
- Medeiros (2006): Filipa Medeiros, *Os estudos amadisianos, do Romantismo ao Século XXI: descrição e análise dos discursos*



- científicos sobre o Amadis de Gaula*. Tese de mestrado. Lisboa, UNL.
- Nobre (2005): Cristina Nobre, *Afonso Lopes Vieira. A reescrita de Portugal*, vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Osório (1942): João de Castro Osório, *Florilégio das Poesias Portuguesas Escritas em Castelhana e Restituídas à Língua Nacional*, Lisboa, Editorial Império.
- Rocamora (1994): José Antonio Rocamora, *El nacionalismo ibérico: 1792-1936*, Valladolid, Publicaciones Universidad de Valladolid.
- Thiesse (2000): Anne-Marie Thiesse, *A criação das identidades nacionais*, Lisboa, Temas e Debates.
- Torre (1985): Hipólito de la Torre Gómez, *Do "perigo espanhol" à amizade peninsular. Portugal-Espanha (1919-1930)*, Lisboa, Editorial Estampa.
- Torre (2002): Hipólito de la Torre, *El imperio del Rey. Alfonso XIII, Portugal y los ingleses (1907-1916)*, Mérida, Gobierno de Extremadura.
- Torres (2010): Elias J. Torres Feijó, "Relacionamento literário galego-português. Legitimação e expansão com Sísifo ao fundo", in Antonio Sáez Delgado & Luis Manuel Gaspar (eds.): *Suroeste. Relaciones literarias y artísticas entre España y Portugal (1890-1936) / Relações literárias e artísticas entre Portugal e Espanha (1890-1936)*, vol. 1, Badajoz, Museo Extremeño e Iberoamericano de Arte Contemporáneo / Sociedad Estatal de Conmemoraciones Culturales, pp. 163-185.
- Torres (2012): Elías J. Torres Feijó, "Problems in National Allegory. The Galician (and Brazilian) Question in Contemporary Portuguese Literary Historiography" in *Portuguese Studies*, vol. 28, 1: 5-31.
- Vázquez (1986): Pilar Vázquez Cuesta, *A língua e a cultura portuguesas no tempo dos Filipes*, Mem Martins, Europa-América.
- Vicente (2003): A. Pedro Vicente, *Espanha e Portugal. Um olhar sobre as relações Peninsulares no séc. XX*, Lisboa, Tribuna da História.
- Vieira (1910): Afonso Lopes Vieira, *Gil Vicente. Monólogo do Vaqueiro. Vertido do Castelhana Representado no Teatro D. Maria II. Lisboa. 1910*, Lisboa, A Editora.
- Vieira (1914): Afonso Lopes Vieira, *A Campanha Vicentina*, Lisboa, A Editora.
- Vieira (1922): Afonso Lopes Vieira, *Em demanda do Graal*, Lisboa, Sociedade Editora Portugal-Brasil.

Vieira (1922a): Affonso Lopes Vieira, *O Romance de Amadis. Composto sobre o Amadis de Gaula de Lobeira*, Lisboa, Sociedade Editora Portugal-Brasil.

Vieira (1924): Affonso Lopes Vieira, *A Diana de Jorge de Montemor*, Lisboa, Sociedade Editora Portugal-Brasil.

## "DE VOSSA REAL PRESENÇA DESEJADA": UMA APOLOGIA POLÍTICO-ALEGÓRICA A D. FILIPE II DE PORTUGAL

Milton Pedro Dias Pacheco  
Centro Interdisciplinar de Estudos Camonianos-Universidade de Coimbra  
Centro de História de Além-Mar-Universidade Nova de Lisboa/Universidade  
dos Açores  
miltondpacheco@yahoo.com.br

### RESUMO

Após uma longa e expectante demora, D. Filipe II de Portugal/ III de Espanha entrou triunfalmente em Lisboa, em Junho de 1619, para reunir as Cortes do Reino e legitimar a sucessão do príncipe herdeiro. Incumbida de organizar a visita régia, a vereação de Lisboa, apoiada pelas inúmeras corporações comerciais e oficiais, promoveu na principal praça da cidade, entre o Paço Real e o rio Tejo, a edificação de um aparatoso monumento comemorativo. O programa artístico, imbuído de um forte discurso político, fora estruturado em torno de um conjunto de esculturas alegóricas, acompanhadas individualmente de textos encomiásticos explicativos concebidos com o propósito de cimentar uma estratégia de apaziguamento social e fidelidade política entre a monarca e os seus súbditos.

**PALAVRAS-CHAVE:** União Ibérica; Entrada régia triunfal; Arquitetura efémera; Literatura apologética.

### ABSTRACT

Philip II of Portugal / III of Spain, after a long and expectant delay, entered triumphantly in Lisbon, in June 1619, to gather the Kingdom Courts and legitimize the crown prince succession. Supported by several commercial and workshop corporations, the Lisbon City Council,

responsible for the royal journey organization, promoted in the main square of the city, between the Royal Palace and the Tagus River, an ostentatious celebrative monument. Structured around of a set of allegorical sculptures, the artistic program was imbued with a strong political message. It was complemented by individually and explanatory panegyric texts achieved with the purpose of consolidated a political allegiance and social appeasement strategy between the monarch and his subjects.

**KEYWORDS:** Iberian Union; Triumphal Royal Entry; Ephemeral Architecture; Apologetic Literature.

Afirmara D. Filipe I (1527|1580-1598) de Portugal que deveriam os grandes Príncipes conhecer “pessoalmente seus Reynos (que quando são muitos, & o Imperio mui estendido, não se pode esperar senão ausência de seu Principe e dellas infinitos danos, & maiores incôvenientes) para ter perfeita noticia, das forças, riquezas, ou necessidades delles; conhecer a natureza & condição de seus vassallos”. Seguindo o sábio conselho de seu pai, D. Filipe II (1578|1598-1621) decidiu, embora tardiamente, pois a última estadia régia ocorrera havia trinta e seis anos, “ver por seus olhos” o “seu Reino de Portugal, huã das tres Coroas de Espanha” (Lavanha 1622: 1).

Finalmente decidido a dar continuidade ao ambicioso projeto político encetado em 1580, ano da integração de Portugal na mais poderosa monarquia europeia do seu tempo, porque pressionado pelas principais estruturas administrativas portuguesas, que por várias vezes assistiram ao adiamento da visita régia<sup>69</sup>, o monarca *abúlico*, jurado em Janeiro de 1583,

---

<sup>69</sup> A primeira alusão à possível deslocação do monarca a Portugal surgiu a 16 de Setembro de 1598, três dias após o falecimento de D. Filipe I, contudo como defende Fernanda Olival: “Ainda era tudo muito vago”. Aliás, os boatos, nem sempre fundamentados, de uma possível deslocação a Portugal foi uma constante nos primeiros anos do seu reinado, sobretudo

começou a traçar a jornada portuguesa de modo a reunir as Cortes para nelas fazer jurar o príncipe herdeiro (Olival 2006: 9, 225).

Partindo de Madrid a 22 de Abril de 1619, o monarca viria a alcançar a fronteira portuguesa na noite de 9 de Maio (Lavanha 1622: 1-2), data em que “se comesou de soar que Vinha elRey dom filipe o terseiro a este Reino e çidade [de Lisboa] sendo a pr<sup>a</sup> ues que a elle veyo e como m<sup>tas</sup> uezes o tinha afirmado que uinha e nunca ueyo zombauão todos disso” (Soares 1953: 418). Pairava sim, na verdade, um notório esmorecimento por parte dos Portugueses, segundo o testemunhou frei Jerónimo Sepúlveda (séc. XVII) em Outubro de 1602: “todos se queixam e bradam ao céu e dizem que *non habemus regem*” (Olival 2006: 228).

Apesar do desânimo sentido entre as entidades administrativas nacionais, um conjunto epistolar de “cartas e Recados” enviado ao vice-rei testemunham as condições impostas para que a visita régia se realizasse, ficando este encarregue de “chamar a camara e deulhe conta de tudo e lhe tivessem prestes o d<sup>[inhei]ro</sup> que lhe tinham prometido por uir a este Reino”. Incumbida da programação da entrada régia na principal cidade do Reino, a vereação de Lisboa, assumindo uma posição intransigente, “Respondeo que lho não auia de dar [as verbas] senão depois que S: Mg<sup>e</sup>: estiuesses em purtugal por quanto m<sup>tas</sup> uezes tinha prometido de uir e não ueyo por naõ poder e asim foi que lhe não deraõ o d<sup>[inhei]ro</sup> senaõ depois delle estar em eluas”<sup>70</sup> (Soares 1953: 418).

Os excertos retirados do *Memorial* do cronista Pedro Roiz Soares (?-1628?), cultor de um forte sentimento nacionalista

---

quando o monarca se aproximava ou circulava junto à fronteira portuguesa (Olival 2006: 225-226).

<sup>70</sup> Não podemos contudo ignorar as dificuldades financeiras da Casa Real nos primeiros anos do seu governo, as sucessivas gravidezes da Rainha e a doença do príncipe herdeiro (Olival 2006: 226-228, 233).

durante a União Ibérica sobre a égide do ramo espanhol da Casa de Habsburgo – período a que Lopes de Almeida (1900-1980) classificou de “escura e comprida noite de uma sujeição penosa” (Almeida 1953: VI) –, manifestam, pois, os tensos anseios políticos da época perante um monarca há muito desejado. Porém, podemos encontrar na elaboração do itinerário inicial, traçado em 23 de Março de 1619, e no *Regimento das entradas dos Senhores Reis nas Cidades ou Villas*<sup>71</sup> de Portugal, homologado em 27 de Abril seguinte, uma posição perentória por parte do monarca na realização da jornada a Lisboa<sup>72</sup> (Soares 1953: 422; Olival 2006: 242).

Por conseguinte, pese embora os obstáculos inicialmente manifestados, a edilidade de Lisboa, acedendo ao pedido do conde de Salinas e marquês de Alenquer, D. Diogo de Silva y Mendoza (1564-1630), o 13º vice-rei de Portugal no lustro de 1617-1621, decidiu avançar com todos os preparativos. A principal entidade financiadora começou assim a reunir as verbas necessárias destinadas a cobrir as avultadas despesas materiais com as infra-estruturas citadinas, nomeadamente a renovação do Paço da Ribeira, um projecto há muito adiado, e a reorganização dos espaços públicos circundantes, determinando “deribar todas as tendas dos uidros e das solas e dos funileiros fersureiras e dos bolos e todas as mais que estauão no tireiro ficando o tireiro todo

---

<sup>71</sup> Ao estabelecer um conjunto regras de etiqueta e de cerimónias protocolares, o texto regimentar regulamentava os diferentes momentos das entradas régias, como a entrega das chaves, o beija-mão, a bênção na sé ou na igreja maior, o uso exclusivo do pátio e o discurso proferido pelo edil no estrado edificado para a ocasião (Silva 1855: 354-355).

<sup>72</sup> Deste modo, as fontes conhecidas parecem confirmar que a grandiosa empresa régia começou a ser planeada a partir de 9 de Maio daquele ano, ainda que a primeira missiva a informar o Conselho de Portugal da realização da visita esteja datada de 9 de Março. Logo na portaria de 24 de Abril seguinte, despachada do Desembargo do Paço no seguimento da carta régia de 16 do mesmo mês, deliberava-se a proibição do aumento dos preços por ocasião da jornada régia, fundamental à aposentadoria da comitiva, e por decreto de 29 de Abril ficava vedado o uso de bordados e recamados de ouro e prata nos trajes de Corte durante a estadia do monarca, deliberação que não seria respeitada (Silva 1855: 352-355, 382).

despeiado ate o tireiro do trigo sem ficar coussa dempidemento nhũ” (Soares 1953: 418).

A renovação e ampliação do Terreiro do Paço, somente possível com a destruição das habitações e estabelecimentos comerciais adjacentes, pretendia assim conferir maior ênfase cenográfico ao eixo axial do programa delineado para a grandiosa praça real onde iria decorrer a recepção régia nos meses seguintes. Repentinamente, a cidade começava a transformar-se e engalanar-se para receber o seu Rei.

Adaptando à realidade nacional as práticas rituais solenes absorvidas pelo cerimonial da Casa de Áustria, sobretudo após a integração dos territórios flamengos nos seus domínios governativos (Kubler 2005: 133) – sem contudo ignorar a tradição das entradas régias portuguesas de tradição tardo-medieval segundo cremos –, a vereação da principal cidade do Reino delineou um ambicioso plano celebrativo que necessitava da colaboração de “todos os oficiais de todos os ofícios e mercadores de todas as nações que nesta cidade estauaõ e os da mesma çidade encomendando a cada ofício quizesse fazer seu arco triunfall” com suas “Arvores de fogo, e de fuguetes enuensois nunca uistas” (Soares 1953: 418, 420, 424).

Apesar da premente necessidade em obter dividendos para as múltiplas construções cenográficas e aparatos celebrativos, a câmara de Lisboa liderou uma primeira campanha de angariação de fundos junto das outras vereações do Reino e procedeu à aplicação de pesados impostos logo a partir de 1609 (Olival 2006: 230-240). Rapidamente granjeou o apoio das corporações mecânicas e associações comerciais, nacionais e estrangeiras, que em Lisboa tinham os seus negócios, pois esta era a única oportunidade que dispunham para *ver* e *estar* com o monarca, visto não gozarem de representação formal nas Cortes ou em outros atos públicos (Curto 1991: 253).

Com base num programa clássico de forte erudição, ainda com laivos da cultura neo-escolástica vigente, foi edificado ao longo do percurso traçado um conjunto de trinta e cinco sumptuosos monumentos celebrativos efémeros, número que praticamente duplicava as estruturas erguidas em 1581 (Olival 2006: 248, 250).

“Todos triunfales y ricos,/ de veynte mil diferencias,/ en ellos versos latinos,/ figuras, cifras, emblemas” (Arce 1619: Loa II), os arcos celebrativos, os painéis retabulares (alguns deles os ditos “tapa-ruas” (Gan Giménez 1991: 423, 425)) e as máquinas teatrais foram complementados e ornamentados com múltiplos emblemas virtuosos e insígnias alegóricas alusivos ao monarca e à monarquia, das casas reais portuguesa e espanhola. Haviam sido reproduzidos através de um vocabulário artístico concebido de modo a evidenciar a figura da imagem real e desde modo reforçar a sua presença física entre os súbditos (Curto 1991: 209-210).

O elaborado itinerário festivo, através do qual o monarca deveria ver e ser visto, tinha como momentos cruciais a entrada na cidade pelo porto fluvial erguido na extremidade da grandiosa praça do Terreiro do Paço, o proscénio para a apresentação pública de D. Filipe II; a assistência às celebrações litúrgicas organizadas na igreja catedralícia, adornada exteriormente com um padrão patrocinado pelos mercadores italianos; e a entrada no Palácio Real, edifício ornamentado com um monumento efémero patrocinado pelos familiares do Santo Ofício da judicatura distrital de Lisboa<sup>73</sup>, onde teve lugar a cerimónia de juramento do príncipe

---

<sup>73</sup> O padrão celebrativo dos Familiares do Santo Ofício foi estudado no nosso artigo, em fase de conclusão, “Um marco público da pedagogia inquisitorial. O arco triunfal dos familiares do Santo Ofício de Lisboa na entrada régia de D. Filipe II em 1619”, resultante da comunicação apresentada no III Encontro Internacional de Jovens Investigadores de História Moderna, sob o título: “Do rocío do Ceo. O arco triunfal do Santo Ofício da Inquisição de Lisboa na entrada régia de D. Filipe II em 1619”.



herdeiro e a confirmação dos foros do Reino, a 14 de Julho, e se reuniram as Cortes, a 18 seguinte<sup>74</sup>.

Recorrendo, muito provavelmente, aos arquétipos artísticos concebidos anteriormente por Juan de Herrera (1530-1597) para a visita régia de 1581, a edilidade confiaria ao engenheiro, matemático e cronista-mor do Reino, João Baptista Lavanha (c.1550-1624), a conceção da entrada régia e a redação do mais completo relato da mesma<sup>75</sup>. Seria auxiliado por João de Sousa Pereira (séc. XVII), vedor das obras de Lisboa, incumbido de inspecionar e supervisionar as diferentes campanhas de obras<sup>76</sup>, pelo arquiteto Teodósio de Frias (1555-1634), o engenheiro-mor Leonardo Turriano (?-1629) e o pintor Domingos Vieira Serrão (c.1570-1632), o diretor artístico desta empresa (Kubler 2005: 144-146; Senos 2003: 59; Pacheco 2013: 17).

Informado, em 25 de Maio de 1619, do atraso na conclusão das obras de renovação do paço real e da construção dos padrões celebrativos, empresa conjunta onde trabalharam mais de setecentos oficiais, artífices e seus colaboradores, o monarca acabaria por adiar a sua entrada, indo aposentar-se, durante o compasso de espera, em Almada e depois em Belém (Soares 1953: 418-422).

---

<sup>74</sup> Sobre as cerimónias celebradas em torno das Cortes de 1619 *vide* os completos estudos de Pedro Cardim. (2008). “Felipe III, la Jornada de Portugal y las Cortes de 1619”, in José Martínez Millán e Maria Antoniette Visceglia (Coord. de), *La Corte de Felipe III y el Gobierno de la Monarquía Católica*. Madrid: Fundación Mapfre, vol. IV, pp. 900-946; e; Pedro Cardim. (1998). *Cortes e cultura política no Portugal do Antigo Regime*. Lisboa: Edições Cosmos.

<sup>75</sup> Lavanha, o mestre de matemática de D. Filipe (Olival 2006: 218), teria contado com o apoio de “um grupo de personalidades poderosas”, como o arquiduque Alberto e Cristóvão de Moura, tendo ambos desempenhado o cargo de vice-rei de Portugal (Kubler 2005: 144).

<sup>76</sup> A direta participação de Sousa Pereira na cerimónia de entrega das chaves pelo edil, a quem confiaram o transporte daquelas, serve, em nosso entender, de prova inequívoca para comprovar o seu profundo envolvimento nesta ocasião (Lavanha 1622: 14v).

Um mês mais tarde, às 4 horas do dia 29 de Junho de 1619, data duplamente comemorativa pois no mesmo dia havia sido recebido D. Filipe I em 1581, entrou o soberano em Lisboa. Era esta uma das mais relevantes praças europeias, a cidade que

pela riqueza de seus Cidadãos, frequencia de varias nações que nella se juntaõ, & nella residẽ, com que parece hũ Mundo abreviado, ditosa pelos descobrimẽtos, conquistas, & triumphos de tantas Provincias que à esta illustrissima Cidade se devem, & polo que he de mor importancia pelo culto de nossa sagrada Religião, & devação de seus naturaes, em que excede à todas as Cidades de Europa, & agora cõ maiores ventagões em todos os seus bẽs com a presença de seu Rei, & Señor D. Filipe II (Lavanha 1622: 8v).

Usufruindo do privilegiado acesso a Lisboa, o rio Tejo, o cortejo real náutico, composto pelo faustoso bergantim real e por outras dezenas de embarcações, assistiu a uma fantasiosa naumaquia, preparada pela vereação (Lobo 1623: 29 v), e à encenação da Titanomaquia, organizada na casa da Alfândega pela mesma instituição, na qual o monarca, investido como Júpiter, expulsava os Mouriscos de Espanha e derrotava os exércitos islâmicos no Mediterrâneo, personificados como os desafidores Titãs (Lavanha 1622: 7-10v,14).



*Panorama geral (e detalhe pormenorizado) do momento do desembarque de D. Filipe II junto do monumento dos mercadores portugueses em Lisboa no ano de 1619. Desenho de Domingos Vieira Serrão impresso por Hans Schorkens (1622)*



*João Baptista Lavanha. (1622). Viagem da Catholica Real Magestade del Rey D. Filipe II N.S. ao Reyno de Portugal. (1622). Lisboa, gr*

Reunida à beira rio a mais prestigiosa aristocracia do Reino, a buliçosa Lisboa – que “tiene nombre de Princesa” (Bouza Álvarez 2000: 161) –, recebia o monarca de braços abertos, com verdadeiro amor e fidelidade, zelo e obediência, sentimentos declarados através de um conjunto escultórico alegórico e de um rol de textos encomiásticos, nos quais ficava expressa publicamente a tão desejada vinda do rei e a expectativa de uma longa estadia sua em Portugal<sup>77</sup> (Lavanha 1622: 8v).

Seguindo o plano protocolar estabelecido pelo *Regimento das entradas dos Senhores Reis*, o edil João Furtado de Mendonça [séc. XVII], na presença dos quatro vereadores, a quem Francisco Rodrigues Lobo [1580-1622] dedica o *Romance II*, confiou as chaves da urbe ao rei, proferindo, no momento da entrega: “Esta mui nobre, & leal Cidade de Lisboa entrega à V. Magestade as chaves de todas as suas portas, juntamente os leaes corações, vidas, & averes, para aquillo que for do serviço de V. Magestade”, ao que o monarca recebeu, agradeceu e devolveu em seguida<sup>78</sup> (Lavanha 1622: 14v, 22; Lobo 1623: 2-3, 31).

A faustosa recepção organizada por parte das entidades municipais de Lisboa era, na verdade, um ato já consolidado na cultura política portuguesa e bastante representativo para a legitimação da Monarquia Hispânica (*Documentos* 1959: III, 173). Como privilegiado mecanismo régio imbuído de uma forte carga ideológica de propaganda e afirmação do poder real, a ritual e aparatosa visita de estado inaugurava com a entrada oficial do monarca e alcançava o zénite com a reunião das Cortes, onde o monarca, perante o seu Reino, estabelecia um *vínculo contratual*

---

<sup>77</sup> Apesar do evidente compromisso assumido não podemos ignorar os sectores partidários mais nacionalistas desejosos de romper com a Monarquia Hispânica (Ferro 2012: 3, 5).

<sup>78</sup> Num discurso similar ao proferido por Filipe de Aguiar em 1581 (Guerreiro 1581: cap. XII).

com os seus súbditos ao confirmar os direitos sucessórios do príncipe herdeiro (Bethencourt 1991: 477-479).

Celebrava-se, uma vez mais, a aliança contratual jurídica firmada entre as instituições de modo a garantir os seus direitos e a reconhecer os seus deveres, numa situação de duplo compromisso, como inequivocamente expressava o epigrama apresentado no edifício da Alfândega de Lisboa: “Assi como esta Alfandega he tributaria à el Rei, assi el Rei se faz tributario ao seu povo; viva largos años tal Rei para proveito de seus vassallos” (Lavanha 1622: 10v).

Acompanhando os preparativos nas semanas antecedentes, um castelhano anónimo, provavelmente um nobre ou um militar destacado em Lisboa, enumerou na *Tercera relacion de las grandiosas fiestas que la ciudad de Lisboa tiene prevenidas, para recibir a la Catolica Magestad del Rey don Felipe III*, o número de trabalhadores contratados, o valor das despesas e a principal entidade patrocinadora. Segundo o relato coevo, o complexo arquitectónico efémero erguido junto ao cais, em que “trabajan mas de trezentas personas”, foi orçado em “mas de diez mil ducados, que gastan los mercadores” portugueses (*Tercera relacion* 1619: 1). Mas segundo o testemunho recolhido por Aguilar y Prado (séc. XVII) junto dos artífices empregues no estaleiro, a construção, na qual se incluía o cais de recebimento, absorveu entre os 16.000 e os 18.000 ducados<sup>79</sup> (Soares 1953: 418-419; Aguilar y Prado 1619: 17).

Ao assumir a direção dos programas festivos oficiais, a câmara de Lisboa atribuiu aos negociantes lusos o arco principal e as infra-estruturas confinantes do recinto à beira-rio. O projeto previa a construção de um cais “pera elRey desembarcar tam forte e tam curioso quanto o outro se podia uer e de m<sup>to</sup> custo o

---

<sup>79</sup> Em termos de valores globais da empresa régia San Martin apresentou o número de 400 000 cruzados (San Martin 1624: 2); Soares 610 000 (Soares 1953: 470), e Lavanha 700 000 (Lavanha 1622: 78 v).

qual hia ter ao mar todo com grades a Roda todas douradas”, e impunha a abertura de “huã Rua que hia entestar nas portas da Ribra<sup>a</sup> que uai para o pilourinho uelho”. Soares Roiz acabaria por revelar que “querer escrever grandezas E particularidades deste Arco e Ruas sera porme a Risco de o não crerem mas em liuros nhũs se acha escrito que outro tal arco se fizesse em triunfo nhũ” (Soares 1953: 418-419).

Apresentando 55<sup>m</sup> de comprimento e 11<sup>m</sup> de largura<sup>80</sup>, a estrutura portuária fora construída com pesadas vigas “cubertas de duas ordões de taboas huãs sobre outras desencontradas para sua maior firmeza”, entrando assim pelo rio adentro a uma altura elevada de modo a ficar alinhada com a embarcação real (Lavanha 1622: 8v). O cais de aparato, uma “fuerte muelle de madera [...] muy ancho y desenfadado”, dispunha de um longo passadiço central, com uma escada axial mais elevada, destinada ao desembarque do rei, e duas laterais, mais baixas, para a restante comitiva (Aguilar y Prado 1619:16v).

Com base no relato deixado pelo poeta português Francisco Rodrigues Lobo no Romance XX da obra dedicada à *La jornada* de D. Filipe II, intitulado “De la puente que hizieron los mercaderes para que su Magestad desembarcasse en ella”, sabemos que “Aunque la obra, y la materia/ No pueden tenerse embidia./ Toda se finge de marmol/ Que con oro se perfila/ Y tan perfecta a los ojos/ Que no parece fingida” (Lobo 1623: 32). O elaborado e minucioso plano decorativo contemplara ainda o recurso de profusas composições florais e vegetalistas, exalando um

---

<sup>80</sup> Embora estes sejam números apresentados por um cronista coevo, e por isso aparentemente fidedignos, é conveniente colocar algumas reservas como nos aconselhou a Professora Krista De Jonge em uma das nossas muitas conversas e a quem muito agradecemos pelas impressões trocadas. Contudo, não podemos ignorar a seriedade da numerosa rede de relatores e informadores estabelecida pelo poder central “destinado a transmitir un discurso vivo y directo de los acontecimientos a un público ávido de las noticias de la corte”. O impressor sevillhano Vargas y Ureña garantia numa das edições que “Todo lo qual será muy verdadero” (Bernal García 2008: 108).

agradável aroma, parecendo tudo um deleitoso jardim (Lavanha 1622: 14v), numa conceção material idêntica a muitas outras construções organizadas pelos seus antecessores, nomeadamente na entrada de D. Filipe I em Lisboa no ano de 1581<sup>81</sup>.

Na sua terceira epopeia, *Triumpho del Monarcha Philippo Tercero en la felicissima entrada de Lisboa*, Vasco Mouzinho Quevedo Castelbranco (séc. XVII) escreveu o registo mais erudito dedicado à entrada régia de 1619 (Ferro 2013: 13). Neste interessante testemunho histórico, o poeta esclarece o leitor que retratou, o mais fielmente possível, as “machinas, Y Arcos triumphales, segun la Architetura, Sculptura, y Pintura, de que todos se adornaron”, descrevendo pormenorizadamente “sus Empresas, Emblemmas, Hyeroglyphicos, para que al mundo se offreciesse un excelente retrato de las grandezas, com que el Senado de la Camara, en nombre de todo el Reyno, su amor, su lealtad hà mostrado al gran Monarcha”. A figura do rei era assim comparada a um pilar basilar de sustentação do Reino: “Es un Rey un Athlante, que substenta / De los Cielos la insigne architectura (Castelbranco 1619: II, 9).

Castelbranco consagrou de igual modo algumas linhas à construção portuária e às esculturas alegóricas que decoravam a artéria onde se encontrava toda a vereação:

Paròse el gran Senado, y mira attento  
 La fabrica, y belleza de la puente  
 Quando con grave y con sonoro accento,  
 Desta suerte razona el Assistente.  
 Estas formas, que inventa el pensamiento  
 Para exprimir al bivo lo que siente,

---

<sup>81</sup> Também em fase de conclusão encontra-se o nosso artigo dedicado ao monumento inaugural erguido por ocasião da entrada de D. Filipe I em Lisboa no ano de 1581, intitulado “Celebrate Empire: The presence of the Portuguese possessions at the royal entry of King Philip I in Lisbon (1581)”, apresentado no Congresso Internacional European Courts in a Globalized World (1400–1700).

Retratos son, que en las gloriosas palmas  
Los affetos descubren de las almas (Castelbranco 1619: 35).

Como bem ilustra o desenho de Domingos Vieira Serrão, gravado por Jan Schorkens (c.1595-1630?), o grandioso programa celebrativo tinha início na *via triumphalis*, uma artéria artificial aberta temporariamente na principal praça comercial da cidade, entre o cais e o primeiro arco festivo. Constituídas por pares de colunas e pilares alinhados, rematados por esculturas e outros simbólicos ornamentos, num modelo programático utilizado anteriormente<sup>82</sup>, o monumento patrocinado pelos mercadores portugueses possuía uma ampla balaustrada com duzentos e sessenta balaústres de madeira torneada dourada e prateada, segmentada equitativamente por vinte e seis pedestais. Sobre seis bases erguiam-se seis estátuas – cinco figuras femininas e uma masculina –, de tamanho natural e executadas em cera branca, fingindo ser “marmore de boa escultura” (Lavanha 1622: 8 v), numa conceção estética comum a este género de composições, visto que “Las poblaciones se representan sempre en forma de doncellas ricamente vestidas sustentando en sus manos el corazón, llaves o frutos peculiares” (Pizarro Gómez 1999: 103).

Com base no programa iconográfico planeado foram executadas para a primeira plataforma festiva seis figuras escultóricas alegóricas, representando a primeira a cidade de Lisboa, fielmente acompanhada pelo Zelo e a Verdade, dispostas no flanco direito, e pela Fidelidade, o Amor e a Obediência, no lado oposto<sup>83</sup> (Lavanha 1622: 8 v). Na verdade estes eram afetos

---

<sup>82</sup> Provavelmente este assentava nos protótipos utilizados na jornada do príncipe Felipe II (D. Filipe I de Portugal) aos Países Baixos, nas recepções celebradas em 1549 nas cidades de Betune e Dordrecht, na Holanda (Pizarro Gómez 1999: 72).

<sup>83</sup> Às virtudes companheiras de Lisboa juntaria António de Sousa Macedo muitas outras na sua obra dedicada a D. Filipe III: *Flores de España Excelencias de Portugal* (Macedo 1631: fólios 125-230).



honestos e honras virtuosas demonstradas ao monarca pelo povo que o recebia, significando “tanto la lealtad como el agradecimiento de la ciudad para con el monarca” (Pizarro Gómez 1999: 103). Aliás, já o procurador da cidade de Lisboa Manoel de Sousa (séc. XVI) nas Cortes de Almeirim, em Janeiro de 1580, durante o seu discurso evidenciou que a “antiga e firme lealdade amor e obediencia Com ã a nassão portugueza Costumou sempre seruir os Reis de gloriossa memoria uossos antecessores” (Soares 1953: 137).

Dispostas como virtuosas intervenientes na acção planeada, as esculturas, integradas nas arquiteturas falantes (Pizarro Gómez 1999: 59), estavam acompanhadas de várias composições retóricas individuais destinadas a transmitir uma mensagem de teor político-jurídico, tendo sido apresentadas como discursos *mudos* a serem *proferidos* aquando da passagem do cortejo real. Ao exhibir publicamente as exigências do Reino perante o seu Rei, o conjunto relembra-o, respeitosamente, das aptidões e virtudes que deveria possuir e cultivar para ser um bom governante<sup>84</sup>.

Provavelmente da autoria de João Baptista Lavanha<sup>85</sup>, as entusiásticas composições literárias – quatro sonetos redigidos em português e dois epigramas em latim –, permitiam, a uma pequena elite intelectual (Alves 1985: 65), descodificar cada uma das representações alegóricas exibidas, porque dotadas “Con admirables insignias,/ Que aunque hablaban por los pies/ Representan que son bivas”, e em “los mismos pedestales/ Sobre

---

<sup>84</sup> Neste assunto discordámos de Roy Strong quando afirma que o uso da cultura visual com base na mitologia greco-latina impunha uma total subserviência do povo ao seu rei (Strong 1984: 86).

<sup>85</sup> Vasco Quevedo Castelbranco no prólogo destinado ao leitor salientou a importância do cronista-mor na organização e concepção da entrada régia de 1619: “à quien por razon del cargo, y merecimiento de persona, cabe solamente esta empresa” (Castelbranco 1619: II).

que estaban erguidas,/ Las letras de suas figuras/ En oro se ven escritas” engenhosas composições<sup>86</sup> (Lobo 1623: 32v-33).

Acompanhada das principais virtudes inerentes a uma urbe capital – zelosa, verdadeira, fiel, afeiçoada e obediente para com o seu Rei<sup>87</sup> –, a sempre leal cidade de Lisboa surgia materializada no padrão sobre a forma de uma figura escultórica feminina, “hermosa, risueña, y rica/ Con ambos braços abiertos” (Lobo 1623: 32v/ Castelbranco 1619: 35), em posição triunfante como que a recitar um prodigioso soneto (Lavanha 1622: 8v). A representação alegórica da cidade já fora utilizada na entrada régia de D. Filipe I em Junho de 1581, quando, no padrão das portas da urbe, fora colocada, entre os santos patronos de Lisboa, uma “grande figura destatua Com a maõ aberta Como que pedia esmola que seneficaua ser a cidade de lix<sup>a</sup>” (Soares 1953: 195).

Expressando o sentimento geral dos portugueses, bem mais exigente e menos adulator do que o patente nas construções erguidas pelas nações estrangeiras (Kubler 2005: 136), o soneto, utilizado por Lavanha para a descrição inaugural da cidade, exortava o ansioso alento da visita e prolongada estadia do monarca:

---

<sup>86</sup> As anónimas *Lembranças de Portugal a seu pouo*, apresentadas nas Cortes de Lisboa de 1579 (Soares 1953: 110-113), colocariam o Reino a falar na primeira pessoa através de alegorias artísticas e personificações textuais, numa estratégia política constante em todo o período filipino.

<sup>87</sup> Na listagem de temas alegóricos elaborada por Pizarro Gómez verifica-se que o recurso às representações, pictóricas e escultóricas, das várias alegorias foi uma constante nas entradas régias de D. Filipe I de Portugal por toda a Europa. À excepção da virtude do Zelo explorou-se igualmente o tema do Amor em Mons de Henao, Bélgica, no arco da segunda porta da cidade em 1549-1551; da Fidelidade/Lealdade no arco da Porta de Visagra na entrada de Toledo, Espanha, em 1559-1560; da Obediência no arco público da praça do Linho em Antuérpia, na viagem de 1549-1551, no arco da Puerta de la Visagra na viagem de Toledo, entre 1559-1560; e uma pintura no arco da Calle Mayor em Madrid na viagem de Segóvia em 1570. A Verdade seria personificada, por exemplo, nos espectáculos organizados em Lille e na vila de Arras, França (Pizarro Gómez 1999: 174-177).

De largas esperanças sustentada  
(Que hũ ardente desejo não descansa)  
Vivi Principe Augusto na esperança  
De vossa Real presença desejada.  
Oje que o ceo me mostra a suspirada  
Luz, nunciadora de imortal bonança  
Quam prolongada foi minha esperança  
Seja vossa demora dilatada. (Lavanha 1622: 8v).

Nos versos seguintes eram realçadas as características naturais e geográficas, as qualidades materiais e culturais e as potencialidades estratégicas e políticas da cidade de Lisboa – “ella sola es un Reyno” (Bouza Álvarez 2000: 165, nota 14) –, indo ao encontro das pretensões manifestadas de deslocar a Corte do centro da Península Ibérica para as margens do Atlântico no reinado anterior<sup>88</sup>:

Entre as outras Cidades na opulencia  
Rainha sou, no clima, & na riqueza  
De esforço, & letras, clara em dignidade.  
Ajuntaime às demais esta excellencia  
Que sirva, sendo eu trono à tal grandeza  
O melhor, à mais alta Magestade (Lavanha 1622: 8v, 9).

Igualmente teatralizante, a figura alegórica do Zelo, a única escultura masculina presente no referido grupo escultórico, foi representada a empunhar numa mão o globo terrestre e na outra

---

<sup>88</sup> É sintomática a quantidade de obras publicadas no período filipino a exaltar as *virtudes* de Lisboa, anseio manifestado pelos muitos poetas portugueses e também por alguns espanhóis como realçou Fernando Bouza Álvarez (Bouza Álvarez, 2000: 162).

uma asa<sup>89</sup> (Castelbranco 1619: 35v), atributos imagéticos que pretendiam anunciar o nome do monarca em todo o seu imenso Império, um vasto território que deixaria o grande “Alexandre famoso, descontente”. O soneto encomiástico do Zelo Lusitano fazia ainda alusão à memorável data da entrada do monarca em Lisboa (Lavanha 1622: 9; Lobo 1623: 32v).

Em tam claro triunfo & bello dia  
 Quando a terra se mostra mais contente,  
 Não pode o ardente Zelo estar ausente  
 Para levar as novas de alegria.  
 Agora porem sinto o que sentia  
 Alexandre famoso, descontente  
 De aver hũ mundo so no qual somente  
 Mostrar pudesse esforço & valentia.  
 Tal he de todo este Globo à meu desejo  
 Porque me vai esta aza dilatando  
 Com tal pressa, que pouco lhe parece.  
 Outra aza fica ainda desejando  
 De levar vosso nome neste ensejo,  
 Por mais Mundos o Rei, se mais ouvesse (Lavanha 1622: 9).

Embora posterior ao acontecimento não deixa de ser curiosa a interpretação feita pelo padre Raphael Bluteau (1638-1734) sobre esta palavra: “quanto mais vivamente se acende o zelo do Principe, & mais seguro està o seu domínio do contagio dos vicios, & por conseguinte dos açoutes do Ceo”. Era bastante sintomático o adágio popular português: “o mau zelo he cutello da Republica” (Bluteau 1721: VIII, 635-636).

A escultura seguinte mostrava a Verdade, uma figura alegórica feminina, “luziente biva estrella” (Castelbranco 1619: 35), ostentando um espelho em uma das mãos, cujo simbolismo

---

<sup>89</sup> Certamente em alusão às asas com que o mensageiro dos deuses, Hermes/Mercúrio, estava dotado.

do atributo e a sua presença física eram explicados através de epigrama redigido em latim<sup>90</sup> mas que Lavanha traduziu na sua obra. Através do espelho, objeto normalmente associado à alegoria da Prudência e que permite contemplar o passado e o futuro (Feuillet 2005: 60), eram enfatizadas a retidão e a equidade do Reino perante o seu legítimo governante, transparecendo ainda na mensagem, a notória alegria dos portugueses em receber o monarca, sentimento esse igualmente extensível aos seus descendentes (Lavanha 1622: 9 e v; Lobo 1623: 33).

Vestida em habito de Verdade trago por insignias o meu officio este espelho, ao qual sou tam semelhante, que parecemos iguaes. Sou de vidro patente à todos, & ao que tenho no coração responde tão o rosto, que assegura de qualquer engano. O que hũa vez se me imprime nunca se borra, tendo por grave pecado mostrar o contrario do que sinto. Com esta verdade ò gram Rei celebramos vossas festas, que as que são de tam verdadeiro Principe so de verdades se podem fazer. E pois o sou recebei este Espelho, em que se quiserdes ver a alegria, & fè dos Portugueses em vosso recebimento, vereis Senhor, que para vos, & para vossos decedentes sera sempre a mesma. (Lavanha 1622: 9 v).

---

<sup>90</sup> Segue a transcrição do texto original: “INDVOR HOS HABITVS SPECIES NOTISSIMA VERI/MVNERIS HAEC REFERO NVNTIA SIGNA MEI/ EN SPECVLVM, SPECVLO SIMILIS SVM DICTA, VIDEMVR/ ESSE SIMVL SORTIS CONDITIONE PARES./ VITREA SVM, CVNCTIS PATEO, QVODQVE INTIMA SERVANT/ VISCERA, DAT FACIES, HINC DOLVS OMNIS ABEST/QUÆ SEMEL IMPRESSA EST, EADEM RETINETVR IMAGO,/ MENTITAQUE ALIAM FINGERE FRONTE NEFAS./ HAC FACIE REX MAGNE TVVM CELEBRANVS HONOREM / OMNIA SVB VERO PRINCIPE VERA DECENT./ IPSA TIBI HOC DONO SPECVLVM, SI CERNERE MALIS/ QVA TE ORE ACCIPIAT LYSIA, QVA VE FIDE:/ TEQUE TVOSQUE SIMVL LENTE SPECVLARE, VIDEBIS/ ESSE EADEM TIBI REX ORA, EADEMQVE TUIS” (LAVANHA 1622: 9).

Em posição dianteira do conjunto do flanco esquerdo surgia a alegoria da Fidelidade, o par da representação figurativa da sempre leal cidade de Lisboa<sup>91</sup>, empunhando a oferenda destinada ao monarca recém-chegado, um “prato cheo de corações”<sup>92</sup>, os corações dos próprios cidadãos lisboetas anteriormente oferecidos durante o discurso do edil<sup>93</sup>. Tal como as restantes, a figura fora colocada sobre um pedestal dotado com um soneto inscrito, cuja mensagem era bastante explícita: somente com a lealdade do Reino de Portugal era possível continuar a expandir o seu Império (Lavanha 1622: 9 v; Lobo 1623: 32v; Castelbranco 1619: 35 v):

Destes vassallos leaes vos offerece  
 Corações puros a fidelidade.  
 Vede, que de seus Reis a Magestade  
 Por filhos, não vassallos os conhece,  
 Inclinaí pois à offerta que o merece,  
 Benigno no vulto, & liberal vontade,  
 Imitando à suprema Deidade  
 Que corações aceita, & agradece.  
 Se à Portuguesa fè o amor responde,  
 Tendo em seu nobre peito igual districto  
 A lealdade, o favor que tudo abarca.  
 Onde porão as vossas Quinas? onde?  
 Outros Mundos buscai Monarcha invicto,  
 Que de outros Mundos vos farão Monarcha (Lavanha 1622: 9v).

---

<sup>91</sup> A leitura de Bouza Álvarez é direccionada, no entanto, para a metafórica relação matrimonial entre o monarca e a cidade (Bouza Álvarez 2000: 172).

<sup>92</sup> Embora Alenda y Mira tenha descrito que “La primera de éstas representaba á la ciudad de Lisboa com un plato de corazones en la mano” (Alenda y Mira 1903: 198), e Quevedo Castelbranco aluda nos seus versos um vaso de ouro repleto de rubis (Castelbranco 1619: 35 v).

<sup>93</sup> Porém, Raphael Bluteau esclarece que a figura alegórica da Fidelidade era apresentada acompanhada de um cão, em representação da sua lealdade, e transportando uma chave e um sinete, objectos que simbolizam o segredo (Bluteau 1713: III, 108).

Por ora, ficava, assim, manifesto o sentimento de fidelidade ao Rei e aos herdeiros do ramo espanhol da Casa de Áustria.

Em consonância com a representação anterior surgia a alegoria do Amor. A sua representação mostrava uma escultura feminina segurando numa mão um ramo de chamas-de-fogo<sup>94</sup> e na outra um ramo de dormideiras<sup>95</sup> (Lavanha 1622: 9v). De acordo com interpretação de Rodrigues Lobo, apresentada de forma mais inteligível do que a de Baptista Lavanha ou a de Quevedo Castelbranco, a primeira flor estaria associada à paixão ardente de conquistar novos mundos “Que con otra ala tendida/ Señalava Promptitud”, enquanto a segunda se traduziria no deleite em usufruir pacificamente dos mundos então conquistados “Y un ramo otra mano hazia./ Que senalava descanso,/Y sueno del que se olvida/ Por tener la paz segura”, onde estaria incluído certamente Portugal (Lobo 1623: 33).

O texto original inscrito na base da respectiva figura escultórica, reproduzido por Lavanha, expressava os poderes terapêuticos da dormideira associados à filha da Discórdia, Letes, a divindade que baptizara de Esquecimento um dos rios do Hades na mitologia greco-latina (Buescu 2000: 918-919). Qual a mensagem que se pretendia transmitir a D. Filipe II? Porventura seria o esquecimento a que votara ao Reino português mas que os seus súbitos estariam preparados a olvidar caso o monarca instalasse a Corte em Lisboa? Ou o governo de Portugal trar-lhe-ia glória imorredoura?

Amor que nestas mostras debuxado  
Rei claro vos recebe, & vos convida

---

<sup>94</sup> A *Woodfordia fruticosa* proveniente da Índia.

<sup>95</sup> A designação vulgar da *Papaver somniferum*, ou seja, das papoilas opiáceas.

Esta dando hum penhor da fee devida  
 Mostrando aquelle braço afogueado.  
 O verde ramo ainda em flor cortado  
 Da dormideira em Lethes ja metida  
 Vos està segurando em toda a vida  
 Poder dormir quieto & sossegado.  
 Vinde pois Rei, que o Amor vos leva, & guia;  
 Tomai do Reino o leme brandamente;  
 Que o Ceo o quer, a Terra, o Mundo o clama.  
 Dormindo nos regei, que o amor vigia,  
 Sò que tenhais, vos lembro, entre tal gente,  
 Por forol do governo aquella chama (Lavanha 1622: 9v-10).

Apresentada de forma humilde e reclinada, a última escultura alegórica, evocando a Obediência, foi concebida a segurar um grilhão na mão direita e uma asa na esquerda, a complementar com a asa oferecida pelo Zelo, tendo no pedestal, como a estátua da Verdade, um longo epigrama latino<sup>96</sup>. O obediente Reino de Portugal prostrava-se assim aos pés do monarca e continuar-se-ia a manter subordinado ainda que agrilhado. Numa virtude de maior estima pretendia salientar que a submissão imposta seria sempre assumida como um dever incondicional do Reino para com o seu Rei (Lavanha 1622: 10: Lobo 1623: 33;Castelbranco 1619: 35v).

---

<sup>96</sup> Segue a transcrição do texto original: “OBSEQVII CVLTRIX VESTIGIA REGIS ADORO OPTA TOQVE LIBENS DO MEA COLLA IVGO. NON GRAVAT ISTVD ONVS, NEC PONDERE DEPRIMIT IMO HOC MAGIS ILLA LEVAT, QVO MAGIS VRGET ONVS. SI IVBEAS VALIDIS INNECTERE COLLA CATENIS, SI MANIBVS MANICAS, ARCTAQVE VINCLA PEDI, FERREA VELOCES PARIENT MIHI PONDERA A PENNAS OCYVS IMPERII IVSSA POTENTIS AGAM. TENDERE SI IVBEAS IN APERTA PERICVLA CVRRAM, VT SOLET AERIIS ACTA SAGITTA PLAGIS. QVAM LEVE COLLA IVGVM REFERVNT! CVIS VFFICIT VNA HAEC DEXTERA, QVOD PARITER IVNCTA SAGITTA MOVET. HOC NE IVGVM EST? POTIVS NATVRA INVERTIT IN ARCVN Vnde TVO IMPERIO PROMPTA SAGITTA VOLEM” (Lavanha 1622: 10).



A Obediencia sou que adoro del Rei as pisadas offerecêdo de boa vontade o pescoço ao desejado jugo, carga que não somête não oprime, nê pesa, antes parece ser de mais descanso, quando de maior peso; para cuja prova ainda que me mãeis Señor carregar de cadeas, & que tenha esposas nas mãos, & grilhos nos pees, estes ferros me sirvirão de penas para vos obedecer voando, & se me mãardes oppor àos mais manifestos perigos, correrei mais de pressa à meterme nelles, que pelo ar a seta mais veloz. O ã leve he o nosso jugo governado de tal obediencia, & ajudado de tal prontidão! não merece nome de jugo, mais propriamente se pode chamar arco, do qual como seta voarei sempre Señor a obedecervos (Lavanha 1622: 10).

Ultrapassado o arco dos mercadores portugueses, um “Arco triunfal tam sumptuoso, & de tanta grãdeza, & majestade”, cujo programa decorativo exaltava as virtudes da Prudência, Fortaleza, Liberalidade e Religião e os quatro continentes conhecidos até então, o cortejo prosseguiu pela engalanada artéria, com cerca de 80<sup>m</sup> de comprimento por 22<sup>m</sup> de largo, portanto com quase o dobro do espaço da área anterior. Repetindo a disposição do programa decorativo inicial, esta secção fora dotada de trinta e dois pedestais, dezasseis por flanco, igualmente dourados e prateados, sobre os quais foram colocadas dezasseis estátuas dispostas a pares. Aqui, cada um dos oito grandes heróis portugueses representados, responsáveis por grandes feitos militares no Reino e Império Português, estava acompanhado da virtude mais apropriada<sup>97</sup>, algumas delas já representadas e evocadas anteriormente (Lavanha 1619: 15-16; 20v-22).

---

<sup>97</sup> No flanco da direita estava D. João de Castro, vice-rei da Índia, acompanhado pela Verdade; André Furtado de Mendonça, governador da mesma província, guiado pela Vitória; Pedro de Meneses, o governador da cidade de Ceuta, pela Constância; e Nuno Fernandez de Ataíde, o valeroso capitão geral da cidade de Safim, pela Ousadia. No outro flanco surgia D. Luís de Ataíde, um outro vice-rei da Índia, guiado pela virtuosa Vigilância; o fiel Martim de Freitas, alcaide de Coimbra, era acompanhado pela Fidelidade;

No final da avenida das Virtudes e “dos varões ilustres nellas assinalados” – assim designada por Lavanha sob a influência do primeiro verso d’*Os Lusíadas* –, junto das portas da cidade e antes de alcançar o arco comemorativo dos negociantes ingleses, fora colocado um aparatoso palanque, de três tabuleiros e guarnecido de ricas alcatifas, próximo do qual aguardava o senado de Lisboa. No momento da chegada do cortejo, o deputado da Mesa da Consciência e Ordens, Inácio Ferreira (séc. XVII), subiu ao estrado e, com a lealdade e a firmeza da gente portuguesa (Lobo 1623: 50 v), dirigiu novo cumprimento ao monarca, numa prática comum celebrada nas vilas e cidades do itinerário régio para confirmação ou obtenção de novos foros, mercês e privilégios.

Manifestando os anseios do Reino, a reverencial saudação laudatória, imbuída num impositivo tom crítico, atribuída à larga ausência do muito poderoso e clementíssimo Rei-Pio, o estado em que Lisboa se encontrava: “desamparada feita quasi viuva”, tal como Jerusalém “no tempo de seus trabalhos”<sup>98</sup> (Lavanha 1619:

---

Paio Perez Correia, o conquistador do Algarve, pela Diligência; e Duarte Pacheco, um valeroso militar, da Tolerância (Lavanha 1619: 20v-22).

<sup>98</sup> Encontrando em algumas obras coevas inúmeros laivos comparativos entre a Jerusalém descrita por Jeremias (Bouza Álvarez 2000: 166-169). Como salientou João Pedro d’Alvarenga algumas das composições atribuídas a D. Pedro Cristo (c. 1550-1618), mestre de capela nas casas monásticas de Santa Cruz, em Coimbra, e de São Vicente de Fora, em Lisboa, possuem um conteúdo político camuflado relacionado com a União Ibérica. Em nosso entender, enquanto o *Incipit lamentatio Jeremiae Prophetae* alude ao desprezo da capitalidade de Lisboa “Como está só esta cidade, outrora tão populosa/ Tornou-se como que uma viúva, a que domina os povos/ A princesa das províncias ficou sujeita ao tributo”, o moteto *Lacrimans sitivit anima mea*, composto entre 1580 e 1590, manifesta um forte pendor da autonomia política de Portugal clamando, muito provavelmente, por D. António, o prior do Crato, que fora obrigado a um forçado exílio “Ai de mim, exilado [D. António?], porque o meu exílio [o do Reino?], prolonga-se demasiado [...] regressa, regressa para que possas ver-me e fruir-me para sempre”. Já no responsório *Hodie nobis de caelo* fica manifesto um novo desejo: “Da restauração da antiga e eterna felicidade”. Folheto informativo da 25ª Temporada de Música em São Roque: Coimbra – II seicento em Santa Cruz, organização do Museu de São Roque/Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 8 de Novembro de 2013; e; João Pedro D’Alvarenga, *Obras de referência da Cultura*

22). E neste sentido, só a visita do monarca, qual figura *conjugal* e *paternal*, poderia augurar profundas e decisivas transformações políticas, para “tam grande o contentamento destes leaes vassalos que nem se pode declarar com palavras, nẽ representar com festas exteriores”, pois “amãõ a seus Principes como à Pais, sendo tambem delles amados como filhos” (Lavanha 1619: 22v).

Obliterando os acontecimentos das campanhas militares de 1580, o orador consagrou a entrega de Portugal à providência divina e não ao arbítrio humano, ao contrário dos grandes impérios da Antiguidade, então considerados diminutos se comparados com os vastos horizontes do império de D. Filipe II. O monarca e os seus antecessores não só tinham dilatado as fronteiras territoriais dos reinos ibéricos como tinham expandido o Reino dos Céus, motivo pelo qual “esta grande Monarchia edificada sobre colunas da Fè Catholica, & justiça cõ ã V. Mag. a possue, & governa” deveria perdurar *ad multo annos* (Lavanha 1619: 22v).

“Con agradable semblante/ Cara amorosa, y risueña” (Lobo 1623: 50 v), Inácio Ferreira alcançaria o ponto alto do seu discurso no momento em que tornou pública a manifesta aspiração de Lisboa – como Heitor de Pina [séc. XVI] já havia clamado perante D. Filipe I em 1581 (Guerreiro 1581: XXIII) –, se tornar no assento da monarquia dual ibérica e, por conseguinte, o centro administrativo dos dois Impérios:

Digo Sõr para toda Espanha, porã seu amparo & augmẽto consiste em V. Mag. fazer cabeça do seu Imperio esta antiga & Illustre Cidade, mais digna delle ã todas as do mundo, assistindo aqui cõ sua Real Corte, pois he o coração & meio de todos os seus Estados, donde se podera com mòr facilidade acudir à todas as partes sã se perder occasiãõ. Seja pois V. Mag. muito bẽ vindo, & os Principes Senhores

---

*Portuguesa: Música*, Centro Nacional de Cultura, <http://www.e-cultura.pt/> consultado no dia 19 de Dezembro de 2013.

nossos<sup>99</sup>, para daqui exercitar sua fortaleza, a liberalidade, a tēperança, a mansidão, & paternal afabilidade de ã Deos o dotou, tendo sempre diante dos olhos esta preciosa jóia (Lavanha 1619: 22-v).

Incondicionalmente leal e faustosamente preciosa, só Lisboa, “ã ja neste dia parece senhora do mundo”, permitiria ao soberano “domar todas as barbaras nações, & igualar seu poder, cõ o querer para ã também com sua liberalissima condição enriqueça cõ grandes mercees à todos seus vassalos” (Lavanha 1619: 22-v). Também os sucessivos apelos expressos nos restantes monumentos efémeros erguidos ao longo do itinerário festivo explicitavam uma dual angústia e aspiração de o convencer a trocar Madrid por Lisboa, um centro urbano privilegiado para o assento da Corte dos reinos ibéricos e para o estabelecimento do governo central do comércio ultramarino<sup>100</sup>. Mas a capital atlântica – populosa, abastada e vantajosamente central pois “Hespanha he a cabeça, e nella està Lisboa, no lugar dos olhos” (Vasconcelos 1608: 10) –, não era a única a procurar a capitalidade ibérica, pois também Valhadolid, assento da Corte entre 1601 e 1606, disputava essa posição com Madrid (Olival 2006: 196-197). Lisboa deveria assim assumir o papel *consorte* e não de *viúva abandonada* (Bouza Álvarez 2000: 168-170).

Muitos seriam os testemunhos do desalento causado pelo impasse da jornada lusitana, culpabilizando-se, no entanto, não o monarca mas sim os seus ministros e conselheiros mais próximos,

---

<sup>99</sup> Integrava a comitiva régia o príncipe herdeiro, o futuro D. Filipe III.

<sup>100</sup> São inúmeros os autores coevos que através das suas obras clamavam a capitalidade de Lisboa como Luís Mendes de Vasconcelos, em *Do sítio de Lisboa* (1608) e António Severim de Faria, em *Discursos Varios Politicos* (1624) e apontavam os resultados desse impasse como salientou Francisco Rodrigues Lobo (1619) n’*A Corte na Aldeia*. Sobre este assunto *vide* o artigo de Miguel Ángel López Millán (2011).

acusados de negligenciarem os interesses nacionais<sup>101</sup>. O relato deixado por Roiz Soares mostra evidentemente o apreço manifestado pelo monarca, “elRey era e he hũ santo”, “hera hum Santo benino manço que todos se perdiaõ por elle”, ao contrário dos seus validos “que não tinhaõ boa uontade aos purtugueses” (Soares 1953: 425, 434).

Nem mesmo os vice-reis portugueses tinham granjeado o afecto do povo como sugere uma trova satírica afixada nas portas do Paço da Ribeira em 1604, no seguimento da nomeação do bispo de Leiria e inquisidor-mor, D. Pedro de Castilho (?-1613): “Infeliz Portugal [...] Reino triste e descontente/ com tão mau regimento [...] tens vindo a enfraquecer/ e tão fraca ovelha ser/ que te dão por rei pastores” (Olival 2006: 158-159). Ora fazia todo o sentido o antigo adágio popular “Amor, & Reino naõ quer parceiro” (Bluteau 1712: I, 348). Aliás, D. Filipe II, enquanto esteve em Lisboa inspeccionou o Tribunal da Relação, onde publicamente afirmou que “a causa mais principal que o movera à vir à Portugal, fora entender, que a justiça estava nelle pouco respeitada, & enfraquecida”, ao que regedor lhe respondeu que se devia somente à ausência do Rei do seu Reino (Lavanha 1619: 72-74). Assim versou o mesmo assunto Rodrigues Lobo:

Agraviado, y descontento  
 Se quexava ha muchos anos  
 De la ausencia de su Rey  
 El buen Reyno Lusitano.  
 Llamavanle las Ciudades,  
 Davan bozes los vassalos,  
 [...]  
 Murmuravan sus descuidos,  
 Culpavan a sus privados,  
 Condenavan sus concejos (Lobo 1623: 3v-4).

---

<sup>101</sup> Ainda assim durante o seu reinado a nobreza portuguesa viu almejar algumas das suas ambições ao serem atribuídos dezasseis títulos de conde, dois de marqueses e um de duque (Secco 1836: 131-132).

No final terminariam os enganos pois “las secas esperanças/ Produzieron nuevos ramos” (Lobo 1623: 3v-4). Numa prevista relação simbiótica esperavam deste modo os vassalos serem devidamente recompensados pelos compromissos assumidos neste “aparato expressivo da monarquia” (Curto 1991: 252), assim como ficavam implícitos os deveres do monarca para com o seu Reino. Oferecer ao Rei para depois receber do Rei:

Propicio, y fausto anuncio à su esperança,  
 Que à los desseos los efectos mide,  
 Y en señal, que tendrá sa segurança,  
 Que para sus antigos fueros pide.  
 Y sin alteracion, y sin mudança  
 De los firmados pactos no se olvide  
 El Monarcha, que son de un Rey prudente  
 Pactos firmados à sua amada gente (Castelbranco 1619: 57).

Mas aparentemente esta seria uma paz frágil e instável como evidenciam os inúmeros focos de tensão despoletados quando ainda o monarca estanciava em Portugal. Basta recordar o forte aparato militar aquando da entrada régia e o episódio da violenta rixa ocorrida durante as festividades de Nossa Senhora da Luz, em Setembro de 1619, da qual resultaram mais de sessenta feridos e quatro ou cinco mortos (Soares 1953: 422, 432-433). Convém recordar que ao longo do período da União Ibérica sentiu-se um constante clima instabilidade entre as tropas castelhanas aboletadas nas principais fortalezas da cidade e os soldados portugueses, e por vezes, mesmo até com os populares<sup>102</sup>. A vinda do monarca a Portugal tornava-se assim numa questão vital para a manutenção política do seu governo e, sobretudo, para a sucessão do seu herdeiro.

---

<sup>102</sup> Logo em 1623, durante uma parada militar no Terreiro do Paço, originou-se um motim “questeve en Risco de se perder lix<sup>[bo]ja</sup>” (Soares 1953: 457-458).

Concebida propositadamente para receber o legítimo governante ausente nos seus domínios territoriais, a grandiosa empresa de 1619, uma das mais afamadas e comentadas entradas régias europeias da Época Moderna (Kubler 2005: 135), permitiu a D. Filipe II de Portugal não só acalantar providencialmente as principais instâncias administrativas nacionais e apaziguar os turbulentos anseios sociais, como possibilitou o exercício do poder régio na consolidação de uma estratégia de continuidade governativa. Por sua vez, a edilidade de Lisboa, sob o olhar atento do vice-rei e do próprio Rei, seguiu fielmente a mesma estratégia de conciliação política ao patrocinar um monumento celebrativo junto à principal entrada da cidade com o propósito de granjear o afeto do monarca.

Era indispensável garantir a confirmação, e ampliação se possível, de todos os privilégios jurisdicionais definidos em 1581, de modo a manter uma gestão autonómica e salvaguardar os interesses económicos do Reino.

Disposto de modo a enobrecer os dispositivos cénicos materializados num espaço e tempo privilegiados, um conjunto de seis esculturas alegóricas, representando a cidade de Lisboa rodeada das suas principais virtudes, recebia fiel e humildemente o monarca. Através de um programa ideológico literário composto por diligentes textos apologéticos e exortatórios, individualizantes mas complementares entre si, eram expressas publicamente as qualidades e as capacidades de um povo desconhecido perante o seu Rei, distante e ausente, da mesma forma que estas virtudes deveriam ser apanágio do próprio monarca para bom governo dos seus vassalos.

Afinal de contas o Reino, com o monarca ausente, somente queria em Lisboa o seu Rei presente!

**BIBLIOGRAFIA****Fontes impressas:**

Anónimo (1619): *Tercera relacion de las grandiosas fiestas que la ciudad de Lisboa tiene prevenidas, para recibir a la Catolica Magestad del Rey don Felipe III nuestro señor*, Sevilha, Francisco de Lyra.

Aguilar y Prado (1619): Jacinto Aguilar y Prado, *Escrito primero de la entrada que hizo su Magestad, y sus Altezas en Lisboa: y la Jornada que hizieron las galeras de España, y de Portugal, desde el Puerto de Santa Maria, hasta la famosa ciudad de Lisboa*, Lisboa, Por Pedro Craesbeeck.

Arce (1619): Francisco de Arce, *Fiestas reales de Lisboa, desde que el Rey nuestro Señor entró, hasta que salió*, Lisboa, Por Jorge Rodriguez.

Bluteau (1712-1721): Raphael Bluteau (1712-1721), *Vocabulario portuguez, e latino: aulico, anatomico, architectonico [...] autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes, e latinos, e offerecido a El rei de Portugal, D. João V*, vários tomos, Lisboa/Coimbra, Oficinas de Pascoal da Sylva e Colégio das Artes da Companhia de Jesus.

Castelbranco (1619): Vasco Mousinho de Quevedo Castelbranco (1619), *Triumpho del Monarcha Philippo Tercero en la felicissima entrada de Lisboa*, Lisboa, Por Jorge Rodrigues.

Lavanha (1622): João Baptista Lavanha, *Viagem da Catholica Real Magestade del Rey D. Filipe II N.S. ao Reyno de Portugal E rellação do solene recebimento que nelle se lhe fez S. Magestade a mandou escrever por João Baptista Lavanha sev cronista maior*, Madrid, Por Thomas Iunti Impressor del Rei.

Lobo (1623): Francisco Rodrigues Lobo, *La Jornada que la Magestad Catholica del Rey Don Phelippe III. de las Hespañias hizo a su*



*Reyno de Portugal; y el Triumpho y pompa con que le recibió la insigne Ciudad de Lisboa el año de 1619.* Lisboa, Oficina de Pedro Crasbeeck.

Macedo (1631): António de Sousa Macedo, *Flores de España, Excelencias de Portugal*, Lisboa, Impressa por Jorge Rodrigues.

San Martín (1624): Gregorio de San Martín, *El triumpho mas famoso que hizo Lisboa a la entrada del rey Don Phelippe Tercero d’España, y Segundo de Portugal*, Lisboa, Oficina de Pedro Craesbeeck.

San Martín (1642): Gregorio de San Martín, *Sucessos felices intitulados, finezas de amor*. Lisboa: Por Manoel da Sylva.

Vasconcelos (1608): Luis Mendes de Vasconcelos, *Do sítio de Lisboa*, Lisboa, Oficina de Luys Estupiñan.

Velázquez (1581): Isidro Velázquez, *La entrada que en Reino de Portugal hizo la S.C.R.M. de Don Philipe, invictissimo Rey de las Españas, segundo deste nombre, primero de Portugal*, Lisboa, Por Manuel de Lyra a costa de Symon Lopez Librero.

### **Obras de consulta:**

Anónimo (1959): *Documentos do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa*, tomo III, Lisboa, Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa.

Anónimo (1855): “Regimento das entradas dos Senhores Reis nas Cidades ou Villas de 27 de Abril de 1619” in José Justino de Andrade e Silva (Compilação de), *Collecção Chronologica da Legislação Portugueza. 1613-1619*, Lisboa: Imprensa de J. J. A. Silva, pp. 354-355.

Alves (1986): Ana Maria Alves, *As entradas régias portuguesas: uma visão de conjunto*, Lisboa, Livros Horizonte.

Bethencourt (1991): Francisco Bethencourt, “A sociogénese do sentimento nacional” in Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto

(Organização de) *A Memória da Nação*, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, pp. 473-503.

Bernal García (2008): J. Jaime Bernal García, "La Jornada de Felipe III a Portugal: Ceremonia y Negociación Política" in *Iberismo. La relaciones entre España y Portugal. Historia y tiempo actual y otros estudios sobre Extremadura*, Llerena, Sociedad Estremeña de Historia, pp. 105-115.

Bouza Álvarez (2000): Fernando Bouza Álvarez, *Portugal no tempo dos Filipes. Política, Cultura, Representações (1580-1664)*, Lisboa, Edições Cosmos.

Buescu (2000): Victor Buescu, "Letes" in *Enciclopédia Verbo Luso-Brasileira de Cultura*, 17, Lisboa/São Paulo, Editorial Verbo, pp. 918-919.

Cardim (2008): Pedro Cardim, "Felipe III, la Jornada de Portugal y las Cortes de 1619" in José Martínez Millán e Maria Antoniette Visceglia (Coordenação de), *La Corte de Felipe III y el Gobierno de la Monarquía Católica (1598-1621)*, Madrid, Fundación Mapfre, vol. IV, pp. 900-946.

Curto, Diogo Ramada. (2011). *Cultura Política no tempo dos Filipes (1580-1640)*. Lisboa: Edições 70.

Curto (1991): Diogo Ramada Curto, "Ritos e cerimónias da monarquia em Portugal (séculos XVI a XVIII)" in Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto (Organização de), *A Memória da Nação*, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, pp. 201-265.

Ferro (2013): Manuel Ferro, "A interseção do paradigma tassiano na épica portuguesa do Barroco: O caso exemplar de Vasco Mouzinho de Quevedo Castelbranco – O *Discurso sobre a Vida e Morte de Santa Isabel* (1597), *Afonso Africano* (1611) e *Triumpho del monarca Philipo tercero en la felicissima entrada en Lisboa* (1619)", *Veredas: revista da Associação Internacional de Lusitanistas* [no prelo].

Feuillet (2005): Michel Feuillet, *Léxico dos símbolos cristãos*, Mem Martins, Publicações Europa-América.

- Gan (1991): Pedro Gan Giménez, “La Jornada de Felipe III a Portugal (1619)”, *Chronica Nova*, 19, pp. 407-431.
- López (2011): Miguel Ángel López Millán, “Lisboa en el periodo filipino. Las aspiraciones a la capitalidad”, *Ab Initio*, 3, pp. 59-71.
- Olival (2006): Fernanda Olival, *D. Filipe II*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- Pacheco (2013): Milton Pacheco, “Um marco público da pedagogia inquisitorial. O arco triunfal dos familiares do Santo Ofício de Lisboa na entrada régia de D. Filipe II em 1619” [no prelo].
- Pacheco (2014): Milton Pacheco, “Celebrate Empire: The presence of the Portuguese possessions at the royal entry of King Philip I in Lisbon (1581)”, *Actas do Congresso Internacional European Courts in a Globalized World (1400–1700)*, Lisboa, PALATIUM: European Science Foundation/Centro de História de Aquém e Além-Mar [no prelo].
- Pizarro (1999): Francisco Javier Gómez Pizarro, *Arte y espectáculo en los viajes de Felipe II*, Madrid, Ediciones Encuentro.
- Kubler (2005): George Kubler, *A arquitectura Portuguesa Chã. Entre as Especiarias e os Diamantes (1521-1706)*, Lisboa, Vega.
- Senos (2003): Nuno Senos, “Na esperança de vossa real presença desejada. El arte y un poder ausente en la Lisboa filipina, 1580-1640”, *Reales Sitios: Revista del Patrimonio Nacional*, 158, pp. 48-62.
- Senos (2003): Nuno Senos, “A Coroa e a Igreja na Lisboa de Quinhentos”, *Lusitania Sacra*, 2ª série, 15, pp. 97-117.
- Soares (1953): Pedro Roiz Soares, *Memorial que contem todos os cazos dinos de memoria acontecidos nesta insigne cidade de Lisboa, cabessa primas das espanhas com outros acontecimentos noutros Reinos*, Manuel Lopes de Almeida (Leitura e revisão de), Coimbra, Por Ordem da Universidade.
- Soromenho (2000): Miguel Soromenho, “*Ingegnosi ornamenti. Architetture efémeras em Lisboa no tempo dos primeiros Filipes*” in João Castel-Branco Pereira (Coordenação de) *Arte*

*Efémera em Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 21-49.

Strong (1984): Roy Strong, *Art and Power. Renaissance Festivals 1450-1650*, Berkeley/Los Angeles, University of California Press.

## PÓS 1640: PORTUGAL, DO “OLVIDO” AO CONVÍVIO COM A ESPANHA

Manuel Gama  
Universidade do Minho  
[mrcgama@ilch.uminho.pt](mailto:mrcgama@ilch.uminho.pt)

### RESUMO

Desde a rutura de 1640, as relações entre Portugal e a Espanha têm sido marcadas pelo “olvido” e pela desconfiança. Desde a implantação das democracias, mas sobretudo nas últimas três décadas, a situação alterou-se: passou-se da suspeição ao convívio sadio e ao respeito mútuo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Portugal; Espanha; Identidade; 1640.

### ABSTRACT

After the conflict of 1640, relations between Portugal and Spain have been characterized by “forgetfulness” and distrust. Since the implementation of democracies, but especially in the last three decades, the situation has changed: it moved from suspicion to sound coexistence and mutual respect.

**KEYWORDS:** Portugal; Spain; Identity; 1640.

## I

Com a rutura do século XVII, Portugal resolveu um problema e criou outro. Por um lado, para a Espanha, passou a ser um “golpista”, um “separatista” e isso foi um problema. Por outro, com a restauração da independência plena, recuperou formalmente a sua identidade nacional e a sua posição de Estado separado da Espanha. A partir daí, os portugueses procuram remeter a Espanha ao “olvido”. No entanto, a presença física da potência vizinha, e alguns episódios históricos, obrigam Portugal a

uma atenção disfarçada, ou seja, existe um “olvido”, mas acompanhado de um olhar de soslaio. No entanto, a evolução histórica até à atualidade, levou a que se passasse de uma atitude de “olvido” para uma situação de convívio entre os povos peninsulares.

Depois do rompimento de seiscentos, o tema central de que interessa tratar é uma questão de vizinhos, de vizinhança. É um dado assente que os vizinhos não se escolhem; estão condenados à convivência (boa ou má).

No entanto, apesar de as coisas serem como são, a sua narrativa não é unívoca. Tal acontece também sobre este dado histórico, em que a visão apaixonada dos acontecimentos leva à sua apresentação de uma forma desfocada, no que é ponto comum em estudiosos dos dois lados da fronteira. É preciso peneirar e separar o trigo do joio. É o que encontramos numa obra, fruto de uma tese de doutoramento em História, na Universidade Complutense de Madrid, de Rafael Valladares (2006), já vertida para português, em que o investigador procura evidenciar todo o inquinamento dos muitos estudos sobre este tema. Aquele longo ensaio inclui-se num pequeno grupo de obras que, segundo o autor do prefácio da edição portuguesa, o historiador Joaquim Romero Magalhães, procura fazer “uma revisão limpa de preconceitos nacionalistas, esse incómodo “sarampo” de que falava D. Cláudio Sanchez-Albornoz.”(Magalhães 2006: 18) O referido historiador espanhol Rafael Valladares apresenta e caracteriza as posições assumidas pelos estudiosos de cada país. Do lado espanhol, destaca que a pouca atenção dada à história hispânica da segunda metade do século XVII, será consequência da peculiar especificidade da época em causa: “A consciência do fracasso que então se instalou foi assumida pela maioria dos historiadores coetâneos, os quais se limitaram a rever alguns juízos, movidos mais pelo sentimento do que pela razão”(Valladares 2006: 23).

Por seu lado, a historiografia portuguesa, em vez de tentar contribuir para o isento entendimento do conflito de 1640, preferiu enfocá-lo como o combate ao “perigo espanhol”, chegando mesmo o nacionalismo do século XIX a elevar “os acontecimentos da chamada “Restauração” à categoria de mito sagrado.”(Idem: 24) E se ainda na segunda metade de oitocentos, as posições – muitas

vezes por razões estratégicas –, a respeito do iberismo, oscilavam entre o lado dos monárquicos e a posição dos republicanos, na ditadura salazarista do século XX, a retórica sobre os acontecimentos de 1640 foi orientada pela integração desse acontecimento na teleologia da portugalidade, apresentando-o como o momento da reentrada de Portugal na dimensão da sua tradição histórica.

Com a Restauração pensava-se que Portugal, em definitivo, teria afastado todas as influências tidas como estrangeiras, incluindo a dos espanhóis. Ultrapassada aquela etapa teria, eventualmente, entrado – pelo menos na mente de alguns, à frente dos quais estava o Padre António Vieira – numa nova era em que Portugal seria o agente da edificação do Quinto Império. Nesse utópico novo Domínio imperaria o credo católico e a paz e a concórdia universais teriam a orientação de um monarca lusitano. Tema que chegou a ser alimentado por sermões de cariz místico, por meados de seiscentos, por pregadores jesuítas, franciscanos, dominicanos, carmelitas, beneditinos, entre outros<sup>103</sup>.

## II

Retomando o tema da União Ibérica, que nos parece ter sido uma “união” débil, o pensador português Sampaio Bruno (1857-1915), em dois estudos publicados no findar do século XIX, ambos intitulados “A conquista de Portugal”, faz uma leitura diferente da factualidade histórica. Segundo ele, há dois postulados a reter: a “Espanha nunca fez a conquista de Portugal” (Bruno 1898: 1) e “Portugal nunca esteve sob o domínio da Espanha” (*Idem*). Logo, conclui, Portugal nunca foi propriedade de Espanha, mas propriedade de Filipe II. Seguidamente, o nosso pensador, por entre várias teorias iberistas da segunda metade de oitocentos, faz uma clara destrição entre os jornalistas e os seus tribunos e o genuíno sentimento do povo espanhol. No primeiro

---

<sup>103</sup> Veja-se a excelente recolha e organização dos principais *Sermões* alusivos e defensores dessa causa: João Francisco Marques (organização, Introdução e Notas), (2007) *A Utopia do Quinto Império e os Pregadores da Restauração*, Edições Quasi, Vila Nova de Famalicão.

grupo, em que inclui o *Heraldo de Madrid* e a *Época*, encontra “desacertos” como o de se levantar a ideia dum “passeio militar até Lisboa”, isto é, fazer, finalmente, a conquista de Portugal. O nosso autor continua o seu raciocínio, desresponsabilizando o povo espanhol pelos desconcertos da imprensa espanhola, para concluir de forma lapidar: “O povo espanhol pensa tanto na conquista de Portugal como na da China” (*Idem*: 1).

E sobre a ideia de anexação de Portugal à Espanha, a posição do povo português, ao longo dos tempos, será semelhante. Não se quer apagar toda uma cíclica disputa de posições, quase logomaquia, acerca do iberismo, sobretudo na segunda metade do século XIX e inícios do século XX. Mas ela restringia-se ao âmbito da classe letrada (menos de um quarto da população) e sobretudo às suas elites. Eram “puros teóricos”, na expressão de Sampaio Bruno (1987: 112).

Mesmo nos tempos mais próximos de nós, esporadicamente lampejam ideias próximas do iberismo mas, pensamos, sem significativo enraizamento na idiossincrasia do povo português. Ainda assim, em inícios de 2004, o diretor do jornal *Expresso* – um dos jornais mais considerados em Portugal –, no corpo do próprio semanário, veio defender a integração de Portugal na Espanha<sup>104</sup>. Tal opinião levou à abertura de uma página de debate no jornal, durante algum tempo. Os contributos foram variados e enfocados por perspetivas políticas, económicas, culturais, etc. Não sendo fácil uma síntese, parece-nos que muitas das posições aí expressas se poderiam resumir neste enunciado: numa época em que a Catalunha, o País Basco, a Galiza, gostariam de separar-se de Madrid, desejarão os portugueses trocar uma pátria por uma província?<sup>105</sup>

---

<sup>104</sup> Embora o tema fosse abordado de forma interrogativa: “Há condições para o país continuar a ser independente? Ou será inevitável integrarmo-nos na Espanha?” - *Expresso*, Lisboa, 7 de fevereiro de 2004.

<sup>105</sup> Apesar de âmbito diferente, não queremos deixar de registar um dado. No âmbito do pós-vingte anos do Tratado de Maastricht, está a assinalar-se o Ano Europeu do Cidadão. Nesse contexto, fez-se um estudo sobre o sentido de pertença europeu a pessoas dos vários países. O Eurobarómetro mostra que apenas 59% dos portugueses inquiridos se sentem cidadãos da União Europeia (*Expresso*, 22-06-2013).



### III

Ultrapassada essa problemática, pelo menos na linha de raciocínio deste pequeno estudo, dois tópicos queremos ainda aflorar: por um lado, o relacionamento internacional após a Restauração, por outro, o tema da identidade nacional portuguesa tendo em conta as relações com a Espanha.

Com a rutura de 1640, Portugal começa o seu “olvido” em relação a Espanha, prolongando-se – ou até intensificando-se – pelos tempos fora. Essa foi a atitude portuguesa, da qual havia plena consciência em Espanha, como dá conta o mestre do federalismo espanhol, Pi y Margall (1824-1901), na segunda metade de oitocentos, na sua obra *As Nacionalidades*:

Hoje [1877] não o duvidem os meus compatriotas, está Portugal tanto ou mais alheado de nós outros do que no século XVII. Importa pouco que menosprezem ali a nacionalidade de umas tantas almas, afligidas pela constante decadência e pela fraqueza sem igual da sua pátria: as suas palavras de abatimento e de amargura não chegam ao coração do povo [...].

Pelo princípio unitário, não chegará a ser nosso Portugal senão pelas armas; e mesmo pelo da federação, tenho para comigo que terá de ser difícil o persuadi-lo a ser província de Espanha (*apud* Bruno 1987: 112-113).

Mas à reconquista da independência em relação a Espanha, não se seguirá uma independência plena, nem sequer, apesar da dualidade ibérica, um afastamento radical das duas civilizações, como está bem patente num dos mais lúcidos estudos, de Antero de Quental, *As Causas da Decadência dos Povos Peninsulares nos Últimos Três Séculos*, apresentado em conferência proferida em 1871. Logo no arranque dessa dissertação, Antero é explícito: “A decadência dos povos da Península nos últimos três séculos é um dos factos mais incontestáveis, mais evidentes da nossa história:

pode até dizer-se que essa decadência [...] é o único grande facto evidente e incontestável que nessa história aparece aos olhos do historiador filósofo." Decadência essa que, para além dos aspetos materiais, se poderia ver simbolizada na Inquisição. A ação daquela Instituição, segundo o próprio Antero, "pesava sobre as consciências como a abóbada dum cárcere" e "faz do nome de cristão um símbolo de morte; o terror religioso, finalmente, corrompe o carácter nacional, e faz de duas nações generosas hordas de fanáticos endurecidos, o horror da civilização" (Quental 1996: 46).

De qualquer modo, o "olvido" em relação a Espanha dará lugar, por um lado, à progressiva aproximação à França, do ponto de vista cultural e, por outro, ao reforço da ligação à Inglaterra, do ponto de vista económico e militar, reavivando o velho Tratado de Amizade e Aliança, firmado em março de 1374, que visava defender Portugal do, então, espírito imperialista de Castela. É nesta linha que se insere o pensamento do historiador e professor Joaquim Barradas de Carvalho (1920-1980), exposto no seu livro *Rumo de Portugal. A Europa ou o Atlântico?* (1982), que o autor diz ser uma pequena peça de um cogitado vasto projeto – que não chegou a concretizar –, que teria por título *Para uma Explicação de Portugal*. Sondando a evolução histórica do rumo de Portugal, Barradas de Carvalho explicita as ligações de Portugal. Primeiro, à Espanha, com a qual rompeu mesmo em termos culturais, ajudado por países como a Inglaterra e a França, a quem não interessava uma Península Ibérica unificada. Depois, vem a ligação àqueles países, como referimos acima. Perante este cenário da rutura de seiscentos, o historiador aqui referido conclui: "Enfim. *Portugal nunca mais foi ele próprio*" (Carvalho 1982: 62)<sup>106</sup>. A situação mantém-se mas, como é evidente, os dilemas têm-se diversificado ao longo da história. E o principal desses dilemas centra-se na escolha entre a Europa ou o Atlântico. Ou melhor, a questão não estará numa escolha exclusiva, mas na prioridade. Optando pela via europeia, vejamos o que o historiador português augura:

Se rumar para a Europa – esta Europa tão do agrado dos tecnocratas – Portugal perderá a independência de novo, chegará a mais curto ou a mais longo prazo à situação de

---

<sup>106</sup> Nesta e nas duas citações seguintes, os itálicos são do autor.

1580. Na Europa do Mercado Comum, e numa futura, hipotética, Europa política, a economia dos grandes espaços forjará uma Península Ibérica unificada, e seguramente com a capital económica em Madrid, que de capital económica se transformará, a mais curto ou mais longo prazo, em capital política. Ora este seria um resultado *contra natureza*, na medida em que nunca existiu, nem existe, uma unidade de civilização na Península Ibérica (*Idem*: 64).

E a opção certa, para o autor, perante tal encruzilhada, será a do Atlântico. Aliás, essa será a “*única condição* para que Portugal reencontre a sua individualidade, a sua especificidade, a sua genuinidade, medieva e renascentista” (*Idem*: 64-65) e “volte a ser ele próprio”.

A ideia do autor de que uma ação unificadora na Península Ibérica seria *contra natureza*, dado não existir aqui na Península “uma unidade de civilização”, dá-nos passagem para o tema seguinte sobre a necessária identidade.

#### IV

Todo o ser humano necessita de um chão, de um local, que lhe sirva de referência. E, ainda mais, de uma casa. As casas são o nosso centro de referência mental a partir do qual pomos a funcionar a nossa bússola no cosmos. Tal como habitamos as casas elas também nos habitam a nós. Elas são o nosso refúgio, a nossa intimidade: “Só as casas explicam que exista uma palavra como intimidade”, aclara o poeta Ruy Belo (1933-1978). O universal pressupõe o local, dado que, elucida-nos o escritor Miguel Torga (1907-1995) “o universal é o local sem paredes” (Torga 1993: 88). Ou seja, como reflete em igual sentido o escritor e professor Onésimo Teotónio de Almeida, no decorrer da história pessoal dá-se a metamorfose para o universal, sem perder de vista o seu chão: “Ao longo da vida, a nossa identidade vai-se alargando (deve alargar-se) para o universal. Mas todo o universal tem o seu chão. O meu, por exemplo, chama-se Açores e por ele me habituei a sentir sempre de modo especial, ainda que não entenda completamente porquê. Pascal diria: razões do coração

que a inteligência não entende. E eis aí, em resumo, não a chave mas o mistério da identidade” (Almeida 1995: 89).

Para se entender determinada identidade nacional, primeiro, é necessário ter a percepção de que se pertence a uma coletividade humana concreta. Depois, é preciso analisar o conjunto de elementos que tornam aquela identidade diferente de uma qualquer outra identidade autónoma. É neste ponto que se torna importante escolher os elementos em que nos podemos apoiar na busca da identidade de um povo. O professor e ensaísta António José Saraiva parte da “hipótese de que uma cultura nacional tem uma certa identidade e uma certa permanência no tempo, qualquer que seja a razão disso” (Saraiva 1982: 81). Para fazer a caracterização de uma dada identidade cultural nacional, ele aponta um conjunto de “índices”, que devem ser analisados: factos persistentes ao longo da história; a língua; certas instituições e tendências sociais; observações de estrangeiros; documentos de contrastes de costumes e mentalidades; a literatura e as artes (onde se exprimem sonhos e tendências subjetivas (*Idem*: 82).

Já o sociólogo Anthony D. Smith tece vários considerandos sobre a unidade que designamos como “nação” e da influência poderosa que o Ocidente exerceu na imposição da forma como é concebida (Cf. Smith 1991: 22 e ss), daqui se espalhando para outras zonas, embora, muitas vezes, com outros matizes.

A nível ocidental, o âmago dessa unidade centra-se no espaço, no território, que deve ser compacto e bem definido. Embora esta situação não seja universal – nomeadamente em tribos africanas - o território constitui um elemento fundamental da identidade nacional.

Anthony Smith indica, seguidamente, os aspetos mais importantes da identidade nacional. A ideia de pátria é um deles, a que acrescenta a consciência de igualdade legal, consubstanciada nos direitos e deveres civis, políticos e socioeconómicos. Mas os tempos mudaram. Observando os tempos mais próximos, e pesquisando as culturas sob o binómio Ocidente-Oriente, vemos que o espírito de identidade nacional (tal como o acabámos de descrever) é mais perene a nível oriental e mais esbatido a nível ocidental. Independentemente de situações específicas, os estudos de A. Smith apontam a identidade nacional como de cariz “fundamentalmente multidimensional”, sendo constituída pelos

seguintes elementos fundamentais: Um território histórico ou terra de origem (Pascoaes 1978: 12); Mitos e memórias históricas comuns; Uma cultura de massas pública comum; Direitos e deveres legais comuns a todos os membros; Uma economia comum, com mobilidade territorial para os membros (Smith 1991: 28).

## V

A integração das minorias (frequentemente não se ia além de uma condescendente “tolerância”) sempre foi um problema ao longo dos tempos. Hoje, com os avanços da globalização, esta problemática ganha um relevo especial. Com a criação e expansão de sociedades “multi” e “inter” culturais, marcadas pela heterogeneidade, já não é só das minorias propriamente ditas que é preciso cuidar, mas igualmente das maiorias, que também sentem ameaçada a sua identidade no todo global. O alastrante pluralismo – e até relativismo – toma o lugar das sociedades caracterizadas pela homogeneidade.

Alain Touraine, conceituado sociólogo francês, que foi dos primeiros pensadores a lançar um olhar analítico e crítico sobre o fenómeno da globalização, ao refletir sobre a sociedade multicultural, refere-se ao “encontro de culturas” e à “recomposição do mundo” como algo diverso da construção de uma nova torre de Babel (Touraine 1997: 213-264).

Igualmente o filósofo francês Gilles Lipovetsky, sob perspetiva semelhante, tem feito convergir a sua reflexão sobre este novo processo planetário. Utilizando com frequência a expressão “cultura-mundo”, diz referir-se ao tempo presente, ou seja, à “época da expressão assombrosa do universo da comunicação, da informação e da mediatização” (Lipovetsky 2010: 14). No entanto, esclarece, não significa que estejamos no limiar de uma cultura mundial una, nem unificada. Pelo contrário, a uniformização globalitária e a fragmentação cultural caminham a par, multiplicando-se “não só as hibridações do global e do local, mas também a diversidade dos valores, a “guerra dos deuses”, as reivindicações particularistas” (*Idem*: 23).

Embora de um ponto de partida diverso, também Alvin Toffler, o escritor sobre os tempos do devir e sobretudo do porvir, realça a identidade cultural como uma das questões proeminentes da revolução da riqueza na presente Vaga (Toffler 2011: 420).

O contacto cultural ao longo da história – com destaque para as ações pioneiras de Portugal e da Espanha –, de uma maneira geral, foi marcado pela atitude etnocêntrica. Mas essa forma de relacionamento tem-se vindo a modificar, dando lugar a um novo tipo de identidades, mais “abertas”, “flexíveis” e “porosas” como sintetiza o filósofo espanhol Daniel Innerarity (2010: 165). A distinção entre o “nós” e o “eles” perde a sua rigidez. Perante esta nova realidade, emerge a necessidade de uma nova competência que este autor designa por “competência intercultural” (*Idem*: 174 e ss.) Esta capacidade só será possível de exercer se houver a passagem da visão etnocêntrica para a atitude etnológica, traduzida na “pedagogia do encontro”. A “pedagogia do encontro” só terá resultados se houver conhecimento quer da identidade cultural própria, quer da identidade cultural do outro e também respeito mútuo. Em cada cultura há um valor próprio das diferenças, que deverá ser protegido contra a uniformização.

## VI

Esta “pedagogia do encontro” já vem pautando as relações entre os vários povos ibéricos. Para além de aspetos mais visíveis, há mistérios identitários no sentimento de pertença a determinada pátria e no desejo de independência, que deverão ser respeitados. É verdade que a Espanha para Portugal já foi o “outro” (muito próximo do inimigo vizinho) em confronto com o qual o português tomava consciência da sua própria identidade<sup>107</sup>. Como para Espanha, Portugal era o filho desavindo, que teria de regressar a casa, se não fosse a bem, seria a mal. A mentalidade em Portugal

---

<sup>107</sup> Veja o estudo de identidade portuguesa, escrito pelo antropólogo cultural Jorge Dias, nos anos 50 do século passado, *Os elementos fundamentais da cultura portuguesa*, em que as características dos portugueses são realçadas a partir da comparação com os espanhóis.

já foi marcadamente anti-hispânica. Os próprios ditadores Salazar e Franco, embora com regimes políticos semelhantes, governavam de costas voltadas.

Não se pode negar que a história pode ser contada de várias maneiras. Por mais isento que o historiador pretenda ser, é difícil despir-se de todos os seus preconceitos e paixões. Tal como nos contactos entre as pessoas não há linha reta, também nos dos povos há encontros e desentendimentos, há falas doces e discursos ríspidos, há ações apreciadas e atitudes reprováveis. São estas empatias e fricções nas relações entre os povos de Portugal e da Espanha, que de uma forma humorística, mas ao mesmo tempo subtil e acutilante, nos são apresentadas por Virginia López no seu recente livro *De Espanha nem bom vento nem bom casamento* (López 2012). Mas a eventual fatia da realidade representada no título daquele livro está ultrapassada. Os tempos e as circunstâncias mudaram. E, aliás, como dizíamos no início, os vizinhos não se escolhem. Por isso, os vários povos ibéricos tenderão a aprofundar as boas relações vividas nas últimas décadas, marcadas pelo respeito mútuo. Mesmo que, por vezes, ainda se vislumbrem alguns tiques iberistas do lado português ou alguns resquícios imperialistas do lado espanhol, de um modo geral os povos peninsulares já não veem nos rios e nas fronteiras (estas, hoje, mais virtuais que reais) obstáculos que “separam”, mas elementos geográficos que “unem”.

A “união faz a força”, diz o adágio popular. Sem perda das respetivas identidades, o nosso futuro (independentemente das conjunturas negativas mais ou menos prolongadas) abre horizontes de otimismo, pois a união de todas as criatividade ibéricas e a colaboração na busca de novos caminhos farão convergir as pessoas das Espanhas para uma vida melhor.

O problema, a médio e longo prazo, já não está nas relações interibéricas. Agora, trata-se do problema da “saída” para ambos os países. E a questão em relação a Portugal tem igual pertinência para a Espanha. Procura saber-se se a “vocação” de cada país é claramente europeia ou mais atlântica ou ambas as coisas. Colocando o assunto em esquema alternativo, hoje, em finais de 2013, em Portugal, há duas posições mais vincadas. Por um lado, encontramos uma orientação claramente europeísta (embora com vários matizes), cuja figura de maior relevo é o intelectual Eduardo Lourenço (embora se mostre um “europeu

desencantado”)<sup>108</sup>. No entanto, essa linha de pensamento, mas com pendor abertamente federalista, tem sido defendida, nomeadamente em textos publicados por vários periódicos, pelo catedrático de Filosofia da Universidade de Lisboa, Viriato Soromenho-Marques. Por exemplo, em artigo recente (Soromenho-Marques 2013: 30), além de fundamentar a sua posição, afirma que “não existe alternativa ao federalismo” e que os europeus terão de reinventar a sua identidade política numa perspetiva federal.

Em oposição declarada àquela postura, encontra-se uma linha de pensamento que tem no MIL (Movimento Internacional Lusófono) uma das suas vozes mais ativas. Com data de 26 de agosto de 2013, o presidente daquele Movimento, o ensaísta Renato Epifânio, em representação coletiva, veio contestar aquele artigo de Viriato Soromenho-Marques, em forma de carta aberta<sup>109</sup>. Enquanto este caracteriza, de uma forma geral, a posição dos antifederalistas como “hostilidade analfabeta ao federalismo”, aquele tem usado termos como “delírio” e “ilusão”, para classificar as pretensões dos defensores do federalismo europeu. No texto-carta aqui em causa, procura-se evidenciar o erro de quem tem um pensamento marcado pelo “afã pró-europeísta”. A posição de Renato Epifânio é a de que, hoje, século XXI, “o federalismo na Europa, não é, de todo, possível”. Para fundamentar a sua afirmação, são apontadas as diferenças linguísticas, culturais e religiosas mas, acima de tudo, o que mais pesa é a ausência de uma política externa digna desse nome. Isto é, o autor da carta acrescenta que, a este nível, nas questões mais importantes, as nações europeias divergem. Logo, conclui, na era presente a Europa não poderá ir além de um mero espaço de cooperação económica; passar desse domínio, é passar-se para o risco de desagregação. Logo, conclui, o federalismo europeu não passa de uma “ilusão”.

---

<sup>108</sup> Veja-se a sua obra publicada em França, *L'Europe introuvable*, traduzida para português com o título *A Europa Desencantada: Para uma mitologia europeia* (1994), 3ª ed., Gradiva, Lisboa, 2011. Cf. uma elucidativa entrevista sobre esta temática ao jornal *Público*, de 19 de maio de 2013, consultável em [http://www.instituto-camoes.pt/catedraeduardolourenco/media/noticias/P2\\_EL\\_19maio2013.pdf](http://www.instituto-camoes.pt/catedraeduardolourenco/media/noticias/P2_EL_19maio2013.pdf).

<sup>109</sup> Cf. <http://mil-hafre.blogspot.pt/2013/07/carta-viriato-soromenho-marques-em.html>. Consulta em 29-08-2013.



## Conclusão

1. Ainda que a globalização vá avançando, o “local” é uma necessidade para a orientação do ser humano. Cada indivíduo tem de ter um ponto de referência, pois como dizia Miguel Torga o universal não é mais do que o local sem muros. As vontades uniformizadoras não poderão levar à dissolução da pluralidade das culturas. Como é bom ter uma casa para viver e uma família para cuidar e ser cuidado, também é bom ter uma pátria com a qual se tenha um sentido identitário e de pertença. Caso contrário, é-se um “exilado” em qualquer parte do mundo.

2. A abertura à democracia, em ambos os países, leva à redescoberta do “outro” com total respeito pela identidade dos vários povos peninsulares.

3. Em 2012, o governo português suspendeu o feriado do 1º de dezembro (dia da Restauração da independência de Portugal, em 1640), tendo como razão imediata a difícil conjuntura económico-financeira. Tal facto poderá, afinal, não ter apenas alcance contabilístico, mas ser o símbolo de um novo tipo de relações de vizinhança entre os povos peninsulares, que já se vêm vivendo nas últimas duas, três décadas.

4. Hoje, na entrada do século XXI, pensamos que em Portugal, sobretudo nas gerações mais novas, já não é evidente qualquer complexo: nem de inferioridade, pela memória do domínio espanhol, em 1580; nem de superioridade, pela vitória em Aljubarrota, em 1385. Por outro lado, não temos como verdadeira esta afirmação de Oliveira Martins, escrita no último quartel de oitocentos<sup>110</sup>: “A união ibérica não é atualmente o programa de nenhum dos partidos espanhóis, mas é o instinto de todos”. Pensamos, em síntese final, que a evolução cultural tem vindo a sujeitar esse eventual instinto e, hoje, os povos da Península Ibérica vivem uma vida de bons vizinhos.

---

<sup>110</sup> No seu livro *Portugal Contemporâneo*, 2 volumes, publicado primeiramente em 1881 (vol. 2, p. 241)

**BIBLIOGRAFIA**

- Almeida (1995): Onésimo Teotónio Almeida, "Em busca da clarificação do conceito de identidade cultural. O caso açoriano como cobaia", in *A Autonomia no Plano Sociocultural. Atas do Congresso do I Centenário da Autonomia dos Açores*, vol. 2, Jornal de Cultura, Ponta Delgada, pp. 65-89.
- Bruno (1898): José Pereira de Sampaio Bruno, "A conquista de Portugal", *A Voz Pública*, Porto, 1 e 8 de junho.
- Bruno (1987): José Pereira de Sampaio Bruno, *Os modernos publicistas portugueses*, Livraria Chardron de Lello & Irmão, Porto.
- Carvalho (1982): Joaquim Barradas de Carvalho, *Rumo de Portugal. A Europa ou o Atlântico? (Uma perspetiva histórica)*, 2ª ed., Lisboa, Livros Horizonte.
- Dias (2004): Jorge Dias, *Os elementos fundamentais da cultura portuguesa*, IN-CM, Lisboa, 2004.
- Epifânio (2013): Renato Epifânio, "Carta sobre Viriato Soromenho Marques" in <http://mil-hafre.blogspot.pt/2013/07/carta-vmariato-soromenho-marques-em.html>; consulta em 29-08-2013.
- Innerarity (2010): Daniel Innerarity, *O novo espaço público*, Teorema, Lisboa.
- Lipovetsky (2010): Gilles Lipovetsky e Jean Serroy, *A cultura-mundo. Resposta a uma sociedade desorientada*, Lisboa, Edições 70.
- Lipovetsky (2011): Gilles Lipovetsky e Hervé Juvin, *O ocidente mundializado. Controvérsia sobre a cultura planetária*, Lisboa, Edições 70.
- López (2012): Virginia López, *De Espanha nem bom vento nem bom casamento*, Prefácio de Pilar del Río, Tradução de Marta Paixão, Lisboa, A Esfera dos Livros.
- Lourenço (1993): Eduardo Lourenço, Intervenção no Encontro *Existe uma Cultura Portuguesa?* Mesa-redonda realizada na Casa das Artes (SEC, Porto), em 27 de Abril de 1992, Org. de Augusto Santos Silva e Vítor Oliveira Jorge, Afrontamento, Porto.
- Lourenço (1991): Eduardo Lourenço, *A Europa desencantada: Para uma mitologia europeia*, 3ª ed., Lisboa, Gradiva.
- Magalhães (2006): Joaquim Romero Magalhães, "Prefácio" in Rafael Valladares, *A independência de Portugal. Guerra e Restauração: 1640-1680*, Lisboa, A Esfera dos Livros.

- Marques (2007): João Francisco Marques (org., introd. e notas), *A utopia do Quinto Império e os pregadores da Restauração*, Vila Nova de Famalicão, Edições Quasi.
- Pascoaes (1978): Teixeira de Pascoaes, *Arte de ser português*, Lisboa, Edições Roger Delraux.
- Quental (1996):, Antero de Quental, *Causas da decadência dos povos peninsulares*, 7ª ed., Lisboa, Ulmeiro.
- Saraiva (1982): António José Saraiva, *A cultura em Portugal. Teoria e História*, Livro I, Amadora, Bertrand.
- Smith (1991): Anthony D. Smith, *Identidade nacional*, Lisboa, Gradiva.
- Soromenho-Marques (2013): Viriato Soromenho-Marques, “Em defesa do federalismo europeu. Porque coincide o interesse nacional com a identidade europeia?”, *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, ano XXXIII, 24 de julho a 6 de agosto, p. 30.
- Toffler (2011): Alvin Toffler e Heidi Toffler, *A Revolução da Riqueza. Como será criada e como alterará as nossas vidas*, 3ª ed. reimpressa, Lisboa, Atual Editora.
- Torga (1993): Miguel Torga, *Diário XVI*, Coimbra.
- Touraine (1997): Alain Touraine, *Iguais e diferentes poderemos viver juntos?*, Lisboa, Piaget.
- Valladares (2006): Rafael Valladares, *A Independência de Portugal. Guerra e Restauração: 1640-1680*, Lisboa, A Esfera dos Livros.



## A “QUESTÃO IBÉRICA” EM ANTÓNIO SARDINHA

Maria da Conceição Vaz Serra Pontes Cabrita  
Universidad de Extremadura  
conceicao@unex.es

### RESUMO

Neste artigo propomo-nos analisar a Aliança Peninsular sugerida por António Sardinha em 1915 como oposição a ideais unitaristas ou federalistas que, sob a problemática do Iberismo, emergem em grande medida pela necessidade de assegurar a estabilidade interna ou de afirmação no panorama internacional. No plano literário, constituindo a obra poética de António Sardinha um reflexo da sua obra doutrinária a partir de 1910, a par de uma relação dialética entre um sentimento de dor e o desencanto contemplativo emerge uma tentativa de apelo à ação, que *Roubo de Europa* (1931) ilustra.

**PALAVRAS-CHAVE:** Iberismo; Aliança Peninsular; Neorromantismo Lusitanista.

### ABSTRACT

In this paper we analyze the “Aliança Peninsular” by António Sardinha, under which he tries to conciliate the duality and union of Portugal and Spain. It emerges in 1915 under unitarists or federalists proposals that appeared to be motivated by the necessity of assuring an internal stability or by the need of projecting the country in the international community. Being António Sardinha’s poetical work a consequence of his political ideology after 1910, along with a dialectic relationship between a painful feeling and certain disenchantment emerges an attempt of reaction that *Roubo de Europa* (1931) illustrates.

**KEYWORDS:** Iberism; Aliança Peninsular; Post Romanticism.

Em Portugal, a chamada união ibérica é uma velha questão que, principalmente a partir da publicação de *La Ibéria* (1851) de Sinibaldo de Mas e perante a conjuntura internacional em que o atraso e a decadência dos dois países peninsulares eram evidentes, servia como solução para garantirem a estabilidade interna, para se afirmarem internacionalmente e deste modo protegerem as suas potências coloniais. Quer sob propostas unitaristas ou federalistas o objetivo mantinha-se.

Em 1915 em face da campanha que a imprensa espanhola estava a desenvolver em prol de ideais fusionistas e, talvez avivada pela publicação da obra de Juan del Nido y Segalerva, *La Unión Ibérica* (1914), que reúne uma série de depoimentos de personalidades portuguesas e espanholas em favor da união como medida para ultrapassar a crise que afetava as duas nações e, também para refutar a acusação de que os monárquicos pretendiam a intervenção de Espanha, o Integralismo Lusitano organizou um ciclo de conferências na Liga Naval Portuguesa. Reunidas posteriormente no volume *A Questão Ibérica*, editado em 1916, o seu prefácio refere que tinham como objetivo demonstrar que "Portugal tem tanta individualidade como Castela" (1916: 4).

António Sardinha na sua conferência "O Território e a Raça" com ímpeto e em jeito declamatório denuncia os motivos que, no seu entender, provocaram a decadência nacional: a crise espiritual e de mentalidade que aniquilava, na sua opinião, a população portuguesa. Utiliza argumentos como a perda do sentido coletivo, do sentido de pátria, da "alma" de um país "que é o génio da Raça, – a razão afetiva de um povo." (Sardinha 1916: 14). As causas: a Reforma que possibilitou "o livre-exame" – "a mais terrível das catástrofes" (Sardinha 1916: 15) que tinha criado a França da Revolução – o Enciclopedismo do século XVIII, a ação governativa de Pombal, o Liberalismo concluindo que desnacionalizados, o Iberismo, apresentava-se a Portugal como a salvação (Sardinha 1916: 16, 20, 24).

Aponta a Maçonaria como a principal instigadora da fusão ibérica, que considera "ré de lesa-pátria." (Sardinha 1916: 28) e, é neste âmbito que refere a obra de Magalhães Lima, *La fédéracion ibérique* (1892) e o ato de Badajoz de 1893 (Sardinha 1916: 29) que congregou republicanos espanhóis e portugueses segundo o modelo federalista, como nos informa Teófilo Braga (1894: XI-XIV) e onde se equacionaram dois problemas: por um lado a

instauração isolada da República em cada país, o que constituía uma ameaça para ambos uma vez que ficavam sujeitos a retaliações mútuas e, por outro lado a união ibérica que provocaria a destruição das autonomias nacionais. A solução seria a instauração da República nos dois países, ficando os dois povos confederados o que transformaria a Espanha numa grande potência europeia e ponto de apoio da Confederação latina ou ocidental. É ainda com o mesmo espírito que António Sardinha lamenta que Alexandre Herculano negue a Portugal a ascendência Lusitana, que Oliveira Martins resuma toda esta problemática à teoria do Acaso ou mesmo a obra de Nido y Segalerva (Sardinha 1916: 30, 31).

Assumindo-se com reacionário no sentido do acatamento do passado, da restauração da ação teocrática da Igreja encaminhada para o ideal da *Republica Christiana*, que opõe ao projeto maçónico de Nação-Humanidade, seria um ideal que transposto para o seu momento presente restabeleceria o equilíbrio na comunidade internacional. Tenhamos em conta que o mundo estava em guerra. Assim, António Sardinha refere:

a base dessa comunidade não pode repousar na supremacia dum império ou no predomínio duma aliança. Fundamenta-se numa noção de natureza espiritual e afectiva que, consagrando por um lado os múltiplos particularismos de que se reveste a idéia de Pátria, por outro lado reúne as mais opostas aspirações na demanda duma mesma finalidade, – a finalidade moral e religiosa, que é a única capaz de irmanar a todos os povos a todas as raças (Sardinha 1916: 18, 19).

O ensaísta passa, então, a analisar os fatores étnicos e geográficos, a sua interdependência para a construção da individualidade portuguesa e, simultaneamente para frisar a distinção entre os dois povos peninsulares.

Procedendo como que a uma transcrição quase literal de excertos de *O Valor da Raça* (1915) no que respeita à origem étnica do povo português, uma vez mais enaltece a sua homogeneidade, a índole sedentária e o culto do Mortos praticado pelo Homo-Mediterranensis, que prefere chamar de Homo-Atlanticus, que na sua opinião, constituem fatores que lhe

imprimem características que considera únicas e que se expandem na natureza comunitária do Lusitano cuja concretização é o Município que encara como o berço da nacionalidade portuguesa (Sardinha 1916: 47, 50, 54). Pelo facto de considerar que ocupavam a vertente ocidental da Península, por influência climática, atribui-lhe um carácter amorável cuja melhor expressão, no seu entender, é o lirismo (Sardinha 1916: 50, 65, 66).

Do outro lado, o autor, coloca o que considera o fundo celtibérico de Castela onde se manifesta a índole conquistadora do Ibero e igualmente do Celta, o seu individualismo (Sardinha 1916: 44, 59). Habitando o planalto interior da Península que favorece o seu carácter, encara como fundamento do génio castelhano o que apelida de "estatuto pessoal" (Sardinha 1916: 61). Para António Sardinha, a Epopeia é que melhor o define (Sardinha 1916: 65).

Apesar do autor de *À Lareira de Castela* algumas vezes invocar a "eterna divortia" de Catus Tiberius Silius Italicus em *Púnica*, quando se refere a Iberos e Lusitanos tal como Teófilo Braga em *História da Literatura Portuguesa*, ele adverte e indica: "A fórmula de amanhã em política exterior há-de ser, sem dúvida, não união ibérica, mas aliança-peninsular. Nós não teremos deste modo a vergonha de Olivença! Não terá a Espanha a ignomínia de Gibraltar!" (Sardinha 1916: 27), numa expressão de solidariedade de um destino comum. Projeto que efetivamente não é levado avante mas cujos fundamentos são publicados em 1924 em *A Aliança Peninsular – Antecedentes e Possibilidades* que teve três edições em Portugal, em 1924, 1930 e 1972 e duas em Espanha em 1930 e 1939.

Este volume é dedicado "À memória daqueles soldados espanhóis que, regando com seu sangue anónimo as penhas de Marrocos, souberam dar vida num século sem esperança a toda a grandeza histórica da Península." (Sardinha 1972: s. p.).

De facto, a guerra do Rif para António Sardinha é uma questão preocupante ao encará-la como uma guerra de civilização, de definição de fronteiras pelo espaço de uma hegemonia hispanista, como que uma cruzada não apenas considerada no seu aspeto religioso mas também contra uma mentalidade e organização protagonizada pela França cujo receio seria a asfixia da Península entre a França europeia e as suas possessões no Norte de África (Sardinha 1972: 185, 301, 302, 306, 313, 320).



Tem esta obra, em prol do Hispanismo, como núcleo embrionário: a conferência que o seu autor proferiu, em 1921, na Unión Ibero-Americana. Nela, António Sardinha busca aquilo que proporcionou a Portugal uma união com o país vizinho, aquilo que une desde a História, a Arte e as Letras, onde a questão do bilinguismo literário tem como referente Carolina Michaëlis de Vasconcelos, apesar de reconhecer uma marcante individualidade a cada país peninsular que não separa, mas complementa (Sardinha 1972: 4-6).

Enaltecendo o que considera a política de cooperação da Dinastia de Avis, que se baseava sobretudo nas alianças matrimoniais, presta homenagem às personalidades femininas da História de Portugal que foram protagonistas desta forma de coligação e que facilitaram de alguma maneira com a sua presença ou com a sua influência a relação entre as duas nações bem como, àquelas do Reino vizinho que o ensaísta considerou mais marcantes. Um propósito, que talvez nos surja mais diluído na terceira edição da obra do que na primeira e segunda edições, uma vez que algumas das intervenientes daquela forma de cooperação figuram nas ilustrações que as compõem (Sardinha 1972: CXXIV, 7).

Reconhecendo que quando veio para o exílio “trazia contra Espanha todos os preconceitos da minha inteligência e da minha sensibilidade” (Sardinha 1943: 3) seria pelo estudo da História e sobretudo pelo contacto direto com o País vizinho que António Sardinha revê algumas das noções enunciadas nas conferências da Liga Naval a partir do pressuposto do que considera como uniformidade de origem e de objetivos (Sardinha 1943: 3, 9).

Será a Hispânia dos textos clássicos que inspirará o enunciar de dois conceitos aparentemente antagónicos – união e dualidade – das duas nações peninsulares. A ideia de raça será agora encarada não no seu sentido étnico mas, no seu significado espiritual de um mesmo património cultural, civilizacional, que extravasou fronteiras, que “criou nacionalidades” (Sardinha 1972: LXXXII, 4, 202, 204, 211, 232, 256), que difundindo o Cristianismo na sua função histórica e social dilatou o Império, aqui encarado como um Império espiritual, no qual tem origem o génio peninsular que exhibe como principal determinante a vocação apostólica concedendo, simultaneamente, ao nacionalismo português uma dimensão universal no que define como uma

propensão missionária ingénita de Portugal na sua "vocação marítima" (Sardinha 1943: 154). A Castela, atribui-lhe uma "vocação terrestre" (Sardinha 1943: 154), numa alusão ao domínio do Mediterrâneo e da Europa Central (Sardinha 1943: 191), que um dia se expandiu com a descoberta do Continente americano o que, conseqüentemente, entre as duas Nações e na criação do *mare nostrum* atlântico lhes concedeu a dimensão de "pan-Hispanismo", (Sardinha 1943: 101, 193, 176-177; 1972: CVII, CXXI, CXXII, 204, 211, 232, 233, 254, 35) que no seu momento presente e no seu entender, era necessário restaurar para salvação da civilização ocidental mediante o princípio cristão, seu componente determinante e implícito (Sardinha 1943: 225; 1972: LXXI, XCIV, CXIX, CXXVI, 330).

Como justificação e concretização deste ideal, António Sardinha, chama a atenção para a diferença entre unitarismo, sinónimo de união política e unidade, esta de ordem espiritual, cultural, sentimental que apoiada na diversidade confere riqueza à Península, atendendo que ao longo da História existiu um perigo de absorção mútua, sendo urgente a aproximação e o entendimento entre os dois Países com base numa plataforma comum apoiada numa abertura de espírito que clarifique o que une e o que divide na convicção de uma dualidade que se completa (Sardinha 1943: 76, 226; 1972: LXXXV, LXXXVI, C, CVII, CVIII, CXII, CXVIII, CXXII, CXXIII, 20, 23, 207, 208, 235, 254, 614).

Se a aproximação com o Brasil é apresentada como condição para o futuro de Portugal, que deverá organizar-se e fortalecer-se, a aliança com Espanha tornar-se-ia assim mais estreita numa identificação de um passado comum além-fronteiras (Sardinha 1943: 11, 75, 77, 143, 178; 1972: LXXXV, LXXXVI, CVII).

Por isso e como caminho preconizado, o Continente americano, deveriam ser lançadas as bases para a constituição de uma "sociedade das nações hispânicas" (Sardinha 1943: 107; 1972: XCIV) sob a qual, Portugal, como nação independente e restaurado pela Monarquia e pelo Catolicismo em harmonia com a Espanha monárquica e católica, poderiam construir uma península para os autóctones, longe da ingerência estrangeira formando como que um bloco invencível, um baluarte que poderia prevenir a queda do Ocidente (Sardinha 1943: 137, 139, 242; 1972: CVI, CVII, CXII, CXIV-CXVIII).

Recomenda-nos então Sardinha que olhemos para Camões enquanto “definidor da consciência hispânica” (Sardinha 1943: 121, 127; 1972: LXXI, LXXV, LXXII, LXXIII, XCVI, CXXV) que em *Os Lusíadas*, no Canto I, (est. 31) e no Canto III, (ests.17 e 18), condensa o “verdadeiro pensamento do hispanismo.” (Sardinha 1943: 127; 1972: 4, 196-198, 232, 233). Tornava-se ainda necessário, desmistificar “a lenda negra” (Sardinha 1943: 78, 107; 1972: LXXIX, 154, 192, 207, 208, 211-216) de Espanha, de sujeição e reclusão – “Bipartida no aspecto trágico e no aspecto burlesco, essa «lenda negra» que à Espanha picaresca das pandeiretas e dos toureiros alia a Espanha sinistra dos Autos-de-Fé e dos Filipes.” (Sardinha 1972: 192) – que considera uma infâmia do século XVIII, de origem francesa, para além de lhe parecer imperioso reabilitar a figura de Filipe II em particular e em termos gerais o domínio filipino enquanto monarquia dual através de uma sucessão legítima que no entanto facilmente se desfez quando surgiram aspirações centralizadoras e as conseqüentes limitações e extinções de direitos e garantias (Sardinha 1943: 139, 157, 158; 1972: LXXX, LXXXI, CXXIV, 38).

Havia ainda que ter em conta a restauração da “alma portuguesa” que ocorre no século XVII, que na sua opinião, era necessário regenerar num século no qual o mito sebástico ganha alento e se manifesta como expressão do espírito português, num século que António Sardinha considera austero mas que, na sua opinião, produziu alguns dos percursos das doutrinas nacionalistas (Sardinha 1943: 279, 280).

Recordando que o Integralismo Lusitano pretende um retorno ao “Hispanismo” que se viveu no século XV, nessa partilha do mundo, o ensaísta chama a atenção para os laços especiais que unem Portugal aos Extremenos na enorme empresa marítima (Sardinha 1943), para a união das duas nações nas Guerras Peninsulares, para a importância do regresso à Filosofia do Ser, muito particularmente à distinção que S. Tomás de Aquino opera entre “pessoa” e “indivíduo”, determinante de uma maneira de levar avante uma forma de hegemonia no mundo (Sardinha 1943: 198, 199, 211, 232; 1972: LXXV, LXXVI, XCVI.), a “Ordem-Nova” – o apego “à supremacia criadora do Espírito” (Sardinha 1943: 233) – que ao “Hispano” confere um supernacionalismo que no seu momento presente considerava necessário retomar, reabilitando e evocando um passado colonizador onde a vocação apostólica tem

a primazia, não ignorando o paralelismo com uma barbárie fruto da condição humana, atribuindo a decadência que vislumbrava no seu tempo à rutura com o ideal cristão (Sardinha 1943: 210, 221; 1972: CIV, 254, 277, 278, 350).

Deste modo, pondo de lado erros e ressentimentos António Sardinha propõe um abraço de reconciliação no qual "O Encoberto, corporizado no milagre sempre vivo de Restauração, é o Encoberto do Quinto-Império pacífico de Espanha e Portugal, fundadores de nacionalidades, pioneiros da única civilização possível." (Sardinha 1943: 282).

Dos anos passados no exílio, António Sardinha colheu novas perspectivas, o seu forte sentido religioso robusteceu-se a sua sensibilidade agudizou-se e, se o ideal integralista se centrava na reformulação plena de Portugal agora adquiriu uma feição mais profunda que podemos chamar, universal, determinadora de um modelo de civilização.

No plano literário, tendo presente que a partir de 1910 há uma transposição para a lírica da obra doutrinária do autor e que estamos perante um dos principais representantes da corrente lusitanista do Neorromantismo português, cuja raiz remonta ao século XIX e permanece sem expressão até ao advento da República começando a partir daqui a ganhar proeminência acompanhando a afirmação do Integralismo Lusitano que favorece a sua relevância, vai esta corrente lusitanista absorver quase toda a base neorromântica da eclosão modernista de *Orpheu* até ao movimento literário de *A Presença* (Pereira 1999: 51-53). Opta, esta vertente neorromântica, pela expressão direta da experiência existencial do autor, pela sinceridade na base da autenticidade como fonte de criação literária (Pereira 1983: 869) e deste modo, *Roubo de Europa* escrito no exílio em 1919 mas apenas editado em 1931 "saiu da pena de António Sardinha como um grito da alma" (Braga 1931: IX) como nos indica Luís de Almeida Braga no "Estudo" (1931: VII-XXXIV) que o precede à laia de prefácio. É ainda este seu companheiro integralista que nos informa da inquietação do poeta de Monforte pelo destino da civilização ocidental.

Na verdade é durante o exílio, entre Janeiro de 1919 e Maio de 1921, que a grande apreensão pela decadência nacional como parte intrínseca obviamente, se distende em inquietação em termos civilizacionais que o contexto político também favorecia se

nos recordarmos dos termos do Tratado de Versailles, em 1919, consequência do armistício em Novembro de 1918, talvez demasiado humilhantes para a Alemanha, a Revolução russa de Outubro de 1917 ou a obra de impacto de Oswald Spengler, *A decadência do Ocidente*, cujo primeiro volume é publicado em 1918 e que António Sardinha certamente leu, uma vez que a refere explicitamente no prólogo de *A Aliança Peninsular*. Lembremo-nos, igualmente, que é durante o tempo de exílio que a vocação que atribui a Portugal como nação ungida para a dilatação da Fé e do Império se fortifica e se estende a Espanha, formando assim o bloco hispânico considerando, o ensaísta deste modo os dois países como os guardiões dos valores da civilização ocidental que um passado histórico comum completa e irmana.

Nestas quarenta e três quadras em verso decassílabo nas quais o apelo às origens, o culto da ancestralidade, o dinamismo da tradição, o espírito de militância na advertência ou na denúncia da perversão dos valores cristãos e tradicionais, a evasão passadista têm lugar, recorre o poeta à mitologia greco-latina para a construção desta “canção de gesta da Europa” (Braga 1931: XVI).

Filha de Agenor, rei da Fenícia, Europa é raptada por Júpiter que se transformou em touro. Devastada nas suas fundações desde tempos remotos é, no entanto, redimida por Cristo e renasce: “ Já baptizada quis-te Deus pr’a filha, / traçou-te Deus caminhos imortais. / E vê, Europa: - a tua glória brilha / por sobre a escuridão e os vendavais! // Levas contigo o lábaro de Cristo, / por Cristo reinarás no mundo inteiro!” (Sardinha 1931: 18).

O touro morre e Europa dá à luz um filho – Portugal – “Sozinha nos penhascos do Ocidente, / ouvindo ao mar o ímpeto brutal, / pariste longa e dolorosamente / um moço a quem chamaste Portugal. //” (Sardinha 1931: 19). O perigo afasta-se porque “já tens quem te dilate a Fé e o Império!” (Sardinha 1931: 19).

Todavia novos ventos sopram sobre a Europa, “a paz protestante concluída em Versailles” (Braga 1931: XIX) o risco da supremacia da civilização asiática que, talvez no momento presente de António Sardinha, esse perigo se tornasse evidente pela irradiação de uma Rússia bolchevique. Não obstante, Europa flutua com eles. A voz do sujeito poético ergue-se, então, em súplica:

Europa! Europa! (E já te não avisto!) / não ouves esta voz  
que por ti chama?! / Onde ficou o lábaro de Cristo? / Onde  
deixaste, Europa, a tua flama? // Eis novamente o caos  
tumultuário / negando os claros dons que tu semeias... / Ó  
madre antiga, embora no Calvário, / não passes o teu facho a  
mãos alheias!// (Sardinha 1931: 23-24).

Em conclusão, com o ideal de uma Aliança Peninsular, António Sardinha dotou o Integralismo Lusitano de uma política internacional. Este surge-nos num período polémico com Espanha, sob o ponto de vista daquele movimento em 1915 e, sistematiza-se entre 1921 e 1924. Parece-nos importante referir, que apesar dos preconceitos que o autor conservava relativamente ao país vizinho, que se dissipam aquando do exílio, a sua verdadeira oposição foi sempre contra o regime republicano a partir de finais de 1912 quando declaradamente se converte ao Catolicismo e à Monarquia, o que não é surpreendente uma vez que, na sua opinião, a República é consequência do Liberalismo é resultante da influência estrangeira está imersa na laicização do Estado, na apologia do individualismo de cariz jacobino ou na destruição das estruturas sociais. Com a Aliança Peninsular o nacionalismo português adquire uma dimensão universal. Neste âmbito, Portugal e Espanha revelam-se como os detentores de um modelo de civilização, como os pioneiros do que António Sardinha considera a única civilização possível que na vertente lírica *Roubo de Europa*, na reveladora inquietação pelo destino da civilização ocidental, pensamos que exprime.

O fator religioso em Sardinha parece-nos marcante. Se antes da sua conversão já o considerava como uma condição de coesão e Deus como expressão de uma harmonia superior da vida universal, apresenta-se então como um processo sequencial que acompanha toda a sua vida, adquirindo uma dimensão muito objetiva neste projeto da Aliança Peninsular propiciadora de uma forma de hegemonia no mundo mediante a "Ordem Nova", o apego à supremacia criadora do Espírito, sob os auspícios da *Pax Christiana*.

**BIBLIOGRAFIA**

- Braga (1931): Luís de Almeida Braga, “Estudo” in António Sardinha, *Roubo de Europa*, Lisboa, Valentino de Sá, pp. VII-XXXIV.
- Braga (1894): Teófilo Braga, *A Pátria Portuguesa: O Território e a Raça*, Porto, Livraria Internacional de Ernesto Chardron.
- Pereira (1983): José Carlos Seabra Pereira, “Tempo neo-romântico (contributo para o estudo das relações entre Literatura e Sociedade no primeiro quartel do século XX)”, *Análise Social, Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa*, vol. XIX (3º-4º-5º)– (nº 77-78-79), pp. 845-873.
- Pereira (1999): José Carlos Seabra Pereira, *O neo-romantismo na poesia portuguesa. 1900-1925*, Tese de Doutoramento não publicada, Coimbra, Universidade de Coimbra.
- Sardinha (1916): António Sardinha, “O Território e a Raça” in VV.AA., *A Questão Ibérica (vide infra)*, pp. 9-76.
- Sardinha (1931): António Sardinha, *Roubo de Europa*, Lisboa, Valentino de Sá.
- Sardinha (1943): António Sardinha, *À Lareira de Castela – Estudos peninsulares*, Lisboa, Edições Gama.
- Sardinha (1972): António Sardinha, *A Aliança Peninsular – Antecedentes e Possibilidades*, Lisboa, Edição de Ana Júlia Nunes da Silva Sardinha.
- VV.AA. (1916): *A Questão Ibérica*, Lisboa, Integralismo Lusitano.





PORTUGAL E ESPANHA NA BALANÇA IBÉRICA: UMA LEITURA  
FANTASMAGÓRICA SITUADA DE ALMEIDA GARRETT

Fernando Augusto Machado  
Universidade do Minho  
[fmachado@ilch.uminho.pt](mailto:fmachado@ilch.uminho.pt)

**RESUMO**

Desde a independência do reino de Portugal que a *questão ibérica* foi alimentando em Portugal e Espanha, sonhos, desejos, recalcamientos e fantasmas. A perda temporária da independência portuguesa em 1580 e a sua restauração em 1640 permitiu confrontar e aferir situações de especificidades identitárias, naturais ou não, e também acicatar em Portugal sentimentos de anti castelhanismo que foram perdurando. Almeida Garrett cruzou estes sentimentos com os fantasmas da união e produziu teoria, em tempos de guerra civil entre liberais e absolutistas (1828-1834), no sentido de equacionar o papel de Portugal na balança da Europa à luz de uma alternativa construída sob o pressuposto de uma hierarquia entre os valores *liberdade* e *independência*, com prevalência da primeira: ou *independência com liberdade* ou *união com Espanha*.

**PALAVRAS-CHAVE:** Almeida Garrett; Portugal; Espanha; questão ibérica; lutas liberais.

**ABSTRACT**

The *Iberian Question* has been inspiring dreams, desires, repressions and ghosts in Portugal and Spain ever since Portugal achieved independence. The temporary loss of independence in 1580 and subsequent restoration in 1640 made the confrontation and gauging of specific identity issues possible, natural or not, and also incited anti-Castilian sentiments which have persisted. Almeida Garrett crossed these feelings with the ghosts of unification and produced a theory, at a time of civil war between liberals and absolutists (1828-1834), with the aim of analysing Portugal's role in Europe via an alternative constructed under the supposition of a hierarchy between values of *liberty* and *independence*, the former prevailing: either *independence with liberty* or *union with Spain*.

**KEYWORDS:** Almeida Garrett; Portugal; Spain; iberian question; struggles.

Estamos hoje a viver uma das épocas mais conturbadas do posicionamento dos nossos países, Portugal e Espanha, na "balança da Europa", diríamos mesmo, na "balança do mundo". Esta situação repercute-se de variadas formas, como tem sido óbvio, na sempre muito sensível "balança Ibérica". Assim foi muitas vezes ao longo da história, e não será esta, certamente a última. Nalgumas ocasiões, gerando entre as duas nações complicitades solidárias; noutras, alimentando tensões que reclamaram, até, disputa bélica. Memoriaremos e refletiremos alguns destes passados relacionais que permanecem vivos e que construíram lições de presente e de futuro, privilegiando uma leitura situada e protagonizada por Almeida Garrett em tempo de profunda crise portuguesa.

### **Independência e identidade nacional**

Foram muitas, variadas e são conhecidas as circunstâncias que proporcionaram o processo e o ato de independência do reino de Portugal. Não se terá tratado, primordialmente, do desígnio de um sentimento de profunda identidade. O reino de Portugal antecedeu muito a consciência de uma nação e o sentir de uma pátria. José Mattoso, em *Identificação de um país* (1985: 196-212), mostra a incipiência prolongada de tal consciência e de tal sentir, tese que retoma e desenvolve na *História de Portugal* onde afirma: "Parece difícil de sustentar a imagem [...] de um Portugal de há muito dotado de identidade própria e que forçosamente tendia para a autonomia, como se ela estivesse inscrita na natureza das coisas" (id, s.d., II:288-296). Aliás, a par da dinâmica do vínculo que em torno dos primeiros reis se foi naturalmente criando à medida que o domínio sobre o território se ia estendendo, foi muito na dinâmica gerada pela Igreja em torno da jurisdição eclesiástica que a noção de identidade se foi construindo em torno da unidade designada por *Portucale*. Mas esta força catalisadora e até definidora de fronteiras da Igreja portuguesa não deixava de ter a sua capital espiritual e hierárquica em Roma, condição das Igrejas do tempo, tornando-se, com consentimento e até incentivo dos tronos, avassaladora e

conduzindo a uma autêntica *Respublica Christiana* que obnubilará longamente, na Ibéria e na Europa, o significado de pertenças civis nacionais reconhecidas e assumidas.

Esta ampla *Respublica Christiana* apelava a uma visão unitária de todas as nações pelo fortíssimo vínculo comum da religião. É certo que no caso de Portugal, este vínculo prevaleceu na tradição mítica da própria formação da nacionalidade, acontecida por vontade divina em Ourique e chancelada por milagre expresso dessa mesma vontade divina. Mas também contribuiria para manter viva e forte uma identidade hispânica que se revelava claramente, por exemplo, na pretensão comum da preservação da pureza da fé e na perseguição comum e feroz a hereges e judeus, sustentada numa inquisição mais rigorosa e cega que em qualquer outro espaço europeu. Aliás, esta identidade de interesses que a fé exigia, acabaria por ser tida em conta na controversa e forçada união dos dois tronos em 1580. Não espanta, então, a ideia de que a consciência de uma identidade nacional de claro teor cívico-político apenas atingiu maturidade e se solidificou em Portugal a partir de meados do século XVIII (Mattoso, s. d., II: 293). É matéria que se entenderá muito bem a partir dos escritos do famoso oratoriano Pereira de Figueiredo (1725-1797), de Seabra da Silva (1732-1813), de António Ribeiro dos Santos (1745-1818)<sup>111</sup>, ou do cristão-novo António Nunes Ribeiro Sanches (1699-1782). Todos de mentalidade regalista e defensores da separação de poderes das Igrejas e do Estado evidenciaram a necessidade do funcionamento autónomo das sociedades na sua dimensão civil e política em tudo o que estivesse para além do puramente espiritual, e defenderam a independência das Igrejas nacionais relativamente a Roma, não aceitando exceção religiosa na unidade identitária. Dito de outra forma, antes deste tardio Portugal político foi-se formando um Portugal natural que remanesce de uma vivência prolongada num mesmo território com algumas características naturais e geográficas próprias e outras adquiridas, como a língua, e que a independência tornou mais fundas e notadas. Mas vistas bem as coisas, e na fórmula que Ana Nogueira da Silva e António Espanha (s. d., IV:29) usam, afinal "a manifestação mais direta (e mais precoce) deste sentimento de identidade é constituída,

---

<sup>111</sup> Sobre a matéria nestes três autores, veja-se J. S. da Silva Dias (1982).

negativamente, pelo anti castelhanismo”, sobretudo centrado no estrato popular. E a história é fértil nesta demonstração. Mesmo independente, Portugal sofreu, como aliás os outros reinos da Península, um persistente esforço hegemónico de Castela. A crise de 1383 a 1385 e a efetiva união de 1580 a 1640 foram dois momentos desse esforço, cada qual com sortes diferentes. Se o primeiro revelou o poder da vontade de um país que quis ser livre e independente, assente no protagonismo e ação da parte mais ampla e menos obsequiada da população, a “arraia-miúda”, o povo do trabalho, do comércio e dos ofícios, o segundo deixou marcas de humilhação, indignação, mal-estar e revolta que permaneceram indelévels na memória coletiva da nação portuguesa. A sua frequente evocação em momentos de maior exaltação ou de grande tensão e crise, de tragédia a evitar ou de ato heroico a celebrar, são prova da sua remanência<sup>112</sup>.

Pois bem, foi numa circunstância de profunda crise vivida em Portugal que o poeta do amor e da liberdade, teorizador do liberalismo e inspirador do projeto republicano, Almeida Garrett (1799-1854), trouxe também à colação este traumatizante quadro no sentido de gizar uma estratégia que conduzisse a uma reação da pátria contra um presente perverso e um negro futuro que então se perspetivava. Fê-lo num destemido ensaio que publicou em Londres em 1830, durante um dos seus exílios imposto pelo ambiente ferozmente persecutório do absolutismo de D. Miguel contra os liberais. Trata-se de uma obra que se tornou num dos escritos de análise política mais cotados e notados do século XIX português. Falamos de *Portugal na balança da Europa – do que tem sido e do que ora lhe convém ser na nova ordem de coisas no mundo civilizado* (1830). Foi obra muito meditada, “de longo trabalho” (Garrett, s.d.: 21), e tivera já uma versão publicada também em Londres, em 1826, durante o primeiro exílio, no periódico *O Popular* (nº XIX, Março), versão que teria sido começada a escrever ainda em 1824 (Dias e outros: 99, nota 1). Regressado do primeiro exílio, publicaria algumas partes nos

---

<sup>112</sup> Lembramos que em 1861 foi fundada a *Associação Nacional 1.ª de Dezembro de 1640*, que se transformou na atual Sociedade Histórica da Independência de Portugal, como reação a sentimentos de iberismo que na altura andavam na voga. Nomes bem conhecidos aderiram, então, à iniciativa, como foram Anselmo Braamcamp, Inocêncio Francisco da Silva, Barbosa Marreca; José Estêvão de Magalhães, Brito Aranha, Alexandre Herculano, Rebelo da Silva, Francisco Vieira da Silva, etc.

jornais *O Português* (1826-1827) e *O Cronista* (1827) “o menos desfiguradas e descompostas que a fradesca tesoura da censura as deixou” (A.G., s.d: 21).

As razões de ser desta publicação seguiam o caminho de outras desta ou de naturezas afins: a oportunidade e a necessidade política de pedagogia e ação em prol da liberdade, do liberalismo e do progresso<sup>113</sup>. É ditada, em primeira mão, pelas circunstâncias histórico-políticas existentes com intenção de nelas interferir no sentido do que enuncia como fim na sua apresentação: “...pôr bem presente na memória dos Portugueses as causas e os efeitos dos nossos erros e desgraças, para que no futuro se emendem uns, e se evitem as outras” (*ib.*: 22). Dito de outra forma e tendo em atenção o desenvolvimento do livro, mostrar o que se foi e o que se é, para se poder perspetivar o que importa ser à luz da “nova ordem de coisas do mundo civilizado”, como consta do subtítulo.

### **Contexto histórico do momento**

Em 24 de Agosto de 1820 acontecia em Portugal, fruto de vicissitudes e convergências várias, a revolução liberal. Morria o Portugal velho e com ele a horrorosa inquisição. Permitia-se a vinda dos foragidos, instituía-se a liberdade de imprensa, convocavam-se cortes constituintes... seguindo caminhos já trilhados oito anos antes em Espanha que fizera a constituição gaditana que seria referência fundamental para a portuguesa, jurada em 1822. As mudanças foram profundas, iludindo e enfrentando a vigilância dos gabinetes oligárquicos que o Congresso de Viena e a Santa Aliança corporizavam. Todavia, estes não deixariam de se manter atentos e pressionantes ao provocador desafio do pequeno país que ousava dar primazia ao povo e subalternidade aos reis, como não deixaram de o estar contra as diversas tentativas de reposição em Espanha da constituição de Cádiz. E a oportunidade de intervenção surgiu

---

<sup>113</sup> Assim foi com muita da poesia criada antes e depois da revolução liberal, com *O Dia Vinte e Quatro de Agosto*, a *Carta de Guia para Eleitores*, o tratado *Da Educação*, a participação e criação de periódicos, o *Romanceiro*, em obras de cariz mais literário como *Camões*, o *Arco de Santana* ou as *Viagens na minha terra*, peças oratórias de natureza vária, o teatro, etc.

rapidamente. Os factos são conhecidos. Pressionado interna e externamente, o rei D. João VI que jurara a constituição de 1822, cedeu à insurreição da *Vilafrancada* em fins de Maio de 1823, liderada por seu filho D. Miguel, acolitada pela rainha mãe Carlota Joaquina, de origem espanhola, que já antes se recusara a jurar as bases da constituição portuguesa e sob a simpatia da *Santa Aliança*. João VI suspendeu, então, a constituição e dissolveu as cortes, mas não abdicou da coroa impondo-se ao filho belicoso e à traiçoeira mulher que voltaram ao golpe no ano seguinte, a *Abrilada*, donde resultou a fuga do primeiro para a Áustria. O rei prometeu, então, uma constituição em substituição da suspensa, mas não cumpriu a promessa em tempo útil, morrendo por envenenamento em ambiente familiar, em março de 1826. Entretanto, o filho mais velho Pedro IV era indicado e reconhecido como legítimo herdeiro de Portugal, título acumulado com o de imperador do Brasil de que ele próprio proclamara a independência em 1822. Abdicava, por isso, da coroa portuguesa em favor da filha menor Maria da Glória. Redigiu, entretanto, uma Carta Constitucional (1826) e, no desejo de apaziguar querelas, redime crimes passados do irmão cuidando em conceder-lhe a mão da sua pequena filha que desposaria na maioridade. Miguel jura aceitação mas, regressando a Portugal em 1828, usurpa o trono à sobrinha e futura mulher criando uma grave crise política.

Ora, quando Garrett publicou o *Portugal na balança da Europa* (1830), o *Usurpador* permanecia no trono, sustentando o poder através do medo interno que uma feroz perseguição aos liberais alimentava e com o amparo das oligarquias estrangeiras, fazendo jus à tirania e ostentando uma independência nacional fictícia. Eis o negro quadro do tempo. Contudo, esta negritude acabara de ser trespassada pela luz do raio liberal eletrizante da revolução de Paris que conduziu ao exílio o último Bourbon, Carlos X, e enfraqueceu irremediavelmente a *Santa Aliança*. O acontecimento deu eco nos movimentos liberais europeus e até no Brasil, onde D. Pedro teve de abdicar em 1831 frente às fortes movimentações populares. Em Portugal, os liberais exultaram e criaram ânimo e os miguelistas acusaram o toque. A guerra civil tonou-se certeza incontornável e os preparativos intensificaram-se dos dois lados. Quem mais ânimo tivesse e forças angariasse, venceria, já que a força da Santa Aliança há muito que se começara a desmoronar e com ela o *Ancien Régime*. Os irmãos desavindos Pedro e Miguel chefiariam as respetivas fações.

## A estratégia fantasmagórica de Garrett

Centremo-nos, então, na estratégia fantasmagórica, com laivos de teatralidade, de Almeida Garrett para fazer pender clero e nobreza para a causa da liberdade e do progresso.

Na *Autobiografia* publicada em 1843, no jornal *Universo Pitoresco*, escreveu o escritor em terceira pessoa: "Fiel à causa da liberdade, tem-na seguido em todas as suas fortunas, escrevendo por ela no gabinete, orando na tribuna, padecendo nos cárceres, gemendo no voluntário exílio, pelejando, mas cantando-a sempre em seus versos" (Garrett 1904: XL). Foi realmente assim, e foi sempre. Já no ano que antecedia a sua morte, em 1853, continuava, convicto, a considerar-se o "irreconciliável inimigo dos déspotas" que fora desde os tempos em que se levantara com a revolução. Recorde-se que logo desde os bancos de Coimbra onde cursou Leis, o "divino", epíteto com que o acarinhou a reconhecida academia, se perfilou como caudilho da causa liberal, celebrando nos seus versos o mestre Filinto, redigindo comunicados e panfletos, escrevendo teatro militante, verberando os abusadores ingleses que refreavam a nossa independência, abominando "esse execrando monstro" da tirania, indignando-se colericamente contra os que condenaram à morte os insurgentes revolucionários e seu chefe, o general Gomes Freire de Andrade, que poderiam ter antecipado o raiar da liberdade na pátria<sup>114</sup>.

Neste processo de contínua intervenção se situa o *Portugal na balança da Europa*.

A obra assenta em pressupostos e princípios fundamentais que o são, também, do seu pensamento e ideário político. Enunciemos os mais pertinentes à compreensão da estratégia.

a) A *liberdade* é condição de essência dos homens e das nações.

---

<sup>114</sup> Este acontecimento terá marcado definitivamente o interesse e sentido do seu percurso político. O tremendo soneto "O campo de Sant'Ana" traduz veementemente a sua revolta. Aparece datado de 1817, tinha 18 anos. Políticos e Igreja são o seu alvo e o fim ameaçador e profético do poema espelha tal revolta: *Ah! Tremei, sanguinários desumanos; // Que ela há-de vir, tremei, a Liberdade // Punir déspotas, bonzos e tiranos* (Garrett, 1966, l: 1717).

Escreve Garrett (s.d., 18): “É sem dúvida a servidão o mais insuportável dos males e o mais abominável dos flagicídios: como nascidos que somos para a liberdade, nossa própria natureza a ela repugna; a existência se nos torna indiferente, e a morte que a termina lhe deve ser preferível”. Rousseau moldara a forma de pensar do poeta e inspirava-lhe este princípio recorrente. O genebrino, no *Discurso sobre a origem e fundamentos da desigualdade entre os homens*, substituíra a racionalidade pela liberdade como diferença específica do homem e alargara o princípio aos povos. Homem não livre não é homem; povo sem liberdade é escravo. Por isso, num e noutro caso é preferível a morte à desnaturação, prescreve Garrett.

Sejamos como sempre Portugueses  
Vivamos livres... ou morramos homens

é fórmula que usa no poema “Ao Corpo Académico” (id., 1966, I:1570) e que repetirá, assim ou com pequenas variâncias, noutros escritos. Este pressuposto será determinante à arquitetura da sua estratégia.

b) A causa da humanidade coincide com a causa liberdade.

É corolário do princípio anterior. A história da humanidade é a história da sua liberdade. Com efeito, se é inerência essencial dos povos que compõem a humanidade serem livres, a situação contrária é de *contranatura*. Contudo, devido a vicissitudes desfocadas da essencialidade, nem sempre a naturalidade vinga, e a liberdade é rechaçada. Mas a natureza das coisas clama o regresso à situação originária, àquilo que é sua condição essencial: ser livre. E é nesta dialética imparável e apodítica entre o natural e o contranatural, entre aquilo que mais tarde chamará de guerra sem interstícios entre oprimidos e opressores, que se vai processando a história do homem e das sociedades. Diz o escritor: “Essa é a sorte da Humanidade –, lutar incessantemente entre a tirania e a liberdade, sucumbir aqui, erguer-se acolá: hoje triunfa na Grécia, amanhã cede em Roma. Desde que a história ou tradição nos conservaram memórias do Mundo, não vemos outra coisa por toda a Terra” (id., s.d.: 25). E num requinte que lhe é próprio, de forma a aliciar opiniões atreitas simultaneamente à tradição e à filosofia dos novos tempos, o autor das *Viagens na minha terra* precisa a fórmula com um toque de transcendência



que quase subverte o naturalismo que tanto o atraía, remetendo para o divino o ditame da natureza: "Assim o espírito da liberdade ora mais violento e geral, ora mais sossegado e parcial, mas sempre em constante movimento, luta contra a tirania, porque essa é a natureza sua, a do homem, e a da sociedade para a qual criou Deus o homem" (*ib.*)

c) Humanidade e liberdade vencerão.

O otimismo e o universalismo que enformam cultura e valores do movimento iluminista são também assumidos pelo escritor da Cidade Invicta. Na verdade, toda a sua ação e obra, desde a poesia ao romance, da dramaturgia à oratória, do ensaio à escrita panfletária são intensamente atravessadas pelo espírito das Luzes de cuja filosofia ele foi compulsivo consumidor e incansável praticante e doutrinador (Machado, 1995: caps. VIII e IX e 1999), tornando-se neste campo referência ímpar do seu tempo. Não foi, por isso, afirmação gratuita ou de conveniência o que escreveu no "Prólogo da segunda edição" de *Dona Branca* sobre o tê-lo a Revolução de Vinte apanhado em flagrante "rodeado de Enciclopedistas, de Rousseaus e de Voltaires" (Garrett, 1966, II: 461). Foi neles que bebeu esse otimismo com que encarou todo o processo que antecedeu e se seguiu a essa revolução em que ele próprio foi um dos mais influentes participantes e urdidores de sentido. Neste vetor de otimismo, a fonte seria Condorcet<sup>115</sup>, esse inveterado crente nas virtualidades dos saberes e do progresso do espírito humano e no caminhar dos homens e dos povos para a felicidade imanente. E se a liberdade é condição necessária a esta felicidade, ela teria de vencer em todas as situações de opressão, fosse qual fosse a força e a condição dos opressores: reis, altares ou oligarcas.

Garrett centra sempre no povo o esteio, o critério e a finalidade de luta pela liberdade. Por isso ditará, logo na introdução à obra que nos guia, como *síntese* final do processo dialético, o veredicto: "O povo há-de erguer o braço; não o duvidemos; há-de pelejar, e há-de vencer" (A. G., s.d.: 18). Não descuro, contudo, a importância das dinâmicas desse processo

---

<sup>115</sup> Evoca muitas vezes este autor, nomeadamente na introdução do importantíssimo ensaio *O dia vinte e quatro de Agosto* (1821).

nem descuidará a importância dos sentidos da marcha. Quanto às primeiras, reconhecerá que há circunstâncias e condições que aceleram ou retardam; quanto aos sentidos, além de protagonistas facilitadores do seu delineamento, há também condições que condicionam o seu reto bosquejo e sucesso. Nos dois campos, e no caso presente de Portugal, Garrett festeja a circunstância histórica já referida da revolução liberal de França cujo impulso estava a chegar a todos aqueles povos oprimidos que “já abriram os olhos para conhecer a magnitude de sua opressão, e a insignificância dos seus opressores” (*ib.*: 29). Mas não deixa de apelar, também, às circunstâncias que a todos os portugueses compete criar internamente para que cá a marcha e sentido tivessem ritmo e rumo certos. A pedagogia é clara: “Em tal crise é dever de todo o cidadão, de todo o homem verdadeiro amigo de sua pátria, juntar quanto cabedal de luzes lhe deu Deus, quanto ganhou em estudo e experiência, e acender seu pequeno farol para o grande lumiar da instrução do povo”. E a seguir, na sequência da certeza já referida de que o povo erguerá o braço para pelear e vencer, apela a todos os que estão num grau mais elevado de ilustração, para ajudarem a traçar sentidos: “Façamos quanto em nós está para que bem o erga, bem pelee, bem vença, e bem saiba usar da vitória” (*ib.*)

Na leitura dialética da incessante luta entre liberdade e tirania que o autor de *Lírica de João Mínimo* faz à história, faz sempre assentar a primeira, a liberdade, nos povos – os *muitos* – e a segunda naqueles que os governam e seus acólitos – os poucos, o que, em termos de balanço numérico e face à força tendencial da naturalidade, faz constituir anormalidade a supremacia dos segundos, a não ser sob efeito da ignorância, da indiferença ou do medo dos primeiros. Veja-se, então, como o ideólogo liberal decifra o fracasso do regime constitucional que pouco antes havia proporcionado aos *muitos* a vitória sobre a tirania dos *poucos*. Com efeito, no artigo 1º da avançada *Constituição* de 1822 consta: “A Constituição da Nação Portuguesa tem por objeto manter a liberdade, segurança e propriedade de *todos* os Portugueses”; o 9º determina: “A lei é igual para *todos*”<sup>116</sup>; o 26º consagra: “A soberania reside essencialmente na Nação”. Ora, decretada a liberdade e igualdade para todos e

---

<sup>116</sup> Os dois sublinhados são nossos.

remetida a soberania para o povo – os *muitos* –, como foi possível que estes deixassem tão fácil e rapidamente perder tão importantes benesses conformes com a naturalidade e a sua felicidade?

Fazendo teoria sobre as revoluções, Garrett dirá, no célebre *O Arco de Sant'Ana* (1845-1851), que as revoluções genuínas nascem de uma forte, legítima e justa indignação popular e não precisam de parteiras ou comadres para nascer, fazem-no pelo simples impulso da natureza (id., 2004: 232). Mas quando um povo permanece escravizado por muito tempo, como foi o caso de Portugal, o acicate da liberdade natural esmorece e a ação de líderes torna-se instrumento precioso<sup>117</sup>. E assim foi em 1820, cabendo no caso tal papel aos militares que se levantaram no Porto. Ora, escreve o autor no *Portugal na balança da Europa* que, “quando a revolução se faz pelo povo e em seu nome, forçoso é que o povo entre e disponha nela; que a máquina social se desloque; as instituições velhas se destruam *todas de uma vez*, e que em terreno limpo e desembaraçado se edifiquem de novo novos edifícios” (id., s.d.: 72). Mas o que aconteceu foi que em Portugal “a revolução deixou as coisas como as achou, e não mudou senão homens” (ib.:74). Por outro lado, “e mais indispensável ainda”, seria que o povo conhecesse e avaliasse a constituição por palavra e por obra, ilustrando-o e fazendo-o sentir os seus efeitos para que a defendesse, já que “o povo não crê nem defende senão o que toca e palpa” (ib.: 70). Nada disto se deu. Ora, como já antes intuía na pedagógica *Carta de Guia para Eleitores* (1826), “Se depois de dois ou três anos o povo ainda pergunta *o que é a Constituição?*– ai da Constituição e do Povo” (id., 1966, I: 1084).

Permaneceu, então, o povo indiferente e inerte porque não foi incluído no processo da mudança nem sentiu os seus efeitos. E assim sendo, essa tão imensa e formidável massa, quanto inerte, impassível e indiferente, ficava ao arbítrio do primeiro que dela se valesse dando-lhe movimento em qualquer sentido! “A revolução não se aproveitou dela, fê-lo a contrarrevolução” (id, s.d.: 136). Eis a explicação do desastre que conduziu à violenta tirania que se experimentava. D. Miguel foi figura central escudado na parte

---

<sup>117</sup> Rousseau dissera, no *Contrato Social*, que quando os escravos permanecem longo tempo em cativeiro começam a gostar dos seus ferros.

maior das “classes parasitas” que já em séculos anteriores haviam alinhado contra a liberdade dos homens e dos povos: o clero e a nobreza, que tanto interesse continuavam a ter “na conservação dos abusos, que escoram e sustentam a tirania para que ela os deixe carcomer o Estado” (*ib.*: 39).

São precisamente estas as partes da nação que Garrett visará.

Comecemos pelo clero.

Sendo os eclesiásticos representantes privilegiados de Deus na terra e mediadores da religião divina entre os homens, a estratégia de pressão com que Garrett aborda a classe vai centrar-se, fundamentalmente, na demonstração da incompatibilidade entre a essência da religião que servem e aquilo em que a têm transformado. Narra, então, a história dessa adulteração, de como foi perdendo a sua augusta natureza e se foi prostituindo, até se tornar num dos maiores esteios das tiranias contra os povos. Traçando o perfil da sua natureza originária, escreve: “A religião do Evangelho, da qual disse Rousseau “que se não fosse divina, merecia sê-lo”<sup>118</sup>, é a natural protetora dos direitos do homem, declarativa da sua igualdade, funda-se em sua liberdade, prega, aconselha, ordena o amor da ordem e da justiça” (*ib.*: 41). Ora, reconhecendo os déspotas e a oligarquia apoiante onde levaria tal doutrina logo que os homens a entendessem, recorreram ao expediente de a perverter através daquela que seria uma das mais funestas alianças da história: a aliança do trono com o altar. Então, os tiranos deturparam o trono e os sacerdotes profanaram o altar. As palavras usadas pelo meigo autor das *Folhas Caídas* para descrever os resultados de tão sacrílega liga são violentíssimas:

Invocou-se o nome de Deus para o ultrajar, o Evangelho para o calcar aos pés, a religião para a perverter e destruir. – Os

---

<sup>118</sup> Garrett conhecia muito bem a obra deste seu mestre, nomeadamente o seu *Emile*. É nesta obra que se encontra a famosa peça da Profissão de fé do Vigário de Sabóia donde é retirada a citação. Esta peça, como se sabe, é o texto fundamentador mais importante da religião natural e do deísmo e foi a que sofreu mais perseguições e concitou mais ódios da Igreja, da filosofia tradicionalista e dos poderes conservadores da época. Integra o Livro IV do *Emile* (cf. Jean-Jacques Rousseau, 1969, pp. 565-635).

sacerdotes sacrílegos fizeram leis suas, e blasfemaram chamando-as de Deus; os reis as sancionaram, e invocaram a blasfémia dos sacerdotes para as fazer acreditar divinas e cumprir como tais. [...] E a religião divina de Jesus Cristo se fez instrumento de crimes, capa de vícios, esteio de tiranias, facho de discórdias, flagelo de cruelíssima perseguição. [...] Assim a religião cristã, que tanto favorece, que tanto protege a liberdade, que a ensina, que a prega, que a manda guardar, - a religião cristã foi feita o maior e mais poderoso auxiliar dos déspotas (*ib.*: 41-41).

Este discurso violento vai ser recorrente ao longo do livro. Esta classe não só não promovera nem incarnara o sentimento pátrio ao longo da maior parte da história nacional como se mostrara quase sempre negativa, nesse campo. Estava fresca a sua atitude colaboracionista nas invasões francesas sob a batuta do cardeal patriarca de Lisboa D. José Francisco de Mendonça que, além de nada fazer para salvaguardar a nação dos invasores, não se coibia de exprimir publicamente a sua grande admiração por esse “enviado de Deus” e “protetor da religião”; mais fresco ainda o seu incómodo, desespero e ativismo antiliberal e anticonstitucional logo desde o dia da revolução liberal e que se tornou num coro quase unísono e mais desenganado a partir da Vilafrancada de 1823; e muito mais fresco ainda o conjunto de exultações e celebrações com *Te Deum*, pastorais e sermões da generalidade dos bispos, desde Trás-os-Montes ao Algarve, desde a usurpação até ao fim da guerra civil<sup>119</sup>. E não se esqueceu, também, de lastimar, de forma analítica e consequencial, a vergonhosa atitude do Vaticano que, ao reconhecer D. Miguel, não aprendia as lições da história e estiolava entre os povos.

Caminho alternativo preconizado? Não seria necessário reformar a religião, mas os ministros e a instituição eclesial no sentido de se pautarem pelo verdadeiro espírito dessa religião, tal como antes o definira. Dessa forma, o paradigma da política de D. Miguel não seria compatível com esse espírito nem com decorrente prática, e essa incompatibilidade exigia mudança de sentido da Igreja e reequacionamento de alianças e ação dos eclesiásticos. Deveriam romper com o círculo oligárquico em que se moviam em

---

<sup>119</sup> Veja-se, por exemplo, Fernando Machado (2013, pp. 217-223).

torno do tirano e regressar ao círculo da verdadeira nação, a da justiça, liberdade e felicidade dos povos.

Seria ainda mais frontal e pragmática a forma como A. Garrett desafiou a classe nobre. Compreendia-se. Eles poderiam ter uma importância mais imediata na ação bélica que já rugia. Afinal, era sobretudo neles que assentava a arte militar. Para além disso, os seus pergaminhos continuavam muito ligados à fundação da nacionalidade, o que potenciava argumentos de peso. Por outro lado, a raiz do seu perfil assentava muito nos vínculos de fidelidade, valor que o longo exercício feudal tornara proeminente. Por isso fora tão difícil a alguns quebrarem os laços com a realidade primeira da sua integração, a realidade hispânica. Mas haviam-no feito, face à possibilidade que adivinhavam e que aconteceu da fruição de honras titulares e de grandes proveitos. E esta realidade foi em escala tão larga que ensombrou a figura polarizadora do rei e diluiu a originária razão de ser: constituição e sustentação de um novo reino. Honras e proveitos foram-se tornando, então, a verdadeira pátria da nobreza, como bem faz notar Armindo de Sousa (s.d., 476), subalternizando vários vínculos de fidelidade e mergulhando cada vez mais numa doce e inerte imobilidade assente na preguiça, na ignorância, no luxo e na vaidade que o tempo foi repudiando, gerando um conseqüente cerceamento de haveres e privilégios, o que foi tornando insustentáveis os seus desmesurados níveis de vida sem recurso a abusos, vilanias, gatunagens e traições ao rei e à classe do trabalho que deles mais dependia. E assim a nobreza se foi tornando numa pecha nacional que a ninguém agradava e que à pátria sobrava por inculca, inútil e devoradora<sup>120</sup>.

Garrett sabia isto, mas também sabia que, apesar de tudo, não tinha desaparecido de todo a sua influência, podendo a sua ação tornar-se decisiva no agudo momento que se vivia. Por isso achou pertinente não desprezar tal recurso, chamando-o à boa e urgente razão da regeneração da pátria.

No texto que nos serve de referência primordial, o ilustre ensaísta contrapõe duas definições de *aristocracia*<sup>121</sup>. Uma,

---

<sup>120</sup> Destacamos dois nomes entre os muitos que denunciaram esta situação degradante da nobreza: D. Luís da Cunha no *Testamento Político* e Ribeiro Sanches em vários escritos.

<sup>121</sup> Embora possa ter outros significados, usa-se aqui o termo como referido à classe nobre, como faz Garrett.

etimológica, remete para a natureza essencial da classe e afere-a por oposição à *oligarquia*. No exercício, para maior fiabilidade, usa o grego. Temos, então, *oligarquia*: poder de poucos, liga dos poucos contra os muitos; *aristocracia*: autoridade dos melhores ou mais ilustres do Estado. Depois, conjuga: "Quando a *aristocracia* degenera de sua instituição primitiva, já não é *aristocracia* mas *oligarquia*". E conclui: "Para evitar confusão de ideias e princípios convém ter presente esta distinção" (Garrett, s.d.: 33, nota 1). Mais à frente, recorrerá a uma definição negativa elaborada pelo célebre general e convicto republicano Foy, que transcreve com aval: "*Aristocracia*<sup>122</sup> são aqueles homens que querem honras sem as merecer, empregos sem para eles serem hábeis, que só querem consumir sem produzir, que querem para si o gozo, e o trabalho para os outros, etc." (*ib.*, p. 97). Como é fácil de ver, Garrett traçava assim os limites entre o *dever ser* e o *ser*, entre a natureza essencial da classe e o resultado do seu processo de degradação, sendo fácil de presumir o caminho do *ser* atual para o *dever ser* originário que deveria coincidir com o *dever ser* do futuro<sup>123</sup>. Restava construir o corpo da estratégia de convencimento. Sigamo-lo:

Antes de mais, enuncia a tese relativa à situação de Portugal: o que pode e o que deve ele ser na nova balança da Europa e na Ibérica?

É fácil, diz o autor, aceitar o pressuposto de que aquilo que Portugal já foi em tempos de glória, não o poderá de novo ser; por outro lado, e face ao que lhe tem acontecido nos derradeiros tempos, não será também difícil mostrar a única alternativa viável no quadro da Europa de hoje, que é: ou poder existir como potência verdadeiramente independente, ou tornar-se de novo província de Espanha, como já foi.

A situação parecia extrema e seca, mas não era. Acresciam explicações e condições.

Antes de mais, sobre o que se deve entender por *verdadeiramente independente*. A explicação é curta e

---

<sup>122</sup> É nosso o sublinhado.

<sup>123</sup> Como é notório, o padrão de toda a teoria política e moral rousseauiana, sob o signo do *Discurso sobre a origem e fundamentos da desigualdade*, está sempre presente. Cf. Fernando Machado (2000, Parte I).

exemplificada: ser *verdadeiramente independente* é ser *livre*. Povo sem liberdade é rebanho de escravos, mesmo que em situação formal de independência. Garrett não se cansava de acusar essa falsa independência a que foi sujeito o país durante o período seguinte às invasões napoleónicas em que os adjuvantes ingleses se tornaram em autênticos invasores e verdadeiros donos da nação. Antes o dissera já: "Em Portugal a força estrangeira, interessada auxiliar, que tão caro nos vendeu essa fantástica independência, não tinha deixado respirar a opinião pública, nem permitido ao espírito nacional desenvolver-se, e manifestar seus verdadeiros sentimentos" (*ib.*: 66). Depois havia de falar das afrontas, padecimentos, humilhações, destruição da economia perpetrados por esse despotismo delegado, o pior de todos, do velho aliado que fizera descer "ao mais abjeto, mais vilipendioso estado, a que jamais se viu baixar nação sem haver perdido sua independência" (*ib.*). Aliás, ainda antes da revolução, em poema de 15 de junho de 1819, desabafava a um amigo o mesmo rancor, embora com triplo objeto:

Oh! quando te hei-de eu ver, pátria querida,  
Limpa de ingleses, safa de conventos,  
E varridas tuas ruas da imundície  
Do fidalguesco lixo! (*Id.*, 1966, I: 1549).

Ora, esta mesma situação vivia-se, de outra forma, no tempo atual, joguete que éramos dos gabinetes áulicos que traçavam condições à nossa existência e definiam o nosso destino à margem do todo da nação. Esta e a anterior situação não eram verdadeira independência.

Por outro lado, ser livre arrastava condições próprias. Uma delas, estruturante, as outras circunstanciais referentes ao país e ao contexto. A primeira decorre dos princípios universais do direito natural: "Nenhum pacto social pode ser fundado senão na liberdade natural do homem e em sua igualdade legal: nenhum código político pode ser bem formado se não garantir o exercício daquela e a conservação desta" (*Id.*, s.d.: 204-205). Quanto às circunstanciais: a nação havia de manter-se monárquica, por via da história própria e a da envolvimento; havia que tomar por base principal a democracia da sua maior e mais importante parte da população; e havia de conservar o elemento aristocrático que fora



determinante na reconquista e formação do país e moldara bases e perfis que permaneciam ativos e inscritos na sua naturalidade. Em síntese, o país devia ter uma regular monarquia representativa em que a representação devia ser feita por livre escolha e eleição do povo, e um elemento aristocrático com representação e autoridade pública a qual, "limitada pela força democrática, e contrabalançada pelo poder real, venha a ser princípio de harmonia e ordem em vez de instrumento de opressão que era" (*ib.*: 206). Depois acrescentava condições de garantia de defesa da constituição e do regime, destacando a instrução e a liberdade de imprensa.

Como se vê, a aliciação era nítida. Apesar da má vontade geral de que a classe nobre era alvo, Garrett concedia-lhe um espaço institucional. Tinha em mente campos adequados a uma nobreza que tinha há muito deixado de ser territorial e vivia de serviços, como o militar, o administrativo, até o de órgãos da nação, como era a Câmara dos Pares.

Fixemo-nos na segunda alternativa que também visava a nobreza: união com a Espanha.

Apesar de os desejos de muitos países europeus serem de reconhecer o regime absolutista do usurpador D. Miguel, o escândalo do ato que feria profundamente a legitimidade, valor incontornável para a Santa Aliança, conteve-os. Porém, não foi assim com a Espanha de Fernando VII que, além de colaborante, o reconheceu. O tecido argumentativo e consequencialista que Garrett engendrou para explicar este ato foi notável e lógico. De entre as razões, apontou o ódio do monarca espanhol ao sistema representativo, à Carta Constitucional e ao seu outorgador, D. Pedro. Mas a arguta estratégia do tribuno levou-o a argumento mais talhado ao momento, argumento potencial mas que, a realizar-se, desfeiteava e podia até anular de vez a razão de existir da classe nobre que já só nas origens encontrava motivo para tal. Ei-lo: a "tensão fixa", o "plano constante", o "não confessado mas sabido motor", o "*arrière pensée*" do gabinete de Madrid: "estender os braços e apertar *em amplexo de morte* o pequeno reino" (*ib.*: 162). E para prova, desfiou vários momentos da história ibérica em que tal propósito foi desvelado ou mesmo concretizado, desde as tentativas que precederam a união dos reinos peninsulares com Fernando e Isabel, à anexação com Filipe II, aos iguais ensejos dos tempos da dinastia austríaca, depois da restauração, ao tratado secreto feito com Napoleão nas invasões,

às idênticas e frequentes manifestações a partir da revolução liberal de 1820, enfim, a este reconhecimento do irmão de D. Pedro, rei ilegítimo segundo as leis internacionais e o próprio juramento daquele. Afinal, os motivos para este reconhecimento eram os mesmos de sempre: “a melhor estrada de Madrid a Lisboa que à invasão castelhana se pode abrir, é um governo fraco, tirânico, antinacional como o de D. Miguel; o melhor exército de Fernando é o dos frades, e da degenerada fidalguia portuguesa, que assim vendem pátria e honra para comprarem sua ruína” (*ib.*: 162-163). E remete aqui para uma nota de feroz intencionalidade: “E são os descendentes dos heróis de 1640!”.

A linguagem recatada desaparecera; o verniz estalara. Já não havia razão para adiar a alternativa mais pungente. E ela aparece, talvez mais teatral que convicta, mas possível e até desejável em certas condições. Perante falsas independências, independências sem liberdade, como a vivida com os ingleses ou aquela que tem decorrido da intriga dos gabinetes estrangeiros estribada na traição de oligarcas domésticos (clero e nobreza) que porfiavam em destruir a nossa constituição – “condição sine qua non da nossa independência” – ou em anular os seus efeitos; ou perante a hipótese de anexação que pairava por via conjugada dos dois tiranos de Espanha e de Portugal, só nos restava a alternativa de nos unirmos para sempre, mas por decisão própria, a Espanha, tentando propor no ato modos e condições que pudessem tornar mais leve tal união e evitassem uma degradante humilhação. E para dar mais crédito e teatralidade à hipótese, alvitra: “Talvez uma Federação...” (*ib.*: 220).

Os dados estavam todos lançados, o convite ao regresso à essencialidade aristocrática da classe transviada estava feito. Restava perfilar as consequências de alinhamento contranatura em torno de um rei tirano que afrontava a legitimidade e a própria nação. Uma delas decorria da eterna dialética que movimenta a humanidade para a naturalidade da felicidade e do progresso assente na liberdade e que se centra na parte maior das sociedades: o povo. Ditava sem esconder a ameaça inerente:

O que podem eles esperar do povo, quando o povo triunfar?  
E o povo há-de triunfar (*ib.*, p. 195).

A outra era mais simpática e conselheira, mas não menos consequencial em termos de honra e de proveitos da classe. Não devo evitar as palavras graves e medidas do autor que concedendo embora total primazia à liberdade sobre a independência, porfiou sempre na aposta de uma independência com liberdade:

A massa do povo, a plebe propriamente dita, as classes menos influentes do Estado pouco perdem, e porventura muito podem ganhar, na fusão de uma potência pequena em uma grande, se a fusão for voluntária, se, não por conquista mas por cessão, o país menor abdicar a soberania em favor do maior. Mas todos quantos por nascimento, por cabedais, por mérito pessoal, sobrepujam em consideração, e se elevaram da massa geral a toda e qualquer espécie de preeminência social, esses perderão tudo com a união, e serão obrigados a entrar na nulidade política e social de que por seu talento ou valor, ou importância adquirida ou herdada, tinham saído.

O recado, de contornos fantasmagóricos mas solene, ficava completo e convidava, implicitamente, ao regresso à primeira hipótese que fazia prevalecer a liberdade sobre a independência: a da *verdadeira independência*.

É difícil contar os resultados sobre aqueles a quem foi primordialmente dirigido esta doutrinação. Sabemos apenas que a primeira alternativa venceu e que o país logrou, depois de violentas lutas, independência com liberdade. Garrett, antes da ameaçadora hipótese da união, confessara: "todos daremos o derradeiro sangue pela independência nacional" (*ib.*: 320). E muitos deram, de facto, nesta guerra fratricida. Claro que o sangue mais vertido foi o daqueles que depois menos haveriam de usufruir da felicidade de uma pátria livre: o do *povo-povo*. Mas isso já é outra história que a memória das nações esquece com frequência.

**BIBLIOGRAFIA**

- Dias (1982): José Sebastião da Silva Dias, *Pombalismo e teoria política*, Lisboa, Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa.
- Dias (1991): Maria Helena da Costa Dias e outros, "Prefácio e Notas" in Almeida Garrett, *Obras Completas - Obra Política, Doutrinação da Sociedade Liberal (1824-1827)*, Lisboa, Editorial Estampa.
- Garrett (1904): Almeida Garrett, "Autobiografia" in Almeida Garrett, *Obras Completas de...*, Grande Edição Popular, Ilustrada, Prefaciada, Revista, Coordenada e Dirigida por Teófilo Braga, Lisboa, Empresa da História de Portugal, 1º vol., pp: XXXIX-L.
- Garrett (1966): Almeida Garrett, *Obras de...* Porto, Lello e Irmão, 2 vols.
- Garrett (2004): Almeida Garrett, *O Arco de Sant'Ana - Crónica Portuense*, Edição Crítica de Maria Helena Santana, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Garrett (s.d.): Almeida Garrett, *Portugal na Balança da Europa - do que tem sido e do que ora lhe convém ser na nova ordem de coisas no mundo civilizado*, Lisboa, Ed. Gleba - Livros Horizonte.
- Machado (1995): Fernando Augusto Machado, *Almeida Garrett e a introdução do pensamento educacional de Rousseau em Portugal*, Porto, ASA.
- Machado (1999): Fernando Augusto Machado, "Modernidade portuguesa na senda de Garrett" in *Forum*, 26 (Separata), Jul.-Dez. Braga, Universidade do Minho/Biblioteca Pública.
- Machado (2013): Fernando Augusto Machado, "A Igreja e a circunstância secular: paradigmas e rumos em tempos cruzados. O caso da diocese de Miranda e Bragança", Separata da *Revista CEPIHS*, 3, set., Coimbra, Palimage, pp. 201-232.
- Machado (2000): Fernando Augusto Machado, *Rousseau em Portugal, da clandestinidade setecentista à legalidade vintista*, Porto, Campo das Letras.
- Mattoso (s.d.): José Mattoso, "A consolidação da monarquia e a unidade política" in José Mattoso (dir.) *História de Portugal*, vol. 2., Lisboa, Editorial Estampa, pp. 269-295.
- Mattoso (1985): José Mattoso, *Identificação de um país - Ensaio sobre as origens de Portugal: 1096-1325*, vol. II, Lisboa, Editorial Estampa.

Rousseau (1969): Jean-Jacques Rousseau, *Oeuvres Complètes*, IV, Paris, Éditions Gallimard.

Silva & Espanha (s.d.): Ana Cristina Nogueira da Silva e António Manuel Espanha, "A identidade portuguesa" in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, vol. 4, Lisboa, Editorial Estampa, pp. 19-38.

Sousa (s.d.): Armindo de Sousa, "A Monarquia feudal – 1325-1480" in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, vol. 2, Lisboa, Editorial Estampa, pp. 311-556.



## A UNIVERSALIDADE E A DESVINCULAÇÃO DO PASSADO MÍTICO: OS NOVOS RUMOS DA LITERATURA PORTUGUESA CONTEMPORÂNEA

Vanessa Riambau Pinheiro  
Universidade Federal da Paraíba – Brasil  
[vanessanrp@hotmail.com](mailto:vanessanrp@hotmail.com)

### RESUMO

Eduardo Lourenço, em *O Labirinto da Saudade* (1982), afirma que Portugal teve sua história permeada por traumatismos que abalaram sua identidade e sua autoestima: desfrutou de certo poderio e decaiu, perdeu a independência na batalha de Alcácer Quibir e, por fim, houve a queda do império. Nosso estudo parte deste contexto para relacionar a literatura produzida em Portugal nas últimas décadas como uma tentativa de renovação e de auto-esquecimento.

**PALAVRAS-CHAVE:** história; literatura portuguesa; renovação.

### ABSTRACT

Eduardo Lourenço, in *The Labyrinth of Longing* (1982), states that Portugal had its history permeated by trauma that rocked their identity and self-esteem: enjoyed some power and decayed, lost its independence at the Battle of Alcazarquivir and finally, there was the fall of the empire. Our study of this context to relate the literature produced in Portugal in recent decades as an attempt of renewal and self-forgetfulness.

**KEYWORDS:** story; portuguese literature; renovation.

Portugal é um país que não cabe em suas próprias recordações. Pequeno de tamanho e situado na ponta da Europa, ou melhor, na cauda – embora um dia tenha sido cabeça, ou ao menos tenha acreditado ser -, o país tem passado demais e futuro de menos. Depois da perda das colônias e do agravamento da

situação econômica devido à crise mundial e apesar da entrada, ainda que tardia, à União Europeia (UE), a verdade é que o país não está em seu melhor momento econômico. E isso não vem de hoje. O país começou a perder seu prestígio com a perda da independência para a Espanha – somado ao golpe de Alcácer-Quibir, que culminou no desaparecimento de Dom Sebastião – nem a restauração da independência em 1640 recuperou o país, somado a outros abalos sofridos. Hoje, com a crise mundial, segue abalado

O fato de Portugal ser um país pequeno e só fazer fronteira com a Espanha também contribui para certo distanciamento em relação ao resto da Europa - distanciamento esse que virou quase uma idolatria por parte de Portugal a partir do final do século XIX. A *belle époque* francesa, que também teve seus momentos no Brasil do início do século XX, ressoou enormemente em Portugal, a tal ponto de fazer Eça comentar que Portugal é um país que foi traduzido do francês.

Eduardo Lourenço (1988: 130) ratifica essa ideia, ao afirmar que:

Talvez como nenhuma outra na Europa, a cultura portuguesa, pese à nossa situação excêntrica ou até por isso mesmo, manteve desde a origem uma relação, não só privilegiada como umbilical, com a cultura francesa enquanto cultura institucionalizada, e já consciente da sua força e impacto pedagógico e intelectual.

O fato é que, como todo país que um dia foi grande e depois perdeu seu poderio, Portugal sofre de nostalgia em relação ao passado e insatisfação ao presente. Segundo Eduardo Lourenço, a grandiosidade de Portugal à época das cruzadas e dos grandes descobrimentos tem muito de mito. Sabemos que livros como *Os Lusíadas* serviram para disseminar um passado de honras e conquistas lusitano, passado cujo povo português se orgulharia ainda hoje e que ajudaria a conservar o que o pensador português Eduardo Lourenço chama de hiperidentidade portuguesa: uma identidade baseada em muitos conceitos, quase todos forjados, a respeito do povo português. Essa identidade, por ser múltipla, não é nenhuma.



*Os Lusíadas* recebem uma luz espectral e fulgurante quando lidos no contexto de uma grandeza que subterraneamente se sabe uma ficção, ou se se prefere, de uma ficção que se sabe desmedida mas precisa ser clamada à face do mundo menos para que a oiçam do que para acreditar em si mesma (Eduardo Lourenço 1982: 22).

Ideia esta ratificada por Freyre (2004: .267):

Há muito que se descontar nas pretensões de grandeza do português. Desde fins do século XVI ele vive parasitariamente de um passado cujo esplendor exagera. Supondo-se diminuído ou negado pela crítica estrangeira, artificializou-se em um português-para-inglês-ver, que os portugueses têm sido, entretanto, os mais perspicazes em retratar ao natural, restituindo-lhe os contornos e as cores exatas.

E também por Holanda (2007: 110-111):

Comparada ao delirante arroubo de um Colombo, por exemplo, não há dúvida que mesmo a obra do grande Vasco da Gama apresenta, como fundo de tela, um bom senso atento a minudências e uma razão cautelosa e pedestre. Sua jornada fez-se quase toda em mares já conhecidos – uma sabotagem em grande estilo, disse Sophus Ruge – com destino já conhecido e, quando foi necessário cruzar o Índico, pôde dispor de pilotos experimentados, como Ibn Majid.

Assim, o passado glorioso de Portugal funciona de maneira autofágica, ou seja, vive nutrindo-se da imagem que faz de si mesmo. O próprio Camões serve para ilustrar esse ideal a partir de sua biografia. Nas palavras de Leão (1997: 71), “a par do supremo elegíaco foi o supremo épico, poeta e soldado, convicto, corredor de mundo e amores”. Ou seja, a vida do vate contribuía para a disseminação deste imaginário.

Miguel Torga, em seu *XII Diário*, diz-nos que “nunca um escritor aqui teve direito à dignidade. À dignidade de assumir um unânime destino colectivo ou um solitário destino pessoal, sem que sirva de bandeira para uns e de espantalho para outros”(1976:

61).

Ainda segundo Freyre (2004: 268), o maior problema de Portugal é a arrogância em relação ao seu passado e o ressentimento com o presente, fatores que impedem seu atual desenvolvimento:

Longe de conformar-se com uma viuvez honesta, de nação decaída – como mais tarde a Holanda, que depois de senhora de vasto império entregou-se ao fabrico de queijos e de manteiga – continuou Portugal, após Alcácer-Quibir, a supor-se o Portugal opulento de D.Sebastião vivo. A alimentar-se da fama adquirida nas conquistas de ultramar. A iludir-se de uma mística imperialista já sem base. A envenenar-se da mania de grandeza.

Essa ideia vai ao encontro de Pascoaes (1978: 124): “[vaidade] defeito muito vulgar num Povo que foi grande e decaiu”. Complementa dizendo que a inveja é uma qualidade que define a alma pátria. “O valor alheio nos tortura” (1978: 123), fato que explicaria a idolatria queirosiana à França.

A imagem de Portugal diante dos próprios portugueses sempre esteve diretamente relacionada às conquistas ultramarinas, isto é, a tudo que fazia parte do país, incluindo as conquistadas colônias. Portanto, a perda de direitos em relação às colônias foi de grande impacto à autoestima lusitana. João Leal, em seu artigo “O império escondido: camponeses, construção da nação e império na antropologia portuguesa” (2010: 70), apresenta outra perspectiva sobre este tema: citando Rocha Peixoto, ele afirma que os descobrimentos, tão louvados como símbolo da grandiosidade lusitana nada mais são do que, na verdade, a prova da incapacidade desta de gerir-se sozinha enquanto nação, tendo sempre a necessidade de ser um império colonial para estar completa. Um país que depende da receita de outros, dos quais extrai diamante, petróleo e afins, não deveria, portanto, ser considerado um país próspero.

Todos esses fatores acabaram por favorecer o que Eduardo Lourenço chama de “irrealismo prodigioso da imagem que os portugueses fazem de si mesmos” (1982: 19). Imbuída de orgulho

do passado lusitano, que não mais corresponde ao seu momento atual, a nação portuguesa busca uma identidade que não é a sua para se reconhecer como país. De acordo com Real:

Do conflito entre uma espécie de consciência de culpa do passado e esse desinteresse presente sobre o "lá longe", agora que de certo modo "a casa nos ardia por dentro", nasceram os dois actuais espinhos da consciência nacional: vinte anos de guerra cruel em Angola e vinte anos de anexação de Timor pela Indonésia. Não é pouco para a pequenez que somos (1995: 95).

Depois de um passado antigo de glórias, de um passado mais recente de fracasso e de um presente de apagamento histórico, a nação lusitana busca sua identidade. António Quadros (1986: 62) afirma que "o que parece dominar hoje em Portugal é a face negativa, nocturna, decaída do arquétipo, do modelo ou da imagem sublimatória que o Português já teve de si próprio e o levou a ousar rasgar seus próprios trilhos na superfície do mundo ou da vida". É ainda, segundo o autor, a prova da vitória do velho do Restelo sobre o Vasco da Gama. Vai o herói desbravador, fica o inerte resmungão. Isto é, o modelo do português heróico, forjado no século XVI, perde seu lugar ante o anti-herói apático das gerações posteriores.

O constructo de país orgulhoso de si continuou, iniciado pelos cronistas do quinhentismo e prosseguido por Camões, continuou a ser alimentado por Salazar no Estado Novo, como uma forma de manipulação do povo. Durante o Estado Novo, o vate e a sua obra tornaram-se instrumentos propagandísticos de consolidação do Estado e passou-se a divulgar então uma ideia de que Camões era não apenas um símbolo nacional, mas um ícone cujo significado era tão particular à sensibilidade portuguesa que só poderia ser compreendido pelos próprios portugueses. A ironia é que essa abordagem gerou efeitos contrários imprevistos, e aquele mesmo Estado, especialmente após a II Guerra Mundial, queixava-se de que a comunidade internacional não entendia Portugal, resultado do seu próprio autoexílio.

Ao mesmo tempo em que mergulhava o país no ostracismo, no retrocesso social, cultural e econômico e o isolava do resto do mundo, o presidente discursava sobre as pseudoglórias passadas e

mesmo presentes de Portugal. Miguel Torga, em seu *IX Diário* (1977: 85), escrito em 17 de setembro de 1961, ou seja, em pleno salazarismo, diz-nos o seguinte: "É um fenómeno curioso: o país ergue-se, indignado, moureja o dia inteiro, come, bebe e diverte-se indignado, mas não passa disto. Falta-lhe o romantismo cívico da agressão. Somos, socialmente, uma colectividade pacífica de revoltados". Ou seja, a revolta não passa do campo das idéias à ação. "Em Portugal nada acontece, «não há drama, tudo é intriga e trama»" (Gil 2008:15).

Vamos mais longe: nem as narrativas míticas representam mais o passado nem o passado mais recente da revolução e da independência das ex-colônias africanas, alimenta o presente luso. Não apenas o português não vê além de sua aldeia, ele também não pode ter uma visão diacrônica de sua história, já que teve o passado de navegador supervalorizado e o passado recente vergonhoso de guerra colonial mitigado.

Em relação a essas mudanças refletidas na literatura, observamos que a idealização em relação ao país e aos seus feitos foi primeiramente desmitificada através da literatura realista de Eça de Queirós. Entretanto, ela só começa de fato a ser desconstruída após a queda do Estado Novo. Concordamos com a opinião de Silveira (1999: 21), para o qual "a literatura, ao invés de ser um documento social, é uma forma de representação textual da sociedade".

Miguel Torga, em seu *XII Diário*, diz-nos: "em Portugal todos os verdadeiros escritores escrevem em tensão negativa. Com raiva, com sarcasmo, com ironia ou com amargura"(1986: 62). De fato, essa tensão negativa, de que fala o autor, pode ser traduzida como uma necessidade dos escritores de refletirem sobre o passado e o presente de Portugal. O que na época de Camões era pura autofagia transformou-se em questionamento e crítica. Segundo Eduardo Lourenço (2000: 84), a história literária portuguesa dos últimos cento e cinquenta anos foram impregnadas da necessidade – obsessiva – de descobrir quem são e como são enquanto portugueses. A insistência no tema teria começado no século XIX, com Garrett e Eça, e se estenderia até os dias de hoje. "O ser e o destino de Portugal como horizonte de aventura literária converter-se-iam, nos finais do século [XIX], em autêntica obsessão" (Lourenço 2000: 98).

Assim, se a literatura do passado criou uma imagem mítica

de glória para Portugal, a realidade, principalmente a partir do século XX, com as guerras coloniais, contribuiu para a impossibilidade da manutenção deste imaginário. Tal fato se refletiu também na literatura portuguesa: se desde o século XIX Portugal vai sendo desmitificado literariamente, a ficção dos séculos XX e XXI revela-se essencialmente questionadora.

De acordo com Lourenço (2000), a literatura das últimas décadas libertou-se, em certa medida, do ranço identitário que a definia anteriormente. A safra de escritores a partir da década de 80, chamada por Eduardo Lourenço (1994:260) de "uma geração desenvolta ou os filhos de Álvaro de Campos", herdou do heterônimo de Fernando Pessoa a ruidosa necessidade de libertar-se dos padrões preestabelecidos.

Uma literatura essencialmente crítica é o que vemos na geração pós-salazarista, liberta das amarras do passado e da censura. Nomes como Lídia Jorge, José Saramago e Lobo Antunes comprovam o que foi dito. Se tomarmos como exemplos obras conhecidas como *A costa dos murmúrios* (1988), *Ensaio sobre a cegueira* (1995) e *Os cus de Judas* (1979), entenderemos o que está sendo dito. A primeira e a última, escritas por autores que trabalharam<sup>124</sup> na África durante o período colonial retratam os horrores da guerra e o tratamento dispensado aos colonizados. A narrativa de Saramago, por sua vez, relata, alegoricamente, a cegueira instaurada em Portugal, razão pela qual seus habitantes seriam passivos e resignados. Cabe salientar que o Estado Novo durou mais de quarenta anos e que só terminou por iniciativa dos próprios capitães que faziam parte do sistema, mas que estavam cansados da guerra nas colônias africanas. A respeito dessa nova tendência literária pós-Salazar, Belchior (1982: 14) afirma que "a leitura de alguns romancistas de hoje despertou-me para a verificação de uma espécie de consciência de crise e demanda de uma identidade".

Outros escritores ainda mais jovens estão manifestando tendência à desvinculação do passado outrora idealizado. Depois de algumas décadas de autocrítica colonial, a literatura portuguesa

---

<sup>124</sup> Lídia Jorge trabalhou como professora de ensino secundário em Moçambique nos últimos anos de guerra pela libertação – modo como os africanos se referem a este episódio – ou guerra colonial, maneira como foi nomeada pelos portugueses. Já Antonio Lobo Antunes trabalhou como médico em Angola entre 1970 e 1973.

vem diversificando-se e introduzindo novos rumos e tendências no cenário da ficção contemporânea. Tomemos como exemplo três obras de jovens e já consagrados autores: *O filho de mil homens* (2011), de Valter Hugo Mãe; *Uma viagem à Índia* (2010), de Gonçalo M. Tavares e *No teu deserto* (2009), de Miguel Sousa Tavares, respectivamente.

O livro do angolano naturalizado português relata maneiras diferenciadas de se formar família, ainda que forjada. Com o estabelecimento do vínculo familiar constituído por um homem solitário, uma mulher abandonada, um homossexual não assumido e uma criança adotada, há a superação metafórica do conservadorismo da sociedade patriarcal portuguesa. Há também a desmitificação da instituição familiar, já que os papéis são postos em xeque e não há laços consanguíneos que unam os personagens. Paradoxalmente, a união legal que existe é entre Matilde, que se apaixona por Crisóstemo, e Antonino, que é homossexual. Entretanto, apesar da inviabilidade da consumação conjugal, a dissolução deste laço não é realizada e a amizade torna-se o verdadeiro elo entre eles: os três, assim, vivem um triângulo às avessas, no qual o marido legítimo é, na verdade, amigo de Matilde e de Crisóstemo, que constituem o casal de fato.

Esta libertação do convencionalismo através da aceitação da alteridade -que também é um protesto velado contra a solidão - revela sua face de universalidade: o livro se chama o filho de mil homens porque "todos nascemos filhos de mil pais e mil mães, e a solidão é sobretudo a incapacidade de ver qualquer pessoa como nos pertencendo, para que nos pertença de verdade e se gere um cuidado mútuo" (Mãe 2011: 188). No mundo líquido contemporâneo - para usar o termo cunhado por Bauman<sup>125</sup> -, onde os afetos são efêmeros e o comprometimento reduzido, estabelecer laços sólidos constitui-se, por si só, no grande desafio.

O livro do também nascido em Angola de Gonçalo M. Tavares narra, em versos, as peripécias e desventuras de Bloom, que parte de Portugal com destino a Índia após matar seu pai, que por sua vez havia assassinado a amada de seu filho. Nesta epopeia negativa, o protagonista está num mundo abandonado por Deus<sup>126</sup>

---

<sup>125</sup> Entre os livros nos quais Bauman desenvolve este conceito está *A cultura no mundo líquido moderno* (2013).

<sup>3</sup> "A humanidade não é uma progressiva aproximação aos deuses, não te iludas" (Tavares

– como afirmou Lukács (2003) ao se referir ao fim do gênero épico. O protagonista então arrefece sua busca por conhecimento - “Procuro uma mulher, disse Bloom, ou então a sabedoria” (Tavares 2010: 95). “Estava separado do facto de estar vivo, e tal era definitivo. Havia ainda, e certo, a mãe que o esperava em Lisboa, mas até dela se esquecera” (Tavares 2010: 431).

O rádio do pai que está em seu bolso nunca voltou a funcionar, a procura por sabedoria na Índia resultou em roubo mútuo, o pouco de diversão obtida com prostitutas transformou-se em aborrecimento e culminou em um crime de motivação banal. Por fim, ainda que não houvesse cometido o planejado suicídio ao voltar para Portugal e se descobrir fugitivo, órfão e falido, “o mundo prossegue, mas nada que aconteça poderá impedir o definitivo tédio de Bloom, o nosso herói” (Tavares, 2010: 452).

Percebemos que a incidência da ironia perpassa toda a narrativa: a começar pelo título, que remete ao passado de descobrimentos portugueses. Eduardo Lourenço já dizia que, para os portugueses, todas as viagens são viagens à Índia<sup>127</sup>; também é sarcástico o epíteto “herói”, usado pelo narrador ao se referir ao amoral Bloom; e, por fim, o estilo épico da obra, dividido em cantos, ao mesmo tempo que rememora Camões o satiriza. A história de um homem confuso, apático e passivo. Seria esta a possível epopeia moderna portuguesa?

O livro do portuense Miguel Sousa Tavares, por sua vez, traz uma analepse de fatos ocorridos há vinte anos, quando o protagonista e Cláudia fizeram uma viagem até o deserto. Este percurso é rememorado pelo personagem anos após o falecimento da amiga.

Em uma narrativa fluida, o narrador recompõe passo a passo este convívio de provocações pueris e seduções inconclusas. O deserto, a que se refere o título do romance, é também pelo vazio de uma relação amorosa não concretizada e de uma vida sem vínculos emocionais efetivos. A evocação da memória revivida é, para o personagem, uma emoção ambígua: “Como se as [lembranças] continuasse sempre a viver, ou como se nunca as

---

2010: 179).

<sup>127</sup> Como diz Álvaro de Campos em “O opiário”, “Pertencço a um género de portugueses/Que depois de estar a Índia descoberta/ Ficaram sem trabalho. A morte é certa”.

tivesse vivido” (Tavares 2009:10).

O personagem, até o momento em que se dispõe a escrever sobre Cláudia, havia bloqueado suas recordações sobre ela. Paul Ricoeur (2008:452), neste sentido, afirma que “muitos esquecimentos se devem ao impedimento de ter acesso aos tesouros enterrados da memória”. Real (1995: 133) acredita o apagamento da memória é um sintoma do mundo contemporâneo: segundo o autor, o que atualmente se sobressai é “uma geração sem memória, esgotada pelo presente”.

A escritura da narrativa é a forma encontrada pelo protagonista para se reconciliar com o passado e vivenciar a dor do luto outrora negada. “Só ontem é que percebi que tinhas morrido” (Tavares 2009: 123). Entretanto, não há como recuperar o entendimento do fato vivenciado através da narração das recordações. De acordo com Ricoeur (2008: 251), não se deve esperar da narratividade que ela preencha uma lacuna de explicação. Ou seja, a reconstituição dos eventos pretensamente olvidados, ainda que necessária, não é capaz de trazer alento e compreensão dos fatos. “Como é que eu posso acreditar que estás morta? E, se esta absurda notícia, se este assassinio for verdade, como posso fazer para que não estejas morta?” (Tavares 2009: 123). Rememorar e narrar não é suficiente para trazer alívio para o isolamento emocional do personagem.

As três obras ora relatadas possuem um eixo semântico comum: a solidão. Ela consolida-se como desencadeador de enredo, enquanto gerador de vínculos afetivos, causador de alheamento e apatia ou ainda como rememoração do passado. Podemos perceber aqui que a dimensão conflitual diversifica-se: a solidão, um dos males presentes na nossa era pós-moderna, não atende meramente aos anseios temáticos portugueses. Não por acaso, o subtítulo de *Uma viagem à Índia* é :“Melancolia contemporânea (um itinerário)”.

Finalmente, podemos evidenciar que houve um ampliação dos motivos narrativos nas obras portuguesas atuais e um esvaziamento temático do passado mítico lusitano que, apesar de ter começado com a literatura realista de Eça de Queirós, adquiriu consistência a partir da geração pós-74, como crítica do salazarismo e das guerras coloniais.

Como pudemos observar, nos últimos anos a literatura



portuguesa está sendo delineada a partir de contornos ainda mais variados. Obedece ao pressuposto do filósofo José Gil (2009), que afirma que Portugal precisa esquecer-se de si próprio para poder encontrar-se. Atualmente, faz-se mister abandonar o pensamento autofágico, em voga desde o século XV com as descobertas, e reforçado até o século XX com Pessoa (1979: 21): "Considerar que a Pátria Portuguesa existe toda ela dentro de cada indivíduo português. Fazer portanto tudo para si mesmo como português, desenvolver-se a si mesmo no sentido português". Ou seja, a literatura universalizou-se, ainda que reconhecamos a paisagem e os personagens como portugueses.

Acreditamos estar presenciando o início de uma nova subjetividade, conforme foi descrita por José Gil (2009). Vale lembrar o prefácio de *O Pequeno Mundo*, de Luísa Costa Gomes (1988), e fica-nos a pergunta para reflexão:

Leitor! Este livro não fala do 25 de Abril (...). Pior, não menciona em lugar nenhum a guerra em África. Não reflecte sobre a nossa identidade cultural como povo, o nosso futuro como nação, o nosso lugar na comunidade europeia.  
Suportará o leitor um livro assim?

Segundo Miguel Torga em seu *IV Diário* (1973: 158): "O escritor português tem sempre motivos velhos diante de si". Graças aos novos escritores portugueses, hoje estamos desconstruindo essa avaliação.

**BIBLIOGRAFIA**

- Bauman( 2007): Zygmunt Bauman, *Tempos líquidos*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- Belchior (1982): Maria de Lourdes Belchior, «Sobre o carácter nacional ou para uma 'explicação' de Portugal», *Nação e Defesa*, Lisboa, n.º 21, pp. 11-31.
- Freyre (2004): Gilberto Freyre, *Casa-Grande & Senzala*, Rio de Janeiro, José Olympio.
- Freyre (2009): Gilberto Freyre, *Em Busca da Identidade – o desnorde*, Lisboa, Relógio D' Água.
- Gil (2008): José Gil, *Portugal, Hoje: O Medo de Existir*, Lisboa, Relógio D' Água.
- Gomes (1988): Luísa Costa Gomes, *O pequeno mundo*, Porto, Porto Editora.
- Holanda (2007): Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, Rio de Janeiro, José Olympio.
- Leal (2010): João Leal, "O império escondido: camponeses, construção da Nação e império na antropologia portuguesa", in Manuela Ribeiro Sanches (org.), *Portugal não é um país pequeno – contar o "império" na pós-colonialidade*, Lisboa, Livros Cotovia, pp. 63-79.
- Leão (1997): Francisco da Cunha Leão, *O enigma português*, Lisboa, Guimarães.
- Lourenço (1982): Eduardo Lourenço, *O labirinto da saudade*, Lisboa, Dom Quixote.
- Lourenço (1990): Eduardo Lourenço, *Nós e a Europa ou as duas razões*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Lourenço (1994a): Eduardo Lourenço, *A Europa desencantada: por uma mitologia europeia*, Lisboa, Visão.
- Lourenço (1994b): Eduardo Lourenço, *O canto do signo, existência e literatura*, Lisboa, Presença.
- Lourenço (2001): Eduardo Lourenço, *A nau de Ícaro e Imagem e miragem da lusofonia*, São Paulo, Companhia das Letras.
- Lukács (2003): Georg Lukács, *A teoria do romance*, São Paulo, Editora 34.
- Mãe (2001): Valter Hugo Mãe, *O filho de mil homens*, São Paulo, Cosac Naify.

- Pascoaes (1978): Teixeira de Pascoaes, *A Arte de ser português*, Lisboa, Delraux.
- Pessoa (1986): Fernando Pessoa, *Portugal, Sebastianismo e Quinto Império*, Lisboa, Ática.
- Pessoa (1979): Fernando Pessoa, *Sobre Portugal - Introdução ao Problema Nacional*, Recolha de textos de Maria Isabel Rocheta e Maria Paula Morão, Lisboa, Ática.
- Pessoa (1960): Fernando Pessoa, *Mensagem*, São Paulo, Nova Aguilar.
- Quadros (1986): António Quadros, *Crítica e verdade: introdução à actual literatura portuguesa*, Porto, Imprensa Portuguesa.
- Ramos (2001): Iolanda Freitas Ramos, "Imagens Inglesas de Camões". in *I Congresso Internacional de Estudos Anglo-Portugueses*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa.
- Real (1995): Miguel Real, *Portugal: ser e representação*, Lisboa, Difel.
- Ricoeur (2012): Paul Ricoeur, *A memória, a história, o esquecimento*, São Paulo, Editora da Unicamp.
- Silveira (1999): Jorge Fernandes da Silveira, *Escrever a casa portuguesa*, Belo Horizonte, UFMG.
- Tavares (2010): Gonçalo M. Tavares, *Uma viagem à Índia*, São Paulo, Leya.
- Tavares (2009): Miguel Sousa Tavares, *No teu deserto*, São Paulo, Companhia das Letras.
- Torga (1973): Miguel Torga, *Diário*, vol. IV, Coimbra, Ed. do autor.
- Torga (1976): Miguel Torga, *Diário*, vol. VIII, Coimbra, Ed. do autor.
- Torga (1977): Miguel Torga, *Diário*, vol. IX, Coimbra, Ed. do autor.
- Torga (1986): Miguel Torga, *Diário*, vol. XII, Coimbra, Ed. do autor.
- Unamuno (2010): Miguel de Unamuno, *Portugal, povo de suicidas*, Lisboa, Letra livre.



LA ENEMISTAD LITERARIA ENTRE ESPAÑÓLES Y PORTUGUESES EN *AS BATALHAS DO CAIA*, DE MÁRIO CLÁUDIO

María Eugenia Pedrosa Casares  
Universidad de Extremadura  
[eugenpedcas@gmail.com](mailto:eugenpedcas@gmail.com)

**RESUMEN**

Las relaciones de enemistad entre España y Portugal se afirman en hechos históricos reales que, a lo largo de la historia, se han desarrollado en diferentes siglos y entre ambos estados. Estos momentos, siendo de gran importancia cultural, social y política, han sido plasmados, en varias ocasiones, en la literatura. *As Batalhas do Caia* de Mário Cláudio es una de esas novelas que representan las relaciones de enemistad entre los dos países vecinos proponiendo una ficción en que España invade militarmente Portugal.

**PALABRAS CLAVE:** Imagología; Heteroimagen; Autoimagen; Extranjero.

**ABSTRACT**

The relations of enmity between Spain and Portugal are predicated on actual historical events, throughout history, have been developed in different centuries and between the two states. These moments, being of great cultural, social and political, have been expressed on several occasions in the literature. *As Batalhas do Caia* by Mário Cláudio is one of those novels that represent the relations of enmity between the two neighboring countries proposing a fiction in which Spain invades Portugal militarily.

**KEY WORDS:** Imagology; Hetero-image; Self-image; Foreign.

Hablar de relaciones de crisis y enemistad entre España y Portugal nos remontaría, aproximadamente, al siglo XV, cuando ambos reinos se disputaban la anexión de ambas coronas y la conquista del nuevo mundo. Esas relaciones fueron evolucionando

con el paso del tiempo y poco a poco fueron plasmadas en el texto literario, en algunas ocasiones, como hechos históricos reales, en otras, como acontecimientos ficcionales que bien podían ser realidad. Aquí nos centraremos en la representación ficcional de esas relaciones históricas en la literatura, concretamente, en *As Batalhas do Caia*, de Mário Cláudio, que escribe en 1995, año de la conmemoración de los 150 años del nacimiento de Eça de Queirós. Mário Cláudio recrea los últimos años de vida de Eça de Queirós, cuando éste elaboraba y daba forma a la idea de una invasión portuguesa por parte de España en 1881, como consecuencia de una guerra europea (Información sacada del artículo sobre *As Batalhas do Caia*, de Mónica Figueiredo). Eça de Queirós habló de este proyecto en sus cartas a Ramalho Ortigão, titulándolo *A Batalha do Caia*, pero la obra solo conoció el resultado final en un cuento titulado *A Catástrofe* que fue de publicación póstuma en 1925 y que mantiene la idea de Eça de una invasión portuguesa por parte de España.

El proyecto de *A Batalha do Caia* data de 1878, concretamente el 10 de noviembre cuando Eça escribe una carta a su amigo Rabalho Ortigão contándole sobre el proyecto literario que comenzó a madurar en sus años de cónsul en Inglaterra:

Concebi o livro, uma tarde, em casa de uma senhora, estando só com ela [...] De repente, sem motivo, sem provocação – lembro-me, ou antes flamejou-me, através da ideia, todo esse livro tal qual o descrevo: singular, não? Fiquei aterrado, supus ser um bom pressentimento, ou uma visão. Depois a minha segunda exclamação mental foi esta: - Que escândalo no País! [...] E simplesmente o que eu quero fazer, é dar um grande choque eléctrico ao enorme porco adormecido (refiro-me à Pátria) (Queirós s/d: 49-50).

Finalmente podemos decir que *A Catástrofe* es el resultado final de una trama que Eça tuvo durante años en su cabeza y que defendió en su literatura, y no sólo en este cuento, sino que presentó y defendió en la trama de muchas de sus obras, como por ejemplo *Os Maias* o *As Cidades e as Serras*.

El cuento de Eça y el proyecto que éste siempre intentó defender, es el origen de la obra de Mário Cláudio, de la que

podemos hablar como un proyecto de "continuación" o de imitación de la realidad a través de un proceso de "psicología reencarnada", es decir, como si Eça de Queirós estuviera dentro de la cabeza de Mário Cláudio. De ahí que la dualidad del título de *As Batalhas do Caia* represente las dos batallas creadas por los dos autores: la batalla de Eça y, finalmente, la batalla que vio la luz, la de Mário Cláudio.

El telón de fondo de una invasión y de una batalla genera también esa relación negativa y de "pocos amigos" entre ambas naciones. Obviamente, no era la mejor manera para crear una situación amistosa, pero sí para ganar poder y ser, en otro extremo, una nación poderosa y envidiada, sobre todo por la nación vecina e invadida que era Portugal: enemistarse con unos para ganar amigos por otro lado, estrategias que ahora, en la actualidad, en pleno siglo XXI, podemos denominarlas de "estrategias de mercado".

Para hablar de la relación de enemistad en esta novela debemos centrar nuestra atención en la caracterización del imaginario del autor que es desarrollado en la descripción de la autoimagen portuguesa y la heteroimagen española, es decir, la imagen nacional y la imagen extranjera. La imagología estudia y analiza los estímulos que una persona o institución transmite y cómo estos estímulos forman unas imágenes. Esas imágenes del texto literario son estudiadas por la imagología, extrayendo la parte artística del autor y la parte psicológica del receptor-lector. Como dice María João Simões en *Imagotipos Literários: Processos de (Des) configuração na Imagologia Literária*:

A Imagologia interroga-se sobre a "imagem" do "outro", pensa a estranheza e o estrangeiro e, por isso mesmo, levanta a questão da "imagem" enquanto construto histórico. A Imagologia estranha-se no território problemático da "representação", contrapõe alteridades e identidades e, por isso mesmo, interpela-nos a ler nos interstícios das imagens. Ela confronta o nosso enquadramento geográfico, enraizado e territorializado, com a nossa pertença comunicativamente globalizante através do átrio do invisível e do visível plasmados na Literatura (Simões 2011: 10).

A partir del estudio imagológico de estas imágenes representadas en el texto literario se puede ver cómo las relaciones de enemistad entre ambos países dependen de la descripción de la autoimagen y la heteroimagen. Con esto destacamos la importancia del estudio de la imagen para explicar las relaciones de enemistad entre dos países como España y Portugal. Si la temática principal de la novela de Mário Cláudio es una invasión de Portugal por parte de España, no es de extrañar que el extranjero, o sea, la heteroimagen, sea representada como un enemigo y provoque en la imagen nacional, la autoimagen, un sentimiento negativo de rechazo, odio: "E desordenadamente penetrava nas casas a ruidosa malta das tropas odiadas"(Cláudio 1995: 68).

Así mismo, y como defiende Eduardo Lourenço, consideramos esta obra literaria como un instrumento de autogénesis, es decir, una interpretación de Portugal a través de la autoimagen y la heteroimagen y, por tanto, de las relaciones entre ambas (Lourenço 2000: 80-117).

La imagen de Portugal es la de una nación invadida y débil: "Acusam-nos de possuirmos um exército diminuto, de ser o seu armamento absolutamente ineficaz, de carecer do vestuário moderno, de se achar vergonhosamente impreparado..."(Cláudio 1995: 39).

Frente a esta imagen de Portugal, la imagen de España es la de una nación invasora fuerte, bien preparada para la guerra y que presenta mayor riqueza y poder que Portugal, provocando un sentimiento de odio en la nación portuguesa: "odiada sentinela estrangeira, imensa no capotão azul e no boné de couro envernizado" (Cláudio 1995: 77). Así se muestran dos imágenes contrapuestas una frente a otra que representan las relaciones de enemistad y poco avenidas entre España y Portugal. Que Portugal sienta miedo e inferioridad ante el enemigo es una manera de mostrar que Portugal no tenía ningún sentimiento afectivo ni positivo con el país vecino: "Tremiam de medo e de frio os nossos soldados" (Cláudio 1995: 28). Esta imagen nos lleva a esa relación de crisis en la que Portugal era la más afectada y, al mismo tiempo, una relación de enemistad por parte del portugués, que veía al español como un invasor y donde el autor emplea el tópico de los pueblo hermanos, el de los españoles ser para los portugueses "os nossos irmãos": "os nossos vizinhos fingidos de



irmãos” (Cláudio 1995: 24). En esta última imagen, podemos ver que esa invasión militar, violenta y de dominación por parte de España, se interpreta como una traición a la antigua hermandad, pues históricamente se habló de pueblos hermanos, y ahora con la invasión pierde su valor y se califica de "fingida" durante siglos, perdiendo el sentido de una unión cultural para enriquecer así ambas partes. Desde un estudio imagológico de estas imágenes representadas en el texto literario se puede ver cómo las relaciones de enemistad entre ambos países van sucediendo según la descripción de la autoimagen y la heteroimagen.

Pero sucede la pregunta: ¿Qué nos presenta Mário Cláudio con esta novela cien años después de la idea original que tuvo Eça de Queirós? Parece ser que el autor nos presenta una invasión económica por parte de España y, por qué no decir, por parte de toda Europa, una Europa poderosa en los inicios de los años noventa del siglo XX frente a un “subdesarrollo” económico y político por parte de Portugal. Con la invasión creada por Mário Cláudio se destacan las relaciones económicas y políticas que se dieron a principios de los noventa del siglo XX, con la implantación de grandes empresas españolas en Portugal, y que desatan en una relación de enemistad por parte de los dos vecinos, dos países que no viven ni vivieron “de costas voltadas”, sino siempre pendientes el uno del otro, sólo que algo “despistados” (Magalhães 2003: 55).

En el tiempo del autor no existen batallas, pero sí invasiones de tipo económico, político y social que de igual manera que las batallas sangrientas, pueden acabar con la identidad nacional de un país. Pero el imaginario de Mário Cláudio en *As Batalhas do Caia* nos representa esa parte de literatura histórica, ficcional pero con toques de realidad, apoyada en un siglo XX donde los dos países ibéricos ya forman parte de la Unión Europea, lo que los aproxima a una mayor igualdad de condiciones, y cuya evolución siempre será paralela, lo que produce una mayor atención entre los dos países uno sobre el otro.

Son los propios habitantes españoles y portugueses quienes crean clichés y estereotipos que después pasan a los imaginarios colectivos, que representan algo más amplio que los simples clichés y que se incorporan a las relaciones entre los dos países y, por tanto, que traspasan las fronteras y acaban siendo rasgos de identificación. Siendo así, las relaciones de enemistad y crisis se basan en acontecimientos reales que pueden desarrollar, en la

literatura o en el imaginario, otro tipo de relaciones de enemistad y crisis. Siempre habrá un elemento real, por mínimo que sea, por ejemplo, la llegada de cientos de empresas españolas a Portugal, lo que nos lleva a una invasión económica, que permita imaginar otro tipo de invasión, como por ejemplo una invasión militar tal y como es desarrollada en esta novela.

Y esa es la técnica que hayamos en *As Batalhas do Caia* y que Mário Cláudio desarrolla en cada una de las imágenes presentadas en su génesis. Crear imágenes negativas realza la visión de enemistad y crisis en un contexto ficcional que se puede transportar al siglo XX, que el propio autor habita, y dar a conocer que entre españoles y portugueses es imposible que suceda una buena relación. La literatura se convierte, en este caso concreto, en una fuente de información imagológica que intenta representar los problemas de identidad colectiva y de alteridad que creamos en relación con pueblos extranjeros en base a nuestra propia identidad, es decir, con el estudio de las imágenes representadas por Mário Cláudio fortalecemos la *(des) configuração* (Término que emplea Maria João Simões en el libro coordinado por ella sobre estudios imagológicos: *Imagotipos literários: processos de (des) configuração na imagologia literaria*) de la idea y/o visión que tenemos de nuestra cultura y de la del otro, "a desmontagem dos preconceitos na formação das representações literárias"(Simões 2011: 18).

Si tenemos presente el proverbio portugués "De Espanha nem bom vento nem bom casamento", no es de extrañar que el imaginario sobre lo español creado por los portugueses origine expresiones como "sempre se disse que de lá nada nos vinha de bom"(Cláudio 1995: 24) en el texto y desencadene imágenes estereotipadas que permanecen en la historia y que forman parte de la caracterización de estas dos naciones. Por tanto podemos ver que a partir de la construcción del imagotipo del extranjero, construido a partir de imágenes negativas, se origina ese sentimiento de desprecio y odio que los portugueses tienen sobre los españoles, lo que dará lugar a la representación de una relación de enemistad y de crisis.

Algunas de esas imágenes negativas que Mário Cláudio representa y que concretan las relaciones de enemistad entre ambos países son las siguientes: "Revolvia-se numa horrenda agonia o infeliz, orgulho da mãe, ídolo das meninas de Lisboa"

(Cláudio 1995: 64). Con esta imagen del soldado español matando al portugués, se representa la falta de humanidad de los españoles al matar y dejar agonizando al pobre soldado portugués. Al mismo tiempo, se caracteriza como pérdida de la identidad nacional que la invasión de los españoles origina en el país mediante metáforas que subrayan la idea de destrucción: "Pisavam-nos as botas que calçavam o solo de Portugal, e já não éramos mais do que a matéria do charco onde Primavera nenhuma, presentíamos nós, e nenhuma macieira florida voltariam a acontecer" (Cláudio 1995: 66).

El terror se hace presente en las relaciones luso-españolas, un sentimiento que paraliza al portugués y que hace más fuerte valiente al español: "nessa tarde fatal, anunciada oficialmente a entrada dum exército inimigo na fronteira, toda a cidade ficou como petrificada, num desavairamento de terror" (Cláudio 1995: 44). La invasión ya es un hecho en la historia y las relaciones entre ambos pueblos comienzan a cobrar, a parte de una relevancia social, también personal. Por ello, esa enemistad y odio se va agravando con la incorporación progresiva de imágenes cada vez más fuertes sobre el vecino español: "inimigo" (Cláudio, 1995: 23), "a ruidosa malta" (Cláudio 1995: 68), "vasta perturbação" (Cláudio 1995: 29), imágenes que no dejan de ser estereotipos identificativos del pueblo español.

Concluimos hablando de estrategias discursivas como constantes variables de la imagen (Leersen 2007: 29). La estrategia usada por Mário Cláudio en su novela para construir la imagen de España, y por comparación la de Portugal, es crear un contexto donde España es la nación invasora, es decir, más fuerte y poderosa, frente a Portugal que desempeña el papel de invadido, una nación más débil y con menos poder. De esta manera, y con el fondo de un contexto bélico, el autor propone una reflexión acerca de la identidad portuguesa, con intención de "despertar" la conciencia nacional de sus patriotas y, por tanto, crear relaciones difíciles y de enemistad entre ambas naciones a partir de las imágenes estereotipadas que perduran en el tiempo. El objetivo de Mário Cláudio es aprovechar "el viejo trauma", o el tópico del "anti-castellanismo" para denunciar frente a sus lectores portugueses la situación de debilidad, especialmente económica, de Portugal frente a Europa, y tal y como quería Eça de Queirós en su tiempo, "acordar ao povo".

La idea de una "catástrofe" fue para Eça de Queirós un mito que defendió y presentó en muchas de sus obras y que, cien años después, en el siglo XX, Mário Cláudio presenta terminada con la intención de volver a mostrar las relaciones ibéricas de enemistad. Eça mantuvo una actitud personal próxima al *anti-castelhanismo* y en el cuadro ficcional de una invasión diseñó una imagen del extranjero negativa que Mário Cláudio continúa desarrollando en su novela y de manera más severa, lo que nos lleva a pensar si el autor, cien años después, tiene alguna intención personal en levantar de nuevo esta cuestión entre los dos países o, en cambio, preguntarnos qué observa Mário Cláudio en su tiempo para que recupere la idea de Eça y crear una ficción tan crítica para su país: ¿Siguen existiendo esas relaciones de crisis y enemistad entre los dos países observadas desde el imaginario social?

Las heteroimágenes representadas son expresiones de un sentimiento de *anti-castelhanismo* que acentúa una "marca identificadora" en la autoimagen: el temor a la patria española que genera un imaginario y deriva en un estereotipo. Concluimos de acuerdo con João Medina. En su libro *Portuguesismo (s)* (2006) aborda el tema del portuguesismo y el anti-españolismo, sentimientos que son representados en esta obra y que aún hoy originan imágenes estereotipadas que los dos países ibéricos tienen uno del otro, que se trata de auténticos. Reforzar la paranoia anti-española (Medina 2006: 39) que el pueblo portugués tuvo, tiene y tendrá, nos lleva a identificarlo como un pueblo influenciado por los fantasmas históricos.

Quiero finalizar colocando unas palabras de dos portugueses que durante mucho tiempo vivieron en el país vecino, España. José Saramago defiende que: "Como qualquer outro português antigo e moderno, fui instruído na convicção firme de que o meu inimigo natural era, e sempre haveria de ser, a Espanha"(Mayone 1996:781). Com estas palavras de Saramago parece que estamos condenados a llevarnos mal tal y como la historia y la sociedade lo há querido. Em cambio, um alo de "esperanza" y positividade a estas relaciones lo coloca Gabriel Magalhães que defiende el sentimiento Peninsular entre los dos países diciendo que los portugueses siempre serán un poco españoles y los españoles un poco portugueses, aunque no quieran o lo ignoren (Magalhães 2003: 60). Un pasado que muchos tienen presente y que a veces origina ese desprecio por parte de

portugueses y españoles, pero sin nunca olvidar que los dos países comparten un mismo territorio, una misma península, gran parte de la historia y, sobre todo, que ambos países son considerados ibéricos.

**BIBLIOGRAFÍA**

- Arnaut (2002): Ana Paula Arnaut, "Do palco aos bastidores: exercícios metaficcionais em *As Batalhas do Caia*", en *IV Encontro Internacional de Queirosianos. Actas do Congresso de Estudos Queirosianos*, Coimbra, ILLP/Almedina, pp. 315-326.
- Brandenberger (2008): Tobias Brandenberger, Elisabeth Hasse, Lydia Schmuck (eds.), *A Construção do Outro: Espanha e Portugal frente a frente*, Tübingen, Calepinus Verlag.
- Carcedo (2007): Diego Carcedo, "Espanña y Portugal. Siglos de incomprensión en la vecindad", en *Iberismo. Las relaciones entre España y Portugal. Historia y tiempo actual. Y otros estudios sobre Extremadura. VIII Jornadas de Historia en Llerena*, Sociedad Extremeña de Historia, Llerena, pp. 41-54.
- Cláudio (1995): Mário Cláudio, *As Batalhas do Caia*, Publicações Dom Quixote, Lisboa.
- Domínguez (2004): César Domínguez, "Imaginario e historia literaria. El caso de la Península Ibérica como geografía literaria orientalizada en el marco europeo", en Magdalena León (ed.), *La literatura en la literatura. Actas del XIV simposio de la sociedad española de literatura general y comparada*, Centro de Estudios Cervantinos, Madrid, pp. 525-532.
- Fernández (2012): M<sup>a</sup> Jesús Fernández y Maria Luísa Leal (coords.), *Imagologías Ibéricas: construyendo la imagen del otro peninsular*, GIT, Mérida.
- Figueiredo (2007): Mônica Figueiredo, "A ficção de um fragmento e o fragmento de uma ficção: As batalhas de Mário Cláudio e de Eça de Queirós", *SCRIPTA, Belo Horizonte*, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, v. 11, nº. 20, pp. 259-271.
- Leersen (2007): Joep Leersen and Manfred Beller, *Imagology: The Cultural Construction and Literary Representation of National Characters*, Nueva York and Amsterdam, Ed. Rodopi,
- Lourenço (2009): Eduardo Lourenço, *O labirinto da Saudade*, Lisboa, Gradiva.
- Magalhães (2007): Gabriel Magalhães, "A atitude ibérica da Geração de 70", *Península. Revista de Estudos Ibéricos*, Instituto de Estudos Ibéricos/Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, nº 4, pp. 157-175.
- Medina (2006): João Medina, *Portuguesismo(s)*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa.

Simões (2011): Maria João Simões (coord.), *Imagotipos Literários: Processos de (Des) Configuração na Imagologia Literária*, Coimbra, Centro de Literatura Portuguesa da Universidade de Coimbra.





## TROVAS DO BANDARRA: DE TRANCOSO A PERNAMBUCO

Marcos Antonio Rodríguez Piris  
EOI Villanueva – Don Benito  
[rodriguezpiris@lacodosera.es](mailto:rodriguezpiris@lacodosera.es)

### RESUMO

Dentre o vasto acervo bibliográfico que a Literatura Portuguesa alberga, despontam raros livrinhos cujo interesse perpassou os socalcos do tempo. Exemplo desta ocorrência são as sobejamente conhecidas *Trovas do Bandarra*. Dirigidas «aos verdadeiros portugueses, devotos do Encoberto», foram outrora utilizadas em prol de anseios políticos e, mais recentemente, estudadas e revistas por numerosos autores. Porém, entre as linhas que lhes esmiúçam os sentidos permeiam aspectos, de resto, bem mais desconhecidos pelo leitor: desde a sua interdita veracidade, passando pelas diversas edições e o atributo judaizante, até ao episódio da Serra do Rodeador. Interessa assim, esclarecer estas dimensões que contribuirão também para a compreensão da obra e do contexto histórico em que se insere.

**PALAVRAS-CHAVE:** Bandarra; Trovas; Trancoso; Brasil.

### ABSTRACT

Within the ample classical heritage that Portuguese Literature shields, there are very few books whose significance could presume of crossing the time's gaps like outstanding *Trovas do Bandarra*. Dedicated to "those authentic Portuguese and devout of Encoberto", in the past they nourished political yearnings and, recently, they rouse an increasing interest among countless authors. Yet, amid all these studies it still remain some aspects less known by the general public, from Trovas'

forbidden veracity until the Serra do Rodeador's episode. Thus it will be convenient some clarification once these facets help to a more appropriate understanding of the writing and the historical background surrounding it.

**KEYWORDS:** Bandarra; Trovas; Trancoso; Brasil.

## Introdução

A História da Literatura portuguesa não se encontra naquela fase heurística, ecdótica e maniêutica que referia o professor Pires Laranjeira (Laranjeira 1995:16) a propósito das incipientes instituições literárias africanas de expressão portuguesa. Bem ao contrário. O estado português soube desde antigo aproveitar as bondades que a escrita lhe facultava e submeteu-a, por isso, à peneira do tempo que aos poucos foi esmiuçando o modo de ser e saber da nação. Descoberto, rectificado e destrinchado o trigo do joio, erguem-se hoje por cima de um vasto pântano de pseudônimos, heterónimos, frases, parágrafos e redondilhas uma plêiade de nomes como se de efígies veneráveis se tratasse. Assim, os esguios Garrett, Camões, Pessoa ou Torga ensombram outras penas que em razão, talvez, da qualidade e outras desventuras ficaram minúsculas para o leitor menos esforçado.

Caso para dizer é o acontecido com Gonçalo Anes Bandarra e as suas *Trovas*. Livresco muitas vezes proibido, outras escarnecido e as mais deslembado fintou os caboucos dos séculos algures engavetado para se calarem interpretações. De tempos a tempos, leitores curiosos tiravam-no do esconderijo e, ávidos de abstruso conhecimento, debruçaram-se na sua contemplação. Pois até hoje, como ontem, "há quem espere encontrar nestas trovas uma chave para o futuro" (Carvalho 2000:9).

### **Uma biografia imperfeita**

Começa Fernando Santos Costa a sua edição das trovas com uma inquirição que é causa de desassossego para os que se entregam ao estudo da obra bandárrica. "Quem foi Gonçalo Anes, a quem os seus contemporâneos alcunharam de Bandarra?" (Santos 1989:7). O mesmo autor entende que a resposta só pode encontrar-se "nos documentos da Inquisição e nos farrapos duvidosos da tradição oral". Também neste sentido, aponta o professor José Van Besselar, um dos principais estudiosos do beirão. Num interessante trabalho o genial autor holandês arroja um pouco de luz sobre o desconcerto que existe à volta do trancosense e, como Santos Costa, defende que "quase tudo o que se sabe com certeza da vida de Gonçalo Anes Bandarra consta do seu processo inquisitorial publicado por Teófilo Braga na sua *História de Camões*" (Besselar 1989:s/p).

Dito isto, é lógico esperar que antes da publicação do seu processo se atribuísem ao sapateiro estirpes adulteradas como aquela que o condenava a uma origem pobre ou muito modesta. Logo do seu depoimento perante o Santo Ofício se esclareceu que "fora rico e abastado, mas que queira mais sua pobreza em dizer a verdade e o cumpria a sua consciência, que não dizer outra cousa".

Ainda assim, são muitos os vazios que pairam sobre a figura de Gonçalo Anes. Entre as opiniões que defendem esta tese de saber inconcluso e desfalco destaca-se, pela indiscutível autoridade de quem a fez, a da Prof<sup>a</sup>. Antonieta García.

Sabemos pouco sobre Bandarra. A sua ascendência é desconhecida; o Regimento da Inquisição estava a ensaiar-se, a sessão de Genealogia não constava obrigatoriamente das inquirições e a averiguação de pertença à nação judaica nem sempre era conclusiva (Garcia 2010:38).

Em todo o caso, não se lhe pode concluir a este “remendão que de modesto artífice se tornou homem providencial” (Lipiner 1996:20) uma existência mísera advinda do seu ofício. Por altura do século XVI, ter uma profissão supunha a posse de alguns bens e caudais ao passo que granjeava a pertença uma classe média. Na mesma linha de argumentação, suster que era individuo inculto e despido de letras não é muito aceitável, “até porque as Trovas são produto de alguém com cultura e capacidade de escrita” (Pinheiro 2010:11).

Ora, não podendo associá-lo a uma baixa casta e outra tanta minguada vivência por ser ele homem “mui ilustre por virtudes e nobreza de alma”, o facto incontestável da sua incompleta genealogia fez com que “alguns autores mais modernos chegaram a negar-lhe a autoria das trovas que corriam em seu nome, e outros, ante tal lacuna biográfica, até punham em dúvida a própria existência pessoal do trovador” (Lipiner 1996:20). Por muito aventurada que a afirmação pareça, reconhecer a não existência de um tal Gonçalo Eanes ou Gonçalannes Bandarra não é opção privada de assento até pelos antecedentes, de resto já verificados, que se haviam sucedido durante períodos cruciais da história do país.

A este respeito, oferece João Ferreira sete ocorrências falseadas em prol do mantimento do estado português nas suas *Histórias rocambolescas da História de Portugal*. Por exemplo, para a batalha de Ourique, afirma o autor que fora “o milagre forjado no início do século XV pelos monges de Santa Cruz de Coimbra, durante as guerras com Castela no tempo de D. João I” (Ferreira 2010:24). Já para as Cortes de Lamego reconhece que foram os monges cistercienses de Alcobaça quem trabalharam arduamente na decifração de antigos códices cujos postulados haveriam de estear o argumentário em favor da Restauração. Da ousadia destes religiosos “se forjou de fio a pavio, provavelmente no segundo quartel do século XVII, a mais célebre e patriótica falsificação da História de Portugal” (Ferreira 2010:27).

Enfim, pressupor uma alegada fabulação quanto à existência de Gonçalo Annes será o primeiro passo para resolver os lapsos que a sua biografia apresenta. E considere o afoito que este, como outros mitos aos quais se lhes delatou a inverdade, serviu no tempo “para a imposição do reconhecimento da autoridade do Estado e para a formação da consciência identitária da nação” (Ferreira 2010:22).

### **Desventuras da obra**

Muito apesar do fascínio que a obra apresenta para os que dela se abeiram, não deixa de surpreender o facto de se obviar no panorama literário português. As causas deste desfalco escapam ao preceito desta comunicação, porém, a modo de exemplo diga-se que minguadas referências aparecem em vastos volumes dedicados à História da Literatura Portuguesa. Na maioria dos casos o “obscuro mesteiral”, referido por Leal Freire (Freire 1996:s/p), desponta apenas em vagas alusões inseridas no amplo enquadramento da obra do Padre António Vieira.

Na verdade, as coplas do sapateiro, pondo de lado a sua maior ou menor valia literária, são hoje resultado de avulsas edições, enxertos e amputações. Torna-se, portanto, difícil atinar diferença entre as genuínas trovas do sapateiro como defende David Bruno no passo que se transcreve a seguir.

As numerosas edições das profecias do Bandarra, e mesmo os manuscritos desorientam, pois são de várias épocas, tendo diversas não só a ortografia e a linguagem, mas as imagens empregadas, os símbolos, o que revela terem sido editadas e manuscritas por vários indivíduos, que para as interpretarem a seu talante e para os seus fins alteravam e dispunham e davam ao verso o melhor que lhes aprazia (Bruno 1944:s/p).

Porém, não impediu a lacuna apontada que o escrito corresse “em mão de toda a gente, lido, relido, decorado e discutido” (Azevedo 1919:s/p). Os mais sortudos consultariam algumas das diversas edições. A primeira delas de 1603, correu a cargo de D. João de Castro que publicou parte das estrofes no seu livro *Paráfrase e concordância de algumas profecias de Bandarra*. Seguir-se-ão a de 1644 promovida pelo marquês de Nisa que as mandou imprimir completas em Nantes aquando do seu desempenho como embaixador na capital francesa; a de Barcelona de 1809 e um ano depois a de Londres; outra com data em 1816 onde se recolhem umas trovas inéditas; mais uma 1833 que já incluía o Terceiro Corpo; duas edições impressas no Porto, a primeira em 1852 e a segunda em 1866 e já mais recentemente a levada a efeito pela Livraria Universal de Lisboa que editou, em 1911, as *Profecias de Gonçalo Anes de Bandarra sapateiro de Trancoso, nova edição, conforme as anteriores, seguida das 'Trovas' do mesmo autor*.

Entenderá o leitor que, perante tamanho volume de edições, seja fácil perder-se entre o recôndito dos versos. E ainda suporá que esta maranha é mais própria de costumes ancestrais e por isso estamos defesos de enredo no hodierno. Bem ao contrário. Para a redação do presente trabalho foram consideradas duas edições de recente feitura. A primeira de 1989, organizada por Fernando Santos Costa e inserida nos chamados Cadernos de Trancoso editados pelo município. A segunda, do ano 2000 e da autoria da Vega Editora, conta com a apresentação de António Carlos Carvalho. Assim as coisas, mediando onze anos entre elas, advertem-se notáveis divergências. Nalguns casos constatam-se alterações no conteúdo dos versos, enquanto noutros até se modificou a sequência das estrofes. Há inclusive, passos que coadunam as duas imprecisões<sup>128</sup>.

---

<sup>128</sup> A trova LI localiza-se na página 72 da edição da CM de Trancoso. Por sua vez, a trova LXXI encontra-se na página 56 correspondente à edição da Vega Editora.

## LI

Este tem tanta nobreza  
 Mais que nunca vi a Rei:  
 Este guarda bem a lei  
 Com os Grandes e a Baixeza.  
 Senhoreia sua Alteza  
 Todos os portos, viagens,  
 Porque é Senhor das Passagens  
 Do mar, e sua riqueza.

## LXXI

Este Rei tem tal nobreza,  
 Qual eu nunca vi em Rei:  
 Este guarda bem a lei  
 Da justiça, e da grandeza.  
 Senhoreia Sua Alteza  
 Todos os portos, e viagens,  
 Porque é Rei as passagens  
 Do Mar, e sua riqueza.

### O elemento judaico

Se bem é verdade que a esmagadora maioria das obras literárias ficam alheias ao local onde elas se concebem, não é menos certo que outras resultam antes incompreensíveis desde que desenquadradas do contexto espacial onde vieram ao mundo. *As Trovas do Bandarra* pertencem precisamente a este segundo grupo, pois de outra forma mal casariam com o escrito alguns dos aspectos mais marcantes da obra.

Diga-se de Trancoso que, ao falarem dele, referem-lhe quase sempre os filhos ilustres e as bondades do sítio que fazem valer o rifão: são de granito os ossos de um beirão / quebrar podem quebrar / torcer isso é que não. Aquilino Ribeiro em *Cinco reis de gente* caracteriza a vila beirã de Trancoso “com o seu castelo e negras muralhas e ameias (...) todo o horizonte lavado de ventos” (Ribeiro 1949:s/p). Por sua vez, Gil Vicente traçou para esta cidade algumas linhas no *Auto de Mofina Mendes*. Pôs ali o dramaturgo a moçoila indo à tradicional feira da cidade: Vou-me à feira de Trancoso / logo, nome de Jesus / farei dinheiro grosso (Vicente 1970:s/p).

Mas se algum elemento de relevo poderia adicionar a localidade para a composição e superior entendimento da obra esse é o contributo judaizante da mesma. Este facto reconhecível ainda hoje na arquitectura do sítio observa-se desde o reinado de

D. Pedro I (1357-1367) aquando da concessão à comunidade judaica trancosense de uma "judaria apartada em que morassem".

Após o 30 de Março de 1492, altura em que os soberanos espanhóis decretaram a expulsão dos judeus de todos os seus territórios, uma grande parte deles enveredou pelo caminho mais fácil, passando a fronteira para Portugal. Ali os judeus tinham sido, até então, bem tolerados.

No entanto, a situação mudou logo da assinatura do contrato de casamento entre D. Manuel e Isabel de Castela. Os Reis Católicos, na circunstância pais da desposada, impuseram implacáveis exigências relativamente aos assuntos de política judaica. Na aplicação do compromisso e para o mantimento estratégico do valor económico e intelectual da comunidade hebraica, optou o monarca português "pela conversão forçada procurando evitar um desastre económico nacional que o procedimento contrário, a expulsão, poderia acarretar" (Canelo 1996:26). Contudo, a "maioria não abjurou a sua fé judaica mas como não a podiam professar publicamente tiveram de recorrer a subterfúgios e à ocultação" (Canelo 1996:26). Criou-se assim uma verdadeira sociedade críptica dentro da sociedade portuguesa que perpetuou, em segredo, as práticas judaicas até ao século XX: o criptojudaísmo.

Em consequência, a comunidade judia de Trancoso – conversos, marranos ou criptojudeus – procurou desde cedo as ruas mais concorridas desde onde poderiam melhor fazer crescer o seu pecúlio como nos relata José Francisco Caramelo na sua *Monografia de Trancoso*.

Desde sempre eles dedicavam-se ao comércio, discretamente acompanhado de actividades usurárias, ao artesanato que se destinava ao comércio (...) A sua vida económica era de tal ordem folgada ou multiplicada de moeda que houve até casos em que emprestavam dinheiro ao próprio rei (Caramelo 2003:344).



Existindo, então, uma notável comunidade judia em Trancoso e contabilizando-se entre os afetos a esta identificação numerosos sapateiros não admira que houvesse algum que restasse tempo de sovela e correia para se consagrar à leitura da Bíblia ou à conjetura de trovas quando não era solicitado como rabi pelos criptojudeus das redondezas. Todavia, a sujeição de Gonçalo Anes à raça judaica resulta em um facto, por enquanto, não encerrado. Do mesmo modo, a compleição hebraica das suas trovas é mais que questionável muito embora encontrassem aceitação e merecimento nos meios marranos e criptojudeus, toda vez que “o judaísmo das profecias bandárricas é menor” (Pinharanda 2009:s/p).

### **As Trovas do Bandarra na Raia**

Raia é o nome com o qual designamos comumente a fronteira entre Portugal e Espanha. Porém esse termo, de uso corrente para quem habita nos confins da Ibéria, abrange um sentido mais amplo que vai para além da demarcação entre os dois estados. Pois, a Raia é, antes de mais, um espaço geográfico mal definido onde as povoações portuguesas e espanholas, desconjuntadas pela fronteira política, partilham elementos históricos, culturais, económicos e afectivos. Ou seja, aquilo que o antropólogo Luís Uriarte caracterizou como “el trasiego rayano de personas, ideas y mercancías” (Uriarte 1994:44).

Mas a Raia nem sempre foi como hoje se conhece. Ela é proveito de guerras e tratados de todo o género que a foram modificando não só num plano físico, mas também político, social e cultural. As mais das vezes, estes subterfúgios do poder central não abonaram mais do que a separação de famílias, o ódio pelo outro, aumentando por isso a xenofobia e propiciando o emprego da língua como arma excludente. Em todo o caso não escapa a um olhar atento que os raianos “internalizan, comparten y difunden

una peculiar cultura de frontera basada en la complementaridad de dos pueblos/naciones, que sin dejar de ser dos, necesitan formar uno”(Uriarte 1994:11).

Durante décadas os fluxos demográficos deslocaram enchentes humanas de Oeste a Leste fazendo isto mais decisiva a influência portuguesa do lado espanhol que ao invés como nos relata Luis Landero em *Esta es mi tierra*.

La frontera hervía de gente buscándose la vida en aquellos años de miseria. Había curanderos, zahoríes, buhoneros, acordeonistas, esquiladores, segadores, espigadoras (...) Por toda la Extremadura fronteriza iban y venían cuadrillas de portugueses con sacos a la espalda. Aparecía a finales de abril. Se ofrecían solo por la comida, o a tanto la fanega. Segaban habas en mayo, cebada y avena en junio, trigo en julio y agosto (Landero 2002:s/p).

Em 1923 o geógrafo português Artur de Magalhães Bastos explica que “ainda muitos portugueses vão trabalhar para Espanha no período das ceifas atraídos pelos grandes salários que a diferença cambial produz”. Eram estas, quais Gaibéus de Redol, gentes vindas da Beira para quem na monda e na ceifa jazia a esperança de equilibrarem modestos orçamentos. Despossuídos de estirpe, em Coimbra chamavam-lhes *Caramelos*, *Bimbos* no Algarve e *Saquenhos* em Vila Viçosa. E ainda ao atravessarem a Raia concediam-lhe a alcunha de *Ratinhos*.

Os Ratinhos eram pessoas pequenas, robustas e um tanto simplórias que “passavam a ceifar a Espanha com acordeões e pão de milho e ceifavam com um martelo e um escopro” (Viola 2006:1272). Deriva-se daí a perspectiva com que estes jornaleiros eram entendidos pelos locais: mistura de rudeza, ingenuidade e cantoria.

Mas a chegada dos ratinhos impunha também um importante influxo cultural que compreendia desde o folclore ao o ocultismo. Com efeito, saudadores, feiticeiros e livros diabólicos atravessavam sazonais e impunes a fronteira. Cartapácios como o *Verdadeiro livro de São Cipriano* e as *Trovas do Bandarra* abismaram o pensamento de quem os liam em demorados serões invernais. E mais do que a própria leitura resulta "aún más significativo el hecho de que algunos rayanos hayan transcrito de próprio puño, o hayan conseguido copias de otros escribanos" (Uriarte 1994:185).

Teve notícia quem escreve, através de Isidoro dos Santos *Caricha*, raiano da vila de La Codosera, homem de inteiro respeito e merecimento, amigo de leituras e detentor de variados saberes, da presença por aquelas bandas de vários manuscritos das trovas. Segundo o informante, ele próprio teria tido acesso a uma delas da que tirou proveito e lição. Exemplo disso são as trovas que o mesmo compôs ao falecimento de um seu conterrâneo e das quais conservo cópia. Na altura fui também presenteado com inúmeros comentários sobre a obra do trancosense dos quais só atinei a memorizar o concernente ao *cavalo de ferro* e a *era dos três noves*. As metáforas, pelo corrente identificadas com o comboio a primeira e com o fim do mundo no ano de 1999 a segunda, não aparecem nas edições que consultei. Apenas no apêndice contido em *Gonçalo Anes Bandarra e os cristão-novos* de Elias Lipiner surgem estrofes aproximadas (Lipiner 1996:142).

XVII  
Na era de dous, e tres  
Depois e tres conta  
    mais  
Haverá couzas fataes,  
Vistas em nenhuma  
    vez.

XXIII  
Na era que eu nomear  
Terá fim a heregia;  
Verás certa a Profecia,  
Se bem souberes  
    contar.

XXIV  
Põe três tizouras  
    abertas,  
Diante um linhol  
    direito,  
Contaras seis vezes  
    cinco,  
E mais um, vai  
    satisfeito.

Por serem as *Trovas do Bandarra* muito do agrado das gentes raianas em virtude da sua natural propensão para o mágico, é lógico pensar que esta feição tenha perpassado a outras áreas. Assim, o termos *bandarra* para além de significar o indivíduo despido de afazeres dá, ao passo, “nombre a una casa de huerta en San Jorge de Olivenza, situada a 4,1 kilómetros de Olivenza, según el Nomenclátor de la provincia de Badajoz de 1860” (Baraja 1984:8).

### **As Trovas do Bandarra no Brasil**

Logo do seu desaparecimento em Alcácer-Quivir, a crença no retorno nebuloso de D. Sebastião rapidamente se espalhou entre o povo português. A isto contribuíram, por um lado, as variadas interpretações populares que viam no “rei encoberto” sonhado por Gonçalo Anes a figura do monarca e, por outro, a esforçada dedicação da Ordem de Jesus que cumpriu um papel decisivo na perpetuação do mito. Foi, aliás, através dos jesuítas que o sebastianismo se espargiu pelas colônias. No Brasil, por exemplo, formou-se “uma tradição sebastianista bastante original e poderosa” (Fontana 2004:s/p) principalmente no sertão nordestino a partir do primeiro quartel do século XIX. “O sebastianismo de monarquia, cuja queda os sertanejos interpretavam como arte do demónio tinha suas origens nas explosões misticopáticas coletivas de Pernambuco” (Valente 1963:72) e prova disto são os episódios da Serra do Rodeador e da Pedra Bonita.

Contou-se, em ambos os casos, com líderes místicos e versados na tradição judaico-cristã, de resto, “dotados de qualificações intelectuais acima da média de seus liderados (...) com vivência em ambientes sociais diversificados e profundos conhecedores da cultura religiosa tradicional” (Negrão 2011:s/p).

O primeiro acontecimento referido ocorreu na paragem que lhe dá nome, localizada em Bonito, município nordestino afecto ao estado de Pernambuco popularmente conhecido por Terra das

Águas. Ali, um ex-militar do 12º Batalhão de Milícias de Alagoas, de seu nome completo Silvestre José dos Santos, proclamou-se profeta.

Vindo em peregrinação desde Alagoas, donde tinha sido expulso pelas autoridades, apregooou entre os locais a crença sebastianista criando ao efeito a Irmandade do Bom Jesus da Pedra. A organização realizava os seus rituais, muitos de ascendência maçónica, em um mocambo. Lá o mestre Quiou<sup>129</sup> impunha penitências e honrarias aos fieis em cerimônias sempre rematadas com uma salva de tiros. Logo, por terem aumentado para um grande número os seguidores da seita assim como as burlas e os alvoroços por eles causados, mandou o governador da província uma tropa do exército que sufocasse de vez a rebeldia dos fanáticos. Seguiram-se confrontos até que o “pequeno povoado formado pelos sebastianistas foi incendiado; os homens, fuzilados e decapitados; mulheres e crianças, levadas ao Recife e abandonadas à própria sorte” (Fontana 2004:s/p).

Por sua vez, o movimento da Pedra Bonita teve lugar na Serra do Reino, no município de São José do Belmonte, também ele pertencente à província de Pernambuco. Corria o ano de 1836 quando apareceu naquela povoação um indivíduo que dizia ser possuidor de umas pedras brilhantes, na verdade, diamantes da melhor qualidade. O homem, chamado João António dos Santos, jurava tê-las achado numa lagoa encantada à qual foi encaminhado por uma visão de D. Sebastião. A partir daí, percorrendo as redondezas conseguiu criar um grupo de adeptos tal que obrigou as autoridades a findarem do assunto. Então, para sufocar o fanatismo, enviaram o padre Francisco José Correia de Albuquerque que persuadiu João António a abandonar a empresa e partir para o Ceará. Porém, uns dois anos após a partida um cunhado dele, nomeado de João Ferreira, reassumiu-se em pregador e proclamou-se rei levando os seus seguidores a um trágico desfecho.

---

<sup>129</sup> Nome com que ficou conhecido o fundador da seita, Silvestre José dos Santos.

O novo rei marcou sacrifícios para 14 de maio de 1838, resultando daí a morte de dezenas de pessoas e a sua própria a mãos de Pedro António dos Santos, para o caso, irmão do desterrado João António. Para infelicidade do novo soberano, durou-lhe o reinado apenas uma jornada. Conhecido o massacre, foi organizada uma tropa que abateu os últimos resistentes sebastianistas.

Enfim, estes dois funestos episódios, para além do significado religioso, continham paradoxalmente uma significação política de reivindicação social. Por isso, e por constituírem “parte da memória social do povo pernambucano são relembrados num evento que ocorre há 12 anos no interior do estado” (Fontana 2004:s/p).

## **Conclusões**

Como vimos, falar hoje das *Trovas do Bandarra* implica enfrentar uma réstia de conjunturas que, perpetuadas no tempo, têm vindo a condicionar a propagação e o interesse pela obra. Estudos existem que tentam alumiar estas negruras apesar de outros porfiarem na aceitação da versão oficial por muito truncada que esta seja. Em todo o caso, fica por indiscutível a relevância da obra quinhentista cujo vulto, trespassando as fronteiras do reino, se converteu no mito religioso e providencial mais importante da lusofonia.

## **Agradecimento**

Fique aqui o mais entusiasta e sincero agradecimento às funcionárias responsáveis pelas bibliotecas municipais de Belmonte e Trancoso em virtude da diligência e prontidão com a que disponibilizaram o fundo bibliográfico existente e pertinente para a realização deste trabalho.

**BIBLIOGRAFIA**

- Azevedo (1919): João Lúcio de Azevedo, *A evolução do Sebastianismo*, Lisboa, Livraria Clássica.
- Baraja (1984): Eduardo Baraja Salas, "Influencia portuguesa en la toponimia extremeña", *Anuario de estudios filológicos*, Vol. 7, pp. 7-23.
- Besselaar (1986): José Van Den Basselaar, "As Trovas do Bandarra", *Revista ICALP*, vol. 4, pp. 10-30.
- Bruno (1944): David Bruno, "Um elemento dinâmico da alma nacional", *Beira Alta*, vol. I, ano II, Junta de província da Beira Alta, s/p.
- Canelo (1996): David Augusto Canelo, *O resgate dos marranos portugueses*, Guarda, David Augusto Canelo.
- Caramelo (2003): José Amado Caramelo, *Monografia de Trancoso*, Coimbra, Município de Trancoso.
- Carvalho (2000): António Carlos Carvalho, *Profecias do Bandarra, sapateiro de Trancoso*, Lisboa, Vega Editora.
- Costa (1989): Fernando Jorge Santos Costa, *Trovas do Bandarra*, Viseu, Município de Trancoso.
- Ferreira (2010): João Ferreira, *Histórias rocamboladas da História de Portugal*, Lisboa, A Esfera dos Livros.
- Fontana (2004): Mônica Fontana, "Sebastianismo em Pernambuco: memória dos movimentos da Serra do Rodeador e da Pedra do Reino" trabalho apresentado no XXVII Congresso brasileiro de Ciências da Comunicação no Rio Grande do Sul.
- Freire (1996): Manuel Leal Freire (1996), "Gonçalo Annes Bandarra, um poeta visto por poetas" in *Terras de Bandarra*, Município de Trancoso.
- Garcia (2010): Maria Antonieta Garcia, "Bandarra e a Sedução de Babel", in *Actas do I Colóquio Profetismo: de Bandarra a Vieira*, Município de Trancoso, pp. 36-55.
- Gomes (2009): Jesué Pinharanda Gomes, *A filosofia hebraico-portuguesa*, Guimarães, Guimarães Editores.

- Landero (2002): Luis Landero, *Esta es mi tierra*, Mérida, ERE.
- Laranjeira (1995): José Luís Pires Laranjeira, *Literaturas africanas de expressão portuguesa*, Lisboa, Universidade Aberta.
- Lipiner (1996): Elias Lipiner, *Gonçalo Anes Bandarra e os Cristãos-Novos*, Braga, Câmara Municipal de Trancoso e Associação Portuguesa de Estudos Judaicos.
- Negrão (2001): Lísias Nogueira Negrão, "Revisitando o messianismo no Brasil e profetizando seu futuro", *Revista brasileira de Ciências Sociais*, vol.16, nº 46,,São Paulo.
- Pinheiro (2010): Júlio Pinheiro, "Vieira aluno de Bandarra", *Actas do I Colóquio Profetismo: de Bandarra a Vieira*, Município de Trancoso, pp. 8-17.
- Ribeiro (1949): Aquilino Ribeiro, *Cinco reis de Gente*, Bertrand Editora.
- Uriarte (1994): Luis M. Uriarte, *La Codosera. Cultura de fronteras y fronteras culturales*, Mérida, Asamblea de Extremadura.
- Valente (1963): Waldemar Valente, *Misticismo e região (aspectos do sebastianismo nordestino)*, Recife, Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais.
- Vicente (1970): Gil Vicente, *Auto de Mofina Mendes. Obras Primas do Teatro Vicentino*, Introdução, organização e comentários de Segismundo Spina, São Paulo, Difusão Européia do Livro/Editora da Universidade de São Paulo.
- Viola (2006): Manuel Simón Viola, "Cuentos populares arrayanos", *Revista de estudios extremeños*, vol. 62, nº 3, Badajoz, Diputación de Badajoz, pp. 1245-1296.



## DAS PRIMEIRAS GRAMÁTICAS DE PORTUGUÊS LÍNGUA ESTRANGEIRA – OS SÉCULOS XVII E XVIII

Ana Alexandra Silva  
Universidade de Évora  
[aasilva@uevora.pt](mailto:aasilva@uevora.pt)

Maria João Marçalo  
Universidade de Évora  
[mjm@uevora.pt](mailto:mjm@uevora.pt)

### RESUMO

As primeiras gramáticas de português língua estrangeira escritas em línguas vernáculas surgem no século XVII. O número é reduzido, mas adivinha-se uma forte expansão face às novas tendências de comércio entre países. Neste artigo falaremos dos dois primeiros títulos que chegaram até nós, assinados por De la Mollière e J. Howel. Procuraremos comparar e verificar qual a contribuição de cada um destes manuais para a história das gramáticas do Português como Língua Estrangeira. Abordaremos, ainda, mais dois autores (A.J. e Jacob Castro), do século XVIII, procurando verificar a evolução que estas últimas gramáticas tiveram em relação às primeiras do século XVII.

**PALAVRAS-CHAVE:** Português Língua Estrangeira; línguas vernáculas; gramática; ensino/aprendizagem.

### ABSTRACT

The first grammars of Portuguese as a foreign language written in vernacular languages came to light in the seventeenth century. It's a small number of publications, but we can guess that it's just the beginning of a huge progress in this area. In this article we will speak about the first two titles that we've studied, written by De la Molliere and James Howel. We will compare and show the importance of each of these books for the history of Portuguese as a Foreign Language grammars. As a final note of this investigation, we will compare two authors of the eighteenth century (A. J. and Jacob Castro), to access the evolution that occurred in these grammars when compared with those grammars of the seventeenth century.

**KEYWORDS:** Portuguese as a foreign language; vernacular languages; grammar; learning/teaching.

## **Enquadramento do estudo**

Considerando que hoje o Português é a sexta língua mais falada, podemos afirmar que a história do Português como Língua Estrangeira é relativamente recente, principalmente quando comparada com a da nossa vizinha Espanha. Estabelecendo um paralelismo com a potência económica espanhola com a potência portuguesa, podemos, com alguma segurança afirmar que a Espanha sempre esteve à frente de Portugal. Talvez tenha havido um certo equilíbrio na altura do Renascimento, mas mesmo aí acreditamos que a Espanha sempre nos tomou a dianteira. De facto, a importância e a divulgação do Português como Língua Estrangeira em manuais metalinguísticos tem pouco significado.

O período que medeia o século XVII e XVIII está marcado por uma forte e consistente expansão dos mercados. Todos queriam aproveitar as melhores oportunidades que pudessem beneficiar a riqueza pessoal e a riqueza do país. Neste sentido, saber a língua do país podia ser uma mais valia para o negócio. A língua portuguesa deixou de ser vista como um instrumento, apenas de evangelização, para passar a ser vista como um instrumento de comércio. A língua exerceu, assim, um papel fundamental num contexto de fortalecimento da consciência nacional. As línguas vernáculas foram ganhando, progressivamente, força. Neste aspecto, Sebastião de Carvalho e Melo (1669-1782), Marquês de Pombal, dá um grande contributo através das leis pombalinas relacionadas com o ensino, com particular destaque para o ensino do português. Até então, a educação em Portugal era dominada, quase em exclusivo, pela Companhia de Jesus e por outras congregações religiosas. Com a Reforma Pombalina e a expulsão dos jesuítas, surgiu o cargo de Diretor Geral dos Estudos, que tinha como função vigiar o progresso dos mesmos.

O jesuíta português Bento Pereira (1650-1681) prossegue a tradição de escrever em latim, trazendo à luz uma gramática de

Português Língua Estrangeira, em Latim: *Ars grammaticae pro lingua lusitana addiscenda latino idiomate proponitur* (Lyon, 1672). A língua latina começou a perder força para um Humanismo cada vez mais vivo na cultura europeia quinhentista e posterior. Alguns dos percursores na compilação de obras metalinguísticas foram os espanhóis Alonso Palencia (1490), Antonio Nebrija (1492-1495), o italiano Ambrosio Calepino (1502) e o francês Robert Estienne (1531), só para nomear alguns exemplos. Em Portugal, Jerónimo Carlos (1562-1565) deu o seu contributo neste sentido.

As línguas vernáculas surgem como ferramentas essenciais para o estabelecer de relações entre os vários países da Europa. É o caso entre o reino de Portugal e de Inglaterra, relação que se vê reforçada através da publicação de obras que visam o intercâmbio entre as duas línguas.

Destaquemos as quatro gramáticas sobre as quais este estudo se irá debruçar. Todas publicadas em Londres, as duas primeiras datadas de 1662, e as duas últimas já do século XVIII, 1701 e 1731, respectivamente.

1662 De la Mollière. *A Portuguez Grammar: or Rules shewing the True and Perfect way to lear the said language*. London: Printed by Da Maxwel.

1662 Howell, James. *A New English Grammar prescribing as certain rules as the languages will bear, for forreners to learn English: Ther is also another grammar of the Spanish or Castilian toung, with some special remarks upon the Portuguese Dialect, &c.* London: Printed for T. Williams, H Brome, and H. Marsh.

1701 A.J. *A Compleat Account of the Portugueze Language. Being a Copious Dictionary of English with Portugueze, and Portugueze with English*. Londres: Printed by R. Janeway.

1731 Castro, J[acob]. *Grammatica Anglo-Lusitanica & Lusitano-Anglica: or, a new grammar English and Portuguese and Portuguese and English*. London: Printed for

W. Meadows.

### De la Mollière e a sua *Portuguez Grammar*

Começemos a nossa análise pela gramática de De la Mollière.

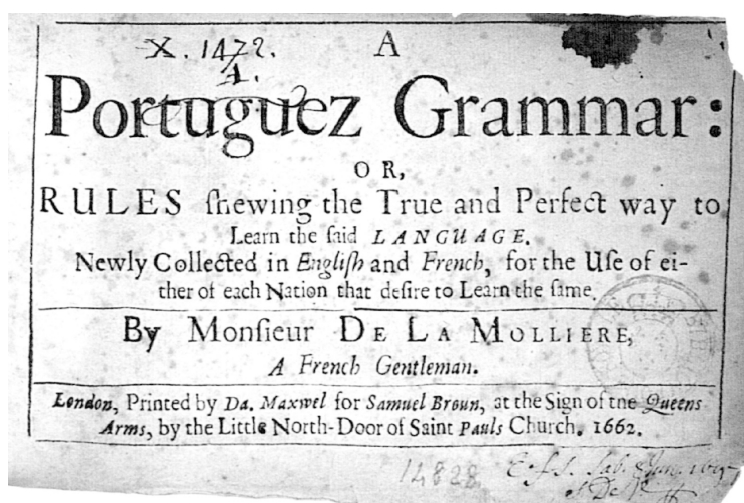


Ilustração 1 - Folha de rosto da Gramática de De la Mollière

Textos preâmbulares	Parte I	Parte II	Parte III
"Ao muito Alto, e muito Poderoso Príncipe, Carlos Segundo..." To the Reader Apresentação da língua (pp. 1-5)	(...) os Portuguezes usão vinte e huma letra, as quais saõ, <i>a, b,</i> <i>c, d</i> (...) (pp. 6-10)	Declinar os Nomes e conjugar os verbos (pp.10-37)	Falamos agora de muitas couzas em modo de vocabulário (pp.37- 104)

A estrutura da gramática de De La Mollière (1622)

A divisão que apresentamos em três partes é artificial, pois ela não se encontra no manual. O texto preambular aparece

escrito em três línguas. Primeiro, surge em Português a dedicatória "Ao muito Alto, e muito Poderoso Príncipe, CARLO SEGUNDO, Rey da Grão *Bretanha, França, e Hibernia*, Defensor da Fei." De seguida, surge o mesmo texto em inglês e, ainda, uma terceira vez o texto se repete em francês. O texto preambular "To the reader" aparece apenas escrito em inglês.

O corpo do texto aparece tripartido em colunas, sendo que a primeira coluna se encontra na língua portuguesa, a segunda em língua inglesa e a última coluna em francês.

As primeiras páginas (1-6) constituem-se como um diálogo tentando o mestre explicar ao aprendiz a dificuldade inerente à aprendizagem do português. A primeira parte trata das letras e dos sons da língua portuguesa. A segunda parte aglomera a declinação dos nomes e da conjugação dos verbos.

A terceira parte reúne "muitas couzas em modo de vocabulário". Nesta secção encontraremos assuntos tão diversos como os dias da semana, os quatro elementos, os membros da igreja, partes do corpo, profissões e os nomes próprios.

### **James Howel e a sua *Of the Portuguese Language***

James Howel (1594-1666) foi um historiador e escritor do século XVII. Teve vários empregos de entre os quais administrador de uma empresa de vidros e tutor dos filhos de várias famílias nobres. Viajou por toda a Europa, o que aparentemente, lhe terá facilitado a aprendizagem de várias línguas. É considerado como o primeiro escritor a viver apenas daquilo que escrevia. Das mais de vinte obras publicadas, existem duas diretamente relacionadas com Portugal. A gramática de que já aqui tivemos oportunidade de mencionar, mas também *Perambulation of Spain and Portugal*.

#### **Textos preâmbulares**

To the Sagacious REDER	Of the Portugues Language, or subdialect, etc.	A short dictionary or, Catalog of such Portugues words that have no affinity with the Spanish
---------------------------	--	---

*A estrutura da gramática de James Howel (1662)*

A primeira parte desta gramática é dedicada à gramática em Língua Inglesa, tratando-se, nesta parte, das letras e da sua pronúncia, das sílabas, das partes do discurso em inglês. Numa parte posterior, repetem-se os assuntos acima expostos, mas agora em Castelhana. Posteriormente, introduz-se uma secção sobre "El abolengo de la lengua Española ò Castellana." A maior parte desta gramática é dedicada ao espanhol. Surge, então "La Perambulacion de España y Portugàl; En un Discurso entre CARLOS y FELIPE", também na versão em língua inglesa, "THE PERAMBULATION OF Spain and Portugal; In a Discours 'twixt CHARLES and PHILIP". Finalmente, dedica-se à língua portuguesa em "OF THE Portugues Language, OR SVB-DIALECT, &c." e "A Short DICTIONARY OR, CATALOG Of such Portuges Words That have no Affinity with the SPANISH." Sobre este autor, A. P. R. Howat reflecte: "The earliest grammar for Spanish speakers (...) mentioned by Alston was written by an expatriate native speaker called Thomas Connelly and appeared in Madrid in 1784. There had, however, been a much earlier publication in both Portuguese and Spanish brought out in 1662 by James Howell to coincide with the marriage of Charles II to Catherine of Braganza called *A New English Grammar, prescribing as certain Rules as the language will bear, for Foreigners to learn English*. It contains practical dialogue material, including "a perambulation of Spain and Portugal, which may serve for a direction how to travel through both countries'." (p.70)

As duas últimas partes, dedicadas à língua portuguesa, não permitem a este manual atingir o mesmo estatuto de outras gramáticas estudadas neste projecto e integradas no presente corpus. É, no entanto, uma referência a reter, uma vez que realiza aproximações importantes, não só à língua inglesa, mas principalmente à língua espanhola.

### **A. J. e o seu *A Compleat Account of the Portugeze Language***

O manual que A. J. traz a público no início do século XVIII constitui-se, não tanto como uma gramática, mas principalmente como um dicionário inglês-português e português-inglês. No entanto, também iremos encontrar na folha de rosto "(...) an Easie

and Unerring Method of its Pronunciation, by a distinguishing Accent, and a Compendium of all the necessary Rules of Construction and Orthography digested into a Grammatical Form."

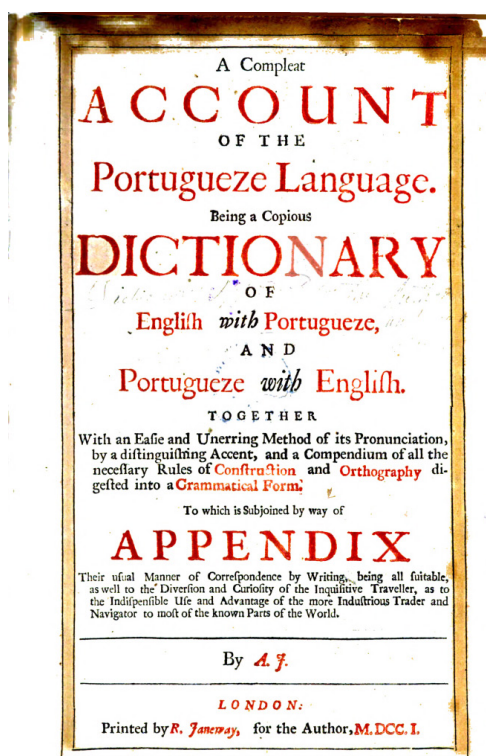


Ilustração 2 – Folha de rosto do Manual de A. J.

Este manual é de grande extensão, constituindo-se como um volume com mais de 400 páginas. O livro é destinado a todos aqueles que "(...) so they must be of undoubted use and service to all such as are already engage in, as well as those that shall at any time hereafter set out for the World of Business." (To the READER). O "VOCABULARIUM Anglo-Lusitanicum" ocupa a grande parte do volume, estando organizado em colunas, como podemos constatar na ilustração.

A B R	A B S	A C C
<p><i>Abode</i>, v. <i>Received</i>.  <i>To abolish, abrogate, repeal, or disannul</i>: Borrár ou apagar, anular ou desfazer e tirar. Empuxár, destruir, riscár ou Efcurecér, talgár, cortár, Sopear, desfeirár.  <i>To abolish clean, or make to be forgotten</i>: Enterrár.  <i>To be abolished</i>: Tirárse do uso.  <i>Abolished, or put out</i>: Coufa defa costumada, anulada, desfeita e borrada.  <i>An abolishing</i>: O anular ou desfazer, o acto de borrár, o annullamento e a borradura. V. <i>Repeal and disannul</i>.  <i>Abomination</i>: Abominação.  <i>Abortive, or born before time</i>: Coufa movida ou que póde movér; v. <i>To bring forth</i>.  <i>Above</i>: Sobre, ou em cima.  <i>More above, or higher</i>: Mais em cima.  <i>Most above, or higher</i>: Coufa muito ála, ou derradeira.  <i>That is above</i>: Coufa de cima; v. <i>Aloft</i>.  <i>Above, or more than that</i>: Além d'isto.  <i>From above</i>: De cima.  <i>To abound</i>: Abundár ou ter abun-</p>	<p><i>Far abroad</i>: Muy largamente.  <i>To abrogate</i>; v. <i>abolish</i>.  <i>Abruptly</i>: As rébatinhas.  <i>To be absent</i>: Estár ausente, desfalecer, faltár.  <i>Absent, or away</i>: Ausente.  <i>To absent, or cause to absent</i>: Ausentár á outrem.  <i>Absence</i>: A ausência.  <i>To absolve, acquit, or make perfect</i>: Absolvér; v. <i>acquit, and make perfect</i>.  <i>To be absolved</i>: Absolvérse.  <i>Absolved</i>: Absoluto.  <i>An Absolution</i>: Absolucáo ou absolviçáo.  <i>Absoluteness</i>; v. <i>Perfection</i>.  <i>An absolute being</i>: Coufa perfeita.  <i>That which pertains to Absolution</i>: Coufa pera absolvér, ou acabár.  <i>To abstain</i>: Refreár ou refréarse.  <i>Abster</i> ou <i>Absterse</i>, contér, deslittir, perdoár e guardár; v. <i>To refrain</i>.  <i>To abstain from Meat and Drink</i>; v. <i>To fast</i>.  <i>An abstainer from Wine</i>: O que não bébe vinho.  <i>Abstinence</i>: Abstinéncia.  <i>Abstinence for three Days</i>: Jejúm de tres dias.  <i>Abstinence from Pleasure</i>: Conti-</p>	<p><i>To accept or take in good part</i>: Aceitár, recebér de boa mente ou affectivamente.  <i>To be accepted</i>: Aceitárse.  <i>Acceptation, taking in good part or acceptance</i>: Aceitação.  <i>Acceptable</i>: Coufa agradecida ou agradável, desejada, escolhida, esperada, amigável, amada, aplaudida; v. <i>Dear</i>.  <i>To have access unto</i>: Chegárse ou admitirse.  <i>An access, or coming to</i>: A chegada, entrada e recebimento.  <i>Necessary to a fault, or culpable</i>: O sabedor ou participante de alguma coufa mal feita, ou quem he juntamente culpavel.  <i>An accident, or that which chances or happens</i>: Acóntecimento ou contingéncia.  <i>An accident, or Grief joined with Sickness</i>; as <i>Head-ach with an Ague</i>: Accidente ou payxaó.  <i>Action</i>; v. <i>Action</i>.  <i>Acclamation</i>; v. <i>Crying out</i>.  <i>To accommodate</i>: Acomodar.  <i>To accompany or go with one</i>: Acompanhá; v. <i>To go together, follow and associate</i>.</p>

Ilustração 3 – Organização do Vocabularium

São cerca de 100 as páginas dedicadas à "GRAMMATICA Anglo-Lusitanica". O texto encontra-se dividido em duas colunas, começando pelo alfabeto, pelos nomes substantivos e nomes adjetivos e respetivas declinações, seguem-se os pronomes. Começa, depois, a tratar dos verbos, assunto que lhe ocupa uma grande parte deste apêndice gramatical.

## Indicative Mood.

## Present Tense.

Sing. { Eu sou, estôu: *I am.*  
 { Tu es, estás: *Thou art.*  
 { Elle he, está: *He is.*  
 Plur. { Nos fomos, estamos: *We are.*  
 { Vos soys, estays: *Ye are.*  
 { Elles são, estão: *They are.*

Ilustração 4 – Os verbos na Grammatica



São ainda tratados os “Adverbs in their Order”, as “Observations and Rules how to know and distinguish the Genders of Nouns Substantive by their Terminations” e, voltando, ao assunto dos verbos, são-nos fornecidas algumas “Observation of the Preterperfect Tense and Supines, as also of the Gerunds and Participles of Verbs”. De seguida, são dadas as regras da Prosódia. Termina com “Here follow some Rules which are peculiar in Writing and Reading the Portuguese Language”. Uma secção com particular interesse, pois mostra a língua da perspectiva do aluno que não tem português como língua materna, criando uma série de regras, como a que se transcreve para exemplo: “First observe, that the Portuguese endeavour to pronounce as they write, and to write as they pronounce, which is a reasonable Argument for the Purity of their Language (...)”. Trata-se de um manual de difícil consulta, uma vez que não está numerado, nem tem qualquer índice a que o leitor possa recorrer. Todo o texto está escrito em inglês, com as respectivas explicações do funcionamento gramatical, também em inglês. A parte dedicada à conjugação verbal é de alguma exaustividade, apresentando-se todos os tempos, modos e mostrando contextos de utilização dessas mesmas formas. Apenas se recorre ao português para fornecer exemplos ilustrativos do assunto tratado. No extenso volume há ainda espaço para tratar de “An APPENDIX of the FORMS of WRITING.”, surgindo aí cerca de 11 páginas com exemplos de cartas comerciais. Não esquecer o propósito deste manual: entrar no mundo dos negócios, como visto no texto preambular “To the READER”.

<b>Textos preâmbulares</b>	<b>VOCABULARIUM Anglo-Lusitanicum</b>	<b>GRAMMATICA Anglo-Lusitanica</b>	<b>An APPENDIX of the FORMS of WRITING</b>
To the READER	300 páginas	100 páginas	11 páginas

*A estrutura do Dicionário de A. J.*

### **Jacob Castro e a *Grammatica Anglo-Lusitanica or Lusitana-Anglica or A New Grammar***

Publicada em 1731, a gramática é introduzida por um texto preambular invulgarmente longo: “To the Reader”. Aqui se destaca

o Português como língua de uso no comércio, das suas relações próximas com a língua espanhola, mas também com a língua francesa: "(...) we may very justly say that the Portuguese tongue has a mixture of the Spanish gravity and French softness, and is useful in commerce as the Spanish, and therefor equal (if not superior) to its Rival." Repare-se que neste manual existe, para além da preocupação do ensino da língua portuguesa a estrangeiros, a preocupação que os portugueses aprendam a língua inglesa. Estudos mostram que Portugal terá sido um dos primeiros países a revelar interesse em aprender a língua inglesa, especialmente por causa do intenso comércio com o seu principal parceiro comercial – o Reino Unido. Jacob Castro terá sido, muito provavelmente, um judeu português refugiado em Londres, que anuncia no texto preambular os seus serviços: "Mestre e Traductor de ambas as Linguas".

Durante a primeira parte desta gramática é possível encontrar, além das vastas explicações sobre itens lexicais e gramaticais – letras e sua pronúncia, acentos, partes do discurso, géneros, número e casos, artigos, substantivos, adjetivos, pronomes, verbos, advérbios, conjunções, preposições, interjeições, ortografia e diálogos -, alguns excertos com abundantes referências a casos comerciais. A gramática encontra-se organizada segundo a estrutura que abaixo se apresenta, contendo um índice para mais fácil consulta do seu leitor.

<b>Textos preambulares</b>	<b>Parte I Gramática</b>	<b>Parte II Sintaxe</b>	<b>Parte III Of the Orthography of the Portuguese Language</b>
To the READER	Of the Letters and Their Pronunciation Of the decente and Apostrophe Of the parts of speech Of the Genders, Numbers and Cases Of the articles and their declensions Of the declensions of the Nouns Substantive and their terminations Of the nouns adjective,	Some general remarks Of the Genders Of the Definite and Indefinite Articles Of the Use and Concordance of Noun Of the Pronouns Of the Verbs Of the Participles Of the Adverbs Of the Conjunctions Of the Preposition Of the Interjections	

	regulare and irregular; their genders, terminations, declensions and comparisons Of the Pronouns Of the Verbs, its Moods, Tenses and Perform The Division and conjugations of the Verbs Of the auxiliary verbs aver and ter Of the Verbs Sou and Estou Of the Regular Verbs and their three conjugations Of the terminations, conjugations, formations and equivocations of the three regular forms Of the Irregular Verbs, and their Formation		
<b>Parte V</b>			
Vocabulary			

O quadro acima apresentado dá conta apenas da parte da gramática portuguesa em inglês, existindo ainda uma segunda parte em que o autor se centra nos principiantes alunos de língua inglesa. A estrutura gramatical é muito similar à da primeira parte, embora mais simplificada, o que facilmente se comprova pelo menor número de páginas e de listagem de palavras.

### **Nota final**

Se há um ponto comum a todas estas gramáticas / manuais / dicionários é o seu intento de expandir a língua portuguesa a outros mercados. Aproximando o português dos seus potenciais falantes, tornando-o uma língua acessível para todos. O objetivo é o comércio, entre o Reino Unido e Portugal, numa primeira instância, mas também entre outros povos falantes de inglês e os

comerciantes portugueses. Desde o diálogo entre mestre e aluno que nos é trazido por De la Mollière (1662) até à complexa e ambiciosa gramática de Jacob Castro (1731) medeia menos de um século, mas a evolução é evidente. A tímida tentativa de James Howell de colocar o português também numa gramática essencialmente dedicada à língua castelhana é sintomático de uma nova perspectiva da língua portuguesa. O *Dictionnary* de A. J. já mostra como a língua portuguesa ganha rapidamente terreno no mercado das línguas. No entanto, a sua estrutura fechada e complexa tornam difícil a sua divulgação para públicos mais vastos. Finalmente, Jacob Castro reúne uma gramática que é também um dicionário e é ainda uma compilação de frases, de cartas, de vocabulário útil apresentado em contexto. Este artigo não contempla a gramática de António Vieira, o Transtagano, cuja primeira edição é de 1768. Consideramos que a gramática de Vieira se constitui como um marco histórico nas gramáticas de português língua estrangeira escritas nas línguas vernáculas, merecedora, por isso de um estudo mais pormenorizado e autónomo, que contamos fazer sair num futuro próximo.

**BIBLIOGRAFIA**

- A.J. (1701): *A Compleat Account of the Portugueze Language. Being a Copious Dictionary of English with Portugueze, and Portugueze with English*, Londres, Printed by R. Janeway.
- CASTRO (1731): J[acob] Castro, *Grammatica Anglo-Lusitanica & Lusitano-Anglica: or, a new grammar English and Portugueze and Portugueze and English*, London, Printed for W. Meadows.
- DE LA MOLLIÈRE (1662): Monsieur de la Mollière, *A Portuguez Grammar: or Rules shewing the True and Perfect way to lear the said language*, London, Printed by Da Maxwel.
- HOWELL (1662): James Howell, *A New English Grammar prescribing as certain rules as the languages will bear, for forreners to learn English: Ther is also another grammar of the Spanish or Castilian toung, with some special remarks upon the Portuguese Dialect, &c.*, London, Printed for T. Williams, H Brome, and H. Marsh.

**ESTUDOS**

- Assunção (1997): Carlos da Costa Assunção, *Gramática e Gramatologia*, Braga, APPACDM.
- Cardoso (1994): Simão Cardoso, *Historiografia gramatical (1500-1920)*, Anexo VII da *Revista da Faculdade de Letras. Série Línguas e literaturas*, Porto, Faculdade de Letras do Porto.
- Fernandes (s.d.): Gonçalo Fernandes (s.d.), "A Primeira Gramática do Português como Língua Estrangeira (Lugduni1672)", <http://dlac.utad.pt/10.%20Primeira%20Gram%20E1tica%20do%20Portugu%20EAs.pdf> (acesso em Janeiro, 2010)
- Howatt & Widdowx (2004): A. P. R. Howatt with H. G. Widdowx, *A History of English Language Teaching*, Second Edition, Oxford, Oxford University Press.
- Sánchez Escribano (2006): Francisco Javier Sánchez Escribano, "Portuguese in England in the sixteenth and seventeenth centuries", *Sederi* 16, pp. 109-132.
- Santos (2010): Maria Helena Pessoa Santos, *As Ideias Linguísticas Portuguesas na Centúria de Oitocentos*, Partes I e II, Lisboa, FCG/ FCT.

- Torre (1988): Manuel Gomes da Torre, "O interesse pelo estudo do inglês em Portugal no séc. XVIII", *Actas do Colóquio Comemorativo do VI Centenário do Tratado de Windsor* (15-18 Outubro de 1996), Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 41-54.
- Torre (1995): Manuel Gomes da Torre, "Imported models: a tradition of English Language teaching in Portugal", *Línguas e Literaturas XII. Revista da Faculdade de Letras do Porto*, Porto, Faculdade de Letras, pp. 135-148.
- Torre (1998): Manuel Gomes da Torre, "Elementos para a história das relações linguísticas entre Portugal e a Grã-Bretanha". In: Gualter Cunha (coord.), *Estudos Ingleses. Ensaios sobre Língua, Literatura e Cultura*, Coimbra, Minerva, pp. 213-230.

## NÍVEIS DE LITERACIA EM ADULTOS PORTUGUESES E RESPECTIVA PROFICIÊNCIA LINGUÍSTICA: UM ESTUDO DE CASO

Anabela Matias  
Universidade da Beira Interior  
[anabelamatias@iol.pt](mailto:anabelamatias@iol.pt)

Paulo Osório  
Universidade da Beira Interior  
[pjtrso@ubi.pt](mailto:pjtrso@ubi.pt)

Maria da Graça Sardinha  
Universidade da Beira Interior  
[mggds@ubi.pt](mailto:mggds@ubi.pt)

### **RESUMO**

Esta investigação centra-se nos contributos do processo de RVCC para a proficiência linguística dos adultos que, precocemente, abandonaram o sistema regular de ensino e, num determinado momento das suas vidas, regressaram ao sistema formativo, a fim de certificarem as competências adquiridas em contextos diversos. Consideramos este estudo pertinente, na medida em que poderemos contribuir com outras perspetivas, ao sublinharmos a importância que a aprendizagem ao longo da vida deve ter nos adultos, para a alteração e fomento de competências, perspetivas e realidades pessoais e profissionais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Literacia, Proficiência Linguística; Formação de Adultos.

### **ABSTRACT**

This research work focuses on the contribution of the SAVC process to the linguistic proficiency of those adults who had left the regular school system early and, at a certain moment of their lives came back to the formation system, in order to certificate the skills they acquired in different contexts. This study is considered very relevant since it may contribute with other perspectives, because it stresses the importance that learning throughout life should have on adults, in order to change and promote skills, perspectives and personal and professional situations.

**KEYWORDS:** Literacy, Language Proficiency; Adult Education.

## Introdução

O presente trabalho<sup>130</sup> é produto de uma investigação que se centrou num objeto de estudo pertinente na sociedade contemporânea, remetendo para os saberes adquiridos por adultos, pouco escolarizados, através do processo de RVCC (Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências)<sup>131</sup>. O projeto de reconhecimento, validação e certificação de competências, adquiridas ao longo da vida, não é novo, muito menos de origem nacional, remontando aos anos do pós-guerra, quando os militares americanos, por servirem o país na contenda mundial, afastados do mercado de trabalho, querendo a reinserção na vida civil, decidiram pedir o reconhecimento das experiências adquiridas, em contexto especializado de prestação militar, mediante a atribuição de créditos para que se encurtassem “os percursos de formação subsequentes a ajustar o tempo de aprendizagem às necessidades dos indivíduos” (Imaginário, 2001: 17).

---

<sup>130</sup> Para mais desenvolvimentos, cf. Matias (2013).

<sup>131</sup> O Processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC) foi criado pela Portaria 1082A/2001, de 5 de setembro, pelo Ministério do Trabalho e da Solidariedade e caracteriza-se, tal como o documento refere, por ser “um estímulo e um apoio à procura de certificação e de novas oportunidades de formação, permitindo o reconhecimento, por parte dos sistemas de educação e formação, das competências adquiridas pelos adultos ao longo do seu percurso pessoal e profissional”. Para tal, é criada uma rede de centros destinados a acolher adultos maiores de 18 anos que não possuam a escolaridade obrigatória e que pretendam desenvolver processos de reconhecimento, validação e certificação de competências, tendo em vista “a melhoria dos seus níveis de certificação escolar e de qualificação profissional, bem como para a continuação de processos subsequentes de formação contínua, numa perspectiva de aprendizagem ao longo da vida” (Portaria 1082A/2001, de 5 de setembro). Inicialmente, a direção e gestão desta rede de centros e processos ficou entregue à Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos (ANEFA), tendo os centros de RVCC que intervir em três eixos principais: reconhecimento, validação e certificação de competências.



Na sociedade atual, o processo de reconhecimento, validação e certificação de competências, resultantes da via experiencial, adquiriu um caráter bastante recorrente e normal, na maioria dos países europeus. A literacia assume, aqui, um papel relevante, por ser uma competência recorrente na sociedade global e do conhecimento. De facto, este conceito traduz a capacidade de os indivíduos utilizarem as competências básicas de leitura, escrita e cálculo, para processamento da informação contida em diferentes suportes do quotidiano (Benavente *et alii*, 1996). A frequência do processo de RVCC implica sempre a existência e suporte de um CNO, onde os adultos que o frequentam desejam ver certificadas as suas competências.

## **Estudo**

Para esta análise, adotámos o paradigma quantitativo de investigação. Procedemos à elaboração de três questionários que foram aplicados em três fases distintas. O instrumento é constituído com perguntas do tipo fechado, predominando as de escolha múltipla e visando possibilitar as respostas alternativas. Este tipo de questões que aqui figuram são sobejamente recorrentes na maioria dos inquiridos que pretendam aferir o grau de satisfação, no funcionamento de um CNO, ou de proficiência do processo de RVCC. Nesta investigação, é nosso objetivo aferir o grau de proficiência linguística que o processo de RVCC tem nos adultos que frequentam este tipo de formação ao longo da vida não descurando que, além desta vertente, a ela está associada a questão da leitura e da escrita, bem como os hábitos desenvolvidos, antes e após o processo.

Com esta investigação, pretendemos, igualmente, em termos gerais, averiguar e confirmar as potenciais implicações que o processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências tem na vida das pessoas. Assim, com esta investigação, pretendemos atingir, especificamente, os seguintes objetivos: i) compreender as causas que levaram os adultos a frequentar este tipo de formação; ii) entender os motivos que levaram os adultos frequentadores deste tipo de formação a terem deixado de estudar a montante; iii) analisar os principais projetos de aprendizagem ao longo da vida que estes adultos vão

construindo como forma de construção pessoal; iv) avaliar a capacidade do processo RVCC na proficiência linguística dos adultos intervenientes.

A população é constituída por sessenta adultos que se inscreveram no CNO em que desenvolvemos a nossa investigação (Guarda) e onde frequentaram o processo de RVCC. Sendo nosso objetivo construir uma amostra representativa, em termos de hábitos de leitura e de escrita, estratos sociais e experiências ao longo da vida, não nos confinámos, apenas, à sede do CNO, tendo também sido selecionados grupos fora da sede. Funcionando estes em regime de itinerância, os adultos são assim oriundos de vários grupos da Guarda, Bendada, Sabugal, Celorico da Beira e Figueira de Castelo Rodrigo. No total de 60 adultos, 27 são do sexo feminino, correspondendo a um universo de 45% e 33 são do sexo masculino, correspondendo a 55%. São oriundos de vários estratos sociais, tendo tido, ao longo da vida, profissões muito distintas. No momento da investigação, a maioria encontra-se desempregada, sendo todos de nacionalidade portuguesa.

Para a realização da nossa investigação, optámos por uma só técnica ou instrumento de recolha de dados: o inquérito por questionário. Decidimos dividir o estudo em dois momentos decisivos, através da aplicação de dois tipos de questionários distintos, de forma a podermos aferir distintos parâmetros. Estes adultos foram, na sua maioria, acompanhados pela profissional desta investigação, permitindo que todos os documentos fossem aplicados e recolhidos pela própria, à exceção de um grupo usado para o estudo que viu as sessões de reconhecimento serem conduzidas por outra profissional de RVCC. Não obstante, o rigor metodológico ou os objetivos inicialmente delineados não ficaram de modo algum comprometidos.

Na elaboração dos inquéritos houve uma recorrente preocupação na utilização do tipo de linguagem, adequada, assim, ao nível de escolaridade dos adultos inquiridos e à faixa etária bastante heterogénea dos mesmos. O trabalho exploratório dividiu-se em dois momentos: numa primeira fase, pretendendo-se caracterizar o público-alvo a vários níveis, optou-se por duas aplicações de inquéritos; a segunda fase dividiu-se em outros dois momentos: um primeiro, na fase anterior ao início do reconhecimento, onde seria preenchido o inquérito para aferir o nível de literacia do adulto e, no segundo momento, aplicou-se o

mesmo inquérito, mas após o reconhecimento, onde o adulto já portador de outras competências deveria evidenciá-las e revelar a sua progressão em termos linguísticos. Os inquéritos iniciais e finais foram aplicados pela própria profissional de RVCC, sendo que os inquéritos intermédios foram aplicados pela profissional e por formadores, dos grupos, das áreas de LC e de MV, na sua última sessão de reconhecimento e na última sessão de formação complementar, com o grupo.

Assim, a recolha de informação foi efetuada a partir de três instrumentos essenciais que serviram de suporte à análise a este estudo: inquérito inicial de caracterização sociodemográfica e escolar; inquérito final de caracterização sociodemográfica para aferir o grau de satisfação e de alteração de hábitos antes e após processo; inquérito de medição do nível de literacia dos adultos.

### **Análise e tratamento de dados**

Partindo da análise dos dados, podemos verificar que a maioria dos adultos que procuram o processo de RVCC é, na maioria das vezes, detentora do 4º ano de escolaridade, com uma média de idade de 50 anos, maioritariamente masculina, são desempregados há mais de um ano e que, após frequentarem o processo de RVCC, viram as suas habilitações serem aumentadas, na sua maioria, para o 9º ano de escolaridade. Grande parte abandonou a escola por dificuldades financeiras, tendo de se dedicar a uma profissão, motivo por que procuram o CNO:

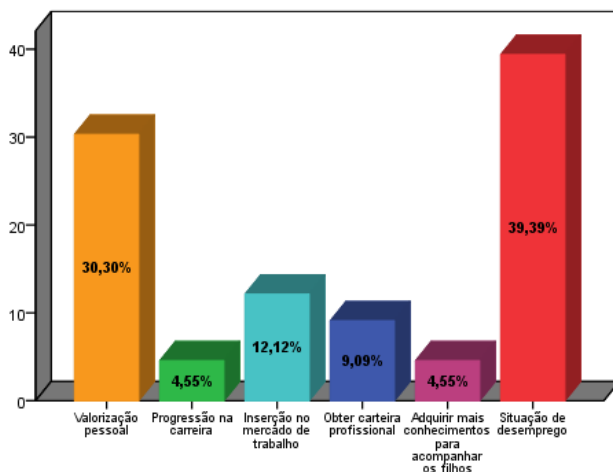


Gráfico 1. Motivações que levaram os adultos ao CNO

Esta tendência e baixa escolaridade é já uma característica intrínseca à tradição familiar: a maioria dos progenitores apenas possui o 1º ciclo do ensino básico ou é analfabeto, pelo que a melhoria das qualificações nunca fez parte dos anseios desta população até serem confrontados com a situação de desemprego e, por razões políticas e de emprego, terem de frequentar uma formação de aprendizagem ao longo da vida. Apesar de estarem inseridos numa modalidade formativa inovadora que reconhece as aprendizagens ao longo da vida de cada um, a maioria revelou dificuldades nas áreas de competência-chave, tendo mesmo de frequentar formação complementar para verem reconhecidas todas as competências previstas no referencial de formação. Porém, esta nova etapa na vida despertou, nos adultos, a vontade de se manterem atualizados, integrados na vida profissional e adaptados à sociedade do conhecimento, tendo manifestado a vontade de virem a frequentar mais modalidades formativas que os ajudem a aperfeiçoar as competências. O sistema de RVCC, ao justificar e corrigir um possível desnivelamento entre as competências, os saberes detidos pelos adultos e a certificação alcançada num primeiro momento, vem reconhecer o direito a um certificado formal que a escola é incapaz de aceitar.

O estudo permitiu-nos demonstrar como a frequência do processo de RVCC motivou os adultos para a descoberta, para o

*empowerment* social e profissional. A maioria da nossa amostra encontra-se no nível 2 de literacia. Poucos possuem o nível 4 à semelhança dos dados recolhidos pelo ENL. Registámos, contudo, uma melhoria considerável nas respostas obtidas. Entre o primeiro e o segundo momentos, observamos, na última fase de aplicação dos questionários, uma maior vontade e predisposição nas pessoas em arriscarem a responder às tarefas, fruto, quiçá, das competências adquiridas e do aumento da auto-estima. Salientamos os valores registados no nível 2, onde o número de respostas corretas aumentou exponencialmente do primeiro para o segundo momento, reduzindo, também, o número de não respostas. No nível 4, registou-se um significativo aumento das respostas corretas e uma drástica diminuição das não respostas.

Assim, os testes efetuados mostram os resultados expostos:

*Tabela 1 - Teste de Wilcoxon para o nível 1 e os benefícios do processo de RVCC, comparação entre as respostas corretas no primeiro e no segundo momentos*

<b>Ranks</b>				
		N	Mean Rank	Sum of Ranks
Nível 1 - Fim do Processo - Acertou - Nível 1 - Início do Processo - Acertou	Negative Ranks	6a	14,08	84,50
	Positive Ranks	26b	17,06	443,50
	Ties	28c		
	Total	60		
a. Nível 1 - Fim do Processo - Acertou < Nível 1 - Início do Processo - Acertou				
b. Nível 1 - Fim do Processo - Acertou > Nível 1 - Início do Processo - Acertou				
c. Nível 1 - Fim do Processo - Acertou = Nível 1 - Início do Processo - Acertou				
Test Statistics <sup>b</sup>				
	Nível 1 - Fim do Processo - Acertou - Nível 1 - Início do Processo - Acertou			
Z	-3,504a			
Asymp. Sig. (2-tailed)	,000			
a. Based on negative ranks.				
b. Wilcoxon Signed Ranks Test				

Tabela 2 - Teste de Wilcoxon para o nível 2 e os benefícios do processo de RVCC, comparação entre as respostas corretas no primeiro e no segundo momentos

<b>Ranks</b>				
		N	Mean Rank	Sum of Ranks
Nível 2 - Fim do Processo - Acertou - Nível 2 - Início do Processo - Acertou	Negative Ranks	5 <sup>a</sup>	7,50	37,50
	Positive Ranks	20 <sup>b</sup>	14,38	287,50
	Ties	35 <sup>c</sup>		
	Total	60		
a. Nível 2 - Fim do Processo - Acertou <Nível 2 - Início do Processo - Acertou				
b. Nível 2 - Fim do Processo - Acertou > Nível 2 - Início do Processo - Acertou				
c. Nível 2 - Fim do Processo - Acertou = Nível 2 - Início do Processo - Acertou				
Test Statistics <sup>b</sup>				
	Nível 2 - Fim do Processo - Acertou - Nível 2 - Início do Processo - Acertou			
Z	-3,462 <sup>a</sup>			
Asymp. Sig. (2-tailed)	,001			
a. Based on negative ranks.				
b. Wilcoxon Signed Ranks Test				

Tabela 3 - Teste de Wilcoxon para o nível 3 e os benefícios do processo de RVCC, comparação entre as respostas corretas no primeiro e no segundo momentos

<b>Ranks</b>				
		N	Mean Rank	Sum of Ranks
Nível 3 - Fim do Processo - Acertou - Nível 3 - Início do Processo - Acertou	Negative Ranks	3 <sup>a</sup>	13,83	41,50
	Positive Ranks	32 <sup>b</sup>	18,39	588,50
	Ties	25 <sup>c</sup>		
	Total	60		
a. Nível 3 - Fim do Processo - Acertou <Nível 3 - Início do Processo - Acertou				
b. Nível 3 - Fim do Processo - Acertou > Nível 3 - Início do Processo - Acertou				
c. Nível 3 - Fim do Processo - Acertou = Nível 3 - Início do Processo - Acertou				
Test Statistics <sup>b</sup>				
	Nível 3 - Fim do Processo - Acertou - Nível 3 - Início do Processo - Acertou			
Z	-4,568 <sup>a</sup>			
Asymp. Sig. (2-tailed)	,000			

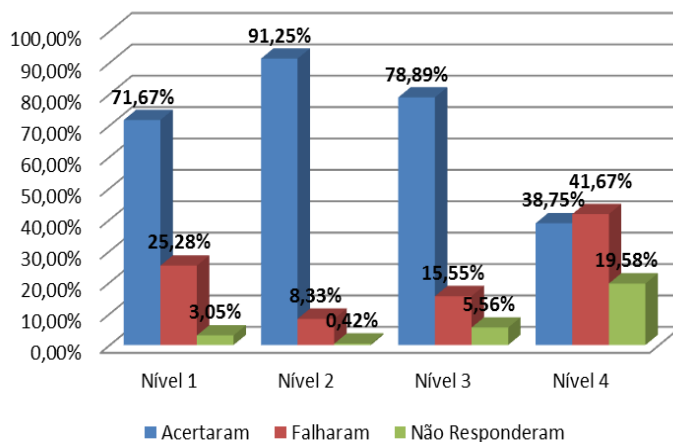
a. Based on negative ranks.
b. Wilcoxon Signed Ranks Test

Tabela 4 - Teste de Wilcoxon para o nível 4 e os benefícios do processo de RVCC, comparação entre as respostas corretas no primeiro e no segundo momentos

Ranks				
		N	Mean Rank	Sum of Ranks
Nível 4 - Fim do Processo - Acertou - Nível 4- Início do Processo - Acertou	Negative Ranks	7 <sup>a</sup>	10,57	74,00
	Positive Ranks	34 <sup>b</sup>	23,15	787,00
	Ties	19 <sup>c</sup>		
	Total	60		
a. Nível 4 - Fim do Processo - Acertou < Nível 4 - Início do Processo - Acertou				
b. Nível 4- Fim do Processo - Acertou > Nível 4 - Início do Processo - Acertou				
c. Nível 4 - Fim do Processo - Acertou = Nível 4 - Início do Processo - Acertou				
Test Statistics <sup>b</sup>				
	Nível 4 - Fim do Processo - Acertou - Nível 4 - Início do Processo - Acertou			
Z	-4,675 <sup>a</sup>			
Asymp. Sig. (2-tailed)	,000			
a. Based on negative ranks.				
b. Wilcoxon Signed Ranks Test				

Os testes, sobretudo o teste de McNemar, comprovam a teoria de que o processo de RVCC contribuiu para a alteração de hábitos dos adultos. Concluímos que se verificou um aumento de respostas certas no segundo momento, relativamente ao primeiro momento.

A investigação mostrou, igualmente, que a leitura e a escrita, enquanto competências sociais, foram tendo uma evolução progressiva:



*Gráfico 2 - Comparação entre o momento antes e depois da frequência do processo de RVCC, por níveis de literacia*

Se hoje se considera essencial que os jovens que frequentam o sistema escolar dominem regras de leitura e de escrita, também é verdade que Portugal se debate, ainda, com uma taxa de analfabetismo considerável, sobretudo na década da globalização. A leitura é essencial na vida quotidiana e o progressivo aumento da frequência escolar também contribuiu para o domínio das práticas de leitura e de escrita.



**BIBLIOGRAFIA**

Benavente *et alii* (1996): Ana Benavente, Alexandre Rosa, Atónio Firmino da Costa e Patrícia Ávila, *A Literacia em Portugal. Resultados de uma Pesquisa Extensiva e Monográfica*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/Conselho Nacional de Educação.

Imaginário (2001): Luís Imaginário, *Balanço de Competências. Discursos e Práticas*, Lisboa, MTDS/DGEFP/CIME.

Matias (2013): Anabela Matias, *O impacto do processo de RVCC na proficiência linguística em prosa. Das competências linguísticas às aplicações didáticas*, Tese de doutoramento, Covilhã, Universidade da Beira Interior.



## A COMPETÊNCIA CULTURAL NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DE PORTUGUÊS LÍNGUA ESTRANGEIRA (PLE)

Xurxo Fernández Carballido  
Universidade de Santiago de Compostela  
Centro de Línguas Modernas  
[xurxo.fernandez@usc.es](mailto:xurxo.fernandez@usc.es)

### RESUMO

No processo de ensino e aprendizagem de línguas segundas, não maternas ou estrangeiras a competência cultural é muito importante, sobretudo se falamos em estudantes adultos.

Esta competência é especialmente sensível quando o processo de ensino e aprendizagem se desenvolve em contextos fronteiriços, por exemplo na Extremadura ou na Galiza e, em geral, no Estado espanhol, onde o contato, as referências e os conhecimentos, reais, imaginários ou topicalizados, são muito intensos, das experiências individuais às transmitidas coletivamente.

Neste artigo vão ser apresentadas algumas situações que surgem constantemente na sala de aula de PLE à volta da competência cultural: do choque cultural à comparação dos usos socioculturais; do imaginário ao tópico; do desconforto do preconceito à procura da realidade plural e complexa das sociedades onde se fala português.

A partir desta análise vão ser apresentadas algumas reflexões gerais sobre o papel do docente, dos materiais e dos manuais de PLE para o desenvolvimento da competência cultural dos nossos formandos e, se for possível, das nossas sociedades.

**PALAVRAS-CHAVE:** Português Língua Estrangeira (PLE); competência cultural; choque cultural; comparação cultural; aprendizagem cultural.

### ABSTRACT

Cultural competence is very relevant in the process of teaching and learning second non-mother or foreign languages, especially for adult students.

This competence is especially noticeable when the teaching and learning

process is developed in border regions, such as Extremadura, Galicia or the Spanish state. There, the contact, the references, the real, imaginary or cliché knowledge are deeply strong and go from individual to collectively transmitted experiences.

In this paper we will show some situations constantly arisen in PFL lessons regarding cultural competence: from cultural shock to the comparison of sociocultural uses; from imaginary to cliché; from the uncomfortable prejudice to the search of a plural and complex reality of societies where Portuguese is spoken.

From this analysis, some general reflections will be shown on the role of the teacher and the PFL materials and handbooks in order to develop some cultural competence in our students and, if possible, in our societies.

**KEYWORDS:** Portuguese as a foreign language (PFL); cultural competence; culture shock; cross-cultural comparison; cultural learning.

## **Introdução**

Não é possível ensinar e aprender línguas sem ter em conta a dimensão sociocultural e intercultural. Comparar não só as línguas mas também as sociedades e as culturas é um processo inerente à aprendizagem.

Esta competência cultural é muito importante com as novas focagens e metodologias comunicativas, onde não chega dizer, mas como e quando se diz. De facto, até a aplicação da focagem comunicativa na aprendizagem de línguas, a cultura apenas era ensinada como um conjunto de conhecimentos enciclopédicos equivalentes aos dos falantes maternos, como os grandes acontecimentos históricos e os vultos fundamentais nacionalmente consagrados, e não desde a dimensão social do facto linguístico.

Isto fazia com que a cultura acabasse por ser uma aula de História nacional no estrangeiro, que pouco ou nada interessava aos estudantes, e que podia provocar irritação no docente nacional face às demonstrações de pouca emoção do formando.

Aprender uma outra língua é estar em contato com uma outra cultura, mesmo que as diferenças sejam mínimas, como é o caso do português, embora por essa proximidade os equívocos, os preconceitos ou as confusões também possam ser, às vezes, mais

subtis e acabem por ser mais importantes do que o próprio sistema linguístico, percebido como a aprendizagem de regras sintáticas, lexicais, morfológicas e fonéticas. Ou seja, não se pode negligenciar esta competência e deve-se consciencializar os alunos sobre a sua importância.

As relações ibéricas têm, parece-me, mais de socioculturais do que propriamente linguísticas, pelo menos desde a minha perspectiva galega. Por isso, na sala de aulas os alunos, jovens ou adultos, trazem uns conhecimentos socioculturais sobre a língua, a cultura, os países, os tópicos, etc. que devemos confrontar desde a primeira aula.

Uma conceção da interculturalidade ligada ao uso linguístico do falante de português, que permita ao estudante interatuar e compreender as chaves culturais em situações comunicativas quotidianas.

### **A tomada de consciência da competência cultural**

São vários os trabalhos onde se reflexiona sobre a conceção da cultura nas diferentes disciplinas sociais e as aceções que podem ser de interesse para os docentes que trabalham com as línguas em contextos de língua segunda, língua não-materna ou língua estrangeira. Podem servir de referência os trabalhos de Brown, H.D. (1986), Guillén Díaz (2005), Miquel (2005) ou Grosso (2006).

O mais importante é compreender e fazer compreender aos nossos alunos que a cultura, os códigos socioculturais, unem os membros de uma mesma comunidade face a outra, e este sentimento de partilhar conhecimentos explícitos ou implícitos faz com que possam diferenciar-se de outras comunidades e que sejam identificados como diferentes.

Ao mesmo tempo que se produz este processo de identificação, a cultura é institucionalizada por diferentes vias, sobretudo –acredito– através das elites, o que faz com que essa dinâmica do que nos aproxima e nos diferencia entre comunidades humanas seja recorrentemente (re)avaliada.

Por isso, é fundamental poder transmitir a ideia de que a

cultura se aprende também com a aprendizagem da língua, mesmo que essa cultura –desde a minha perspectiva cultural galega–, nos seja tão próxima como a portuguesa, ou tão diferente como a brasileira ou angolana, com todos os senão que possamos colocar.

As manifestações socioculturais podem organizar-se e exprimir-se de várias maneiras, mas, ao contrário dos níveis de conhecimento estritamente linguísticos, vão apresentar-se desde o primeiro momento que aprendemos uma língua, de forma total e absoluta. As formas de tratamento entre as pessoas, os símbolos, as crenças e as opiniões sobre os outros coletivos, a visão do professor, o olhar do aprendente, as diferentes realidades, os tópicos ou os preconceitos estão de maneira etérea mas constante no processo de aprendizagem, dentro e fora da sala de aula.

A língua acaba por ser indissociável das culturas –em plural– em pares opostos ou complementares com os seus vasos comunicantes, até entrelaçar complexas redes: cultura portuguesa  $\neq$  ou  $\approx$  cultura brasileira, angolana, etc.  $\neq$  cultura galega / cultura espanhola / cultura alemã, etc.; cultura urbana  $\neq$  cultura rural; cultura popular  $\neq$  cultura das elites, etc.

Outras das complexidades da competência sociocultural é que é estável e instável ao mesmo tempo. Com o que podemos aplicar uma visão estática ou contraditória no processo de ensino. Apenas por colocar algumas dúvidas: Em português é presidente ou presidenta? Obrigado ou obrigada? No hospital só há médicos e enfermeiras? Temos masculino para mulher-a-dias? Em Portugal não há AMPA, apenas são APA (associação de pais de alunos)? Em português não se utiliza “alunado” para evitar a discriminação aluno/aluna? As empresas estão dirigidas por chefes, empresários, patrões e competentemente ajudados por secretárias?<sup>132</sup>

A dimensão e os objetivos deste artigo não permitem maior análise, mas com pouco esforço podemos conferir nos nossos manuais e obras de referência a dimensão linguística destes fenómenos socioculturais.

O QECR faz especial atenção a esta necessidade de tomada

---

<sup>132</sup> Todas estas questões foram colocadas sobretudo pelas formandas com consciência de género a partir de experiências próprias fora da sala de aula ou a partir de situações ou imagens dos materiais de PLE.

de consciência da ligação da língua e a cultura, ao contrário do que era norma –e afortunadamente cada vez é menos habitual–: reduzir o conhecimento da língua a umas regras gramaticais.

Estritamente falando, o conhecimento da sociedade e da cultura da(s) comunidade(s) onde a língua é falada é um dos aspectos do conhecimento do mundo. É, no entanto, suficientemente importante para merecer uma atenção especial, uma vez que, ao contrário de muitos outros aspectos do conhecimento, parece provável que este conhecimento fique fora da experiência prévia do aprendiz e seja distorcido por estereótipos. (Conselho da Europa 2001: 148).

Este conceito não enciclopédico do conhecimento cultural enquadra os referentes partilhados de maneira geral por essa comunidade, com as suas próprias contradições e evoluções, evidentemente. No próprio QECR são referenciados aspectos gerais como a vida quotidiana; as condições de vida; as relações interpessoais; os valores, as crenças e as atitudes; a linguagem corporal; as convenções sociais; e os comportamentos rituais.

A competência cultural chega às vezes até pormenores insuspeitos, como pode ser o da ordem dos apelidos em português ou à maneira de ordenar em listas a partir do nome e não do primeiro apelido e a surpresa e confusão que isto pode provocar em pessoas de outras culturas. Outros exemplos que são ressaltados pelos meus alunos poderiam ser considerados picuinhas mas não por isso devem ser desvalorizados, como o pré-pagamento numa cafetaria; os diferentes tipos de café; as senhas na maioria de estabelecimentos e nas lojas; as filas nas paragens de autocarro; a tradição académica, com as praxes, cortejos e trajes académicos, etc.

Estas reflexões e apontamentos de choques culturais serão muito diferentes a outros estudantes de outras sociedades e culturas, por isso é tão útil o trabalho atento e adaptado a cada contexto do professor ou em equipas internacionais. Neste sentido, o *Quadro de Referência para o Ensino Português no Estrangeiro*, conhecido como QuaREPE, (Grosso 2011, 13-14) deveria ser desenvolvido em referências de conteúdos para que os docentes de PLE tivéssemos ou elaborássemos materiais didáticos para

trabalhar nas nossas aulas esta competência.

Este tipo comportamentos culturais, na sua dimensão linguística, também se refletem nalgumas atuações corporais – movimento das mãos, gestos, etc.–; nas maneiras de se comportar, por exemplo quem paga num convite, num bar; que fórmulas linguísticas se utilizam nas apresentações, ao telefone; que se canta num aniversário; como se dirige um aluno a um professor, etc.

Por isso é fácil percebermos quando trabalhamos em contextos interculturais que os referentes culturais e os comportamentos socioculturais são diferentes, mesmo no contexto ibérico, onde o contínuum linguístico é muito evidente, pelo que como docentes devemos promover as atitudes interculturais necessárias para ter sucesso na comunicação.

## **A competência sociocultural e intercultural na didática de PLE**

Vamos deixar de lado outros processos de ensino de PLE como podem ser e-learning ou em situação de imersão linguística, para centrarmo-nos no desenvolvimento da competência sociocultural na sala de aula no estrangeiro, onde os materiais utilizados são manuais ou documentos próprios para esse tipo de formando, normalmente publicados em Portugal ou no Brasil.

Essas informações [de carácter cultural] devem estar presentes num manual de língua estrangeira, sempre que possível, através de documentos autênticos, cujo uso é privilegiado numa abordagem comunicativa, sendo a sua selecção dependente dos interesses e das necessidades comunicativas do público-alvo. [...] Contudo, nos manuais que analisámos, podemos verificar que na sua maioria o uso de documentos autênticos é bastante limitado, predominando situações artificiais de comunicação e textos forjados com pouca relação com a realidade sociocultural. (Tavares 2008: 97).

Eis a grande contradição, os conteúdos socioculturais



sempre vão além dos conhecimentos linguísticos dos alunos, sobretudo no nível de iniciação, pelo que a adaptação ou a teatralização de situações é uma hipótese que o docente não deve rejeitar.

Também podemos perceber que a mesma situação pode ser analisada em camadas, ou seja, que seja trabalhada em distintos momentos segundo o nível linguístico dos alunos. De facto, existe na consciência dos falantes de uma língua materna que um falante estrangeiro pode errar na língua mas não nas normas socioculturalmente aceites, ao contrário do que poderíamos supor, e que na medida em que esses conhecimentos linguísticos avancem, também o deve fazer a correção na aplicação desses mesmos usos culturais.

A grande vantagem do docente face a manuais, métodos e outros materiais é que pode introduzir em todas as aulas pequenas doses de conhecimentos socioculturais, mesmo com perspectivas diferentes segundo a nacionalidade e a formação do docente.

De facto, no intercâmbio de opiniões entre docentes e estudantes, normalmente as situações sociopragmáticas costumam criar maiores situações de choque cultural, de surpresa, de incompreensão do que as pragmaticolinguísticas. Alguns exemplos geralmente referenciados: confusões com os *couvert* nos restaurantes; com um *fino* não há petiscos de graça; uma torrada são duas fatias de pão de forma, etc.

Isto faz com que as experiências no desenvolvimento da competência sociocultural e intercultural devam ser positivas e, embora possa haver sempre alunos que reforçam os seus preconceitos –atitude muito minoritária–, na imensa maioria dos casos o indivíduo adquire uma nova perspectiva da competência sociocultural e, ao mesmo tempo, obtém uma nova perspectiva sobre si mesmo, sobre a sua comunidade e sobre as identidades múltiplas, que, achamos, é o mais positivo.

De facto, o QECR não diferencia entre o falante plurilingue ou intercultural, ou seja, a competência linguística está diretamente ligada à competência cultural e intercultural.

O aprendente não adquire pura e simplesmente dois modos de actuar e de comunicar distintos e autónomos. O

aprendente da língua torna-se plurilingue e desenvolve a interculturalidade. As competências linguísticas e culturais respeitantes a uma língua são alteradas pelo conhecimento de outra e contribuem para uma consciencialização, uma capacidade e uma competência de realização interculturais. Permitem, ao indivíduo, o desenvolvimento de uma personalidade mais rica e complexa, uma maior capacidade de aprendizagem linguística e também uma maior abertura a novas experiências culturais. Os aprendentes tornam-se também mediadores, pela interpretação e tradução, entre falantes de línguas que não conseguem comunicar directamente. (Conselho da Europa 2001: 73).

Isto faz com que o professor também deva assumir esse papel de mediador intercultural ou, no mínimo, de introduzir os estudantes de PLE na nova dimensão sociocultural que vai conhecer ou reconhecer. De facto, o professor é –sem o pretender– um modelo que representa essa língua e essa(s) cultura(s), e essas atitudes e ações vão ser praticadas pelos alunos em situações de comunicação real.

Por isso, o professor deve alargar os conhecimentos transmitidos nos manuais –pela sua própria natureza generalizadores–, e tender a contrastar as experiências dos próprios formandos, que em contextos como os transfronteiriços costumam ser muito habituais, mas às vezes mediatizados pelo estereótipo ou o preconceito social.

Isto, como já foi referido, não quer dizer que o professor não deva fugir de situações embaraçosas ou com as que não concorde, porque isso é básico para formar pessoas interculturais, ou seja, cidadãos com visões críticas das sociedades, da sua e da dos outros.

Neste aspeto, é muito importante ser um profissional da docência que seja capaz de relacionar as culturas de origem com as outras. Também que tenha sensibilidade e seja capaz de estimular a curiosidade pela língua portuguesa e as culturas que se transmitem através dela nas suas diversas expressões: música, cinema, viagens, etc.

Em contextos fronteiriços como o galego ou extremeño também é interessante que docente e alunos sejam capazes de gozar com tópicos, preconceitos e outras confusões. Esta

descontração, mesmo que as nossas turmas não costumem ser muito heterogêneas, deveria provocar uma reflexão geral sobre os processos de formação de valores e crenças, para assim olharmos de uma outra forma para a nossa sociedade em relação com as outras, não necessariamente com um conceito conservador das culturas mas evolutivo, ou seja, num processo dinâmico das relações sociais e culturais.

Por isso, o trabalho do docente, alicerçado em manual ou não, deve tentar promover uma visão da cultura portuguesa, brasileira e lusófona em geral, próxima à realidade, sem recorrer a tópicos culturais reconhecidos, embora às vezes seja mais difícil do que se poderia imaginar.

## **Conclusões**

Neste breve artigo foram introduzidas algumas questões para o debate e a reflexão sobre a presença da competência cultural no processo de ensino e aprendizagem de PLE, sobretudo desde a perspetiva transfronteiriça, caso da Galiza ou a Extremadura.

A competência cultural, na sua dimensão sociocultural e intercultural, deveriam ser desenvolvidas na sala de aula a partir de textos, áudios e produtos audiovisuais variados e com visões diferentes da mesma realidade analisada, ou seja, tentar a todo o custo demonstrar a pluralidade intrínseca a toda sociedade moderna.

Também a própria cultura deve ser apresentada como algo plural e com subculturas. Resistir-se, em definitivo, aos três efes – Fátima, fado e futebol– ou ao Brasil do samba e o futebol<sup>133</sup>.

A partir das situações comunicativas reais –por exemplo, a vida quotidiana, as compras, as refeições, etc.–, podemos relacionar os conteúdos linguísticos com conteúdos culturais.

---

<sup>133</sup> Se alguém (português ou brasileiro, de preferência) se sentir irritado com esta referência, pode ficar descansado, eu, como presumível cidadão espanhol, também não me sinto identificado com os touros, a monarquia, o flamenco ou o futebol. Todavia, deveríamos refletir a respeito das nossas irritações.

Por isso, o docente acaba por ser uma espécie de mediador intercultural que vai introduzir o aluno nessa realidade, embora os alunos adultos nos espaços transfronteiriços já tenham uma forte bagagem de experiências, reais ou mediatizadas através de tópicos ou preconceitos sociais, que deveremos reanalisar no processo de ensino.

Todo este trabalho de análise dos comportamentos e usos sociais, das imagens, dos estereótipos, etc. tem de estar ao serviço da comunicação linguística e intercultural. Assim, as aulas de PLE não se podem reduzir à apresentação de hábitos, valores e crenças, mas à informação contextualizada e à interpretação intercultural desses elementos.

O objetivo final é que o novo falante de português se possa sentir à vontade, não apenas porque conhece a gramática, mas também porque identifica a cultura e subculturas veiculadas através da língua; previne e analisa as possíveis confusões e equívocos; sabe interagir socioculturalmente e exerce de mediador intercultural.

**BIBLIOGRAFIA**

- Brown (1986): H. D. Brown, "Learning a second culture" in Merryl Valdes, J. (ed.), *Culture Bound*, Cambridge University Press, pp. 20-32.
- Conselho da Europa (2001): *Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas. Aprendizagem, ensino, avaliação*, Porto, Edições Asa.
- Grosso (2006): M. J. Grosso (2006), "O perfil do professor de Português para falantes de outras línguas numa sociedade multicultural" in Bizarro, R. e Braga, F. (orgs.), *Formação de Professores de Línguas Estrangeiras*, Porto, Porto Editora, pp. 262-266.
- Grosso (2011): M. J. Grosso (coord.), *Quadro de referência para o ensino português no estrangeiro*, Lisboa, Ministério da Educação e Ciência.
- Guillén (2005): C. Guillén Díaz, "Los contenidos culturales" in Santos Gargallo, I. e Sánchez Lobato (dirs), *Vademécum para la formación de profesores*, Madrid, SGEL, pp. 835-851.
- Miquel (2005): L. Miquel, "La subcompetencia sociocultural" in Santos Gargallo, I. e Sánchez Lobato (dirs), *Vademécum para la formación de profesores*, Madrid, SGEL, pp. 511-532.
- Tavares(2008): A. Tavares, *Ensino / Aprendizagem do Português como Língua Estrangeira*. Manuais de Iniciação, Lisboa, Lidel.



VERSÕES IGNORADAS DAS PEÇAS *A NOSSA TERRA É NOSSA!* E *UM REMÉDIO MALFADADO* DE RICARDO FLORES PÉREZ.

José Ángel García López  
Universidade de Alacant  
[Garcia.Lopez@ua.es](mailto:Garcia.Lopez@ua.es)

**RESUMO**

Ricardo Flores Pérez (Sada, 1903-Buenos Aires, 2002) foi um adiantado do reintegracionismo linguístico em terras argentinas, sendo um vulto representativo desta tendência desde a década de 30 do século passado. Além disso, escreveu várias peças dramáticas que publicou e encenou com muito sucesso. Em maio de 1992, a Escola Dramática Galega inclui no número 96 dos seus *Cadernos* um número monográfico com duas obras de Flores Pérez consideradas inéditas pelos estudiosos. No entanto, existem versões divulgadas anos antes em revistas vinculadas à coletividade galega da Argentina que ficaram ignoradas até à data de hoje, as quais serão visadas nesta comunicação.

**PALAVRAS-CHAVE:** Teatro; emigração; Galiza; lusismo.

**ABSTRACT**

Ricardo Flores Pérez (Sada, 1903-Buenos Aires, 2002) was a Galician writer who embraced the linguistic unity between Galician and Portuguese languages, being a major representative of this trend since the 30s of the last century. In addition, he wrote several dramatic pieces that were published and even staged with much success. In May 1992, the Galician Dramatic School publishes a monographic issue with two works of Flores Pérez supposedly unpublished, the ones which this essay deals with.

**KEYWORDS:** Theatre; emigration; Galicia,, reintegrationism.

## Biografía e obra literária de Ricardo Flores Pérez

Há uma tradição de dramaturgos no mundo da emigração galega que vai de Xesús San Luís Romero até Ricardo Flores Pérez, passando por Nan de Allariz, Varela Buxán ou Blanco-Amor. Todos eles, sabedores de que o fim último do teatro é a sua encenação, a par de autores foram promotores de espetáculos, cenógrafos e mesmo atores. Relativamente a Ricardo Flores, convém remontar-se à sua infância e primeira juventude, que vão transcender no espaço vital da Galiza labrega e marinheira, para encontrar os germolos da sua afeição pelo teatro. Entre 1903 e 1929 residiu em Sada, onde, após o seu contacto com a dramaturgia galeguista na etapa do serviço militar em Ferrol, a *Agrupación Artística* local encenou as primeiras peças da sua autoria: *Un fillo de bendición* (1926), *Consellos do Tío Xan* (1927) e *Querer de comenencia* (1928) (Neira Vilas 1996: 195). Todos estes textos foram destruídos pelo autor depois de ele chegar à Argentina, país para onde Flores emigra em 1929.

Reforçado pelas amizades, as leituras e a formação que vai adquirindo em Buenos Aires, Flores desenvolveu até à sua morte as suas atividades intelectuais em muito diferentes campos: imprensa galega (*A Fouce, Alalá, Betanzos, Galicia. Revista del Centro Gallego de Buenos Aires...*), entidades societárias galegas (como dirigente do *Centro Provincial Coruñés* de Buenos Aires), coros (devotou-se durante décadas à promoção da música e a recuperação do cancionero popular galego com coros populares, juntamente com outras figuras da emigração galega na Argentina como os mestres Isidro B. Maiztegui e Manuel Prieto Marcos), política (fazendo parte da *Sociedade Nazionalista Pondal* ou da *Irmandade Galega*, por citarmos só algumas das suas responsabilidades), mas também o nosso autor visa uma preocupação real pelo género dramático com a recreação dos ambientes e das vivências dos seus primeiros anos. Assim, Flores criou em 1952 o Grupo de Teatro e Declamação *Lugrís Freire*, com o qual representou obras próprias e alheias.

Cumpramos contextualizar a dramaturgia de Ricardo Flores. O tipo de teatro que ele cultivava segue uns critérios determinados tanto pelos condicionamentos externos quanto pela tradição literária em que é inscrito. Ainda que inspirado pelas diretrizes das Irmandades da Fala, para as quais as artes cénicas são claves na



educação cultural do povo, Flores oferece em Buenos Aires um teatro ao gosto das coletividades emigradas, composto por comédias cheias de saudades e elementos costumistas: *Mai e Filha* (1932), *Um ovo de duas gemas* (1939), *Enguedelho* (1939), *Para isso som teu amigo* (1952), *Ugío* (1953) ou *Catro Estampas de Beira-mar* (1961). As premissas básicas destas comédias são o humor e a temática sentimental, para além da exaltação dos valores morais tradicionais, eixos centrais da maioria das obras escritas e representadas nas comunidades galegas do exterior. O nosso autor justificava assim em 1992 os frutos da sua pluma nessa altura: "O drama em Buenos Aires também fracassava, porque a nossa gente, a que vai aqui ao teatro queria transportar-se nesse momento como quem di à sua Terra, escutar falar coisas que fossem acessíveis a eles" (Rodríguez Gómez 2000: 313).

A obra dramática de Flores, ou para falarmos com mais exatidão, a obra literária de Flores, é o resultado da projeção de um espaço e de um tempo. O espaço é a Galiza e, principalmente, Sada e a sua contorna. O tempo são os anos reais que vive o dramaturgo e, como resultado natural, o passo das décadas fez evoluir o seu pensamento, facto que podemos constatar em obras posteriores como as publicadas na Galiza em 1992. *Um remédio malfadado* e *A nossa Terra é nossa!* são peças tingidas por um tom social muito marcado, longe da complacência de outras comédias encenadas por Flores em Buenos Aires. É necessário acrescentar que as publicações serôdias nas editoras galegas é um facto comum a outros escritores da emigração galega na Argentina. Por exemplo, é a opção que seleciona o poeta Emilio Pita Robelo para os seus livros *O ronsel verdegal* (1964) e *Serán* (1974), publicados sob o carimbo de *Galaxia* embora ele continuasse a residir na Argentina até ao seu passamento. Também é o caso de Manuel Daniel Varela Buxán, autor teatral retornado à Galiza desde Buenos Aires na década de 50 do século passado, quem, por sua vez, procura oportunamente os serviços da editora Celta. Flores, que tinha viajado à Galiza em duas ocasiões durante a ditadura franquista (Penabade 1995: 43), decide ficar definitivamente na Argentina, mas as suas visitas à Terra aumentariam após a volta da democracia. Assim, a ninguém vai surpreender que, em 1984, a entidade Caixa Ourense assumia a edição de uma *Escolma de Cantigas Galegas* da autoria de Ricardo Flores.

No mês de janeiro de 1985, aproveitando a presença do nosso escritor na sua vila natal, fizeram-lhe uma homenagem com ocasião da exposição, a ele dedicada, do pintor corunhês José Fernández Sánchez, a qual teve lugar na Sociedade Recreativa, Cultural e Deportiva de Sada, e incluiu um concerto do Coral Polifónico *Aires de Carral* e uma palestra ministrada por Jose Maria Monterroso Devesa. Flores seria objeto de uma segunda homenagem pública em vida igualmente auspiciada pela dita Sociedade sadense no outono de 1990. Cumpre assinalar que Flores fundou o grupo da *Associação Galega da Língua* (AGAL) de Buenos Aires, e não apenas esteve presente nos III e IV Congressos Internacionais da Língua Galego-Portuguesa na Galiza, organizados em 1990 e 1993, como também participou no seu órgão de expressão, a revista *Agália*. E em 1995, a "Associação Civil de Amigos do Idioma Galego" realizou uma tiragem limitada do original de Flores intitulado *Trinta Cantigas Galegas (reflexos da doma)*, onde o motivo principal é a situação da língua própria da Galiza.

Com efeito, na última etapa da sua vida Flores tinha visto como o seu labor era reconhecido na sua comarca e no resto da Galiza. Mas temos de dizer que o teatro de Flores, a nível de representações, teve pouca fortuna na Terra, posto que não foram muitos os espetáculos organizados com base nas suas obras. É claro que outros emigrantes tiveram mais apoios institucionais do que Flores. Por exemplo, as Câmaras Municipais de Lalín e A Estrada propuseram que o Dia das Letras Galegas de 1999 fosse dedicado a Varela Buxán. Apesar de não o conseguir, as comédias dele voltariam para a atualidade devido às publicações póstumas das editoras galegas. Em contraposição, convém sublinhar que ainda hoje não foi editada na Península a produção dramática de Ricardo Flores na sua totalidade, embora exista no seu arquivo pessoal uma edição definitiva realizada pelo próprio autor em 1990 (Rodríguez Gómez 2003: 221).

Convertido numa referência da memória histórica e da literatura dramática galega na emigração, Ricardo Flores faleceria o 24 de julho de 2002 no Hospital do Centro Galego de Buenos Aires aos 99 anos de idade. A Câmara Municipal de Sada celebrou em 2003, em comemoração do primeiro aniversário, e em 2012, coincidindo com o décimo aniversário do passamento, atos de homenagem à figura do escritor, evocado também na outra beira

do Atlântico com celebrações como a sustentada pela Associação Cultural Galega “Os Gromos” em abril de 2008, na qual Higínio Martins fez um recordatório da vida e da obra de Ricardo Flores. Aliás, a Associação Cultural *Irmãos Suárez Picallo* da vila natal do nosso dramaturgo tributou-lhe uma comemoração particular com a atuação do Coral Polifónico da Sociedade Recreativa, Cultural e Deportiva de Sada, onde em outubro de 2012 interpretaram cantigas e três obras teatrais da autoria de Flores. Até onde nós sabemos, foram feitas outras montagens que não chegaram a ser estreadas, como foi o caso da companhia das Marinhas *Teatro Artesán*, a qual pretendeu homenagear dessa maneira a Ricardo Flores em 2007. Mas outras iniciativas tiveram maior sucesso; por exemplo, a adaptação de *Um ovo de duas gemas* realizada pelo grupo *Teatro Fonte da Tella* de Arcade no local da Associação Sociocultural e Vizinhal de Amil-Moranha em dezembro de 2012.

### **Características das peças *Un remedio malfadado* (1970) e *A nosa Terra é nosa!* (1979)**

Embora a criação dramática de Flores não seja escassa, convém considerarmos criticamente a integração destas duas estampas no conjunto do corpus teatral do autor pelos seus conteúdos. Tanto em *Um remedio malfadado* como em *A nosa Terra é nosa!* a escrita teatral fica reduzida a meio propagandístico dos ideais patrióticos juntamente com a denúncia social da emigração imposta como única saída para as classes populares e do caciquismo endémico na Galiza. Neste sentido, poderíamos estabelecer dois tipos de textos dramáticos no corpus de Flores: os parateatrais, quer dizer, os concebidos desde uma perspetiva puramente espetacular, que coincidiriam com a maioria das suas obras representadas em Buenos Aires. E os paraliterários, estas peças que hoje resgatamos na sua versão original, com menor virtualidade teatral, que nós julgamos escritas para ser lidas mais do que encenadas. Não podemos esquecer que um texto é dramático em virtude da sua potencial encenação, e, apesar de que semelha apropriado duvidarmos se Flores escreveu inicialmente estes textos com essa intenção, de facto, também devemos acrescentar que nenhuma das obras assinadas por Flores oferece pejamentos que façam impossível a sua representação.

As duas estampas referidas conheceram uma divulgação ampla por causa da sua inclusão no número 96 da coleção

*Cadernos da Escola Dramática Galega*, editado em 1992. Este estudo, concebido como uma monografia a respeito de Ricardo Flores, oferecia dados de indubitável interesse sobre o labor teatral do escritor sadense (Pérez Rodríguez 2010: 1-4), para além da reprodução das duas peças citadas: *A nossa terra é nossa!*, legendada como *Estampa teatral*, e *Um remédio malfadado (Estampa de emigração)*, e ainda uma terceira, *O Afiador*. Todas elas são consideradas inéditas pelo professor Pérez Rodríguez e por outros estudiosos do teatro galego na Argentina (Vieites 1998; Rodríguez González 2007; Tato Fontaiña 2007). Em 2010, Pérez Rodríguez fez mais uma precisão relativamente à origem destas peças, que ele situa em 1988 (Pérez Rodríguez, 2010: 10). Tanto Pérez Rodríguez (1992: 15) quanto Samuelle Lamela (2000: 230) e ainda Rodríguez Gómez (2000: 326) tornaram públicos alguns programas que anunciavam espetáculos teatrais da autoria de Flores. Por intermédio deles é possível verificar que, decerto, Ricardo Flores escrevia e encenava obras com muita antecipação com respeito à sua edição impressa (com ortografia diferente à portuguesa por questões de difusão entre a coletividade galega da Argentina, quase toda ela escolarizada em língua espanhola). Assim, *Un ovo de duas xemas* não sai do prelo da editora bonaerense Rueiro até 1956; *Enguedello* tem de o fazer dous anos depois; e *Catro estampas da Beira-mar* foi dado à imprensa em 1961. Porém, as duas primeiras obras já tinham sido oferecidas aos espetadores no ano 1939, enquanto a peça *Un home de mala morte*, colecionada em *Catro estampas da Beira-mar*, tinha sido encenada em 1956 (Rodríguez Gómez 2003: 223). Aliás, é claro que nenhum dos investigadores citados consultou o testemunho de Neira Vilas (1996: 194), quem reproduziu um programa de 1954 onde figura uma representação das estampas *A nossa terra é nossa...!* e *Un home de mala morte* levada a cabo por alguns integrantes do Grupo de Teatro e Declamação *Lugrís Freire* em junho de 1954. O programa exumado por Neira Vilas é, por conseguinte, amostra de que a escrita e a encenação de *A nossa terra é nossa...!* foram muito anteriores à sua publicação.

Por outro lado, nós sempre suspeitámos que a redação de *Um remédio malfadado* tinha de ser anterior a 1988, facto que logamos confirmar. Uma versão primigênia intitulada *Un remedio malfadado* tinha visto a luz nas páginas do número 576 de *Galicia. Revista del Centro Gallego de Buenos Aires*, publicado no Nadal de 1970. E, felizmente, hoje estamos em condições de acrescentar

ainda mais outra publicação desconhecida: o texto de *A nossa terra é nossa...!* apareceu com o título de *A nosa Terra é nosa!* no número 181 da revista *Alborada. Órgano de la Asociación Benéfica Cultural del Partido de Corcubión*, datado em abril de 1979. As versões originais destas duas peças, ambas publicadas sob a sub-epígrafe *estampa de emigración*, permaneceram esquecidas até este mesmo momento, e serão analisadas nas páginas seguintes na sua dimensão escrita; quer dizer, o suporte da representação, redigido com uma ortografia mais próxima ao padrão castelhano do que ao português.

Na linguagem teatral de Ricardo Flores, quanto ao texto primário, predominam os diálogos de ação, os quais são ilustrativos da função comunicativa associada pelo crítico Roman Ingarden ao termo *mitteilung*, porquanto as palavras são sempre dirigidas a outra personagem com intenção de lhe comunicar algo, mas também contribuem a persuadir o auditório da validade dos enunciados expostos, coincidentes com o ideário do autor (Ingarden 1971: 533). Este discurso dialogado com poucas pausas dota as obras de Flores de um ritmo muito dinâmico. Por meio da técnica dialogística conhecemos as intenções, pensamentos e sentimentos das personagens, já que o autor evita a utilização de outras modalidades da linguagem teatral (monólogo e à parte) para as manifestar. Assim, os diálogos oferecem ao recetor indícios não representados nas rubricas com a finalidade de proporcionar informações suplementares relativamente ao tempo, o espaço ou o movimento das personagens. As condições sociolinguísticas não empecem a adequação do discurso das personagens ao pensamento do autor, facto que determina a artificialidade das personagens devido à mensagem e à carga didática que têm de assumir. Por outro lado, a sintaxe da língua acomoda-se ao padrão, sem apresentar alterações que reforcem a verosimilitude das personagens de extração popular. A variedade de língua eleita no registo oral não contribui para a definição das figuras, bem que os recursos da oralidade tenham o seu reflexo na escrita, como é o caso dos apelativos “filhinha” ou “mulher”, juntamente com a reiteração dos deícticos (isso, velai), que dotam o discurso de expressividade. Outra mostra da linguagem coloquial é o uso das formas “bem”, “ai, si!” e “assim” com valor enfático e distribuição anafórica. Também constatamos nas peças uma importante percentagem de enunciados exclamativos frente a um reduzido número de orações suspensas, bem pela interrupção,

bem pela reticência, mas não é frequente a utilização de expressões categóricas ou ditos populares:

ANA – Non todos levan na testa o que é mester levar.

SOFIA – Nen dentro do peito tampouco. (Flores 1970: 44)

SOFIA – Que lho vaiam contar a Rita. (Flores 1992: 7)

Em suma, a respeito da dicotomia língua popular / língua literária, podemos concluir que a adaptação da língua ao texto é realizada de maneira que exclui qualquer deturpação na representação literária. Quer dizer, há um afastamento consciente de um modelo de língua coloquial na representação dramática da realidade sociocultural galega na emigração, também afetada pelo espalhamento do fenómeno diglósico.

Quanto ao texto secundário, temos de destacar a informação que oferecem para o leitor as rubricas que encabeçam as peças sobre o contexto histórico, o ambiente e a idade das personagens. Outro tipo de rubricas têm uma função informativa diferente: indicar as entradas e as saídas das personagens em cena e, aliás, dos seus gestos e sentimentos, assim como do movimento e da expressão oral. Porém, comparativamente com os textos primigênicos, algumas rubricas foram retiradas ou mudadas nas versões revistas pelo autor:

ANA – Ben te comprendo, muller; sí, ben te comprendo. (*Coa cabeza reafirma o que di*) (Flores 1970: 43).

ANA – Já me decato, mulher, já me decato... (Flores 1992: 10).

XOAN – Seique chegou o coche. (*Achégase á porta e olla para fora, Toniño acompaña*). Sí, e o mesmo. (*Coa man faille aceno ao do coche como pedíndolle que agarde, voltando ao meio da esceia*) (Flores 1970: 45).

JOAM – Seique já chegou o coche. (*Ergue-se e vai desaparecer pola porta da direita, voltando decontado. Toninho segue a seu pai*) (Flores 1992: 13).

NORA – Se non sei o que digo, pido que me desculpen...! (*Enxuga os ollos co pano*) (Flores 1979: 31).

NORA – Se nom sei o que digo, rogo que me desculpem os que tenham mais luzes do que eu! (*Enxuga os olhos co pano que quita do peto do mandil*) (Flores 1992: 6).

Do ponto de vista estrutural, ambas as peças são representações num só ato. Tradicionalmente, a unidade dramática mínima é a cena, entendida como sequência discursiva acoutada pela aparição de um conjunto de personagens ou uma mudança de configuração cénica. No entanto, Flores não numera cena nenhuma. A ordenação do tempo do discurso segue uma ordem cronológica e a unidade de tempo clássica é respeitada, de jeito que a ação transcorre em menos de vinte e quatro horas. Há uma progressão explícita pelas rubricas ou pelo diálogo das personagens, que informam da temporalidade e revelam a preocupação do autor por condensar a ação no mínimo de tempo:

XOAN – Xa queda todo listo. Tamén fun levar o bagaxe, e logo pasarán cô coche por aquí a buscarnos.

SÓFIA – Ainda che levou ben tempo arranxar as cousas, porque fai case unha hora que te fuche! (Flores 1970: 44).

A dimensão crítica e a realidade social visadas nas peças determinam uma técnica realista na cenografia. Há uma única ação principal, a saída para a emigração, ao redor de que vão girar todos os assuntos relatados pelas personagens, facto que outorga coesão às peças. Embora exista algum movimento não focalizado, o espaço cénico é fechado (interior de um fogar tradicional galego) e nele concorrem todas as personagens, o qual permite falar de unicidade espacial. As personagens são muito esquemáticas, com uma tipologia bem definida: idosos viúvos, casais e crianças. São retratos tópicos de emigrantes que Flores apresenta sem muita profundidade psicológica, mas há grande unidade entre eles pela sua extração social humilde e os ofícios populares que partilham. A sabedoria das personagens mais idosas quanto à emigração é fruto da sua experiência vital, que fica exposta através dos diálogos e é recebida pelas personagens mais jovens com mostras evidentes de veemência. A tensão dramática implícita no conflito de quem deve abandonar a terra natal incrementa-se paulatinamente até ao desfecho, o qual supõe o cúmulo climático das peças, com atitudes de grande afetação e uma grande efusividade nas palavras das personagens.

A temática das duas peças constitui outro ponto em comum. Assim, em ambas figura uma caracterização negativa da emigração tanto para a Europa quanto para a América pelo facto de ser uma obrigação, nunca uma alternativa, devido à miséria e à problemática educacional existentes na Galiza, para além de fazer referência ao seu atípico desenvolvimento industrial, a valorização da sua cultura, a revisão crítica da História, e a consciência que os operários, os camponeses e os emigrantes galegos têm de si próprios, assim como um conflito sociopolítico latente. É óbvio que todos estes temas pertencem ao ideário do autor, quem procura o didatismo ao dar atenção para um presente e um futuro problemáticos para a sociedade galega.

Quanto a outras diferenças das versões de 1970 e 1979 frente às publicadas em 1992, as trocas não são muitas, mas há algumas relevantes: "Ocorre en Galiza polo ano 1966" (Flores 1970: 43). "Acontece no verao do ano 1965 nas Marinhas de Betanços" (Flores 1992: 9). Esta mudança não foi feita por acaso, mas responde a uma realidade histórica. Segundo declarações pessoais de Flores a Samuelle Lamela, a vila de Carnuedo, onde a maioria dos vizinhos em idade de trabalho se deslocaram para Nova Iorque, era o local da comarca natal do escritor em que mais luto vestiam as mulheres por causa da elevada mortandade entre os homens emigrantes (Samuelle Lamela 2000: 41). Ao conhecermos esse dado, podemos visar o diálogo de uma outra perspectiva:

ANA – E canta gente é vítima dele!

SOFIA – Entre ela cónta-se o meu home, Deus o tenha na sua santa glória, que alô morreu en Nova Iorque, já vai para vinte e catro anos (Flores 1992: 10).

Para fecharmos esta nossa análise, necessariamente breve por questões de espaço, citaremos ainda alguns outros trocos com respeito às versões originais. Assim, nos textos de 1992 registamos desde adições pontuais até algum parágrafo completamente original como resultado do desenvolvimento do Estado autonómico na Espanha após a ditadura franquista:

SOGRO – A quem cumpre maldicir é aos que nos gobernan, por seren os causonantes do xeito de vida cativoiro que sofre o noso povo; e polo tanto, son tamén eles os culpábeis da nosa traxedia da emigración (Flores 1979: 32).



SOGRO – A quem cumpre maldizer é aos que nos governam desde Madri[d], que son os causonantes do jeito de vida cativoiro que sofre o noso povo; e portanto, som tamém eles os culpáveis da nosa tragédia de emigração (Flores 1992: 6).

NORA – E ti, filhinho da alma, que, cando chegues a home, te atopas arredado de seguir o mesmo camiño que emprendeu hoje o teu pai e que te asemelhes a teu avoioho na lealdade e no querer á nosa Terra! (Flores 1992: 8).

SOFIA – Os de anos máis mozos teñen que andar polo mundo a gañar a vida (Flores 1970: 45).

SOFIA – Claro, os rufos e de anos mais moços están em terras de fora.

JOAM – Onde lhes convém que estejam, aos nossos governantes. (Flores 1992: 11)

**BIBLIOGRAFIA**

- Flores (1956a): Ricardo Flores Pérez, *Un ovo de duas xemas*, Buenos Aires, Rueiro.
- Flores (1956b): Ricardo Flores Pérez, *Enguedello*. Buenos Aires: Rueiro.
- Flores (1961): Ricardo Flores Pérez, *Catro estampas de Beira-mar*, Buenos Aires, Rueiro.
- Flores (1970): Ricardo Flores Pérez, *Un remedio malfadado* in *Galicia. Revista del Centro Gallego de Buenos Aires*, 576, pp. 43-45, Buenos Aires, Centro Gallego.
- Flores (1979): Ricardo Flores Pérez, *A nosa Terra é nosa!... in Alborada. Órgano de la Asociación Benéfica Cultural del Partido de Corcubión*, 181, pp. 31-33, Buenos Aires, ABC de Corcubión.
- Flores (1992a): Ricardo Flores Pérez, *A nosa Terra é nosa!* in *Cadernos da Escola Dramática Galega*, 96, pp. 5-8, A Corunha, Escola Dramática Galega.
- Flores (1992b): Ricardo Flores Pérez, *Um remedio malfadado* in *Cadernos da Escola Dramática Galega*, 96, pp. 9-15, A Corunha, Escola Dramática Galega.
- Ingarden (1971): Roman Ingarden, "Les fonctions du langage au théâtre", *Poétique*, II, 8, pp. 517-538, Paris, Eds. du Seuil.
- Neira Vilas (1996): Xosé Neira Vilas, "Teatro e galeguismo en Ricardo Flores" in *Memorias da emigración*, III, pp. 191-198, Sada, Eds. do Castro.
- Penabade (1995): Bernardo Penabade Rei, "Outra voz na procura da emancipação nacional: Ricardo Flores", *Agália. Revista de Ciências Sociais e Humanidades*, 41, pp. 41-55, Santiago de Compostela, Associação Galega da Língua.
- Pérez (1992): Luis Pérez Rodríguez, (1992), "Breve Historia do Teatro Galego na Arxentina. Un autor: Ricardo Flores Pérez", *Cadernos da Escola Dramática Galega*, 96, pp. 1-4, A Corunha, Escola Dramática Galega.
- Pérez (2010): Luis Pérez Rodríguez (2010), "Ricardo Flores, patriota galego", *Areal. Revista cultural de Sada*, pp. 5-8, Sada, A. C. Irmáns Suárez Picallo.
- Rodríguez Gómez (2000): José Manuel Rodríguez Gómez, "O teatro galego de Ricardo Flores em Buenos Aires" in José Luis Rodríguez,

(coord.), *Estudos dedicados a Ricardo Carvalho Calero*, T. II, Santiago de Compostela, Parlamento de Galicia / Universidade de Santiago de Compostela, pp. 311-327.

Rodriguez Gômez (2003): José Manuel Rodriguez Gômez, "Apresentaçom básica de Ricardo Flores", *Agália. Revista de Ciências Sociais e Humanidades*, 75-76, pp. 215-238, Santiago de Compostela, Associação Galega da Língua.

Rodríguez González (2007): Norma Rodríguez González, "Teatro e creación dramática na diáspora e no exilio" in Vieites, M. F. (coord.), *Cento vinte e cinco anos de teatro en galego. No aniversario da estrea de A fonte do xuramento (1882-2007)*, Vigo, Xunta de Galicia / Galaxia, pp. 97-109.

Samuelle (2000): Cristina Samuelle Lamela, *La emigracion gallega al Río de la Plata*, Santiago de Compostela, Xunta de Galicia.

Tato (1995): Laura Tato Fontaiña (1995), *Teatro galego (1915-1931)*, Laidovento, Santiago de Compostela.

Tato (2007): Laura Tato Fontaiña, "Literatura dramática galega. Primeira xeira, diáspora e exilio" in Vieites, M.F. (coord.), *Literatura dramática. Unha introdución histórica*, Vigo, Galaxia / Xunta de Galicia, pp. 561-586.

Vieites (1998): Manuel F. Vieites, *Do novo teatro á nova dramaturxia (1965-1995)*, Vigo, Xerais.